

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 114, 1º semestre de 2014

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 114, 1º semestre de 2014 - Ano 40, ISSN 01012428

© 2014 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

- Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado
- Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Eduardo dos Santos
- Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador José Borges dos Santos Júnior
- Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro João Pedro Corrêa Costa
- Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

214p.

ISSN 01012428
Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 327(81)(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

13

DISCURSO PROFERIDO PELO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG), EMBAIXADOR JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL
16/01/2014 13

DISCURSO PROFERIDO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ONU, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, EM DEBATE ABERTO DO CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE O TEMA “WAR, ITS LESSONS, AND THE SEARCH FOR A PERMANENT PEACE”
02/02/2014 19

DISCURSO PROFERIDO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ONU, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, POR OCASIÃO DA ASSUNÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS
04/02/2014 23

TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL (6/2/2014)
06/02/2014 27

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, NA ABERTURA DOS “DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA” (PALÁCIO ITAMARATY, 26 DE FEVEREIRO DE 2014)
26/02/2014 65

DISCURSO PROFERIDO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, SOBRE O ENGAJAMENTO DE HOMENS E MENINOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO 17/03/2014	69
DISCURSOS PROFERIDOS PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, NA 9ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO ABERTO SOBRE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 26/03/2014	73
DISCURSO PROFERIDO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, EM SESSÃO PLENÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU SOBRE A SITUAÇÃO NA UCRÂNIA 27/03/2014	77
DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, NO ENCERRAMENTO DOS “DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA” (PALÁCIO ITAMARATY, 2 DE ABRIL DE 2014) 05/04/2014	79
INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR EDUARDO DOS SANTOS, NO ENCONTRO BRASIL-ALEMANHA 2014: VISÕES E REVISÕES	83
DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA “NELSON MANDELA” (2012/2014) DO INSTITUTO RIO BRANCO (PALÁCIO ITAMARATY, 30 DE ABRIL DE 2014)	89

DISCURSO PROFERIDO PELO SECRETÁRIO PEDRO IVO FERRAZ
DA SILVA NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA NELSON
MANDELA (2012/2014) DO INSTITUTO RIO BRANCO 95
02/05/2014

DISCURSO PROFERIDO PELA MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL,
LUIZA BARROS, NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA NELSON 99
MANDELA (2012/2014) DO INSTITUTO RIO BRANCO

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR EDUARDO DOS SANTOS, DURANTE A XLIV 101
ASSEMBLEIA GERAL DA OEA
04/06/2014

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO 105

**COMUNICADOS, NOTAS,
MENSAGENS E INFORMAÇÕES 109**

ATENTADOS NO LÍBANO 109
202/01/014

NOTA DE ESCLARECIMENTO Nº 1 109
14/01/2014

DESIGNAÇÃO PARA A CHEFIA DO SECRETARIADO DA CONVENÇÃO- 111
QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO
16/01/2014

SÍRIA: CONTRIBUIÇÃO HUMANITÁRIA DO BRASIL 112
17/01/2014

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A SÍRIA (GENEBRA II) - MONTREUX, SUÍÇA, 22 DE JANEIRO DE 2014 - INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR EDUARDO DOS SANTOS 22/01/2014	112
DISCURSO PROFERIDO PELA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, DURANTE SESSÃO PLENÁRIA DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL 2014 - DAVOS, SUÍÇA, 24 DE JANEIRO DE 2014 24/01/2014	114
CESSAR-FOGO NO SUDÃO DO SUL 24/01/2014	120
ASSINATURA DE TRATADO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS 24/01/2014	120
ELEIÇÃO DO BRASIL PARA A PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ DA ONU 29/01/2014	121
ASSINATURA DE MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO BILATERAIS PARA O INTERCÂMBIO DE DOCUMENTAÇÃO PARA O ESCLARECIMENTO DE GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS 29/01/2014	121
II CÚPULA DA CELAC – DECLARAÇÃO DE HAVANA	127
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO CHANCELER DA CÔTE D’IVOIRE, CHARLES KOFFI DIBY - BRASÍLIA, 4 DE FEVEREIRO DE 2014 04/02/2014	139
COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-JAMAICA POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO LUIZ ALBERTO FIGUEIREDOMACHADO E DA REUNIÃO INAUGURAL DA COMISSÃO MISTA BILATERAL - KINGSTON, 13 DE FEVEREIRO DE 2014 14/04/2014	145

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA À JAMAICA DO MINISTRO LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO - KINGSTON, 13 DE FEVEREIRO DE 2014 14/04/2014	151
SECRETÁRIO DE ESTADO PARA NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO REINO UNIDO, WILLIAM HAGUE, VISITA O BRASIL 17/02/2014	170
COMUNICADO DA CELAC SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA 19/02/2014	170
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NORUEGA, BØRGE BRENDE - RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA, 19 E 20 DE FEVEREIRO DE 2014 19/02/2014	171
SITUAÇÃO NA UCRÂNIA 19/02/2014	171
DOCUMENTOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VII CÚPULA BRASIL–UNIÃO EUROPEIA — BRUXELAS, 24 DE FEVEREIRO DE 2014 24/02/2014	171
VII CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA APROVA COMUNICADO CONJUNTO 24/02/2014	180
ADOÇÃO DA RESOLUÇÃO 2139 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA NA SÍRIA 25/02/2014	188
DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, NA SESSÃO DE ABERTURA DOS “DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA” - PALÁCIO ITAMARATY, 26 DE FEVEREIRO DE 2014 26/02/2014	188

ESCOLHA DE BRASÍLIA COMO CIDADE-SEDE DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, EM 2018 26/02/2014	190
VISITA DO CHANCELER DA VENEZUELA, ELÍAS JAUA, AO BRASIL - BRASÍLIA, 27 DE FEVEREIRO DE 2014	191
VISITA DA REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI, SANDRA HONORÉ 07/03/2014	191
CONSELHO DE CHANCELERES DA UNASUL APROVA RESOLUÇÃO SOBRE A VENEZUELA 12/03/2014	191
BRASIL E ESPANHA APROVAM DECLARAÇÃO CONJUNTA DURANTE VISITA DO MINISTRO FIGUEIREDO A MADRI 18/03/2014	192
DECLARAÇÃO CONJUNTA “EM MAIOR SEGURANÇA: UMA ABORDAGEM ABRANGENTE DA SEGURANÇA FÍSICA NUCLEAR” – CÚPULA SOBRE SEGURANÇA FÍSICA NUCLEAR DE 2014 – HAIA, 24 DE MARÇO DE 2014 24/03/2014	194
TERREMOTOS NA NICARÁGUA 12/04/2014	195
INCÊNDIO NO CHILE 14/04/2014	196
ELEIÇÕES NA GUINÉ-BISSAU 14/04/2014	196
ATENTADO NA NIGÉRIA 14/04/2014	196

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA DO EMIR DE DUBAI, VICE-PRESIDENTE, PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DA DEFESA DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, XEQUE MOHAMMED BIN RASHID AL-MAKTOUM - BRASÍLIA, 22 DE ABRIL DE 2014 22/04/2014	196
REELEIÇÃO DE RENATO ZERBINI RIBEIRO LEÃO AO COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS 24/04/2014	200
ATENTADOS NO QUÊNIA 06/05/2014	200
DESLIZAMENTOS DE TERRA NO AFEGANISTÃO 06/05/2014	200
SITUAÇÃO DE SEGURANÇA NA NIGÉRIA 06/05/2014	200
ATO DE VANDALISMO CONTRA A EMBAIXADA DO BRASIL EM BERLIM 12/05/2014	201
VISITA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO URUGUAI II REUNIÃO PLENÁRIA DO GRUPO DE ALTO NÍVEL BRASIL–URUGUAI (GAN) - MONTEVIDÉU, 16 DE MAIO DE 2014 15/05/2014	201
ACIDENTE EM MINA DE CARVÃO NA TURQUIA 16/05/2014	201
II REUNIÃO PLENÁRIA DO GRUPO DE ALTO NÍVEL BRASIL–URUGUAI – COMUNICADO CONJUNTO 16/05/2014	201
COMUNICADO SOBRE O DIÁLOGO NA VENEZUELA 20/05/2014	202

PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA 22/05/2014	203
ENCHENTES NA SÉRVIA, BÓSNIA E HERZEGOVINA E CROÁCIA 23/05/2014	203
POSSE DO GOVERNO DE UNIÃO NACIONAL PALESTINO 06/06/2014	203
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DO CHILE, MICHELLE BACHELET BRASÍLIA, 12 DE JUNHO DE 2014 12/06/2014	204
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS - BRASÍLIA, 16 DE JUNHO DE 2014 16/06/2014	206
REMOÇÃO DAS ARMAS QUÍMICAS DA SÍRIA 24/06/2014	207
ÍNDICE REMISSIVO	211

DISCURSOS

DISCURSO PROFERIDO PELO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG), EMBAIXADOR JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL

16/01/2014

Discurso proferido em 14 de janeiro de 2013, por ocasião da Reunião Ordinária do Conselho de Administração Superior da FUNAG. A Reunião foi presidida pelo Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado e teve a presença do Secretário-Geral das Relações Exteriores e dos Subsecretários-Gerais.

Esta reunião ordinária do Conselho Superior de Administração, destinada a examinar o relatório de gestão de 2013, marca também a minha despedida da presidência da FUNAG. Sendo assim, gostaria de fazer breves comentários sobre a minha gestão.

Começo declarando que gostei muito. Sinto-me devedor daqueles que me propiciaram essa experiência: Celso Amorim, pelo convite para dirigir o IPRI; Ruy Nogueira, a quem devo um agradecimento especial, pois foi quem articulou a minha ida para a FUNAG; Antonio Patriota, pela efetiva designação; Eduardo dos Santos, pela gentileza, pela compreensão e pelo apoio permanentes; por fim, ao Ministro Luiz Alberto Figueiredo. Lamentavelmente, Ministro – e sou sincero ao dizer isso -- não poderei desenvolver o seu plano de trabalho, o qual, estou certo, dará uma projeção ainda maior à FUNAG. Agradeço-lhe, por isso,

mais ainda pela generosidade de me permitir escolher o meu Posto e assim coroar uma temporada feliz na Secretaria de Estado.

Uma temporada que teve um início hesitante. Hoje, quando percebo alguma insegurança em meus sucessores designados, compreendo perfeitamente. Afinal, nenhum diplomata é treinado para presidir a FUNAG. Convém escolher uma estratégia. A minha foi procurar aqueles que considere os melhores conselheiros, e ouvi-los.

Maria Regina Soares de Lima, Samuel Pinheiro Guimarães, Rubens Ricupero e Sergio Amaral me deram o empurrão inicial de que eu precisava. Mas o verdadeiro mentor com que contei foi Gelson Fonseca Jr. Devo sobretudo a ele os acertos que tive. O primeiro livro que consegui convencer Gilberto Saboia, então presidente da FUNAG, a publicar foi a tese apresentada por Gelson ao CAE de 1983, de título “O Itamaraty e a Academia”. Trinta anos depois, o raciocínio permanece atual, e me orientou o tempo todo.

Por sua vez, o processo de publicação da tese também me ensinou bastante. A capa da primeira edição do livro era feiosa, a diagramação não tinha a menor graça e a revisão mal feita deixou passar uma série de

erros. Pior só mesmo a edição da História Social da Argentina, de Torquato di Tella. A quantidade de erros, de toda natureza, me convenceu de que o projeto editorial precisava ser atualizado.

Logo me dei conta de que a FUNAG recebia uma grande oferta de textos os mais diversos, de autores convencidos de que sua publicação era fundamental. Por outro lado, a capacidade de induzir a redação de estudos sobre os assuntos prioritários da política internacional era reduzida. Esses foram os dois pontos que sublinhei na primeira reunião do Conselho Editorial, que criei justamente para propor linhas de ação, no lado ofensivo e, no lado defensivo, para me ajudar a bloquear textos inoportunos.

Recebi uma ajuda importante dos oito membros do Conselho (diplomatas na ativa e aposentados, além de professores). Com a ajuda dos conselheiros, foi desenvolvido um trabalho conscientemente dirigido para o garimpo de bons textos. Elenco algumas das medidas tomadas, com a aprovação ou, pelo menos, sem a oposição do Conselho:

- projetos gráficos de capa e de miolo, criado para consolidar um padrão de qualidade conferir identidade editorial às publicações;

- criação de sete coleções, a saber: Manual do Candidato, Eventos, Relações Internacionais, História Diplomática, Teses de CAE, Memória Diplomática e Política Externa Brasileira;

- exigência de uma apresentação e de um prefácio para as publicações;

- publicação em inglês e espanhol de teses e outros textos sobre política externa brasileira. A matéria prima natural são teses de doutorado, escritas por professores brasileiros em universidades de língua inglesa ou hispânica;

- criação da coleção “Em poucas palavras”, inspirada pela “ Que sais-je”;

- por fim, criação dos e-books, com download gratuito.

As duas últimas prestam-se ao esforço do Itamaraty para imprimir maior transparência a suas relações com a sociedade civil. Os textos são de alta qualidade, como é necessário a uma iniciativa do Itamaraty, mas a leitura é fácil e o custo praticamente zero.

Em comparação com anos anteriores, houve uma ligeira diminuição no número de livros publicados. Creio que houve, porém, uma melhoria na qualidade dos textos publicados. De qualquer maneira, a FUNAG continuou sendo em 2013 a editora que mais publicou no Brasil textos sobre a política internacional. A previsão incluída no PPA era de publicação de 120 livros, de 2012 a 2015. Em 2013 a meta foi não só cumprida como superada. Já temos 180 livros publicados e ainda há vários, de alta qualidade, incluídos em Restos a Pagar, que serão dados a público em mais alguns dias.

É conhecida e compreensível a tendência narcisista de jogar luz sobre a nossa participação nas atividades que dão certo. Sabendo disso, orgulho-me muito ao perceber que várias das iniciativas adotadas pela FUNAG nos dois últimos anos têm vários “pais”. Isto é bom. No entanto, tenho consciência de que não teria obtido nem metade dos bons resultados editoriais se não contasse com a ajuda eficiente do Setor de Publicações, chefiado por Eliane Miranda.

Os seminários, que são as atribuições principais do IPRI, podem ser divertidos, criativos, mas em todos os casos demandam jogo de cintura para organizar e conduzir. Um exemplo foi o seminário intitulado “Percepções Cruzadas”, realizado em outubro último. A ideia me veio da leitura de um telegrama de DELBRASONU que relatava conversa na Missão, em outubro de 2012, em que a Presidente da República assinalou a importância que concede ao acompanhamento

do relacionamento entre os EUA e a China. Havíamos assinado pouco antes um MdE, com a Universidade de Bolonha, arquitetado pelo embaixador em Roma, José Viegas. Logo depois, em conversa com a Vice-Reitora Carla Salvaterra, soube do interesse de Romano Prodi em visitar o Brasil e participar do evento. A possibilidade de contar com uma celebridade como o ex-Primeiro Ministro italiano me animou a convidar também políticos brasileiros, e comecei a montar o evento com base nisso. Em meados de 2013, ficou claro que Prodi não viria, e assim tudo teve de ser remanejado, e com rapidez, porque as passagens e diárias de hotel precisam ser reservadas com antecedência, para conter os custos e maximizar os recursos orçamentários. Apesar de ter saído muito diferente da concepção original, o seminário foi, felizmente, bem sucedido e creio que o livro, um dos que estão para ser publicados dentro em pouco, será de grande utilidade.

A parceria com a Universidade de Bolonha se mostrou positiva. Uma outra foi assinada com a Fundação para Estudos Internacionais da China, e outras mais estão encaminhadas com o “China Institute of Contemporary International Relations” (CICIR) e outros “think tanks” da Inglaterra, Estados Unidos e França. Contatos com instituições do Chile e da Colômbia, além de Gana e África do Sul, também se mostraram promissores. A orientação que segui foi a de buscar não apenas um prestígio que, a meu ver, a FUNAG não precisa, mas sim montar projetos viáveis de cooperação. Havendo um bom projeto, a parceria virá naturalmente e o MdE apenas a consolidará.

O CHDD é o guardião da memória do MRE. O trabalho ali desenvolvido é da maior importância. A imagem de uma repartição destinada a guardar documentos antigos pode parecer bolorenta, mas a realidade é muito

diversa. Num país em que, já foi dito, até o passado é imprevisível, o papel do CHDD é essencial, pois num mundo que se caracteriza pelas incertezas e em que os governantes têm que decidir online, conhecer o passado ajuda a tomar decisões no presente.

O CHDD merece cuidados desvelados, mas os recursos são escassos e a burocracia intrincada. Para obviar esses entraves à eficiência administrativa, imagino que parcerias com instituições como a Biblioteca Nacional e outras, inclusive da iniciativa privada, poderiam ser testadas. Nesse caso, a FUNAG poderia abrir talvez o caminho mais prático para o Itamaraty avançar. Sinto-me no dever de recomendar que este assunto receba um exame aprofundado da Casa.

Foi um tema histórico que me proporcionou a experiência mais enriquecedora dos meus dois anos e meio no IPRI e na FUNAG. A organização do projeto que culminou na publicação da obra sobre o Pensamento Diplomático Brasileiro justificaria, ela própria um livro. Não vou tomar o precioso tempo dos senhores com as peripécias do percurso, mas chamo atenção para o fato de que a construção do projeto constituiu a primeira experiência da FUNAG como “think tank”. O tema foi escolhido, pesquisadores arregimentados, um método continuado de trocas de impressões e sugestões foi seguido e os textos editados conscienciosamente. Se os resultados não foram melhores, isso se deveu às minhas próprias deficiências. Mas o caminho provou-se factível.

O PDB foi lançado na II Conferência Nacional de Relações Exteriores (CORE), realizada na Universidade de Vila Velha (UVV), em novembro último. A ideia de uma Conferência de grande envergadura para marcar o fim das atividades anuais da FUNAG já havia sido implementada pela administração Jerônimo Moscardo. Naquele

tempo de vacas gordas, em que o orçamento da FUNAG era 38% maior do que o atual, chegou-se a convidar duas centenas de pessoas e a se gastar cerca de meio milhão de reais no evento. Diminuímos as proporções e reduzimos os gastos a um quinto do que era feito, sem perda de qualidade. Convidamos um pouco mais de trinta professores, egressos de universidades que não pertencem apenas ao eixo Brasília-Rio-São Paulo, escolhidos em função dos méritos dos seus trabalhos ou da qualidade da instituição em que trabalham. Sustento que a CORE é um instrumento muito útil de aproximação entre o MRE e a comunidade acadêmica de todo o Brasil (a CORE de 2012 foi realizada na UNIFOR de Fortaleza), e também uma ferramenta de diplomacia pública.

Dentre as atividades da FUNAG, outra viga mestre são os Cursos para Diplomatas estrangeiros. Quando assumi, havia dois cursos, um para diplomatas sul-americanos e outro para diplomatas africanos. Ambos tinham um mês de duração. Antes de propor as alterações que os cortes orçamentários exigiam, consultei meus antecessores, e deles ouvi que o objetivo dos Cursos era, em última análise, “seduzir” os jovens convidados.

Ora, todo diplomata bem sucedido é um sedutor. Nesta sala, temos um naipe de sedutores e todos sabem que sedução é um jogo de regras fugazes e, com frequência, mais afaga o ego do sedutor do que fideliza o seduzido. Para obter aliados, cumpre entender as posições do outro e tentar fazê-lo entender as nossas. Aliando essa constatação à seca orçamentária, introduzi algumas mudanças no currículo e na forma dos cursos. Cortamos a duração à metade e investimos na qualidade da programação, adequando a substância das apresentações ao perfil dos convidados. Mais que tudo, investimos no diálogo com os alunos.

O número de Cursos aumentou. Passamos a ter alunos da Liga Árabe, da ASEAN e do Caribe. A meu juízo, o mais bem sucedido foi justo o mais recente, que reuniu diplomatas sul-americanos. As circunstâncias foram favoráveis: o tempo no Rio ajudou e a química entre os alunos reagiu bem. Ajudamos a sorte caprichando para criar o clima certo. Assim, selecionamos e encaminhamos aos alunos, previamente à sua chegada, informações interessantes, no fundo e na forma, sobre características culturais brasileiras, sobre a história (conforme narrada pelos nossos historiadores) e sobre as políticas interna e externa do nosso país. Incentivamos todos a falarem sobre os seus países e, sobretudo, procuramos dialogar com eles, em pé de igualdade.

Contamos com a importantíssima ajuda do ME e do SG na acolhida no Itamaraty, em Brasília. A participação da mais alta cúpula nesse ato de chegada fez os alunos sentirem-se importantes, e isso é sedutor.

Creio que alguns aperfeiçoamentos adicionais são ainda desejáveis. Acredito que é necessário envolver mais intimamente as embaixadas no pré e pós Cursos. Um simples almoço oferecido pelo embaixador antes da vinda ajudaria o aluno a saber melhor o que esperar da experiência no Brasil, e uma conversa depois da volta pode aproximá-lo do embaixada e da agenda diplomática brasileira. Para facilitar a manutenção dos vínculos dos alunos entre si, e deles com a FUNAG e o MRE, criamos uma página no Facebook para a FUNAG, e nela incluímos um grupo com os antigos alunos. Essa iniciativa, de fácil manutenção, está sendo muito apreciada por eles.

Não posso deixar de salientar o papel da equipe da FUNAG nesses Cursos, assim como nas demais atividades desenvolvidas pela Fundação. Os alunos são, via de regra,

juvens sem maior experiência de vida fora de seus países, e por isso precisam de orientação e de atenção. O pessoal da FUNAG se desdobra para oferecer-lhes apoio e, por isso, constituem um pilar fundamental do êxito desses Cursos, que têm aumentado em número e em grau de sofisticação. Vejam que o PPA 2012-2015 prevê a realização de dez Cursos, e organizamos, somente durante a minha gestão, sete; ou seja 70% da meta já foram cumpridos. A equipe da Funag trabalhou duro. Seriam muitos os nomes a destacar, por isso cito apenas o de Marta César, que foi de uma diligência sem par na administração do pessoal da FUNAG e no relacionamento com a empresa terceirizada – a GV2 -- que cuida da logística dos eventos.

Uma palavra final sobre a equipe. O quadro de pessoal da FUNAG é reduzido, em vista do trabalho que realiza. A FUNAG conta hoje com um quadro de 64 servidores, em Brasília (FUNAG propriamente dita e IPRI) e no Rio (CHDD), dos quais 21 de nível médio e 43 de nível superior. Destes últimos, 14 têm pós-graduação, 4 têm mestrado e um doutorado. Todos encontram-se incluídos no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE). Este é o plano geral do Governo Federal. Os salários são baixos; os vencimentos básicos (bruto) dos servidores de nível médio vão de R\$ 2570,00 a R\$ 3427; os de nível superior vão de R\$ 3.980,00 a R\$ 7.333,00. Isso acarreta uma série de dificuldades operacionais, pois o perfil adequado às atividades da FUNAG têm um grau de especialização mais elevado. Em decorrência, diversos servidores assumem posições em outros órgãos, que dispõem de carreiras específicas e oferecem melhor remuneração. Dezesete servidores ativos da FUNAG estão cedidos a órgãos governamentais, para os quais, via de regra, a cessão é irrecusável. O último concurso público da Fundação foi realizado

em 2010, com autorização do MPOG para o preenchimento de 35 vagas. Dez desses, entre 2012 e 2013, pediram vacância de seus cargos, por terem passado em outros concursos.

Em maio de 2012, encaminhei memorando à SG, propondo um esforço conjunto FUNAG-MRE para inserir a Fundação no artigo 6, Seção IV, da Medida Provisória 568, em tramitação no Congresso Nacional. Com isso, a FUNAG seria incluída no contexto das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia que contemplam pesquisa e gestão. Outros órgãos têm trilhado esse caminho. A CEPLAC e o INMET, ambos vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estão elencados, na MP, entre as citadas Carreiras.

Na época, não houve clima político para dar provimento ao memorando. Espero que, proximamente, as condições políticas permitam que se faça esse merecido upgrade na carreira, e nos salários, dos servidores da FUNAG. Eles merecem.

Comecei essa exposição com vários agradecimentos e quero termina-la com outros. Devo muito à lealdade que Marcia Martins Alves devota à presidência da FUNAG. Marcia foi incansável em procurar meios e modos legais de executar as ideias que porventura surgiam, e da maior competência para conduzir os pepinos administrativos que sempre surgem. Ela é uma espécie de Visconde de Cabo Frio da FUNAG. Não cumpriu ainda as quatro décadas e pouco que o Visconde passou na Secretaria Geral (1865 a 1907), mas pilotou com galhardia as várias transições havidas na presidência da Fundação, apesar das consideráveis diferenças de personalidade dos presidentes. Ela conta com minha admiração e com meus profundos agradecimentos pelos seus préstimos, que me foram valiosíssimos.

Por fim, não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para agradecer, de coração,

ao Secretário-Geral e aos Subsecretários-Gerais, que tanto me ajudaram a presidir a FUNAG. Procurei-os às vezes com muita insistência, porque acredito que a FUNAG deve estar sintonizada com as prioridades da política externa, e os melhores intérpretes do estado da arte dessa política são os que estão com a mão na massa. Recebi dos Chefes da Casa apoio solícito, eficaz e permanente. Muito obrigado a todos.

E muito obrigado, Senhor Ministro, pelas gentilezas com que me distinguiu. Ao despedir-me de Vossa Excelência, despeço-me também dos amigos da Secretaria de Estado. Espero reencontrá-los numa próxima ocasião. Que seja em breve.

Gratíssimo a todos.

**DISCURSO PROFERIDO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO
BRASIL JUNTO À ONU, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA,
EM DEBATE ABERTO DO CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE O TEMA
“WAR, ITS LESSONS, AND THE SEARCH FOR A PERMANENT PEACE”**

NOVA YORK, 29 DE JANEIRO DE 2014.

02/02/2014

Mr. President,

I congratulate you for convening this open debate and for encouraging a reflection on this important matter. Brazil appreciated the ideas contained in the conceptual note circulated by Jordan for this debate. I am also grateful for USG Feltman’s briefing.

Humanity has learned that war means death, destruction, misery, and long term suffering. However, history has demonstrated that laws and moral exhortations are not enough to eliminate the scourge of war.

The elusiveness of permanent peace should lead us to identify some crucial lessons from the past that should be part of our collective guidance on fulfilling our role in this most pressing matter. First and foremost, the imperative of upholding diplomacy, cooperation and multilateralism as the pillars that will negate the inevitability of wars.

The multilateral collective security system, and this Council in particular, still represent the best hope for putting the lessons of the past at the service of a future of sustainable peace.

To that end, universality and legitimacy must be the greatest strengths of the system. There should be no room for exceptionalism

or for self-exemption of universally-applicable rules and commitments. In its quest to demonstrate that it has learned from previous wars, the international community is correct in reminding itself of failure in preventing genocide in Rwanda and the massacre in Srebrenica. But it is also tainted by situations such as the use of force without Security Council authorization in Iraq and the decades-long inability to effectively address the challenge of peace between Israelis and Palestinians.

As we look for lessons in the search for a permanent peace we cannot overemphasize the importance of international law and multilateralism. The UN Charter with its key provisions on the use of force represents the single most important conquest of the international community in preventing the repetition of two world wars that stand out as the bloodiest chapters in the history of mankind. The Security Council as the principal organ responsible for upholding these provisions remains the central authority in this regard. Its effectiveness requires that it be viewed as legitimate and representative. In a multipolar world, where geopolitical influence is undergoing rapid reconfiguration,

the call for reform of the Security Council is one that must be addressed with a sense of urgency if we do not want to risk the erosion of the system which - in spite of its failings - has limited the damage of conflict and ensured a measure of international cooperation for peace.

Another inescapable lesson is that greater priority must be attributed to conflict prevention. If the Council could better anticipate potential threats to peace and security, several wars would have been avoided. I am convinced that the Security Council can do more in this regard. Protection of civilians will be better served inasmuch as brewing crises do not escalate into open conflicts. The most effective way to protect civilians is to prevent armed conflict and, should it arise, display a true commitment to its resolution by peaceful means.

As we revisit the horrors of the 1st World War, 100 years after it broke out, we should keep in mind the fact that the most threatening situations to international peace and security arise from tensions between and among the most heavily armed world powers. While an examination of the current agenda of the Security Council might lead some to imagine a correlation between poverty and war, the truth is that historically it is the militarily most advanced that have wrought destruction on the widest scale. Today, threats to global peace and security continue to derive from the proliferation and possession of weapons of mass destruction - in particular nuclear weapons - and the notion that the most powerful may selectively place themselves above international law.

Mr. President,

In considering the importance of History for reconciliation, the Security Council would be wise to heed the ideas put forward by the Special Rapporteur on Right to Culture in her

latest report. Ms. Shaheed focuses on the issue of writing and teaching of history. Let me refer to her discussion of the question of historical narratives, in particular the challenge of distinguishing between, on one hand, the legitimate continuous reinterpretation of the past and, on the other hand, manipulations of history for narrow political ends. In post-conflict affected nations, often times cultural narratives stressing adversarial identities become embedded in historical accounts, thereby entrenching enmities among groups that could lead to future relapse into conflict.

In post-conflict situations, especially when forging the foundations for stable societies, the importance of understanding the other, as opposed to perpetuating adversarial attitudes, cannot be overstated. This is an exercise that will inevitably be required in the peace processes in the Middle East and beyond.

In the same spirit, I wish to recall the appeal for pluralism in the context of building peace from Nobel Prize winner Amartya Sen. In examining the question of identity and violence, he touches on a subject particularly relevant to today's debate: the importance of allowing for the coexistence of multiple identities in an individual. Categorization along a single trait or identity, he argues, exacerbates mistrust and generates violence. In Mr. Sen's words, "The prospects of peace in the contemporary world may well lie in the recognition of the plurality of our affiliations and in the use of reasoning as common inhabitants of a wide world, rather than making us into inmates rigidly incarcerated in little containers".

Cultural plurality can thus be considered an essential element in preventing the consolidation of hegemonic or parochial ideologies, that fuel hatred instead of promoting understanding. At the same time a shared representation of the past -- not

as a result of imposed interpretations, but as mutually acceptable narratives -- can be equally important to break patterns of dissemination of distortions and falsifications, placed at the service of prejudice and delegitimization of the other.

Mr. President,

It may seem unusual to speak of culture and education in the Security Council. But few authors have promoted a more eloquent picture of where we stand today in the search for peace than the Franco-Lebanese writer Amin Maalouf in his inspired blueprint for "Setting a course for the 21st Century" entitled "Disordered World". As he reminds us "in one way or another all the people on earth are in the same storm. Rich and poor, arrogant or downtrodden, occupiers or occupied." And for this reason, he argues, "our scale of values today can only be based on the primacy of culture and education. The ink of the sage is worth more than the blood of the martyr said the prophet of Islam. In the Talmud there is the moving idea that the world is supported by the breath of children studying."

Thank you.

**DISCURSO PROFERIDO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO
BRASIL JUNTO À ONU, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA,
POR OCASIÃO DA ASSUNÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE
CONSOLIDAÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS
NOVA YORK, 29 DE JANEIRO DE 2014.**

04/02/2014

Ambassador Vladimir Drobnyak, outgoing Chair of the Peacebuilding Commission (PBC),

Ms. Judy Cheng-Hopkins, Assistant Secretary-General for Peacebuilding Support, Distinguished Ambassadors and delegations of the members of the Organizational Committee,

Distinguished colleagues representing the countries on the PBC agenda and those serving in the capacities as Vice-Chair, chairs of the PBC country configurations and the Working Group on Lessons Learned,

I thank the members of the Organizational Committee of the PBC for the trust placed in Brazil to assume this responsibility. I count on your help and support to steer the work of the Peacebuilding Commission in the year ahead. I am privileged to follow in the footsteps of my predecessors, whose efforts will continue to guide us as we collectively contribute to national peacebuilding efforts in the countries that sought the advice and support of the PBC. A special word of gratitude to Ambassador Drobnyak, whose leadership, experience and commitment guided the Commission during the last 12 months.

This Commission was given the mandate of accompanying countries as they tackle the complex challenges associated with rebuilding critical national institutions, while also delivering peace dividends and sustainable livelihoods to their populations. In over 8 years since its establishment, the Commission has undoubtedly demonstrated added value in certain contexts and in specific areas of its core functions. However, the process of fine-tuning and sharpening the PBC's approach and tools is very much a work in progress.

As a diplomatic platform that brings together key regional and global actors, the PBC is uniquely placed to catalyze the potentials within the international system to further improve our collective response to post-conflict challenges and to sustain our commitment to the countries emerging from or affected by conflict. After all, we should know by now that peacebuilding is not a linear process and is, indeed, a long-term endeavour. The very nature of peacebuilding, therefore, runs contrary to the established logic and practice of many interventions designed in and led by the United Nations. This is no small challenge for the PBC. Yet, as we witness in

various situations, the importance of conflict prevention, long-term engagement, and due consideration of the root causes of conflicts is today as relevant as ever.

From the very outset of the PBC's establishment, and indeed of its inception, Brazil remained committed to the cause of elevating and placing peacebuilding at the intersection of the UN security and development policy. Brazil assumed the responsibility of coordinating the PBC's engagement in Guinea-Bissau as early as 2007. It has also contributed, through its continuous membership of the Organizational Committee, to the PBC's engagement in all the other five countries on the agenda. During its most recent non-permanent membership of the Security Council, Brazil highlighted the imperative of developing a UN integrated and comprehensive approach to the challenges of security and development when it organized an open debate on this topic in February 2011.

As Chairman of the PBC in 2014, I intend to promote our collective efforts in order to further deepen the UN commitment to sustainable peace and development in the countries on the Commission's agenda. To this end, I am also looking forward to working closely with the chairs and members of the country configurations and the Working Group on Lessons Learned.

Brazil's experience as Chair of the Guinea-Bissau Configuration can serve as a valuable standpoint for the Chairmanship of the PBC as a whole. I have just returned from a PBC visit to Guinea-Bissau, where I could assess not only the needs for long-term support and improved coordination, but also the importance of the PBC's contribution as a uniquely designed political platform, a body able to bring together key actors and help forge greater harmony between sub-regional, regional and international dimensions. I hope

to be able to promote, with your engagement, similar complementarities between the work of the country-specific configurations, the Working Group on Lessons Learned, and the discussions within the Organizational Committee.

In Guinea-Bissau, I also had the opportunity to meet with women's organizations. I was struck by their commitment to strengthening the economic role of women and thus helping forge a more inclusive political culture in the country. I am convinced of the transformative potential of greater women's participation in the economic and political spheres as a key dimension of peacebuilding efforts. A focus on women's participation, needs and concerns can bring an invaluable contribution to the promotion of more peaceful, democratic and prosperous societies, and I intend to continue to pursue such a focus in our work.

Excellencies and colleagues,

The PBC is approaching another five-year review by the General Assembly and the Security Council in 2015. There are a number of important discussions which need to take place in preparation for this review. I look forward to working closely with you to identify areas and approaches where the PBC can practically demonstrate its relevance, ways to improve its key relationships with the Security Council, the General Assembly, and ECOSOC, and ideas on how the work of country-specific configurations can produce even greater positive effects on the ground. I intend to continue to promote greater interaction and coordination between the PBC and the Security Council. As Chair of the Guinea-Bissau Configuration, Brazil has always sought to provide the Security Council with relevant advice from a peacebuilding perspective. I note with satisfaction that Resolution 2134 adopted yesterday by the Security Council, on the situation in the

Central African Republic, recognizes the importance of the role of the PBC in mobilizing international commitment in support of the UN and regional efforts in the country.

The forward agenda presented in the PBC's report on its seventh session, which we just unanimously adopted, outline the areas requiring particular attention. One is the need to continue to reflect on how we, Member States, define and undertake our commitment to the PBC's engagement in the countries on the agenda. The great potential of the PBC resides in its composition and intergovernmental character. It is ultimately up to us to make the most of it, in terms of providing strategic guidance, forging greater coherence, and strengthening national and regional ownership. Here, I turn in particular to our African colleagues, in highlighting the importance of their engagement and vision.

Africa today experiences major political evolutions, economic growth, and the rapidly changing features of dynamic societies. African regional and sub regional organizations are displaying an unprecedented level of coordination, political will and ability to promote regional solutions. The continent is again ascertaining its independence and its invaluable contribution to respond to global challenges. I will therefore very often seek the advice of our African colleagues on how regional and sub-regional perspectives can be further integrated into our work.

Secondly, the PBC is convening its first ever annual substantive session on 23 June 2014. This is an important development which we need to utilize strategically. The annual session should become a standing occasion to consider specific themes and issues of common interest with our partners in the UN system, regional organizations, international financial institutions and civil society. I intend to initiate consultations shortly aimed at

arriving at an early agreement on the content and programme of the first annual session.

Colleagues,

Our work in the various configurations and our discussions in the Organizational Committee this year can be an important input to the 2015 Review. Our country-specific engagement covers a wide range of situations, from relapse into conflict, as we see in the Central African Republic, to advanced peace consolidation, as in Sierra Leone. It is only natural that we examine the practical arrangements that, bringing to bear the full intergovernmental weight of the PBC, can best reflect this multiple and plural spectrum of situations. This can be a very important discussion in the context of the 2015 Review. I invite your contribution to this exercise. I also understand that PBSO, under the leadership of ASG Cheng-Hopkins, will be facilitating a parallel process within the UN system to develop inputs to the 2015 Review.

In this context, I wish to emphasize the importance I attach to the support provided by PBSO and Ms. Cheng Hopkins to the various aspects of the PBC's work and activities. Madame ASG - we will continue to count on your support and advice. I also want to make sure the PBC is positioned to provide you and the Peacebuilding Fund with the best possible strategic input, so that our efforts are increasingly coordinated and mutually reinforcing.

In closing, I wish to stress that while sustaining peace is a central objective of the United Nations' peace and security architecture, we face the systemic challenge of the short span of attention and commitment from the international community to the latent, complex and long-term challenges to sustainable peace. Our effort to address this systemic and ongoing deficiency is still as relevant today as it was back in 2005. As

for our ability to make a difference, I am convinced that we cannot go wrong if we place the well-being and the improvement of the livelihoods of the populations of the countries in PBC's agenda at the center of our commitment. They have struggled and survived under adverse situations for which they are not responsible. I derive inspiration from colleagues with the PBSO, who recently highlighted the importance of empathy and humility in our work. I believe this attitude should continue to guide us in 2014.

Thank you.

**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O MINISTRO DE ESTADO
DA RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO,
NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO
SENADO FEDERAL (6/2/2014)
06/02/2014**

Senado Federal

1ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Havendo número legal, cumprimentando os nossos pares, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador Cristovam Buarque, Senador Luiz Henrique, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, demais Senadores que estarão conosco, senhores embaixadores, senhores representantes de missões diplomáticas que nos honram aqui com suas presenças –, havendo número regimental, declaramos aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores as que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Comunicamos as Sr^{as} e aos Srs. Senadores, Senador Jorge Viana, Ofício de nº 11, de S. Ex.^a o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, solicitando, nos termos do art. 7º, inciso III, letra “f”, da Resolução nº

2, de 2013, do Congresso Nacional, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional indique um Senador para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Esclareço que essa indicação será mediante votação secreta do colegiado em data a ser compartilhada e definida coletivamente.

O indicado terá mandato de dois anos renováveis para compor essa que é uma comissão mista formada por Senadores e Deputados Federais, visando ao exercício de acompanhamento das atividades de inteligência do Estado brasileiro.

Qualquer dos senhores e das senhoras Senadores evidentemente poderão ser indicados à vaga, demonstrando seu interesse até a data da realização dessa reunião em que nós estaremos, naturalmente, obviamente, apresentando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

Na presente pauta, esta reunião destina-se a: realização de audiência pública para discussão dos rumos e desafios da política externa brasileira e prestar informações no âmbito da sua competência.

Convido para que tome assento à Mesa S. Ex.^a o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador Luiz Alberto

Figueiredo Machado. Com muita honra também nós gostaríamos de convidar o Embaixador e Secretário-Geral do Ministério e Secretário-Geral do Ministério, o Embaixador Eduardo Santos, para que fique ao nosso lado aqui na Mesa de direção dos trabalhos, pela alegria de contar com S. Ex.^a aqui conosco nesta manhã.

Nós gostaríamos de registrar, entre nós, com muita alegria, a presença de S. S^a Embaixadora da União Europeia no Brasil, Ana Paula Zacarias. Eu gostaria que S. S^a ficasse sentada conosco aqui.

De igual forma o Chefe da Divisão MERCOSUL da União Europeia, diplomatas da Bielorrússia, Espanha e Estados Unidos, França, Países Baixos, Suécia, Malásia, Canadá. Sejam todos muito bem-vindos à nossa Comissão de Relações Exteriores!

Também gostaríamos de cumprimentar o Prof. Sylvio Luiz Andreozzi e estudantes, discentes do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, que nos honram muito com sua visita à Comissão de Relações Exteriores, na oportunidade em que estamos tendo o prazer e a satisfação de recebermos S. Ex.^a o Ministro Figueiredo, que fará uma exposição sobre os rumos e os desafios da política externa brasileira.

Também o Embaixador Kess Rade, representante dos Países Baixos, que nos honram com sua presença.

É com grande alegria que recebemos, em audiência pública, na Comissão de Relações Exteriores, S. Ex.^a o Chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado, que hoje faz, por assim dizer, sua estreia perante esta Comissão como Ministro de Estado das Relações Exteriores, em atendimento à Resolução nº 4.

Como sabemos, essa resolução prevê, a cada início de Sessão Legislativa, a realização de audiência pública com os titulares das Pastas de Relações Exteriores e de Defesa Nacional,

para que prestem informações relevantes no âmbito das suas respectivas competências.

Nos próximos dias, vamos receber aqui na Comissão S. Ex.^a o Ministro e Embaixador Celso Amorim, que falará sobre os desafios da Defesa brasileira.

O objetivo desta audiência pública, portanto, é discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e das profundas mudanças no sistema internacional a fim de oferecer ao titular da Casa do Rio Branco a oportunidade de compartilhar com o Parlamento sua visão sobre os principais temas da agenda diplomática brasileira, as oportunidades que temos diante de nós e os riscos que devemos evitar.

Diplomata de carreira desde 1980, nosso convidado galgou todos os degraus do serviço público exterior, que todos sabemos ser uma grande escola do mundo e do Brasil.

Na Secretaria de Estado, foi Assessor e Chefe de Divisão, Diretor de Departamento e Subsecretário. No exterior, serviu como Secretário da Missão na ONU; na Embaixada em Santiago, foi Conselheiro em Washington e em Ottawa, além de Ministro-Conselheiro na UNESCO, em Paris.

Essa rica trajetória permitiu-lhe acumular experiência bilateral e multilateral nas mais variadas temáticas, em alguns dos mais importantes processos negociadores dos nossos tempos. Habilita, seguramente, o Chanceler Figueiredo a cumprir com brilhantismo suas novas e relevantes funções à frente do Ministério das Relações Exteriores, a Casa do Rio Branco.

V. Ex.^a assumiu as rédeas do Itamaraty em crise. Isso nós não podemos negar. Em alguns momentos recentes, pareceu que o Ministério das Relações Exteriores esteve perigosamente desconectado da realidade, como se estivesse distanciado do Brasil real e de seus desafios.

Evoco a afirmação pública do sempre saudoso ex-presidente Tancredo Neves, quando se preparava para assumir o Governo – aspas: “Sempre defendi a política externa do Itamaraty nas suas linhas gerais e fundamentos. Tenho mesmo dito que se há um ponto na política brasileira que encontrou consenso de todas as correntes, este ponto é realmente a prática externa levada a efeito pelo Itamaraty.” Note-se que Tancredo se referia à política externa praticada pelo regime militar, alçando-a a patamar de legitimidade típico das políticas de Estado, que têm índole permanente; é o mesmo sentimento que se identificava por trás de algumas críticas a que o Itamaraty e sua ação estiveram submetidos em tempos recentes.

Um Itamaraty permanentemente aberto ao diálogo com a sociedade brasileira e com seu Parlamento é o que se reclamava. O que se deseja é que a nossa Chancelaria, respeitada no mundo todo por sua eficiência e qualificação, possa reassumir seu protagonismo, como reconheço que já volta a ocorrer, no debate sobre as graves opções de política externa que o Brasil tem diante de si, no contexto de um mundo em rápida e profunda transformação nas relações de poder, na economia e no comércio; na reinvenção de um sistema internacional que seja mais compatível com a emergência de novos atores, com a realidade das novas tecnologias, com as características de um mundo em que as fronteiras nacionais se tornaram porosas e flexíveis.

O grande desafio de nossa geração é não desperdiçar oportunidades para que o Brasil cumpra seu destino de país importante nesse mundo novo cujo redesenho se vai revelando a cada dia. Opções e estratégias equivocadas, quando não irreversíveis, demandarão décadas para serem corrigidas. V. Ex.^a tem a experiência pessoal de lidar com êxito, e em papel protagonista, como Chefe do Ministério

das Relações Exteriores, com uma ampla experiência demonstrada ao longo da sua vida profissional, inclusive como negociador principal da “Rio+20” e de negociações globais que se travam no presente momento, que são vitais para o futuro.

Portanto, é com muita alegria que nós o recebemos aqui na Comissão de Relações Exteriores, Embaixador Figueiredo, a quem concedo a palavra para sua exposição.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Sr^{as} e Srs. Senadores que muito me honram com sua presença aqui, senhoras e senhores embaixadores, representantes diplomáticos, vejo também alguns colegas a quem agradeço muito a presença, senhoras e senhores membros da imprensa, eu queria dizer, inicialmente, que é com enorme satisfação e com grande sentido de dever democrático que participo desta audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Reconheço no diálogo com esta Comissão uma atividade absolutamente essencial da minha atuação como Ministro de Estado. Esta é uma oportunidade ímpar de expor o que o Itamaraty tem feito e pretende fazer: esclarecer dúvidas de recolher preocupações e expectativas do Senado; é, sobretudo, um canal para aprimorar a atuação externa do Brasil. Durante minha gestão, considero fundamental manter contatos regulares com esta Casa e com o Parlamento como um todo, como prometi desde o meu discurso de posse. O Itamaraty tem que estar sempre aberto à sociedade brasileira, tem que estar muito próximo do Parlamento e tem que poder ouvir os conselhos, as recomendações, as visões, as críticas, enfim, tudo o que é feito em nome de

um aprimoramento não só do serviço exterior como da política externa do Brasil. E é dessa forma que vejo e recebo todas as sugestões e comentários. Fiquei, dentro desse contexto, muito feliz em ter recebido, ainda que muito informalmente, membros desta Comissão no Itamaraty, em setembro passado, pouco tempo depois da minha posse, que foi, digamos, o início de um diálogo que, repito, quero que seja constante, mas que, pela primeira vez, oficialmente, me traz a esta Comissão.

Eu posso lhes dizer, desde o início, que, seguindo orientação da Presidenta Dilma Rousseff, eu buscarei maximizar o papel da política externa como um verdadeiro instrumento do desenvolvimento nacional. Eu não entendo de política externa, a menos que seja um contribuinte de um projeto de desenvolvimento de um país. Esse é o rumo com que quero contribuir para consolidar, e esse é o sentido básico da ação futura nossa.

O Itamaraty é a face externa de um país que tem privilegiado o crescimento econômico, com inclusão social e, ao mesmo tempo, com proteção ambiental, como objetivos fundamentais. Nessas minhas palavras iniciais, pretendo expor em linhas genéricas como vejo alguns dos principais desafios que o Brasil tem diante de si em sua política exterior. Tais desafios estão intimamente relacionados com a realidade interna, do nosso País, sim, sem dúvida, mas também com um contexto internacional desafiador, como bem disse V. Ex.^a em sua introdução – agradeço muito pela densidade e pelo fato de ter permitido um encaminhamento muito mais fácil do que eu vou dizer, já que V. Ex.^a tocou em questões fundamentais.

Esses desafios são tão mais verdade quanto vemos um mundo que tem experimentado grandes transformações, que incidem sobre a própria distribuição do poder mundial. Entre elas, com um papel cada vez mais importante

e articulação cada vez mais frequente, estão os chamados países emergentes, como o nosso.

Num mundo multipolar, é natural que haja distribuições novas, configurações novas, e o Brasil tem sido extremamente ativo na participação dessas arquiteturas novas e agrupamentos novos, para obtermos uma inserção internacional que corresponda a, como eu disse, um projeto de desenvolvimento nacional que, necessariamente, tem de se projetar internacionalmente.

Ao longo da última década, pudemos identificar vários exemplos que apontam para essa reorganização do cenário internacional, desse verdadeiro reordenamento multipolar, por exemplo, a substituição do G5 ou do G8 pelo G20, como principal instância internacional de coordenação econômico-financeira. Temos um processo de reforma, ainda que razoavelmente lento, do Fundo Monetário Internacional, dando mais voz, maior peso aos chamados países emergentes. Temos a criação de instâncias novas, às quais já me referi, como o agrupamento BRICS, que realizará sua sexta cúpula em Fortaleza em julho próximo. Temos o foro Índia-Brasil-África do Sul, IBAS, cujos países atuam juntos na reforma das estruturas de governança global e na implementação de políticas públicas de inclusão social. Ou ainda, temos o próprio fato de que a Organização Mundial de Comércio passa a ser presidida, pela primeira vez em sua história, por um brasileiro cuja principal base de apoio para sua vitória foram, sem dúvida nenhuma, os países em desenvolvimento.

A despeito de todas essas mudanças, temos que ter também muito claro que as estruturas de governança global ainda não refletem plenamente as realidades novas que encontramos no campo internacional. E é natural. As instituições são reformadas sempre a posteriori, elas não se adiantam ao processo político. A reforma delas será

sempre o resultado do amadurecimento de um processo. O exemplo mais claro é o Conselho de Segurança das Nações Unidas, cujas estruturas e métodos de trabalho remetem a um mundo que não existe mais.

Gosto de dizer sempre: quando foi estabelecido o Conselho de Segurança, em 1945, não só o mundo era outro, mas países como a Índia nem sequer eram países independentes e estruturados. A Alemanha estava destruída com a guerra, o Japão também. Esses países hoje são grandes atores internacionais, mas, à época, não o eram. Portanto, a estrutura do Conselho de Segurança que temos hoje reflete um mundo de 70 anos atrás, e, por isso, buscamos, e buscaremos sempre, mudar a governança, especialmente em uma área tão delicada quanto a da paz e segurança internacional, para que essa governança reflita, sim, as realidades do mundo de hoje.

Seguiremos empenhados, portanto, em promover a atualização dessas instâncias de governança global em benefício de um sistema internacional mais representativo, mais legítimo e eficaz.

As transformações por que tem passado o Brasil são muito significativas, e isso também gera novas oportunidades e desafios para nossa atuação externa. A política externa de um país é, em grande medida, reflexo de sua realidade interna. E tem que ser sempre um reflexo de sua realidade interna.

As mudanças ocorridas no Brasil vão além da ascensão do País à sexta ou sétima economia do mundo. Experimentamos uma expressiva elevação de renda e de emprego. Retiramos da pobreza extrema 36 milhões de brasileiros, fizemos ascender outros 42 milhões à classe média. O Brasil tornou-se – é importante que se tenha plena consciência disto – uma referência mundial em programas de inclusão social e erradicação da pobreza.

É visto como exemplo de um país que deu um salto de crescimento com distribuição de renda em contexto democrático e de respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente. Isso não é fácil. Sempre que recebo visitantes, há uma curiosidade muito grande, uma busca de compreensão maior acerca de como o Brasil conseguiu o que, há muitas décadas, os economistas diziam que era impossível: crescimento acompanhado simultaneamente da distribuição de renda, da inclusão social. Havia como os senhores bem sabem e alguns o sabem muito bem porque se insurgiram contra isso ao longo dos anos, uma teoria de que, primeiro, a economia tinha que crescer para, depois, o povo se beneficiar desse crescimento. Nós mostramos que era possível fazer de outra forma. Hoje em dia, há um enorme interesse internacional por olhar o nosso exemplo e compreender como ele pode ser replicado em outros países.

Além disso, além dessas circunstâncias as quais já me referi, o Brasil com a exploração do pré-sal será um dos maiores produtores de petróleo do mundo, tornando-se, em realidade, o único país de dimensões continentais com capacidade de exportação líquida no tripé bens agrícolas, recursos minerais e recursos energéticos.

Por termos adotado e cumprido metas voluntárias de emissões de gases de efeito estufa e liderado as negociações de desenvolvimento sustentável como a “Rio+20”, o Brasil exerce um papel central na formação da agenda de desenvolvimento pós 2015 das Nações Unidas e também nas negociações sobre mudança do clima. Essas negociações determinarão o futuro do Planeta e o modelo de produção e consumo mundial nas próximas décadas.

A nova configuração das cadeias globais de valor, por sua vez, requer de todos os países estratégias atualizadas de inserção

externa do ponto de vista do comércio e dos investimentos. Essa conjunção maior de mudanças internas no Brasil e externas no cenário internacional tem e continuará a ter efeitos significativos e decisivos sobre a formulação e a implementação da política externa brasileira, que tem que estar perfeitamente informada, perfeitamente sintonizada, tanto com as mudanças internas quanto com os novos desafios do cenário internacional.

As transformações aceleradas do mundo e do Brasil exigem uma política externa que seja, e continue a ser, capaz de identificar e aproveitar as novas tendências em âmbito nacional e internacional, sempre tendo em vista que um dos objetivos centrais de política externa de um país como o Brasil é o desenvolvimento econômico, social, político e cultural em benefício do conjunto de sua população.

Atendo-me à questão da política externa, eu vejo duas vertentes, Sr. Presidente, fundamentais de atuação do Brasil. Na primeira vertente, estão os temas que eu chamaria de temas que conformam a agenda clássica de uma política externa. Entre eles, por exemplo, estão questões ligadas à integração regional, todos os relacionamentos políticos bilaterais, a diplomacia econômica e as questões ligadas à paz e à segurança internacional. Na segunda vertente, eu identifico o que eu chamo de novos temas, embora alguns deles sejam novos, outros não tão novos assim, porém assumiram um papel, uma relevância e um especial significado para nós e para o mundo como um todo, como são o combate à fome e à pobreza, o desenvolvimento sustentável, a mudança do clima, a promoção dos direitos humanos ou ainda temas muito novos como a questão da governança na internet. Abordando inicialmente a chamada agenda clássica. Os termos da diplomacia

econômica são absolutamente cruciais na atual etapa do desenvolvimento nacional, em que, entre outros desafios, está o de elevar o nível de competitividade internacional de nossa economia, nossa inserção nos mercados e, portanto, atividades que gerem para nós e para, brasileiros, emprego e renda.

Temos aqui várias tarefas, como a de levar adiante e concluir negociações comerciais externas, entre as quais, eu ressalto: o acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia; agregar o valor agregado ao produto nacional; expandir a qualificação de nossa mão de obra; incentivar a inovação e as parcerias em educação, ciência e tecnologia; assegurar espaço no ordenamento jurídico internacional para a promoção de políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento; reformar a governança econômico-financeira global; amparar o empresário brasileiro que exporta e se internacionaliza; e atrair investimentos que auxiliem nosso esforço de desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de uma agenda ampla e diversificada em várias frentes, que deve abranger instâncias bilaterais, regionais e multilaterais de formato variado. É um esforço que requer ação conjunta de várias esferas do Governo com envolvimento também de distintos segmentos da sociedade, como empresariado, academia, sindicatos e movimentos sociais.

No contexto desse esforço, o nosso compromisso com a integração regional no MERCOSUL e na América do Sul permanece em primeiro plano. O MERCOSUL, como bem se sabe, não se resume a um bloco comercial, apesar de ter alcançado importantes resultados nesse campo. O comércio intrabloco multiplicou-se mais de dez vezes em duas décadas, saltando de US\$5,1 bilhões, em 1991, para US\$58,2 bilhões, em 2012.

Os significativos resultados comerciais do MERCOSUL explicam-se pela adoção de um

modelo de negociação e de uma agenda de projetos que privilegiam o desenvolvimento socioeconômico e a diversificação produtiva dos Estados-partes. Como resultado, observou-se, após a criação do bloco, o fortalecimento e a diversificação dos setores industriais nos Estados-partes.

O MERCOSUL também foi capaz de gerar arranjos de integração produtiva muito significativos, como é o caso de cadeias de produção industrial, especialmente o caso entre a cadeia automotiva Brasil – Argentina, que juntos são hoje o terceiro maior mercado global de automóveis, depois da China e Estados Unidos.

Além disso, o bloco possui uma agenda que vai muito além dos aspectos econômico-comerciais, com iniciativas e políticas comuns que vão da infraestrutura às telecomunicações; da ciência e tecnologia à educação; da agricultura familiar ao meio ambiente; da cooperação fronteiriça ao combate aos ilícitos transnacionais; das políticas de gênero à promoção integral dos direitos humanos.

O MERCOSUL é, portanto, por todas essas razões, um importante instrumento de promoção da estabilidade política na região e da prosperidade econômica de seus membros.

Em suma, a nossa participação no MERCOSUL tornou-se uma política de Estado e é primordialmente um projeto de desenvolvimento socioeconômico compartilhado, com objetivo de ter um impacto direto na vida e no bem-estar das pessoas.

Ainda na agenda clássica da nossa atuação externa, nossos interesses se projetam naturalmente para além da esfera regional. O multilateralismo mantém-se como base permanente de nossa ação externa, inclusive nos temas de paz e segurança internacional, que se revestem, mais do que nunca, de plena relevância e atualidade. Igualmente atual e

pleno é o apego do Brasil à solução pacífica de controvérsias, posição que, mais do que tudo, reflete os valores que encarnamos como sociedade.

O mundo que se vai delineando deve recusar o uso ilegal da força e fundar-se no diálogo como método de superação de diferenças. Esse é um caso evidente, por exemplo, no caso da Síria. O fim do conflito e da violência, que continua a ceifar tantas vidas dia a dia, só é possível mediante negociações lideradas pelos próprios sírios com apoio ativo e constante da comunidade internacional como um todo. Essa foi a mensagem fundamental que o Brasil transmitiu na Conferência de Genebra II e continuamos prontos a dar a nossa contribuição à paz naquela nação irmã, onde tantos brasileiros têm raízes familiares.

Também na Palestina, negociar continua sendo imperativo urgente. É chegada a hora de finalmente tornar a solução dos dois Estados uma realidade. O Brasil mantém firme o seu compromisso de cooperar com a comunidade internacional e com as partes envolvidas para alcançar esse objetivo.

Nessas questões e em outras, estamos plenamente dispostos a desempenhar o papel que cabe ao Brasil. Foi essa mesma determinação que nos motivou e nos mantém à frente da missão das Nações Unidas de estabilização no Haiti.

Sem dúvida nenhuma, como eu já disse, uma parte nuclear da chamada agenda clássica de política externa, é composta por nossas relações bilaterais, que são tradicionais – nossas relações com os países desenvolvidos e nossas relações com os países em desenvolvimento, cada vez mais crescentes e profícuas – e sem dúvida nenhuma é parte da missão do Itamaraty promover essas relações, torná-las mais densas, mais ágeis e que elas tragam mais benefícios mútuos, tanto ao povo brasileiro, quanto aos povos dos países com

os quais mantemos relações.

Digo, como um parêntese aqui, que o Brasil é um dos doze países do mundo que mantém relações diplomáticas com todos os países do mundo. Eu acho isso um dado da maior importância, que mostra, por um lado, a abertura do Brasil ao mundo, e mostra também a nossa capacidade de dialogar com o mundo e a nossa vontade de nos inserir num mundo melhor e mais justo e próspero em benefício de todos e do povo brasileiro.

Ao lado dessa agenda que eu chamei de clássica, que é a tradicional da nossa ação diplomática, há um conjunto amplo de novos temas que passam a demandar maior atenção do Brasil e que se relacionam diretamente com as transformações do mundo contemporâneo. Refiro-me especialmente à crescente importância da agenda do desenvolvimento social, à definição de novos paradigmas de desenvolvimento sustentável, aos compromissos internacionais em matérias de direitos humanos, às questões relativas ainda às novas tecnologias de comunicação. E nesse ponto, especialmente: a questão da governança global da internet.

O Brasil está muito bem posicionado para ter um papel importante equivalente à nossa dimensão nas negociações dessa nova agenda internacional. Com uma economia que hoje é maior, com uma sociedade mais justa, com uma diplomacia atuante e respeitada em todos os fóruns de negociações internacionais, o Brasil ganhou mais projeção, mais influência e tornou-se uma referência no tratamento da agenda do desenvolvimento.

Hoje, o Brasil, como eu disse e repito, já é reconhecido externamente, sobretudo por seu progresso econômico e social e por sua disposição e capacidade de compartilhar experiências, como é o caso das tecnologias sociais que nós desenvolvemos. Isso constitui um dos mais importantes ativos diplomáticos

que nós temos hoje em dia.

As conquistas econômicas e sociais alcançadas nos últimos anos vieram a somar-se aos recursos e atributos que em seu conjunto nos singularizam. Nós somos um País de dimensões continentais, abundância de recursos, ausência de conflitos étnicos ou de movimentos separatistas, democracia sólida e sociedade civil atuante, compromisso com os direitos humanos, consciência ambiental. Somos um País que tem uma capacidade de atuação externa que é admirada pela coerência entre o discurso e a prática.

Nós vivemos numa situação de paz em nossa região e com nossos vizinhos. É importante ressaltar. O Brasil hoje está cercado por vizinhos onde vigem as instituições democráticas, com governantes democraticamente eleitos, o que não ocorria necessariamente em certos casos no passado. Isso é parte de uma construção integradora que para nós é fundamental.

Em articulação com os demais órgãos governamentais competentes, o Congresso Nacional e a sociedade civil, eu tenciono valorizar cada vez mais a nossa diplomacia social. Temos que nos preparar para essa agenda nova, de modo a realizar ao máximo seu potencial diplomático. Tenho buscado reforçar o número e a qualificação dos nossos quadros nas áreas do Itamaraty que se ocupam dos temas sociais, inclusive em matérias de direitos humanos.

Em matéria ambiental, já temos um patrimônio diplomático acumulado e uma liderança internacional reconhecida. Na “Rio+20”, que sediamos em 2012, contribuimos para a consolidação de um conceito renovado de desenvolvimento, com papel destacado ao objetivo da erradicação da pobreza.

O mundo tem agora o desafio de implementar plenamente o desenvolvimento

sustentável, integrando, de forma efetiva, as dimensões de crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.

Nós vamos sempre, até os senhores sabem, por uma questão de formação passada, eu quero que o Itamaraty continue a contribuir ativamente e decisivamente no êxito das negociações que teremos daqui para a frente na questão da mudança do clima; negociações que estão em curso e que deverão ser concluídas, esperamos todos, em 2015.

As ações do Brasil nessa área são ativas e ambiciosas.

Nós acreditamos que a agenda multilateral do clima não apenas tem que ser não remodelada, mas ela tem que ser intensificada.

As discussões sobre o tema têm que ser pautadas por um princípio clássico de não regressão, ou seja, a não aceitação de retrocessos com relação a compromissos assumidos anteriormente. É o mesmo espírito que nos guiará. Tudo que fizemos antes é algo que está adquirido. Não podemos regredir; temos que intensificar daqui para a frente, porque fica muito claro, e a Ciência mostra que temos, todos, que atuar de maneira urgente.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – No período recente, o Brasil se transformou, ainda, em País beneficiário, em País prestador de cooperação técnica. Nós temos recebido demandas crescentes de cooperação de países interessados em conhecer mais de perto nossas políticas e nossas tecnologias sociais, que vão desde os biocombustíveis à luta contra a AIDS, passando pelo conjunto de ferramentas que concebemos e adotamos em matéria de desenvolvimento social.

A Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, é um braço fundamental de nossa atuação diplomática e é responsável, hoje, por centenas de ações de cooperação técnica implementadas em

quase 100 países em desenvolvimento. É a nossa face solidária, é a nossa face de inserção internacional como um País amigo que está presente e não só está presente mais está colaborando com o desenvolvimento de países do chamado Terceiro Mundo.

Ainda nesse campo da nova agenda, eu gostaria de dizer uma palavra especial sobre as questões relativas ao direito à privacidade na era digital, à governança da internet e à segurança da questão cibernética. Esses temas ganharam particular relevância para nós na sequência de notícias divulgadas, a partir de junho do ano passado, de interceptação não autorizada de comunicações e dados de cidadãos brasileiros, empresas, membros do Governo e a própria Presidenta da República.

Desde o início das denúncias de monitoramento, o Governo brasileiro tem empreendido ações em vários âmbitos. São marcos nesse processo a aprovação pela Assembleia Geral da ONU, em dezembro passado, de uma resolução sobre direito à privacidade na era digital, apresentada em conjunto por Brasil e Alemanha e copatrocinada por um número expressivo de países e, finalmente, adotada por consenso pela Assembleia Geral da ONU.

Essa convocação de uma discussão pelo Brasil foi feita na esteira do discurso da Presidenta Dilma Rousseff na abertura do último debate geral nas Nações Unidas e nos leva também, como passo adicional, à convocação de uma reunião multissetorial global sobre governança da internet a ser realizada em São Paulo em abril próximo.

O lançamento da reunião de abril – essa que ocorrerá em São Paulo – sinalizou a disposição do Brasil em liderar um movimento em favor do aprofundamento da cooperação internacional voltada para a construção de uma governança na internet. É inédita a decisão da Senhora Presidenta da República

de conferir um caráter multissetorial a essa reunião com a participação igualitária de atores governamentais e não governamentais na definição da agenda e no processo decisório. Além de servir de poderoso incentivo para o engajamento de atores não governamentais, sua participação em pé de igualdade conferirá ainda maior legitimidade às decisões a serem alcançadas e será um marco no tratamento internacional de aspectos vinculados à internet. Sempre e sempre em busca da garantia, da liberdade de expressão na internet e sempre em busca da garantia de proteção dos direitos individuais, dos países e dos povos.

Eu gostaria, além disso, de dimensionar rapidamente o papel que assumiram os megaeventos esportivos em nossa atuação diplomática.

Após a realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007 o Brasil vive o que se poderia chamar de a década do esporte. Nós sediamos os Jogos Mundiais Militares em 2011; a Copa das Confederações em 2013; temos no horizonte próximo a Copa do Mundo da FIFA em 2014; temos os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em 2015; os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, no Rio de Janeiro, e os Jogos Universitários Mundiais em 2019.

Como tem repetido a Senhora Presidenta da República, os megaeventos esportivos devem ter um efeito multifacetado no Brasil e na sociedade brasileira, inclusive, devem ser um poderoso aliado para uma conscientização internacional cada vez maior no combate à discriminação racial, étnica, de gênero, enfim, qualquer tipo de discriminação, e ser um poderoso instrumento de promoção da paz, do diálogo e da cooperação com vistas ao desenvolvimento e à inclusão social.

No caso da Copa do Mundo de 2014, o Itamaraty deverá ter um papel importante durante o evento em termos de organização

da cooperação esportiva, vistos, cerimonial, promoção cultural, enfim, e juntamente com outros órgãos o Ministério atuará nas 12 cidades-sede do torneio e nas três capitais que abrigarão centros de treinamento – Aracaju, Maceió e Vitória – em regime de plantão nos centros integrados de comando e controle regionais sendo instalados pelo Governo Federal.

A ideia é de que haja sempre uma unidade do Itamaraty nessas cidades para que sirva de enlace entre as delegações estrangeiras e o Governo, mas também sirva como apoio para eventuais casos de assistência consular que sejam necessários e que são normais num evento desse porte.

Além de medidas já tomadas e com vistas a lidar com o afluxo de pessoas que esperamos será grande, nós estabelecemos a concessão de vistos temporários especiais facilitados, criados exatamente com o objetivo de atender o contingente de torcedores estrangeiros que se deslocarão ao País e que serão emitidos de forma prioritária e gratuita por nossas embaixadas e consulados no exterior.

A propósito, não quero deixar de me referir aos esforços crescentes do Ministério das Relações Exteriores para fazer frente à tarefa de assistência aos brasileiros no exterior. Não é um segredo, ao contrário, é uma nova característica do Brasil o fato de que muitos brasileiros foram viver no exterior nas últimas décadas e isso traz ao Itamaraty um desafio cada vez maior de atender plenamente esses brasileiros que se radicaram no exterior. Mas também é um resultado desse crescimento brasileiro e dessa inclusão social que nosso País atravessa o enorme fluxo de viagens de brasileiros ao exterior. O fluxo de turismo de brasileiros ao exterior que também nos traz novos e singulares desafios na área de atendimento aos nossos compatriotas no exterior.

Ainda que muitas vezes os recursos sejam limitados e haja um sacrifício pessoal e um empenho enorme de nossos funcionários nos postos, aos quais eu quero prestar minha homenagem e reconhecer o empenho, os nossos quadros estão, portanto, sempre permanentemente à disposição dos brasileiros no exterior para atender às necessidades do cidadão fora do Território Nacional. O trabalho prestado pelos servidores consulares brasileiros no exterior pode ser, por exemplo, quantificado em números muito impressionantes.

Em 2013, os 182 consulados e setores consulares de embaixadas nossas no exterior processaram mais de 275 mil documentos de viagem, cerca de 550 mil vistos e mais de 800 mil atos notariais e de registro civil. Os números são impressionantes e mostram um crescimento muito grande e, como eu disse, um desafio cada vez maior para os meios que nós temos, mas também mostram que o atendimento está ocorrendo com números bastante altos.

Tenho muito presente a necessidade de aperfeiçoamento constante dos serviços consulares prestados pelo Itamaraty à sociedade brasileira, que tem que dar resposta a esse crescimento da demanda. E esse atendimento é, para nós, por todos os títulos, prioritário. Para tanto, eu espero poder contar sempre com a parceria e o apoio do Congresso Nacional para garantir que sempre haja a disponibilidade dos meios necessários ao cumprimento dessas funções.

Sr. Presidente, eu vejo que me estendi um pouco e eu gostaria de concluir retomando o ponto em que toquei no início da minha intervenção: minha firme determinação e compromisso de ampliar a abertura do Itamaraty à sociedade brasileira. Eu considero fundamental valorizar a interação do Itamaraty com o conjunto do Governo, dos demais

Poderes e da sociedade civil.

Os temas de política externa, felizmente, mobilizam cada vez mais o interesse e a atenção dentro do País. Trata-se de um desenvolvimento muito positivo da nossa democracia que ocorre em momento em que se amplia a projeção externa do Brasil e cresce a percepção no plano interno sobre a relevância dos assuntos internacionais e seu impacto sobre a realidade e os destinos nacionais.

Nesse contexto, Sr. Presidente, o Itamaraty iniciará ainda este mês uma série de eventos de diálogo entre Governo, Congresso e sociedade civil sobre temas centrais da política externa brasileira. Além de entidades públicas, os eventos reunirão representantes da academia, da imprensa, dos movimentos sociais, de organizações não governamentais, dos sindicatos e de setores empresariais.

Com isso, nós daremos conteúdo concreto a essa determinação a qual eu me referi, de maior abertura e interação com a sociedade brasileira. Esses eventos, que eu chamo de diálogos sobre política externa, ocorrerão ao longo do mês de março, iniciar-se-ão este mês ainda, como eu disse, no final do mês. Ocorrerão ao longo do mês de março e contribuirão para o aperfeiçoamento desse diálogo.

É óbvio que o diálogo não se esgotará com esse exercício, mas esse exercício abrirá portas e canais para a continuação desse diálogo. E, como resultado desse processo, o Itamaraty elaborará um livro branco da política externa brasileira, que conterà princípios, prioridades e linhas de ação da política externa. A elaboração desse livro branco, que eu acho da maior importância, será, sim, o fruto desse diálogo aberto, arejado, participativo, como necessariamente tem que ser.

Com isso, eu creio que o Itamaraty poderá dar sua modesta contribuição para o aprimoramento, que deve ser permanente, do

debate democrático sobre as políticas públicas implementadas no País. É um imperativo que nos mobiliza a todos aqui reunidos e que informará, em caráter prioritário, a minha gestão á frente do Ministério das Relações Exteriores.

Eu queria agradecer sobremaneira a honra do convite, reiterar o meu prazer de estar nesta Casa, que é a Casa do povo brasileiro, e fico, desde já, à disposição de todos para responder a eventuais comentários ou eventuais pedidos de esclarecimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a S. Ex.^a o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro Figueiredo, que realmente se alongou, mas foi necessário para que V. Ex.^a pudesse ter a oportunidade de explanar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e também aos brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, pela Internet, sobre a visão do nosso Ministro em relação aos desafios da política externa brasileira.

Desejo cumprimentar os nossos Embaixadores, Diplomatas do Itamaraty na pessoa do Embaixador Pedro Borio, que sempre está conosco aqui, nesta Comissão, fazendo a interlocução desta Comissão e do Senado com o Ministério das Relações Exteriores.

Sem delongas, passo a palavra à Senadora Ana Amélia; em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy, Senador Cristovam Buarque, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Luiz Henrique e Senador Moka, que estará conosco, assim como o Senador Jorge Viana.

A ideia é fazermos um giro global do conjunto das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e, posteriormente, passaremos a palavra a S. Ex.^a o nosso Ministro, para que ele possa responder aos questionamentos das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Com a palavra, S. Ex.^a a Senadora Ana Amélia.

A Senadora ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Ricardo Ferraço, caro Chanceler Luiz Alberto Figueiredo, caro amigo Embaixador Eduardo Santos, caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores que acompanham a transmissão desta audiência pública pela TV Senado.

Prestei bastante atenção, Chanceler, sobretudo nesse enfoque do MERCOSUL, sou uma Senadora do Rio Grande e esses temas são bastante caros para os Senadores do meu Estado.

Neste momento, está havendo essa negociação entre o MERCOSUL e a União Europeia, referida por V. Ex.^a, mas esse esforço parece naufragar com as recentes tratativas entre Europa e Estados Unidos na criação de uma gigantesca área de livre comércio. O que ganharia o MERCOSUL nesse acordo com a União Europeia? Desde quando era jornalista, eu acompanhava isso e já via as dificuldades em função de ser a Europa produtora de produtos agrícolas, portanto concorrente com altos subsídios dos respectivos governos. Então, essa resistência está em parte nesse processo. Porém, ao mesmo tempo em que abrimos espaço para ampliação da venda de produtos agrícolas, nós perdemos terreno para os produtos manufaturados, que é o que nós temos na relação com os Estados Unidos.

O que lhe pergunto, do ponto de vista estratégico e diante da fragilidade que o MERCOSUL está enfrentando neste momento, particularmente na relação bilateral de comércio Brasil-Argentina, e quando V. Ex.^a diz que um dos objetivos do Itamaraty é amparar o empresariado brasileiro, que exporte e se internacionalize, eu lhe diria que os produtores de calçado do meu Estado não têm nenhum motivo de celebrar porque, no ano

passado, a Argentina não permitiu a entrada de 750 mil pares de calçados no mercado argentino, comprados por uma importadora argentina. Passou o Dia das Mães, o Natal e esse calçado não chegou lá.

Esse é um problema grave que impacta socialmente. E, quando se fala também da questão do compartilhamento, palavra referida por V. Ex.^a, que no MERCOSUL o objetivo é a promoção da estabilidade política e econômica e proteger o desenvolvimento compartilhado e o bem-estar das pessoas. O bem-estar, para mim, é a segurança da manutenção do trabalho do setor da indústria calçadista do Rio Grande do Sul.

Portanto, não seria também estratégico que o Brasil buscasse um acordo e um tratado de comércio com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que vá caminhando para isso? A gente está olhando o cenário na região e vê que a Aliança do Pacífico tem 36% dos habitantes, tem 26% de todos os investimentos diretos estrangeiros e é formada pelos países que integram esse bloco a Colômbia, México, Chile e Peru. Só para se ter uma ideia, o México tem acordos comerciais com 44 países; a Colômbia, com 30 países; o Chile tem acordos comerciais com 60 países; o Peru só firmou acordos com 50 países. O MERCOSUL, até este momento, só fez dois acordos de livre comércio: um com o Egito e outro com Israel. Então, nesse aspecto, uma pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, Prof^a Vera Thompson, que mostrou exatamente essa questão de que é conveniente, sim, um acordo com a União Europeia; porém, se o setor agropecuário será beneficiado, o setor industrial, o setor agropecuário será beneficiado, o setor industrial terá algum problema.

Ainda quanto à extensão do compartilhamento do bem-estar da população, nós trabalhamos aqui, chanceler, numa acordo

de fronteira Brasil-Argentina. O acordo foi aprovado. Nós agilizamos, até a pedido do nosso embaixador, que nos assessorava aqui, e não saiu do papel porque um acordo desses, assinado por dois presidentes, aprovado pela Câmara e pelo Senado, não entra em vigor porque não tem a assinatura de todos os ministros que estão envolvidos nesse processo. Faltam as assinaturas do Ministério da Agricultura e do Ministério da Saúde.

Então, como é que se aceita que é uma decisão presidencial? Na execução, ele perde eficácia, por conta disso. Então, as pessoas que moram na fronteira de Uruguaiana, de São Borja, não sentem esse MERCOSUL que a gente quer, desburocratizado, simplificado, por conta de uma burocracia que não se justifica quando se quer uma aproximação dessas. Então, eu faço isso como Senadora do Rio Grande e cuidando dessas questões.

Essa situação do MERCOSUL me preocupa muito porque somos muito interligados, especialmente com Uruguai e Argentina, com quem temos uma relação realmente fluida e muito amistosa até. Brigamos no futebol, mas não brigamos nas relações. Agora, esse problema está incomodando muito o Rio Grande do Sul nessa barreira comercial injustificável da Argentina, que está substituindo o produto do Rio Grande do Sul pelo produto chinês. Aí, o compartilhamento da solidariedade do MERCOSUL não está existindo.

Queria colocar a V. Ex.^a outra questão. A Câmara está tratando do “Protocolo de Nagoya”, que trata de questões relacionadas ao interesse também da produção agrícola, em função da questão. O Ministério das Relações Exteriores, pelas minhas informações, está trabalhando intensamente nisso. Mas sei também que não há dentro do Governo, pelo menos, uma coincidência de pontos de vista em relação a essa matéria. O Protocolo de

Nagoya tem também como paralelo o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.

Eu queria saber de V. Ex.^a a fundo como é que estão essas negociações, com modelos e cláusulas contratuais e a formação de mecanismos de repartição de benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos.

Poderia informar se o Congresso Nacional receberá os resultados dessas tratativas que estão sendo feitas, a fim de subsidiar sua deliberação sobre o “Protocolo de Nagoya”?

Ainda no espírito de estreitar o fluxo de informações entre o Ministério de Relações Exteriores e o Senado Federal, se o senhor poderia encaminhar informação sobre a posição de outros países sobre a interpretação da relação do Protocolo de Nagoya com o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e a Alimentação, denominado TIRFAA, e com recursos fitogenéticos para a agricultura e alimentação não arrolados nesse tratado internacional, que é fundamental para a exportação das commodities, visto que o Brasil produzirá 200 milhões de toneladas de grãos.

Queria também saber de V. Ex.^a acerca do impacto eventual da ratificação do Protocolo de Nagoya sobre os setores de produção agrícola e pecuária do Brasil e, por consequência, sobre a economia brasileira. Em especial, poderia detalhar, nessa exposição, o impacto sobre itens que não fazem parte do TIRFAA, como soja, café, cana-de-açúcar, produtos animais e produtos florestais. E também o efeito desse tratado sobre o material “ex situ” presente no nosso território, a exemplo do acervo de coleções biológicas e de bancos de germoplasmas de produtos exóticos.

Finalmente, eu queria, caro Chanceler, saber como ficaram as relações Brasil-Estados

Unidos depois do problema da espionagem que aconteceu em relação à agência americana.

Esta é uma Casa democrática. O Senador Suplicy e eu costumamos usar pedidos de entidades. A Conectas Direitos Humanos encaminha pedidos e eu faço questão de transmitir ao senhor. A primeira: em 2014, o Brasil continua como membro do Conselho. Em 2014, o Brasil continua como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU? Quais as prioridades do Brasil nesse foro? E a outra, do João Silva, também enviada pela Conectas: Existem perspectivas para ampliar vagas anuais para o concurso de admissão à carreira diplomática?

São as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Ex.^a o Senador Eduardo Suplicy.

O Senador EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, prezado Embaixador Eduardo Santos, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, caro Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro das Relações Exteriores e da Defesa Nacional, agradeço a sua disposição de dialogar conosco, seja na primeira visita que fizemos, quando V. Ex.^a nos convidou em setembro último, logo após sua designação para termos um primeiro diálogo, que já foi tão produtivo, e, agora, de uma forma ainda mais aprofundada, acredito tanto pela sua exposição bastante completa sobre tantos temas como agora na oportunidade que temos de formular perguntas.

Uma questão bastante importante que tem preocupado, e nós temos aqui acompanhado, desde quando, em 2004, iniciou-se a MINUSTAH, missão de paz das Nações Unidas no Haiti, houve como que

um compromisso das nações que formaram a MINUSTAH com a responsabilidade para o Brasil de ser o coordenador daquela missão de haver uma perspectiva, e isto tem sido objeto, por vezes, de observações inclusive de parlamentares – um Senador do Haiti que, por vezes, tem visitado o Brasil, e nos pergunta: quando é que vai haver a fase de efetiva soberania para o Haiti; o quanto será necessário a permanência da missão nos moldes em que se iniciou; e como tem avançado, quais são os passos que têm sido dados para que, mais e mais, possa o Haiti, com a cooperação do Brasil e de todos países que fazem parte, tendo inclusive em conta a decisão anunciada no ano passado pelo Presidente Pepe Mujica, do Uruguai, de que iria sair da MINUSTAH, Vendo essa perspectiva, justamente, acredito que ele tenha dialogado com a Presidenta Dilma, com V. Ex.^a, a respeito dessa fase de transição prevista.

Então, agradeço muito se V. Ex.^a puder nos informar que perspectiva há, que passos existem. E também será muito interessante que possa nos dar algumas informações sobre o desenvolvimento do Haiti, uma vez que o Brasil, além de colaborar ali para a força de pacificação, também tem tido o propósito de colaborar com o desenvolvimento econômico-social do Haiti, que se faz tão necessário. Inclusive, na medida em que isso for bem sucedido, claro que isso colaborará para a resolução de outro problema que tem preocupado brasileiros, inclusive o nosso Senador Jorge Viana e o Governador Tião Viana: sobre o número tão grande de haitianos que, muitas vezes por causa das dificuldades econômico-sociais no Haiti, têm se transferido para outros países, e o Brasil é um dos que mais tem recebido haitianos.

Agradeço também se puder nos dar a informação – se o Senador Jorge Viana estivesse aqui, ele certamente estaria

perguntando – sobre como está a questão da receptividade, inclusive da legalização e até da assistência aos haitianos, seja ali no Acre, seja em outros Estados do Brasil que os têm recebido, se puder nos dar uma informação a respeito.

Outro tema sobre o qual gostaria de que pudesse nos dar informações diz respeito às relações entre Cuba, Estados Unidos e Brasil e o papel que o Brasil naturalmente tem tido, pela proximidade que desenvolveu durante os governos... Isso desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, mas depois, com o Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff, que recentemente esteve em Cuba com o Presidente Raul Castro e com o Comandante e ex-Presidente Fidel Castro.

Mas tem havido sinais que acredito que o Governo brasileiro tenha até estimulado. Por exemplo, a decisão do Governo cubano, do Parlamento e do Executivo, de proporcionar uma nova lei que permitiu aos cidadãos cubanos viajar com maior liberdade para o exterior e que, por exemplo, resultou na visita aqui da blogueira Yoani Sanchez, que teve uma repercussão grande. Alguns até protestaram, mas eu fui uma das pessoas que inclusive acharam positivo que ela tivesse nos visitado, com a anuência do Governo brasileiro e do próprio Governo cubano, pois isso, no meu entender, significava um sinal positivo de abertura e de expansão das liberdades em Cuba e mais um sinal, dentre outros, de que possam os Estados Unidos finalmente terminar com o embargo em relação a Cuba, seja na área econômica, seja na área cultural, com a possibilidade de americanos e cubanos se visitarem mutuamente e assim por diante. Parece-me que o Brasil tem tido um papel importante neste avanço.

Ainda na sua última mensagem sobre o estado da nação, o Presidente Barack Obama chegou a mencionar a sua disposição e a pedir

ao Congresso Nacional norte-americano que avançasse na possibilidade de se encerrar a prisão de Guantánamo, que é uma das solicitações do Governo cubano para que se restabeleçam as relações entre Cuba e os Estados Unidos.

Como o Brasil, de alguma forma, interage tão bem com o Governo cubano, agradeço se pudermos ter informações sobre se de fato, nesses diálogos, tem havido, inclusive com o Presidente Barack Obama, a perspectiva de ele, ainda neste mandato, encerrar o embargo ou o bloqueio entre Estados Unidos e Cuba, o que fará muito bem às três Américas.

O senhor nos falou um pouco das questões da Síria, do Irã, do Oriente Médio, mas eu farei parte na próxima semana – quero informar ao Presidente Ricardo Ferraço oficialmente –, junto com outros Senadores, acho que Cícero Lucena, Valdir Raupp... Fomos convidados para participar, junto com alguns Deputados Federais, de uma missão ao Irã. A Embaixada do Irã tem conversado oficialmente com o Congresso Nacional. Então se trata de uma missão oficial. Até nos convidaram por dez dias, mas eu poderei apenas ir no dia 14 e voltar no dia 19, pelas obrigações que temos aqui no Brasil. Não vou ficar todo o tempo, mas ali será uma missão de conhecimento e o Brasil tem colaborado para que nesses últimos tempos, últimos meses haja um desenvolvimento melhor das relações entre os Estados Unidos, a Rússia, o Irã e outros países, e o Brasil colaborou para que isso ocorresse, inclusive no que diz respeito à questão da utilização de eventuais armas nucleares ou da energia nuclear, que agora passa a ser mais bem acompanhada pelos órgãos da ONU como decorrência desse melhor entendimento, que vai contribuir para a paz no Oriente Médio.

V. Ex.^a nos informou que o Brasil também tem colaborado para a paz na Síria. E eu quero dizer quão importante é, V. Ex.^a mencionou

para a comunidade brasileira que tem tantos parentes na Síria. É algo muito importante. Eu acho que todo o esforço que o Itamaraty, o Governo brasileiro puder desenvolver para que, efetivamente, finalmente consiga se avançar nessa questão da Síria é fundamental. Também quero estimular, V. Ex.^a mencionou que possa haver um melhor entendimento entre Israel e Palestina, pois avalio que nós brasileiros, até por darmos aqui exemplos de um melhor entendimento entre toda a comunidade judia, palestina e árabe, nós temos tudo para colaborar para esse bom entendimento e inclusive o reconhecimento, conforme salientou, dos dois Estados.

A Senadora Ana Amélia fez alguma perguntas que nos foram sugeridas até pela Conectas, eu farei também algumas, sobre a Síria, propriamente, como o Brasil avalia os resultados da Conferência de Genebra sobre a paz na Síria e em que medida podem avançar melhor.

Sobre a transparência a participação social, no primeiro semestre do ano passado, foi anunciado que até o fim do ano haveria um âmbito formal e permanente de participação da sociedade civil na política externa, do qual participariam diferentes entidades do Governo e da sociedade civil. Como é que está o calendário para implementação dessa iniciativa tão positiva?

Quando o Itamaraty enviará o texto da “Arms Trade Treaty”, Tratado de Comércio de Armas, aos Ministérios relevantes e à Casa Civil, e quando estima enviar o Tratado ao Congresso Nacional?

Recentemente, foi divulgado pela imprensa que, na Suíça, a Presidenta Dilma iria se reunir com Joseph Blatter, Presidente da FIFA, e que o designou para que fizesse gestões junto ao Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, para que fosse lançada uma proposta conjunta Brasil-ONU-FIFA, de paz e contra a

discriminação racial. Que encaminhamentos foram dados até agora sobre esse tema?

O Governo brasileiro congratulou-se recentemente com a OEA pela aprovação, em 6 de junho de 2013, em Antígua, na Guatemala, da Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, e a Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Mas estas Convenções ainda não foram encaminhadas pela Casa Civil – acho que essa é uma questão, inclusive, de interesse da Ministra Luiza Bairros –, se há alguma previsão para que as Convenções sejam encaminhadas ao Congresso Nacional.

Também, como a Senadora Ana Rita colocou, acho que seria muito interessante que V. Ex.^a pudesse, embora já tenha mencionado, desenvolver mais a questão relativa, no meu entender, à compatibilização do melhor desenvolvimento do MERCOSUL, de nossas relações comerciais com os nossos países da América do Sul, do MERCOSUL, mas como compatibilizar isso com o melhor relacionamento também com a União Europeia e os Estados Unidos, o Canadá, o México; enfim, como será possível combinar, compatibilizar o melhor desenvolvimento do MERCOSUL, mas, ao mesmo tempo, desenvolverem muito mais as relações com os países desenvolvidos e demais países do mundo e também com os países não apenas da América do Sul, mas da África e da Ásia em desenvolvimento, que para nós são tão importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque; em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Senador CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a

cada uma e a cada um, bom dia especialmente ao Sr. Ministro e a todos que o acompanham.

Quero dizer, Ministro, que fiquei feliz, satisfeito, orgulhoso e o parabenizo por sua fala.

Chamo a atenção de dois pontos que me tocaram especialmente: primeiro, é essa constatação de que o Brasil é um dos 12 países com relação ampla no mundo inteiro. Isso realmente deve ser motivo de comemoração e de orgulho para todos nós e um resultado da política de ampliação e da presença do Brasil no mundo nos últimos anos. Ao mesmo tempo, gostei muito da ideia de que o Brasil hoje é um País que fornece assistência aos outros países, conforme a nossa dimensão.

Agora, isso me traz uma preocupação de que haja um retrocesso, não por culpa do Itamaraty, mas por culpa de restrição de recursos. Já fiz isso aqui outras vezes, dizendo que o que pudermos fazer para que o Itamaraty não sofra por causa da desvalorização do real – uma vez que o orçamento do Itamaraty é em dólar e aqui os recursos em reais não compram mais os dólares necessários –, pode contar.

Quero alertar e saber se, de fato, é correto, que, devido a essas restrições, por exemplo, hoje até cursos de idiomas estrangeiros não estão sendo dados mais aos funcionários. É interessante que, nesse momento de Copa, há cursos para taxista, o Banco do Brasil está dando curso de inglês para os seus servidores, a Polícia Federal está liberando agentes e delegados para que façam cursos de inglês; e, se for verdade, é muito grave! Gostaria de saber como colaboramos com o Itamaraty. Ao mesmo tempo, as informações que temos é que especialmente as embaixadas nos países considerados C e D estão sofrendo muitos apertos. E, se esse aperto continua, daqui a pouco temo que se faça o que foi feito no começo dos anos 90 que é fechar embaixadas por falta de recursos.

Seria um retrocesso muito grande, até porque, diante do tamanho dos nossos orçamentos, o custo do Itamaraty é pequeno, o custo de uma embaixada é pequeno, comparado com o benefício que traz ter nossa bandeira ali, independentemente de retorno econômico que traga, até porque diplomata não é caixeiro-viajante, ele também tem o papel de promover nossas exportações, mas não é esse o principal papel, esse é um detalhe dentro do conjunto de suas atividades.

Além disso, gostaria de saber como anda o acordo nuclear do Brasil com a Alemanha. Esse acordo, que já tem mais de 30 anos, hoje está obsoleto, uma vez que a Alemanha abandonou a energia nuclear. Sei que já houve intenção de transformar esse acordo de cooperação nuclear em um acordo de energia em geral, mas quero saber se isso já está em prática, se já foi feita revisão ou não; o mesmo para o Japão, só que aí não houve ainda o acordo, mas havia a intenção de um acordo. Eu creio que, na viagem que faria a Presidente Dilma, o acordo seria assinado. Foram geradas até mobilizações lá, no próprio Japão, contra isso. A Presidenta até andou cancelando a viagem por causa das mobilizações aqui dentro, que não eram por causa disso, obviamente.

Como é que estão esses dois acordos, que levam o Brasil a continuar sendo um País que recebe tecnologia para energia nuclear, enquanto esses países que nos fornecem assistência estão abandonando a energia nuclear? Além da ideia – eu creio que o Senador Suplicy falou, mas não interessa muito – do problema do tratado sobre o comércio de armas, que nós fomos um dos primeiros países a assinar e que parece que está um tanto parado.

Finalmente, uma questão que eu venho falando aqui diversas vezes e que talvez seja o único ponto que me choca com o Itamaraty. Eu me considero um dos Senadores próximos,

mas há uma coisa que me incomoda na política externa.

O senhor mesmo falou da nossa presença no mundo, de sermos um País grande, mas, ao mesmo tempo, da cultura dos países pobres. Eu insisto e lhe consulto se a vantagem política que a gente ganha de ter um assento permanente no Conselho de Segurança não é menor do que a força moral que teríamos se fôssemos a favor de acabar com membros permanentes no Conselho de Segurança. Alguns me dizem: “Mas isso não se vai conseguir.” Existem lutas que são tão boas que é melhor até que elas não sejam vitoriosas para que a gente continue lutando por elas.

Eu insisto que nós estamos pagando um preço alto, do ponto de vista de concessões aqui, de concessões ali, para conseguir um voto a mais para termos uma cadeira no Conselho de Segurança. E eu, sinceramente, acho que estamos jogando fora a chance de o Brasil ser o principal líder, o que daria uma grande força moral de acabar com essa excrescência, obsolescência de termos membros permanentes com poder de veto. São essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Antes de ouvirmos o Senador Aloysio Nunes Ferreira, nós estamos recebendo aqui um conjunto de perguntas, através da internet, do Alô Senado, e eu vou fazer aqui umas duas ou três, até para fortalecer e estimular que a sociedade possa participar desses temas.

Da Câmara de Comércio Brasil e Estados Unidos. Algumas fontes avaliam que 50% do comércio internacional se produz entre países que têm acordos de livre comércio. Os países com maior atividade comercial em relação ao PIB têm acordos comerciais com diversos países, como é o caso da Tailândia, Chile, México, para citar alguns. O Brasil tem acordos com poucos países, que representam números

muito baixos no comércio global. Quais são os planos do Ministério das Relações Exteriores para avançar na participação do Brasil no comércio global? Como a diplomacia pretende auxiliar nessa maior inserção global?

O estudante Lucas Penha Silas, da Universidade de Uberlândia, pergunta as motivações e os ganhos que o Governo brasileiro poderá ter ou terá com os investimentos feitos no Porto de Muriel, em Havana, Cuba.

Também a Marília Soares Leite, de Uberlândia, pergunta qual foi o momento mais gratificante da longa e exitosa carreira diplomática de V. Ex.^a.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Sr. Ministro, Sr. Embaixador Eduardo dos Santos, eu vou tocar num ponto, Sr. Ministro, que V. Ex.^a elencou como fazendo parte da agenda nova, embora tenha feito a ressalva de que não é tão nova assim. É o ponto dos direitos humanos, que é um ponto que está na agenda internacional, pelo menos desde 1945, a minha idade.

O Senador Suplicy fez referência à ação do Brasil como facilitador de algum entendimento em crises internacionais. Ele se referiu especificamente à crise da Síria. Eu não sei se o Brasil terá condições de, além da exortação, atuar concretamente nesse sentido. Mas, em todo o caso, ministro, situações como essa têm como consequência o deslocamento de pessoas, têm por consequência sofrimento de pessoas, que são apanhadas num fogo cruzado de conflitos étnicos, religiosos, políticos – é o caso da Síria –, e o Brasil, sendo um país que tem comunidades originárias desses países, numerosas e influentes, é, seguramente, um ponto de eleição para refugiados.

A legislação brasileira sobre refugiados é inovadora a atual lei. Ela tem um dispositivo

que, aliás, foi sugerido, na época, eu fui Relator desse projeto na Câmara, por um grande brasileiro, que era o representante da ACNUR aqui, na América do Sul, que é o meu saudoso amigo, e amigo, também, do Cristovam Buarque, Guilherme Lustosa da Cunha. A inovação foi de monta, porque o conceito de refugiado, do objeto da ação de refúgio deixa de ser, não é apenas um indivíduo, Sr. Fulano de Tal, que é perseguido em função da sua crença, da sua religião, da sua opção política, do seu enfrentamento com determinado governo etc., mas passa a abranger comunidades inteiras. Podem obter o refúgio pessoas que fazem parte de contingentes humanos que são vítimas de perseguições massivas, é o termo que a lei usa.

Eu constatei, Ministro, com tristeza, num noticiário recente a respeito dessa médica cubana que poderia vir a pedir asilo no Brasil, se é que já não pediu, o gargalo do CONARE, o Conselho Nacional de Refugiados. A notícia que o Jornal Nacional, da Rede Globo, divulgou é que esse Conselho se reúne uma vez a cada três meses e que tem cerca de 1,5 mil processos pendentes de exame.

Então, eu queria colocar essa questão ao senhor, embora seja um assunto que não, o assunto não é da sua Pasta, é do Ministério da Justiça, mas é um assunto que diz respeito à presença do Brasil no mundo, para que, porque eu penso que é um tema relevante, não apenas dar vazão a esses pedidos, como, também, uma parceria sólida com a representação da ACNUR no Brasil e, também, com entidades da sociedade civil, para que esses refugiados possam ter uma inserção efetiva na comunidade brasileira. Essa é uma primeira pergunta.

Também ligada ao tema dos direitos humanos, Ministro, eu vou, aqui, ser o porta-voz de perguntas que foram dirigidas a nossa Comissão pela Conectas, que tem uma

interlocução periódica com o Ministério das Relações Exteriores e com a nossa Comissão. A primeira diz respeito a um tema que já foi mencionado aqui que é o seguinte: no atual contexto de fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em que o Itamaraty celebrou a eleição do futuro comissionado Paulo Vanucci e o Supremo Tribunal Federal recebeu uma sessão extraordinária da Corte Interamericana, que também conta com um Juiz brasileiro, quando o Brasil voltará a indicar um representante permanente junto à OEA e se o País pretende incrementar o seu aporte financeiro a esse sistema, sendo consequente, assim, com o recente avanço no discurso e na participação deste órgão.

Uma outra questão, Sr. Presidente, Sr. Ministro, é um fato que ocorreu, agora, no começo do ano, também vem da Conectas. Entre 28 e 31 de janeiro, estava previsto para ocorrer no Brasil o terceiro encontro do grupo de especialistas designados para a revisão das regras mínimas para o tratamento de presos das Nações Unidas. Entretanto, este encontro – eu abrevio – foi cancelado, interrompendo o calendário de um processo de revisão dessas regras que já dura dois anos. A pergunta é por que motivo foi cancelado e se há uma nova data prevista para a ocorrência desse encontro.

Uma outra, Sr. Presidente, e a última, é de um tema que foi abordado, assim, bastante de passagem na intervenção do Senador Cristovam Buarque, que fala do preço que o Brasil paga para conquistar uma cadeira, o preço político, no Conselho de Segurança da ONU.

A pergunta é a seguinte: Ministro, a política externa do Governo Lula no que tange aos direitos humanos foi duramente criticada por entidades internacionais, tais como a Anistia Internacional, a “Rio Human Right Watch”, e Conectas. Basicamente essas

entidades acusam a diplomacia brasileira de barganhar apoio político, visando a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em detrimento da defesa dos direitos humanos.

Como exemplo, cita-se a abstenção do Brasil em importantes votações do Conselho de Direitos Humanos da ONU, como a condenação pelo órgão da ação do Sudão em Darfur. O mesmo pode ser visto nos casos de Sri Lanka, Coréia do Norte e do Congo, onde o País evitou tomar posições mais duras na condenação dos crimes cometidos por esses países na esfera dos direitos humanos.

Eu queria acrescentar mais um caso, que é o caso da Geórgia. A Geórgia, como o senhor sabe, é um País que luta há séculos para a afirmação da sua independência. Tem lá uma língua própria, uma cultura própria e um apego muito forte à sua identidade nacional.

No entanto ela é vítima de um abraço da Rússia que se estende também à Moldávia, agora à Ucrânia e, no caso da Geórgia, a situação é mais grave, porque você tem lá uma intervenção militar, tomaram um pedaço do território georgiano e isso levou a um deslocamento de dezenas de milhares de nacionais georgianos, criando um problema típico da esfera dos direitos humanos. A Geórgia já bateu às portas das Nações Unidas e eu gostaria de saber qual é a posição do nosso País diante disso.

Então a pergunta que foi feita por esse cidadão que nos interpela via conectas, é em que a diplomacia do Governo Dilma, sob sua chancelaria, se diferencia do Governo anterior quanto ao regime internacional de direitos humanos.

Muito obrigado.

Agradeço também, como os meus colegas, a sua presença e o diálogo nesta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na linha

Sr. Ministro do que ele perguntou, em seguida passamos a palavra ao Senador Luiz Henrique. E pessoalmente estive numa missão na companhia do Senador Abílio e do Senador Jorge Viana, no Acre.

Fomos a Epitaciolândia, fomos a Brasília e fomos a Assis Brasil. Fomos pessoalmente à fronteira do Brasil identificar a complexidade da imigração haitiana. O desafio, o problema enfim da imigração é um problema que está na pauta da agenda, da política externa brasileira e global, tanto que a ONU constituiu organismo próprio para a identificação de estratégias e convivência com esse fenômeno.

O Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Permita-me, Presidente? Não só na pauta da política externa, mas também na pauta do Congresso. Está tramitando no Senado o Projeto de Lei nº 288, de 2012, 2013, que promove uma reforma do atual Estatuto do Estrangeiro, como é chamada a atual Lei da Imigração.

É uma reforma profunda para criar aqui o Estatuto do Migrante.

Essa proposta já recebeu parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais, está hoje na Comissão de Justiça, já tem o parecer favorável do Senador Eduardo Braga e logo mais virá para a nossa comissão.

Permita-me chamar a atenção do Sr. Ministro, é o Projeto de Lei nº 288, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E nesse contexto o nosso País tem uma larga tradição de acolher imigrantes, o que está na nossa Constituição e na nossa formação desde o Brasil ainda Império, imigrantes italianos, imigrantes alemães, pomeranos, libaneses e de tantas outras nacionalidades que aqui encontraram condição de desenvolverem suas vidas e contribuir com o nosso País.

Eu fiquei com a impressão e com uma convicção de que, sendo o Brasil a principal

economia da região, há uma carência de uma política pública consistente não apenas do Ministério das Relações Exteriores, porque há uma conexão clara com o Ministério da Justiça. O caso dos haitianos é emblemático, uma migração irrelevante, teoricamente, que, no ano de 2013, recebeu quase 12 mil haitianos, com o agravante da alteração por parte da corte constitucional da República Dominicana de rever vistos de cidadãos haitianos que moram, há muitos anos, na República Dominicana e que podem tomar a direção do Brasil. E está evidente que o Equador, que não tem a tradição de exigência de visto, e até mesmo o Peru, está fazendo uma profunda vista grossa em relação ao que eu poderia chamar de tráfico de pessoas que estão, enfim, alcançando o Brasil.

Fiz contato com o Ministro José Eduardo Cardozo, chamando a atenção para esse problema. Acompanhou-nos nessa missão o Dr. Paulo Abrão, do Ministério da Justiça, mas quero chamar a atenção para a ausência ainda, pelo menos que tenhamos conhecimento oficial por parte do Poder Executivo, do Governo, de quais são as ações que o Governo brasileiro estará adotando para a manutenção da nossa tradicional história de acolhimento de imigrantes. Não basta sermos acolhedores. É preciso que tenhamos políticas públicas para direcionarmos esses seres humanos que vêm para cá na busca de um novo horizonte, de um porto seguro.

Eu quero trazer essa preocupação a V. Ex.^a e ao conjunto da equipe do Ministério das Relações Exteriores.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O Senador LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Sr. Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, Sr. Diretor-Geral do Itamaraty, Embaixador Eduardo dos Santos,

Srs. Embaixadores aqui presentes, senhores membros das equipes do Ministério das Relações Exteriores, que quero saudar nas pessoas dos Embaixadores Sérgio Danese e Pedro Borio. E por que quero saudar em seus nomes? Porque o Embaixador Danese fez, nesta legislatura, e o Embaixador Pedro Borio faz uma ligação perfeita entre o Itamaraty e o Senado, demonstrando quão eficiente é a massa crítica desse Ministério.

Eu vou me ater a um assunto, até porque muitos assuntos relevantes que eu queria tratar já foram, eficientemente, tratados pelos meus companheiros que me antecederam.

Dentro da agenda nova citada por V. Ex.^a, um assunto transcendental é o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente. No novo Código Florestal, Sr. Ministro, do qual fomos Relatores o Senador Jorge Viana e eu – e o Senador Jorge Viana teve que deixar essa Comissão pelas suas atribuições de 1º Vice-Presidente desta Casa –, o Brasil firmou uma política avançada de desenvolvimento sustentável. Aliás, eu lembro que, quando o saudoso Presidente Ulysses Guimarães fez o ato final da Assembleia Nacional Constituinte, leu um documento do Secretário-Geral das Nações Unidas dizendo que o Brasil tinha, a partir daquele momento, em âmbito constitucional, uma das políticas mais avançadas em proteção do meio ambiente em todo o mundo. Foram palavras escritas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. E essa política avançada se consolidou no novo Código.

Não vou detalhar os avanços, porque V. Ex.^a conhece melhor do que nós. V. Ex.^a é um expert no assunto. Nós estabelecemos normas severas de proteção, principalmente dos nossos ecossistemas, dos nossos biomas; estabelecemos, por exemplo, a restrição de reserva legal na Amazônia de 80%, no Cerrado, de 35%; estabelecemos um afastamento dos

curtos d'água, a título de área de preservação ambiental, de 30 a 500 metros; estabelecemos um programa, que eu acredito seja inédito, de recomposição florestal, programa de recuperação ambiental; e estabelecemos, no art. 74, que eu passarei a ler, um comando, uma diretriz ao Poder Executivo no sentido de, em considerando os objetivos e metas nacionais para as florestas, aliás, dando comando à Camex no sentido de adotar medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira.

Essa foi uma inovação importante que os Srs. Senadores aprovaram no novo Código Florestal.

Eu pergunto a V. Ex.^a se, em entendimento com a Ministra do Meio Ambiente, existe alguma iniciativa do Itamaraty no sentido de promover conferência ou conferências com países que compartilham esses biomas tão importantes que temos no Brasil para que, através de acordos internacionais, respeitando a sua soberania interna, possam ter normas legais simétricas com a nossa, compatíveis com a nossa, porque a proteção do meio ambiente no Brasil torna-se uma política ineficaz se os vizinhos não adotarem os mesmos cuidados com o meio ambiente. A pergunta que eu faço a V. Ex.^a é somente essa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra a S. Ex.^a o Ministro Figueiredo, para que ele possa estabelecer, enfim, esse diálogo com os questionamentos, as contribuições e as reflexões que foram trazidas pelas Sr^{as} e pelos Srs. Senadores.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, inicialmente, agradecer a todos os Srs. Senadores pela riqueza e profundidade dos questionamentos, dos comentários. Sem dúvida nenhuma, eu tomei copiosas notas, vários deles, enfim, esse conjunto de reflexões servirá muito para o trabalho futuro no Itamaraty, porque refletem preocupações e questões reais que reverberam nesta Casa e que, portanto, serão objeto de total atenção do Itamaraty.

Eu tentarei dar respostas que se dirijam a mais de uma pergunta, porque, muitas vezes, houve coincidências em certos casos, e tenciono a abarcar todas. Por favor, me corrijam caso eu não tenha feito isso.

Inicialmente, a questão do entendimento em curso entre o MERCOSUL e a União Europeia. Nós tivemos... Como a Senadora Ana Amélia bem assinalou, já é algo que vem de muitos anos, que esteve paralisado e que tomou novo impulso a partir de 2010, por iniciativa, naquela época, dos governos, tanto da Argentina quanto da Espanha. E diria que houve uma evolução sensível, internamente, no Brasil, com relação à conveniência e à necessidade desse acordo.

No passado, houve... Eu poderia dizer que houve muita reticência, especialmente por parte de setores da indústria brasileira – a senhora sabe bem –, quanto a nos engajarmos plenamente nesse exercício. E devo dizer que, hoje em dia, essas resistências não só foram vencidas, como também, ao contrário, há muito interesse de setores industriais brasileiros nesse acordo.

E há a pendência antiga, como V. Ex.^a bem pôs, com relação à área agrícola, em que nós buscamos sempre um acesso acrescido de bens agrícolas ao mercado europeu e, portanto, vemos esse acordo como uma via de que isso seja possível.

Tanto Brasil quanto Argentina, Uruguai e Paraguai, nós estamos firmemente engajados

nesse acordo. Vamos ter, nos dias 12 e 13, mais uma reunião técnica, em Caracas, dos membros do MERCOSUL, para a nossa compatibilização das ofertas. É um exercício muito interessante, que está progredindo muito bem, para que possamos, o mais rapidamente possível, apresentar, termos, enfim, com a parte europeia a troca de ofertas.

Aí, então, apenas aí, vamos ver quais são os termos dessas ofertas do outro lado, com a esperança de que poderemos encontrar depois, ao cabo das negociações, um acordo que seja benéfico para o Brasil, para o MERCOSUL e para os países europeus.

Foi comentada aqui a questão de certas fragilidades, de certas dificuldades comerciais, de certas... Enfim, é inegável que haja, a cada passo, numa relação muito estreita, como é a nossa dentro do MERCOSUL, ou seja, é natural que haja, a cada passo, algum tipo de dúvida, algum tipo de dificuldade, que tem a ver, muito de perto, com uma conjuntura internacional, que nem sempre...

Desculpe-me, eu achei que tinha desligado. Desculpe-me.

Por exemplo, no caso específico, que foi mencionado, da relação nossa com a Argentina, nós temos de ver que, por exemplo, com todas as dificuldades pontuais, que, de fato, ocorreram e ocorrem... Como disse, elas são naturais, há uma relação muito próxima. Tenho certeza. Vejo com colegas europeus aqui, e tenho certeza de que, na Europa, também aconteceu isso. Todo processo de integração é um processo que tem dificuldade, mas essas dificuldades são sanadas. Ainda assim, o comércio Brasil - Argentina, por exemplo, em 2013, melhorou significativamente com relação a 2012. À primeira vista, quer dizer, essa é uma história que não se conta, normalmente, que não se lê nos jornais, mas os dados... Em 2013, a corrente comercial com a Argentina alcançou o segundo maior

volume da história do comércio nosso, atrás, apenas, do que aconteceu em 2011. Foram US\$36 bilhões de fluxo comercial. As nossas vendas para a Argentina, por exemplo, subiram 9% no ano de 2013, quer dizer, com todas as dificuldades que surgem, com todas as questões pontuais que surgem, ainda assim, há uma clareza de que o nosso comércio no âmbito do MERCOSUL se ampliou tremendamente, que foi uma oportunidade extraordinária para nós e para os parceiros do MERCOSUL.

Então, sim, nós estamos sempre atentos, e vamos estar sempre atentos, e vamos defender sempre os direitos dos nossos exportadores. Isso não tenha dúvida.

Mesmo no caso dos calçados, tem havido o que a senhora mencionou, tem havido conversas constantes com a parte argentina e esteja certa, e eu acho que todos têm que estar certos, de que nós estamos atentos a tudo que se passa, nós estamos presentes e estamos conversando, buscando a defesa, sempre a defesa do interesse nacional e do interesse, claro, dos produtores que geram para o Brasil renda, emprego e prosperidade.

Há várias outras questões. A Aliança do Pacífico, que foi mencionada: naturalmente, nós temos Chile, Colômbia, Peru, México, que são países com os quais nós temos total interesse em cooperar, total interesse em comerciar.

Nós estamos até propondo, no âmbito do MERCOSUL, que haja uma aceleração do processo de desgravação das nossas exportações para esses países, porque nós temos acordos com esses países de livre comércio e há uma tabela de desgravação.

Nós, hoje em dia, já desgravamos quase totalmente o universo dos acordos com Colômbia, com Peru, enfim, mas eles ainda não desgravaram no mesmo ritmo que nós, então, nos interessa acelerar o processo de

desgravação deles, porque os acordos foram feitos numa outra época e, hoje em dia, já se torna muito mais óbvio que esse processo pode ser acelerado. Nós estamos, sim, em busca disso, temos conversado com os nossos parceiros para que fique claro que o universo MERCOSUL não é, absolutamente, excludente nem autorreferente. Ele existe para interação com os demais países da região e com outras regiões, que é o que estamos fazendo no caso do acordo que vamos negociar com os europeus.

A senhora me perguntou, também, V. Ex.^a, sobre a questão do Protocolo de Nagóia, enfim, ao qual estou particularmente ligado porque participei da negociação, juntamente com a Ministra Izabella Teixeira.

O Protocolo de Nagóia tem por objetivo atender a um dos três pilares da Convenção de Diversidade Biológica, que é o pilar do uso sustentável com repartição de benefícios, para que os países de origem do recurso genético possam se beneficiar de eventuais usos que sejam dados.

Para nós que detemos a maior biodiversidade do Planeta, é fundamental ter um acordo internacional que garanta que o fruto do uso de recursos genéticos nossos possa ser, de alguma forma, compartilhado conosco, como país de origem, e com as comunidades brasileiras e com os detentores dos conhecimentos tradicionais. Ora, isso não se confundirá, do nosso ponto de vista, com afetar os interesses dos agricultores brasileiros. Daí porque existe, no âmbito da FAO, como a senhora bem disse, o TIRFA, que é o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, que lida especificamente com o material genético relativo à agricultura, portanto, soja, milho etc etc – ou poderia lidar, porque ele tem listas, e as listas podem ser alteradas, portanto, se ele não lida com um, poderá lidar.

É importante que se tenha claro que não é intenção do Itamaraty, nem vai ser, prejudicar o agricultor brasileiro. Ao contrário. Faço até um convite para quem sabe melhorar e aprimorar esse diálogo: quem sabe poderíamos convidar assessores do Senado para reuniões técnicas conosco, exatamente para dirimir dúvidas e ouvir as preocupações, porque para nós é fundamental ouvir as preocupações, para que a nossa ação nessa área possa refletir plenamente toda a gama de interesses que poderiam ser afetados. Nós não queremos jamais que haja um prejuízo inadvertido para a produção agrícola brasileira. Então, vamos, sim, proteger os recursos genéticos brasileiros – sim, vamos –, mas vamos também tomar conta, em equilíbrio, do interesse de um setor importante da nossa economia. Quando se fala num setor importante, muitos pensam: “Ah, é o agronegócio”. Não, são pequenos proprietários, é a agricultura familiar, enfim, são todos aqueles que conformam a comunidade que atua no campo brasileiro.

O Senador LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ministro, dê-me licença.

Santa Catarina é o quinto produtor de alimentos do País, com 1% do Território, sendo que 96% das propriedades não têm mais que dois módulos rurais.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Exatamente, exatamente. É isso.

Eu quero deixar muito claro que eu estou falando em termos de respeitar e proteger os direitos daqueles brasileiros que estão no campo e que contribuem fortemente com o desenvolvimento deste País.

Eu faço esse convite...

A Senadora ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Essa manifestação de V. Ex.^a é perfeita. Estamos abertos a isso e iremos ao encontro dos técnicos do Ministério

das Relações Exteriores para esse tema, que é fundamental. Agradeço também a forma como V. Ex.^a coloca essa questão do ponto de vista da prioridade nacional acima de qualquer outro interesse que venha a ser marginal a isso.

Obrigada, Chanceler.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu acho que, em relação a essas preocupações com a agricultura, talvez um comentário do Ministro em relação à nova “Farm Bill”, que foi aprovada pelo Congresso norte-americano, nos últimos dias: que nível de perspectiva e de ambiente o Ministério das Relações Exteriores tem com relação à aprovação desta lei; se ela, na prática, vai criar realmente uma condição de igualdade na competição e que tipo de consequência isso tem para o arranjo do algodão em nosso Brasil, tendo em vista a decisão da Organização Mundial do Comércio, que não está sendo obedecida pelo Governo norte-americano.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Sobre isso, Sr. Presidente – muito obrigado pela pergunta –, eu estive em Washington, na quinta-feira passada, e me avistei com o negociador americano na área de comércio internacional, Michael Froman. Ele me convidou a esse encontro exatamente para dar uma explicação do ponto de vista do Executivo americano sobre os progressos da chamada “Farm Bill”, a lei agrícola americana, em relação à disputa que nós temos com os Estados Unidos na área de algodão.

Nós tivemos um intercâmbio de informações. A lei que havia passado na Câmara e deverá passar no Senado esta semana é uma lei bastante copiosa; enfim, ela é quase um código, é bem grande. Nós estamos analisando detalhadamente a lei, no âmbito do governo; estamos fazendo reuniões internas de governo para analisar todos os

termos desta lei, para termos a certeza de que, na realidade, ela poderá resolver a pendência que nós temos com os Estados Unidos.

Como os senhores sabem, a Camex se debruçou sobre esse tema e existe sempre a possibilidade de retaliação nossa – ela está autorizada pela OMC –; mas, obviamente, o que nos interessa é resolver a questão; o que nos interessa não é necessariamente ter de retaliar; é resolver a questão em benefício do produtor nacional. Isso, sim.

Então, essa é a análise que nós estamos fazendo. Estamos num processo, portanto, de diálogo com a parte americana, com o objetivo de solucionar isso. Como eu disse, é uma análise interna de governo, do MDIC, do Mapa, nós, enfim, para termos a certeza de que as reformas feita na lei agrícola se coadunam com o interesse nosso e com os termos do diferendo com os Estados Unidos.

Seguindo, Sr. Presidente, as perguntas do Senador Suplicy, que eu agradeço muito, inicialmente sobre a MINUSTAH, que nós temos lá no Haiti. Este ano, completam dez anos de Haiti, desde 2004. Nós temos lá, hoje em dia, 1.430 soldados e 10 policiais.

O benefício da MINUSTAH para o Haiti tem sido reiteradamente manifestado pelos governantes haitianos e quem vai lá – eu estive lá – vê como as nossas tropas são benquistas, bem recebidas. Há uma interação muito natural entre o soldado brasileiro e a população local.

Eu tive grande alegria em ver como o nome do Brasil está sendo tão bem defendido pela presença nossa lá.

Há sempre uma pergunta: quanto tempo o Brasil ficará? Isso depende de várias coisas: depende da vontade dos haitianos, pois nós estamos lá porque eles pediram; e também depende de uma avaliação que as Nações Unidas periodicamente fazem sobre a necessidade da permanência, medindo se os

objetivos a que se propôs a MINUSTAH estão sendo ou não atendidos, se foram cumpridos. E já há uma decisão no âmbito das Nações Unidas de uma redução dos efetivos.

Portanto, o que eu posso dizer é que nós estamos em processo de redução de efetivos no Haiti, sempre muito afinados com essa avaliação periódica que a ONU faz e com o desejo do povo haitiano.

V. Ex.^a também perguntou sobre a questão do Irã. Sem dúvida... Ah, bom. Já que eu falo sobre Haiti, eu gostaria de entrar na questão do fluxo de haitianos para olhar o problema como um todo.

O Senador EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu também perguntei sobre a colaboração do Brasil para o desenvolvimento econômico e social do Haiti, que, uma vez bem-sucedido, terá efeitos sobre oportunidades para os haitianos, seja no Haiti – tudo bem se resolverem ir para outros lugares –, seja aqui no Brasil, onde serão bem recebidos. São temas relacionados.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – São, sim. Muito obrigado pela lembrança. Nós temos... Especialmente após o terremoto, que, como se sabe, devastou o Haiti – foi uma das maiores tragédias dos últimos muitos anos – e no qual nós perdemos também vidas brasileiras, pessoas que merecem o nosso profundo reconhecimento como D. Zilda Arns – não apenas ela, mas também outros brasileiros que lá morreram nesse enorme desastre –, o país, que já enfrentava grandes dificuldades, ainda teve que enfrentar um processo de reconstrução para o qual vários países colaboraram, inclusive nós. Mas o país ainda se ressentido de um desemprego muito alto – há taxas dramáticas de desemprego. A atividade econômica no país ainda está enfrentando enormes dificuldades, e daí os fluxos migratórios dos haitianos em busca de

emprego, em busca de possibilidades.

Nós temos feito a nossa parte ao acolher um contingente importante de haitianos e temos facilitado esse acolhimento, conforme – como foi dito por V. Ex.^{as} – a nossa melhor tradição de acolhimento – tanto aqueles que entram documentados, como aqueles que infelizmente entram indocumentados.

A nossa embaixada em Porto Príncipe está em um processamento de vistos para haitianos aceleradíssimo. Mesmo com os meios limitados que nós temos e diante do número enorme daqueles que pedem visto, estamos conseguindo, hoje, conceder vistos no prazo de um mês, o que, convenhamos, não é um prazo tão alto. Nós estamos fazendo um enorme esforço para reduzir esse prazo. Por quê? Porque o haitiano que vem com o visto vem com uma passagem aérea e virá para o Brasil sem usar o coioite, sem estar sujeito à exploração e a um drama humano que é o de ter de atravessar vários países até conseguir entrar na nossa fronteira de maneira precária e criar, porque não dizer, dificuldades logísticas.

No Estado do Acre... Nós estamos conversando com o Estado do Acre – eu tive ocasião de estar numa reunião com o Governador Tião Viana – com vistas a diminuir o problema que ocorre naquele Estado devido a esse fluxo desordenado. Para nós o importante é ordenar o fluxo, conceder visto, para que os haitianos possam entrar pelas nossas vias de entrada normais, onde necessariamente há até uma maior capacidade de acolhimento e, portanto, de emprego, enfim.

O Senador LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ministro, permite-me?

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Sim.

O Senador LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nós temos uma experiência surpreendentemente muito bem-

sucedida em Santa Catarina. Os empresários que admitiram haitianos não têm cansado de elogiar a disciplina, a dedicação e a qualidade da mão de obra haitiana. Surpreendentemente.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – É verdade. Eu devo lhe dizer – e lhe agradeço muito pelo depoimento – que é um depoimento que temos recolhido no Itamaraty de várias pessoas sobre a qualidade, o empenho, a disciplina do trabalhador haitiano, que está dando uma colaboração real a um País como o nosso, que tem baixa taxa de desemprego e está sempre faminto de mão de obra qualificada.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Inclusive, como nós temos pleno emprego lá, há uma demanda por novos haitianos nas empresas catarinenses. Muitas delas já se reportaram à minha pessoa nesse sentido.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Perfeito. Então, estamos, sim, empenhados no Itamaraty... Claro, com todas as dificuldades de uma embaixada no Haiti que não é uma grande embaixada, é uma embaixada modesta, com um número de pessoal que nós já reforçamos; com novos equipamentos que nós já enviamos para lá, a fim de agilizar isso.

O pedido de visto começa por uma marcação por telefone, agenda-se a recepção dessas pessoas e esse prazo todo hoje em dia não passa de um mês, até porque demora às vezes um pouco por dificuldades de documentação da pessoa que vem, que nem sempre tem a documentação correta, enfim.

Nós ainda vamos buscar algumas cooperações. Eu posso até adiantar que nós estamos conversando... Foi mencionada aqui a organização mundial de imigração. Nós vamos começar a conversar para ver de que maneiras uma organização como essa pode nos ajudar na agilização dos trâmites em Porto

Príncipe, mas também há o acolhimento desse fluxo migratório no Brasil. Mas nós estamos muito empenhados nisso.

Passando... Eu sei que são muitas coisas, vejo que o nosso horário está um pouco apertado e vou ser mais ágil nas respostas.

A questão do Irã. Eu tive um contato com meu colega, o novo colega do Irã, Chanceler Zarif. Fomos colegas de ONU de outras épocas e nos reencontramos nessa última assembleia geral. O Irã, sem dúvida nenhuma, tomou atitudes muito corajosas, e a comunidade internacional também. Essas duas partes souberam ter a responsabilidade de conduzir o processo: no caso, pela comunidade internacional, os P5+1, que eram os cinco membros permanentes do Conselho mais a Alemanha, com a facilitação da União Europeia, como negociadores; e o Governo do Irã.

Foi possível, por conta disso, fechar-se um acordo inicial de que, nos próximos seis meses, iriam se apresentar movimentos das duas partes, ou seja, algo paulatino em que as sanções serão pouco a pouco diminuídas, e as atividades iranianas na área nuclear serão cada vez mais objeto de transparência completa, com compromissos restritivos de enriquecimento de urânio.

Então, há uma nova disposição internacional. E nós, que estamos tão envolvidos nessa questão de se promover a paz na região, estamos muito contentes com o fato de todo o trabalho feito pelo Brasil desde então estar tendo frutos num novo momento da relação entre a comunidade internacional e o Irã. Já em 2010, fizemos juntamente com a Turquia um movimento muito semelhante a esse de extensão e de passos concretos para resolver esse dossiê, que trazia um foco de instabilidade com ameaças de ação armada.

No caso da Síria, tivemos finalmente a realização da Conferência de Genebra II, quando foram postos frente a frente numa

mesma sala representantes do governo sírio e representantes da oposição síria. Como se sabe, nem toda a oposição síria concordou em se sentar à mesa também, o que para nós é uma causa... Enfim, nós lamentamos isso porque achamos que só o povo sírio, só as diversas correntes de pensamento na Síria, juntas, poderão chegar à paz.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Estamos para apoiar, para dar peso político, para garantir que o que for negociado entre os sírios seja cumprido. Esta é a nossa função: facilitar, apoiar e garantir. É, sem dúvida alguma, um drama humanitário de grandes proporções: mais de 130 mil mortos; milhões de pessoas deslocadas. V. Ex.^a se referiu a isso com muita acuidade. São milhões de refugiados. E, sem dúvida alguma, é um drama de grandes proporções que tem de ser resolvido pela via da paz, pela via da negociação. Não há outra via; não se resolverá militarmente o conflito.

Então, é importante que todas as partes façam movimentos muito claros. E nós apoiamos esse movimento.

V. Ex.^a se referiu à questão de refúgios no Brasil. Eu não precisarei entrar, até porque não temos tempo, na questão específica da médica cubana, porque isso não é o caso e o Ministro da Justiça já deu todos os esclarecimentos. Mas não há dúvida de que o Brasil tem uma tradição de acolhimento. Vários dos haitianos que entram indocumentados entram, sem dúvida, em busca inicialmente de um refúgio. Eles entram, pedem refúgio e a eles é dado, então, o direito de entrar no Brasil, viver no Brasil, trabalhar no Brasil, enquanto o seu processo é examinado pelo CONARE.

Aí nós chegamos ao CONARE, que não é da minha pasta, é um órgão colegiado, do qual a sociedade...

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Exatamente.

Do qual a sociedade civil também faz parte. Mas é importante que se tenha presente que todos esses casos acabam no CONARE. Não são poucos casos. São casos de todos aqueles que entram no Brasil com esse ânimo de encontrar uma vida melhor, enfim, como é o caso dos haitianos, e que o CONARE tem que examinar. Essa é a explicação que eu poderia dar nesse caso.

O Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB - SP) – Eu estou apenas compartilhando com o senhor uma preocupação, porque o aparelhamento, a estruturação de serviço capaz de fazer face a essa demanda que poderá crescer.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Sem dúvida nenhuma. Sem dúvida nenhuma. E já há passos concretos. Eu não vou adiantar, mas já há contatos importantes entre Itamaraty, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social, enfim, e todos aqueles órgãos que têm a ver com o acolhimento de imigrantes. Exatamente porque a demanda subiu, há necessidade de nos aparelharmos cada vez mais, porque sem dúvida é algo que é um desafio que tem que ser enfrentado e está sendo, mas nós queremos sempre aperfeiçoar isso.

Seguindo, Senador Suplicy, a questão da transparência ativa. Eu tive ocasião de, ainda no final do ano passado, ter uma reunião com representantes da sociedade civil num processo com vistas ao estabelecimento de uma espécie de um conselho consultivo sobre política externa, com a participação da sociedade civil, do Itamaraty, enfim, dessa ideia de uma transparência, de um debate, de um arejamento de ideias, de um intercâmbio, que, como eu disse, são fundamentais na minha gestão.

Houve uma troca de... Bom, enfim, nós discutimos os termos de referência desse

órgão que vai ser criado e nós enviamos à sociedade civil uma proposta inicial de termos de referência. Eles reagiram e nós estamos num processo de encontrar um melhor caminho, mas não há dúvida de que isso vai ser feito e que para mim é fundamental que isso seja feito como parte desse processo mais amplo de interação do Itamaraty com a sociedade civil.

A Convenção sobre Armas Leves também foi mencionada. Eu quero dizer que para nós foi uma grande vitória ter chegado a essa convenção no ano passado. Como toda convenção internacional importante, ela nunca é aprovada no idioma português. Nós temos, portanto, que fazer uma tradução da Convenção. E eu me recordo de que na Convenção de Direito do Mar de 1982 houve um processo que durou anos para o estabelecimento da versão portuguesa da Convenção de Direito do Mar.

Claro que nós não vamos levar anos no caso desta Convenção, mas é importante explicar que o processo de tradução e revisão de uma conferência, de uma convenção internacional que não foi negociada em português é complexo, porque nós temos que adaptar o que está escrito numa outra língua à linguagem jurídica brasileira para podermos enviar ao Congresso Nacional um texto que faça sentido, não é um texto que não guarda nenhum tipo de semelhança com os textos legislativos brasileiros. Então, é um processo complexo que está acabando. Nós estamos já na última fase disso. Mas tão pronto possível será encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioridade/PMDB - ES) – Permita-me, Sr. Ministro, refletir com V. Ex.^a uma preocupação desta Comissão e de um conjunto de Senadores que é alvo, inclusive, de uma proposta de lei do Senador Luiz Henrique para melhorarmos a celeridade de acordos de Estado que o nosso País consolida com

outros Estados. Na Comissão de Relações Exteriores do Senado, temos sido muito céleres em relação a isso. Parece-me que falta empenho do Governo em identificar com a Câmara dos Deputados um formato mais célere, porque nós falamos depois que a Câmara fala e, invariavelmente, estamos aqui a discutir acordos com cinco, seis, sete, oito anos, que já foram feitos e ali quem faz não são os presidentes, mas os Estados nacionais, que estabelecem aqueles compromissos. E me parece que, mesmo depois de o Congresso falar, ainda assim os ministérios específicos do Governo são ouvidos novamente, o que torna esse processo completamente caduco em relação à velocidade das coisas.

Quero trazer a V. Ex.^a essa preocupação para ver se juntos podemos somar esforços para encontrarmos um caminho mais adequado para a consolidação dos acordos que os Estados nacionais firmam.

O Senador LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, eu poderia aditar?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Ex.^a.

O Senador LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – A proposição que apresentei é no sentido de que essa competência coubesse exclusivamente ao Senado. Isso já eliminaria uma instância, que é a Câmara, e que normalmente tem sido a instância morosa, onde os tratados internacionais ficam durante anos.

Evidentemente que acolhi a ponderação dos colegas. Não adiantaria aprovarmos isso aqui, porque a Câmara não aprovaria. Então, houve uma emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira que deu equação ao processo no sentido de que todo ato internacional que viesse ao Congresso deveria vir em regime de urgência, porque aí teríamos até 120 dias para

aprovar. Essa seria uma norma de “fast track”.

A segunda norma é, no âmbito do Executivo, primeiro: tornar mais ágil o envio para o Congresso, desde que a Casa Civil recebe do Itamaraty; e, segundo: eliminar esse novo exame de cada pasta do ato já aprovado pelo Congresso porque isso também causa uma grande morosidade.

Se V. Ex.^a pudesse, junto ao novo ministro da Casa Civil, que é um homem prático, um homem pragmático, ex-Parlamentar oriundo desta Casa, ter uma tratativa para, primeiro, o Governo, independentemente da lei, que ainda vai à Câmara, puder adotar a rubrica de regime de urgência para os projetos.

Senador LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Regime de urgência para os projetos de aprovação e deliberação sobre atos internacionais e eliminar essa última fase anterior, quer dizer: a Câmara examina, o Senado examina e, depois, o Governo envia para os Ministérios que não são ágeis na devolução de seu parecer. Então, o Executivo pratica um ato; o Legislativo aprovou... Por que esse reexame? Parece-me aquilo a que os mexicanos chamam de “una tontería”.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Alternativa diferente dessa que o Senador Luiz Henrique acrescentou, enriquecida com a colaboração do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Se houver reação da Câmara, que, pelo menos, assim como acontece no Senado, somente a Comissão de Relações Exteriores da Câmara pudesse opinar, porque, diferentemente do Senado, lá passa por várias comissões temáticas que acabam não tendo compromisso com a celeridade desses atos que são assinados pelos Estados Nacionais. Parece-me haver a necessidade de um esforço conjunto do Governo para que essa matéria pudesse ter a celeridade possível. Imagino o constrangimento que nossos

embaixadores, que nosso corpo diplomático, que nossos Ministros fiquem, eventualmente, por circunstâncias nas quais os tratados são assinados e não são efetivados. Então, é a contribuição que nós queríamos fazer a V. Ex.^a.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Eu agradeço muitíssimo a V. Ex.^{as} pela observação. Eu me comprometo a levar o tema ao Ministro Aloysio Mercadante, da Casa Civil, para encontrarmos maneiras de aceleração dos procedimentos. Muito obrigado pelas sugestões. Elas estão todas absolutamente registradas, e eu vou levar o tema ao Governo. Continuando... Senador Cristovam Buarque, meu professor, fala sobre várias questões. Em primeiro lugar, eu agradeço, em meu nome e em nome do Itamarati, sua disposição permanente de ouvir as necessidades da instituição e em acolhê-las e ajudar sempre que possível. Concordo completamente com V. Ex.^a de que não pode haver retrocesso em nossa presença internacional; ao contrário, um País como o nosso, sétima, ou sexta economia do mundo, tem de expandir sua presença. Também tem de expandir a questão da cooperação internacional que hoje podemos prestar. Como eu disse, ela atinge quase 100 países em desenvolvimento. Com recursos que não sobram, são recursos limitados, porém, ainda assim, com grande eficiência e grande empenho. Claro que a cooperação dada pelo Brasil não é apenas a do Itamarati, mas de vários Ministérios e órgãos de Governo que prestam essa cooperação, mas nós coordenamos, de certa forma, canalizamos e ajudamos. A capilaridade que o Itamarati tem no mundo inteiro com nossas embaixadas, especialmente, ela nos permite muita agilidade nessa prestação de cooperação. Também, ao responder a outra questão, ela nos permite grande contribuição na área de promoção comercial, dos interesses

de empresas brasileiras no exterior. Essa nossa capilaridade é o que nos permite ter, como eu disse, uma ação muito ágil. O Brasil também – respondendo, em parte, outra pergunta feita - creio, pela Câmara de Comércio Brasil-USA de que nós temos um comércio internacional razoavelmente pequeno em comparação com outros países, não é bem assim –, historicamente, não é uma coisa de hoje, o Brasil não teve uma vocação de comércio internacional como outros países tiveram. Um País como o nosso, grande, com um mercado interno cada vez maior, não necessariamente atrai a exportação, e, sim, atrai ao atendimento do mercado interno.

Em outros casos, de outros países que têm um mercado interno proporcionalmente menor, a exportação é a saída necessária. Só mais recentemente, nas últimas décadas, é que o Brasil e os empresários brasileiros começaram a se abrir muito mais para o exterior, e nós acompanhamos esse movimento com a criação, no Itamaraty, há décadas também, de um departamento específico de promoção comercial para dar esse apoio constante ao empresário brasileiro que queira se aventurar no mundo e que queira também se internacionalizar.

Hoje em dia nós temos um outro quadro. Em várias empresas nossas, nós temos multinacionais, quer dizer, nós temos várias empresas nossas que já têm sede em vários países, com uma atuação mesmo em países desenvolvidos, o que mostra uma nova dinâmica do empresariado brasileiro e uma nova maturidade desse empresariado. O Itamaraty aí está e estará sempre para facilitar no que estiver em nosso alcance esse movimento, até porque, como eu disse, nós temos uma grande capilaridade que também serve para isso.

Eu tenho ainda algumas perguntas. Vou tentar atender ao máximo possível.

A questão, portanto: não retrocederemos.

Quanto aos nossos postos C e D, temos, sim, uma preocupação de lotação desses postos. Nem sempre é fácil. Em muitos casos são lugares em que viver representa muitas vezes enfrentar uma série de desafios para os quais nem todos estão prontos ou estão em situação familiar que permita esse enfrentamento, enfim.

Conselhos de segurança, se nós pagamos um preço alto. Não. Nós não pagamos um preço alto. Na verdade, nós estamos num processo reativado na ONU e eu digo sempre: a ONU está discutindo isso. Não é o Brasil que está querendo que isso se discuta, não. A ONU está ativamente rediscutindo a reforma do Conselho de Segurança. Nesse novo período da Assembleia Geral da ONU, o Presidente da Assembleia Geral, John Ashe, determinou a aceleração dos debates em torno da reforma do Conselho, determinou a criação de um grupo consultivo que ajude a fazer mover essa reforma e convidou o Brasil para ser membro desse pequeno grupo consultivo, acho que são cinco países, o que mostra que, na verdade, há uma plena consciência dentro da ONU da importância que nós temos no processo e da importância que há em contar com a voz brasileira no processo por todos os títulos que fazem do Brasil o País que é. Então, não é que nós estamos gastando capital diplomático nisso. Não. Nós estamos participando de um processo em que é natural que o Brasil esteja. Estranho seria o Brasil se omitir. Aí, sim, acho que haveria críticas importantes de como um país do peso e do porte do Brasil se omite numa hora em que ONU está empenhada no debate.

Serão realizadas, neste ano, oito reuniões, ao longo do ano, em Nova York, para o debate desse tema. Quer dizer, é um processo que ganha uma dinâmica nova. Não é fácil. É um processo muito difícil.

O Senador LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – O problema não é o Brasil; é Índia, Alemanha e o Japão.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Enfim... Não. Todo o processo é difícil. Existe a questão do veto, o que fazer com a questão do veto; existe a questão de onde ampliar – nós dizemos que entre os permanentes e os não permanentes; quantos seriam, ou seja, que dimensão teria essa ampliação; quais seriam os países. Enfim, há todo um debate que é extremamente complexo, mas que é muito rico, hoje em dia. Até porque, como eu até disse na minha introdução, o Conselho de Segurança, hoje, reflete uma realidade de 70 anos atrás ou quase isso, e o mundo mudou completamente. O número de países é outro, a representatividade hoje em dia do Conselho não satisfaz mais. Então, eu quero assegurar que, mais do que gastar um capital diplomático, nós estamos ativamente participando e promovendo uma discussão da qual nós não podemos nos ausentar.

Consciente da exiguidade de tempo, quero tentar... Senador Luiz Henrique e Senador Aloysio Nunes, creio que eu pude tocar em vários pontos das suas indagações, mas estou pronto, depois, para estar às suas ordens para qualquer outro esclarecimento.

Mas, Senador Luiz Henrique, há a questão do desenvolvimento sustentável. V. Ex.^a pergunta se há entendimentos nossos com países que compartilham conosco o mesmo tipo de bioma. O senhor disse, com grande generosidade, que eu conheço mais a questão florestal que o senhor; ao contrário, eu jamais poderia conhecer mais do que quem relatou o Código. Portanto, eu lhe agradeço o elogio, mas acho que o senhor está sendo de uma generosidade ímpar. O senhor sim conhece esse tema como ninguém.

Eu queria dizer que nós, sim, temos contato

constante com os membros da organização, da ótica do Tratado de Cooperação Amazônica, e temos, no âmbito do tratado, tido movimentos constantes, negociações constantes de busca de meios e maneiras de cooperação acrescida para a proteção coletiva do bioma amazônico, seja com a facilitação de imagens de satélites, que nós já oferecemos aos nossos parceiros da Região, seja com cooperação na área de conservação da biodiversidade e de coleções de biodiversidade nos países. Enfim, há um diálogo constante, muito profícuo nessa área, que é nosso interesse, sem dúvida nenhuma, cada vez mais incrementar porque, como bem disse V. Ex.^a, não faz sentido que a proteção seja só em parte do bioma, temos que ter uma visão muito mais holística de ecossistema e promover sempre a proteção do bioma em todas as áreas em que ele ocorra. De modo que sim, é uma preocupação do Itamaraty e do MMA, eu posso falar pela Ministra Izabella Teixeira neste caso porque nós temos trabalhado em grande sintonia nessa área.

O Senador CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente...

O Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permite?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estou um pouco preocupado com o horário, são 13h15, temos ainda sete requerimentos para serem deliberados. Eu queria solicitar a gentileza de que pudessemos concluir. Estamos aqui desde as 10h.

O Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – É muito breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Geralmente V. Ex.^a costuma ser muito breve.

O Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sobre as

Convenções Interamericanas contra as formas de discriminação e intolerância que estariam por ser encaminhadas ao Congresso Nacional.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Eu me comprometo a agilizar, dentro desse processo sobre o qual já conversamos, todos os procedimentos para resolver essas pendências.

O Senador CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, também muito rapidamente, eu gostaria de ter tempo aqui, mas não tenho, de debater esse aspecto do “soft power” versus “political power”.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Sim, sem dúvida.

O Senador CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu tenho a posição de que seria melhor a gente ter a força moral. Mas não vamos discutir agora. Porém, eu queria ver a resposta a minha pergunta sobre os acordos nucleares com a Alemanha e o que está em discussão com o Japão.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Tendo em conta o tempo, eu gostaria de poder lhe transmitir isso, pedindo vênias para fazê-lo bilateralmente, fazendo chegar-lhe todas as informações que serão necessariamente mais completas do que eu possa dar agora.

O Senador CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estamos, enfim, chegando ao fim da nossa audiência pública com S. Ex.^a o Ministro Figueiredo, das Relações Exteriores, ao qual queremos agradecer pela presença. V. Ex.^a, por suas

características, por sua personalidade, traz efetivamente uma nova luz nesse estreito relacionamento que nós precisamos ter, já estamos tendo e vamos intensificar, tendo em vista as agendas comuns desta Comissão com as atividades de V. Ex.^a. Agradeço muito a presença de V. Ex.^a, do Secretário-Geral, Embaixador Eduardo dos Santos, presente aqui conosco, da sua equipe, dos senhores embaixadores. Passo a palavra a V. Ex.^a para as conclusões.

O SR. EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nada mais me resta do que agradecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e ao seu Presidente a grande oportunidade que tive de poder dialogar com os membros desta Comissão.

Como disse no início, para mim é fundamental esse diálogo, é fundamental ter esse interação. Eu me comprometo, Sr. Presidente, a perseguir esse diálogo sempre, em outras ocasiões. Estou à disposição da Comissão sempre, permanentemente, para o que for necessário porque, como eu disse, é para mim fundamental, à frente do Itamaraty, esta interação. Sou muito grato a V. Ex.^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a V. Ex.^a, Ministro.

Comunico que as mensagens todas que nos foram enviadas, que não houve oportunidade de responder por parte do Sr. Ministro, estaremos encaminhando para ao gabinete de S. Ex.^a para que possa responder aos brasileiros que nos acessaram através do Portal do Senado, do Alô Senado, do e-Cidadania e assim por diante.

O Senador EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu gostaria de agradecer ao Itamaraty, ao Ministro Figueiredo Machado pela atenção com que

sempre, no caso, por exemplo, o Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta e o Paulo Cesar de Oliveira Campos, respectivamente na Finlândia e na Espanha, me receberam com toda a atenção por ocasião das últimas duas semanas do Simpósio Internacional sobre a Renda Básica. Eu gostaria de encaminhar a V. Ex.^a, Senador Ricardo Ferraço, Presidente, o texto da palestra que formulei nos dois encontros (Finlândia e Espanha) e que também farei no Irã, na próxima semana. Faço isso para registro e também como um relatório de minhas atividades em viagem oficial pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Ex.^a. Deixo à vontade o Sr. Ministro para, se quiser, continuar conosco. Será um prazer. Mas, considerando seus afazeres, deixo V. Ex.^a à vontade.

Muito obrigado Sr. Ministro.

ITEM Nº 1

REQUERIMENTO Nº, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, incluindo a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro. Considerando-se o anúncio da opção pela aeronave “Gripen” NG, fabricada pelo grupo sueco Saab, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará o Ministro da Defesa e o Comandante da Aeronáutica para que sejam feitos os esclarecimentos necessários sobre os reflexos da escolha para o Estado brasileiro.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. Se quiserem, podem discutir. A ideia é que possamos ter aqui não apenas o nosso

Comandante da Aeronáutica como também, evidentemente, o Ministro da Defesa que, ao fim e ao cabo, teve a responsabilidade de fazer esse anúncio ao País. A ideia é que pudéssemos fazer um debate para conhecer os fundamentos que levaram o Governo a se decidir, considerando o longo período de reflexão que teve o Governo Federal. As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Aprovado).

ITEM 2

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a participação do Governo brasileiro para a construção do Porto de Mariel, a 45 quilômetros de Havana, em Cuba. Para tanto, recomendo a presença do senhor Ministro Fernando Pimentel – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Em discussão.

As Sr^{as} e Srs. Senadores podem discutir

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, informações sobre o Porto de Mariel, em Cuba, englobando os seguintes aspectos:

- Em que condições a contratação foi realizada;
- Quais são as garantias oferecidas pelo Governo cubano;
- Qual a estimativa de retorno que o Brasil

terá com o investimento;

- Por que os documentos referentes aos contratos do BNDES com Cuba foram declarados sigilosos.

Em discussão.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sou totalmente, mas queria acrescentar algo: o grau de exposição do BNDES nesse empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos associar a pergunta de V. Ex.^a. Solicito à assessoria que incorpore o questionamento feito pelo Senador Cristovam, relacionada ao grau de exposição do BNDES em relação a essa operação. Isso tem a ver com as garantias naturais que devem ter sido oferecidas à operação de crédito.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – V. Ex.^a mencionou diversos requerimentos sem ter ainda mencionado os seus respectivos autores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – São todos de minha autoria, Senador.

O Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ah, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Começamos o ano incorporando uma agenda conjuntural dos termos desta Comissão.

O Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Parabéns pela iniciativa, grande iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado.

ITEM 4

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as seguintes informações:

Estamos convidando o Ministro Pimentel e estamos, coletivamente, ao aprovarmos, se aprovarmos, o requerimento, remetendo pedido de informações diretamente ao BNDES e ao Ministério, para que eles possam informar à nossa Comissão os critérios que passo a detalhar:

Fizemos ao Ministro Pimentel e agora ao Diretor-Presidente do BNDES:

- Qual valor total do Porto de Mariel, que está sendo construído em Cuba;
- Qual a dimensão física do projeto e o seu cronograma financeiro;
- Do valor total, quanto ficou sob a responsabilidade do BNDES - quanto já foi gasto e quanto ainda está previsto;
- Quando o contrato foi assinado;
- Em que condições a contratação foi realizada;
- Quais são as garantias oferecidas pelo Governo cubano;
- Qual a estimativa de retorno que o Brasil terá com o investimento;
- Qual o impacto desse financiamento para o BNDES.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram.

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº, de 2014 – CRE

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência

pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater o “Contencioso do algodão com os Estados Unidos na OMC” inclusive em parceria com a Comissão de Agricultura do Senado Federal à luz da nova lei agrícola que foi aprovada pelo Congresso norte-americano.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº, DE 2014 – CRE

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o objetivo de debater os rumos do relacionamento do Brasil com o Estados Unidos da América: avaliação da situação atual, rumos e perspectivas, o que pode ser feito para atingirmos o ponto ótimo nesse relacionamento que só pode ser definido como estratégico.

Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº, DE 2014 – CRE

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), para debater a agenda do MERCOSUL para o ano de 2014, tendo em vista a desafiadora conjuntura político-econômica que se lhe apresenta.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

REQUERIMENTO N^o, DE 2014 – CRE

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que consiste de uma série de contratos, baseados em parceria estratégica com a França, por meio dos quais a Marinha do Brasil será dotada de um submarino de propulsão nuclear e de quatro submarinos de propulsão convencional (diesel-elétricos); de uma Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) e de um complexo de Estaleiro e Base Naval (EBN), onde os cinco submarinos serão construídos, mantidos e apoiados. Toda essa infraestrutura está sendo construída no Município de Itaguaí-RJ.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

REQUERIMENTO N^o, DE 2014 – CRE

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto Estratégico do Exército denominado “Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres – PROTEGER”, destinado à integração de esforços voltados para a proteção das estruturas estratégicas do País, garantindo o funcionamento de serviços essenciais ao desenvolvimento socioeconômico, além de garantir a proteção da sociedade em grandes eventos, suporte à Defesa Civil, proteção

ambiental, proteção contra agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares, proteção contra atentados terroristas e apoio à segurança pública.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Após a votação desse conjunto de requerimentos que darão curso às nossas audiências e à nossa rotina de trabalho aqui nesta Comissão, nós queremos agradecer a presença, a colaboração de todos os nossos Senadores, especialmente do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Aloysio Nunes, enfim, que estão conosco até o encerramento desta reunião.

V. Ex.^a quer a palavra, Senador Eduardo Suplicy?

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.)

**DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, NA ABERTURA
DOS “DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA”
(PALÁCIO ITAMARATY, 26 DE FEVEREIRO DE 2014)**

26/02/2014

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossas Excelências nesta sessão de abertura dos “Diálogos sobre Política Externa”. Esta série de encontros que o Itamaraty inaugura hoje tem o objetivo de promover o debate entre o Governo, o Congresso, o Judiciário e a sociedade civil sobre as linhas gerais e os principais temas da política externa brasileira.

Ao longo do próximo mês, os Diálogos sobre Política Externa reunirão, além de entidades públicas, representantes da academia, da imprensa, dos movimentos sociais, de organizações não-governamentais, dos sindicatos e do empresariado.

Nesta sessão governamental de abertura, quero agradecer a presença de representantes do Parlamento, da Presidência e Vice-Presidência da República, dos diversos Ministérios e das chefias do Itamaraty.

O diálogo é instrumento próprio da diplomacia, que já foi definida como “o diálogo entre países”. Nas democracias modernas, como a brasileira, este diálogo diplomático não se restringe ao plano internacional. Os temas de política externa têm mobilizado, cada vez mais, o interesse e a atenção dentro do País, à medida que se amplia a projeção externa do Brasil e cresce a

percepção no plano interno sobre a relevância dos assuntos internacionais, sua complexidade e seu impacto sobre a realidade e os destinos nacionais. O diálogo diplomático é hoje, também, um diálogo dentro do país.

O mundo tem passado por transformações significativas, e o lugar do Brasil no mundo mudou. Essas transformações incidem sobre a própria distribuição do poder mundial. Desenham-se os contornos de uma configuração multipolar da geopolítica e da geoeconomia mundial. A desconcentração do poder econômico e político no espaço internacional vem conferindo mais voz e peso aos países emergentes. E a estruturação do comércio global em cadeias globais de valor, entrelaçando produção, investimentos e comércio, assim como as grandes negociações regionais, impõem desafios à inserção econômica externa do Brasil. Acabo de retornar de Bruxelas, onde o Brasil reafirmou junto com seus parceiros europeus seu empenho na conclusão de um acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia.

Aprofundam-se, ao mesmo tempo, as relações do Brasil com seus vizinhos na América do Sul e o interesse comum em fortalecer a estabilidade política e a prosperidade

econômica regional. Consolidamos diversas iniciativas de integração entre os países latino-americanos, de que são exemplos o MERCOSUL, a UNASUL e a CELAC. Ganham relevo novas relações bilaterais entre países em desenvolvimento, às quais se somam relações bilaterais tradicionais. Criamos novas instâncias de concertação plurilateral, como o IBAS, o BRICS e o BASIC.

Na agenda internacional, ampliou-se a diversidade de temas e hoje coexistem uma agenda clássica de política externa, com questões ligadas à paz e à segurança internacionais, à integração regional, aos relacionamentos políticos bilaterais e à diplomacia econômica; e uma nova agenda de política externa, associada aos temas do combate à fome e à pobreza, aos programas sociais, ao desenvolvimento sustentável, à mudança do clima, à promoção da privacidade e dos direitos humanos em geral e, ainda mais recentemente, à governança na internet.

Intensificam-se também os desafios de aperfeiçoamento das regras e instituições de governança que fundamentam a ordem internacional, como a reforma do Conselho de Segurança da ONU, que ainda reflete a configuração geopolítica de 1945; a conclusão da Rodada Doha iniciada em 2001 e o fortalecimento das regras multilaterais de comércio incorporadas na OMC; a reforma do sistema de quotas do FMI; o fortalecimento do papel do G20, em substituição ao G8, como principal instância internacional de coordenação econômico-financeira.

Crescem, ademais, as demandas internacionais de cooperação com o Brasil nas mais diversas áreas, especialmente na área social. O Brasil tornou-se uma referência mundial em programas de inclusão social e erradicação da pobreza e é visto como exemplo a seguir de país que deu o salto de crescimento com distribuição de renda

em contexto democrático. Isso se reflete nos encontros que mantenho com meus homólogos, sempre interessados em conhecer os programas sociais brasileiros.

Expande-se igualmente a tarefa de prestar assistência cada vez mais ampla e eficiente aos brasileiros no exterior.

A confluência dessas grandes transformações no Brasil e no mundo tem efeitos significativos sobre a formulação e a execução da política externa brasileira.

Tenho enfatizado que a política externa é parte integral do projeto nacional de desenvolvimento do Brasil – econômico, político, social, cultural. Neste papel de instrumento do desenvolvimento, uma política externa sem perspectiva estratégica de longo prazo torna-se reativa, sem direção. Já uma política externa alheia às aspirações da sociedade torna-se carente de sustentação e respaldo.

O Itamaraty exerce, de maneira ativa e inclusiva, as funções que lhe cabem de coordenação da ação internacional do Governo brasileiro, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Presidenta Dilma Rousseff. No exercício dessas funções, o Itamaraty tem que estar sempre aberto ao diálogo com todos os setores da sociedade; tem que estar muito próximo do Parlamento, do Judiciário e de outras instâncias do Governo federal, estadual e municipal; e tem que saber ouvir os conselhos, as recomendações e as críticas construtivas, sempre em nome do aprimoramento do serviço exterior e da política externa brasileira.

Desde o início da minha gestão, tenho procurado reforçar a área de planejamento estratégico de política externa do Itamaraty, com o objetivo de pensar a visão de conjunto da política externa brasileira e seus interesses, objetivos, prioridades e desafios no longo prazo. Tenho também conferido fundamental importância ao propósito de engajar os mais

diversos setores do País no debate sobre a política externa.

Não tenho dúvida de que a política externa brasileira precisa ser, cada vez mais, debatida e compreendida.

O Itamaraty deseja fortalecer as bases de um processo permanente e continuado de diálogo com a sociedade brasileira.

Os Diálogos sobre Política Externa são parte desse processo. Mas o diálogo obviamente não se esgotará com esses eventos. Estou seguro de que esse exercício abrirá portas e canais para a continuação do debate. Desejo que as diversas unidades do Itamaraty estejam, de modo permanente, abertas ao diálogo com a sociedade, com todos os atores governamentais e não-governamentais que precisam ser ouvidos e consultados.

Os aportes e contribuições que recolhermos ao longo dos Diálogos sobre Política Externa servirão como subsídios para a elaboração pelo Itamaraty de um Livro Branco da Política Externa Brasileira. O Livro Branco terá como objetivo registrar e divulgar os princípios, prioridades e linhas de ação da política externa, bem como estimular o conhecimento e o escrutínio público do trabalho realizado pelo Ministério das Relações Exteriores.

O Itamaraty procura, portanto, fortalecer a reflexão estratégica de longo prazo e aprofundar o diálogo com a Esplanada, o Parlamento, o Judiciário e a sociedade civil, nos processos de formulação e execução da política externa.

Quero crer que, com iniciativas como os Diálogos sobre Política Externa, o Itamaraty poderá dar sua modesta contribuição para o aprimoramento permanente do debate democrático sobre as políticas públicas implementadas no País.

O Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores apresentará mais adiante a estrutura e o cronograma dos Diálogos sobre Política Externa, mas eu já antecipo a Vossas

Excelências o convite para participarem do evento de encerramento dos Diálogos no próximo dia 2 de abril, quando será apresentado pelo governo e pela sociedade civil um balanço das discussões havidas ao longo do mês de março.

Muito obrigado.

**DISCURSO PROFERIDO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO
BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR
PATRIOTA, SOBRE O ENGAJAMENTO DE HOMENS E MENINOS PARA A
CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO
NOVA YORK, 12 DE MARÇO DE 2014 - O DISCURSO FOI PROFERIDO EM
EVENTO CO-PATROCINADO POR SUÍÇA E BRASIL
17/03/2014**

As we discuss the status of women this week, we also are invited to assess the ideas of manhood and masculinity in the gender agenda and the role men and boys play in the gender equality agenda.

Taking men and boys as allies in this process, we will be able to respond to the social factors shaping realities of women and girls and to address men and boys own vulnerabilities as well. It is our role as policymakers to engage men in education, health and social and economic development from a gender-responsive lens.

The Outcome Document of the Rio+20 Conference on Sustainable Development, held in Rio de Janeiro, in June 2012, is our roadmap for post-2015 and SDGs. And it places fundamental emphasis to the achievement of sustainable development in its three dimensions, economic, social and environmental.

As we all know, without inequality reduction there will be no eradication of poverty. Similarly, without promoting gender equality, we will not make inroads in reducing inequality overall. That is why Brazil fully supports a gender approach to the Post-2015 agenda in general.

Gender should be taken to refer to both women and girls and men and boys. When we discuss gender, we generally miss the reality of men and boys, their potential contribution to the empowerment of women and girls and their own gender-related specificity.

Fully addressing all dimensions of gender inequality is a task that each and everyone of us has to take seriously: rich and poor; North and South; Government and non-governmental organizations; Government and private sector; men and women.

A sobering reminder of the comparatively unfavorable situation of women is that out of 193 States, as recognized by the UN as member-states, only 8 women served as Head of State and 13 as Head of Government as of June 2013.

As you all know, Brazil is among these few countries. But women continue to be globally underrepresented in decision-making processes.

Women's activism has successfully reshaped their reality worldwide. As a man, I support their cause and would like to see more men working with women's movements. That is why I welcome initiatives such as Men Care and Men Engage, whose seeds were sown

in a partnership between the Brazilian and South African civil societies, and Promundo and Papai, other Brazilian non-governmental initiatives aimed at engaging men.

I am convinced that it is truly revolutionary to bring men and boys on board to the discussions on overcoming gender inequality. As we acknowledge that mainstream and rigid concepts of masculinity and femininity reinforce unequal and vertical power relations between men and women, we also help accelerating progress on gender equality.

35 per cent of women worldwide, according to the World Health Organization, have undergone either intimate partner violence or non-partner sexual violence. Early childhood education

policies aimed at reassessing the school curriculum for stereotypical views about boys and girls will have a long-term impact on gender equality in this regard.

Adopting policies that engage men and boys in promoting spaces free of violence for women and girls and drawing up programmes designed to male perpetrators that offer a reframed view on the concept of masculinity can also have an impact on the structural causes that are at the origin of power relations and inequality between men and women.

We have to question the false axiom that men are violent and aggressive by nature.

We now know that masculinity encompasses pacifism and caregiving. These traits become increasingly visible as men are engaged to take part into, for example, parental care, maternal health and childbirth care.

According to the UN Secretary-General report on the women and HIV/AIDS, 55 per cent of adults living with HIV, in 2012, were women. Every hour, 50 young women are newly infected with HIV. And the majority of new HIV infections in women occur in marriage or long-term relationships with

primary partners.

As a large number of women contract HIV as a consequence of their male partners' rather than their own sexual behaviour, we should encourage launching awareness-raising programmes

that will enable men and young men to deal positively and responsibly with their sexuality and sexual and reproductive health.

At large, policies should also aim at engaging men in the promotion of comprehensive sexuality education and sexual reproductive health and rights.

The 2014 ICPD Global Review Report, which has just come out, rather collected evidence suggesting that comprehensive sexual education programmes lead to greater gender equality

and more responsible behaviour by young men and thereby contributes to the prevention of sexually transmitted diseases, fostering gender equality.

The 58th Session of the CSW provides us with the opportunity to assess the challenges and achievements in the implementation of the overall Millennium Development Goals and, in particular, the ones aimed at gender equality and empowerment of women.

Over the past 10 years, Brazil has lifted over 36 million people out of extreme poverty, by carrying out social policies that helped us reach the first MDG ahead of the time that was prescribed.

We are also confident that the goals aimed at achieving universal primary education, promotion of gender equality and empowerment of women, reduction of child mortality and combating HIV/AIDS are to be attained forthwith.

Without losing sight of the need for incorporating gender perspectives into our national policies, women have been the main beneficiaries of the social policies carried out

by the

Brazilian Government in the past few years, such as cash transfers and housing credit. The success of the policies is attributed to the fact that women are the main beneficiaries of these policies.

That Brazil has successfully achieved most of the established goals is encouraging news. As much as we are proud of our own achievements, we acknowledge, however, that persistent gender inequality and violence and discrimination against women and girls remain. That is true not only for Brazil, but also for us all.

Gender encompasses men and women. In the end, both perspectives converge towards a more democratic, developed and just society. Women activism has gone far, notwithstanding the social, political, economic and cultural hurdles. It is time men enhance their role in helping to

achieve a more egalitarian society.

This is a win for women. This is a win for men. This is a win for common humanity.

Thank you.

**DISCURSOS PROFERIDOS PELO REPRESENTANTE PERMANENTE
DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS, EMBAIXADOR ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA, NA 9ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO ABERTO
SOBRE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NOVA YORK, 3 A 5 DE MARÇO DE 2014
26/03/2014**

DISCURSO PREFERIDO DURANTE A
SESSÃO DE ABERTURA

“Mr. Co-chair,

Nicaragua and Brazil commend you for your efforts. In our view, they have resulted in a good starting point for our work going forward. Your letter of February 21st and the document containing 19 focal areas will help Member States to gradually and consistently start consultations in an open, transparent, inclusive and consensual fashion.

We also congratulate your efforts to stress and maintain the coherence with the Rio+20 Outcome Document and to build upon the discussions undertaken by the Open Working Group since March 2013. In our view, the 19 focal areas cover most of the issues that should be addressed by the new universal sustainable development goals. Of course, they will have to be revised and adjusted accordingly during the negotiating

process.

Mr. Co-chair,

Nicaragua and Brazil believe that the present session of the Open Working Group is an opportunity to start considering the shared political vision that must underpin the sustainable development goals.

We recall that sustainable development goals are supposed to be “global in nature and universally applicable to all countries while taking into account the different national realities, capacities and levels of development and respecting national policies and priorities”, as enshrined in paragraph 247 of Rio+20 Outcome Document, and as mentioned in your letter.

This mandate brings about a sea change in the United Nations development cooperation.

The transformational potential of SDGs lies on its global nature and universal applicability, while taking into account differences among countries. A cursory interpretation of this mandate could jeopardize the balance, coherence and transformational impact of sustainable development goals.

Although you correctly recognized that mandate in your letter, we believe that the 19 focal areas could be further balanced, since the targets and commitments are unevenly distributed, placing on developing countries a disproportionate share of responsibility for achieving the goals.

Under a universal sustainable development agenda, developed countries should commit to adopt more sustainable patterns of

consumption and production, and to provide developing countries, especially those most in need, with financing and technology transfer support to build a more sustainable path toward economic and social development.

In this regard, Nicaragua and Brazil believe this group needs to start devising a shared political vision on the SDGs, taking into account the universal application of SDGs and the differentiated capacities and responsibilities of countries under the post-2015 development agenda.

Mr. Co-chair,

We should learn from past experiences, in particular, from the Millennium Development Goals (MDGs).

In this regard, the focus on “finishing the job” of the MDGs is to be commended. We cannot afford to leave anyone behind and eradicating extreme poverty must remain our overarching goal and most pressing challenge.

Furthermore, SDGs should address the underlying causes of poverty - and not only its “symptoms” -, recognizing its multiple dimensions and interlinkages with other areas of sustainable development.

In this sense, the inclusion of areas such as economic growth, industrialization, infrastructure, jobs and equality - alongside environmental aspects of sustainable development such as biodiversity and ecosystems protection - is a meaningful step toward the integration of the three dimensions of sustainable development within the framework of goals.

Other aspects of 19 focal areas, however, might have to be revisited, as we recall lessons learned from the MDG experience.

Mr. Co-chair,

We have learned from our experience with the MDGs that means of implementation should not be exclusively considered under a single, stand alone, goal.

This approach jeopardized the effectiveness of MDG 8, with detrimental consequences for the overall implementation of the MDGs. Many developed countries have fallen short of meeting their commitments in terms of Official Development Assistance (ODA), whose levels dropped consistently in 2011 (2%) and 2012 (4%). Other targets of MDG 8 are not being achieved either.

For this reason, means of implementation should be mainstreamed under each and every SDG. A crosscutting and horizontal approach on means of implementation will be crucial for the SDGs to deliver results on the ground.

As in the case of the interlinkages, it would be helpful to identify the applicable means of implementation under each focus area. Such an approach would also send a positive message to the Committee of Experts on Sustainable Development Finance and to the structured dialogues on facilitation of environmentally sound technologies.

Mr. Co-chair,

We welcome the reference to the concept of common but differentiated responsibilities (CBDR) on section 15. CBDR, however, cannot not be just “regarded” in a specific focus area. It is a centerpiece of the Rio+20 outcome document and other relevant processes, and it lies at the basis of our agreement to devise the SDGs.

Particularly in the focus area of climate change, the “principle of common but differentiated responsibilities” is fundamental for the existing agreement and must be reflected accordingly in any goal on this matter. We should bear in mind that negotiations in this group should not preempt or disrupt existing negotiations under UNFCCC or other international conventions. Unfortunately, however, the focus area dedicated to climate change does not seem to comply with this requirement.

Still regarding the application of CBDR, the focus area on sustainable production and consumption patterns (SCP) could be further expanded in accordance with the 10 Year Framework Programme on Sustainable Consumption and Production.

Developed countries must take the lead” on the implementation of SCP, as stated in focus area 14. There seems to be, however, a disproportionate focus on actions to be taken on sustainable production as compared to sustainable consumption, on section 14.

A considerable amount of the production of manufactured goods in developing countries is driven by unsustainable, consumerist lifestyles of wealthy societies in developed countries. In taking the lead, developed countries need to commit to the promotion of sustainable lifestyles within their own societies.

Mr. Co-chair,

Brazil and Nicaragua see with concern the excessive reliance on multi-stakeholder schemes for the implementation of SDGs - the so-called “partnerships”.

We must bear in mind that national governments will ultimately be responsible for achieving the objectives. This group cannot and will not rely excessively on role the private sector for promoting sustainable development in the post-2015 period.

We must ensure that we devise objectives and means of implementation for governments, and not for actors that may not necessarily share the same principles and objectives and may not be bound by our commitment. Furthermore, a comprehensive assessment of existing partnerships is yet to be carried out, taking into account their results, accountability as well as the compliance of their institutional arrangements with the principles and the governance mechanisms of this organization.

We should be open to catalyze all existing support to sustainable development, but we

could not evade responsibility of governments - from both developed and developing countries - regarding the achievement of sustainable development goals.

Mr. Co-chair,

We believe that the focal area 19 - peaceful and non-violent societies, capable institutions - does not reflect a priority area of Rio+20 outcome document. We must remember that this group should address issues from a developmental perspective, and not subordinate it to political or security considerations and conditionalities. Furthermore, peace, governance and rule of law could not be made into targets and measured in ways that are consensual and that reflect the democratic plurality of nations, their national histories, political circumstances and cultures. Thus, issues considered in focal area 19 would be better addressed under other topics, such as equity, means of implementation and gender.

On behalf of Nicaragua and Brazil, I thank you”.

INTERVENÇÃO REALIZADA DURANTE A SESSÃO DE ENCERRAMENTO

“We need to start negotiating the report that will be presented to the General Assembly as soon as possible.

The current format of meetings with interactive interventions has fulfilled its objectives and now we need to move forward.

We wish to underscore a few points.

As the focus areas document presented by the co-chair was, in general terms, widely supported by the members of the group, we think it provides us with a good starting point for the way forward.

The SDGs must be presented in a contextualized manner under a brief narrative to be extracted from the Rio+20 outcome document, the content of which is not to be reopened, renegotiated or reinterpreted, but could be condensed and adjusted.

As for the SDGs, they should be developed through a further elaboration of the focus areas document.

We do not think that at this stage there should be any major structural changes to the document through clustering or deleting of focus areas or addition of new ones.

But, of course, additional elements - not new areas as such - could be added to reflect the comments made by Member States.

Additions and further elaboration should aim at increasing the universality of goals in the sense that they are addressed not only to developing countries but also to developed ones, and always strike a balance between the three dimensions of sustainable development among the goals and within them.

Means of implementation should be linked to each and every SDG and mainstreamed accordingly. A crosscutting and horizontal approach on means of implementation - at a level of detail we can all be comfortable with - will be crucial for the SDGs to deliver results on the ground.

CBDR is a centerpiece of the Rio+20 Outcome Document in the broadest sense and should be further embedded in the draft.

The goals should be inspirational and universal but commitments should be commensurate with respective capacities and needs.

We are not here to prescribe or negotiate national policies; we are rather developing a framework that would represent a renewed and updated commitment of the international consensus on cooperation for sustainable development.

Finally, it is essential that a follow-up text from the co- chairs is made available with enough time for Missions in New York to undertake appropriate consultations with capitals.

Legitimacy, broad engagement and

ownership are key elements for the success of this process”.

**DISCURSO PROFERIDO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO
BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS, EMBAIXADOR ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA, EM SESSÃO PLENÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA
ONU SOBRE A SITUAÇÃO NA UCRÂNIA
NOVA YORK, 27 DE MARÇO DE 2014
27/03/2014**

“Mr. President,

I thank you for convening this plenary meeting. The situation in Ukraine is serious and the international community must reaffirm its strong resolve to urgently find a peaceful solution to the crisis.

It is appropriate that we discuss it under an agenda item that highlights the importance of prevention and diplomacy – namely, “strengthening the role of mediation in the peaceful settlement of disputes, conflict prevention and resolution”.

Mr. President,

Brazil is following attentively the escalation of tensions in Ukraine.

Our concern reflects our close bilateral ties with Ukraine, elevated in 2009 to the level of a strategic partnership. Brazil and Ukraine develop together high-technology projects, including in the field of space technology. Brazil also proudly hosts one of the largest communities of descendants of Ukrainians outside Europe.

Since the very early stages of the crisis, Brazil stated its concern over the gravity of the situation. We expressed deep regret over the deaths in Kiev and urged all parties to dialogue, underscoring that the political crisis

should be addressed peacefully and on the basis of respect for institutions and human rights.

Brazil has consistently upheld that the UN Charter must be respected under all circumstances. This position reflects our unflinching defense of an international system based on cooperative multilateralism and respect for international law.

In this sense, Brazil supports all efforts to achieve a peaceful solution to the crisis and urges the Russian Federation and Ukraine to engage in constructive talks aiming at the resolution of their differences.

We commend the Secretary-General’s initiatives to de-escalate tensions, restore calm and promote dialogue and encourage him to continue working on a diplomatic solution to the crisis.

Brazil invites the parties to engage in an inclusive political dialogue that takes into account the diversity of the Ukrainian people and respects the rights of all Ukrainians, including all minorities.

In this situation, it is of utmost importance that all stakeholders exercise maximum restraint.

Thank you.”

**DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, NO
ENCERRAMENTO DOS “DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA”
(PALÁCIO ITAMARATY, 2 DE ABRIL DE 2014)**

05/04/2014

Texto-base do discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado. Assista ao vídeo desse discurso no canal do Itamaraty no Youtube.

Quero dar as boas-vindas a todos e dizer da minha grande satisfação de recebê-los no Itamaraty para esta sessão de encerramento dos Diálogos sobre Política Externa.

Agradeço a presença de cada um de vocês.

Estendo o agradecimento, de forma muito especial, aos que me acompanham nesta mesa: o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente do Senado; o Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado; o Deputado Eduardo Barbosa, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados; o Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidenta da República; o Embaixador Eduardo dos Santos, Secretário-Geral das Relações Exteriores; e o Embaixador Sérgio Moreira Lima, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão.

Estão hoje aqui reunidos representantes do poder público e de distintos segmentos da sociedade civil. Ao promover os Diálogos, o Itamaraty buscou precisamente essa

pluralidade, e fico contente de ver que nosso chamado foi correspondido, hoje e durante os painéis temáticos realizados ao longo do mês de março.

É uma mostra de como os temas de política externa mobilizam cada vez mais o País.

O Itamaraty está comprometido com o espírito de abertura, transparência e publicidade. Devido à crescente projeção internacional do Brasil, o diálogo com os mais diversos interlocutores dentro do País torna-se elemento essencial da atividade diplomática.

Senhoras e Senhores,

As transformações aceleradas do mundo e do Brasil exigem uma política exterior que seja capaz de identificar e aproveitar as novas tendências internacionais, sempre com o objetivo maior de desenvolver o Brasil. Não entendo a política externa senão como parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento econômico, social e institucional do nosso País.

Tenho insistido que a política externa brasileira precisa ser, cada vez mais, ativa e inclusiva. Precisamos ouvir mais a sociedade para ampliarmos nossa capacidade de formular, planejar e executar a política externa.

Contamos no Itamaraty com um conjunto

de grandes realizações e serviços prestados ao País. Contamos também com um corpo de funcionários de reconhecida competência e espírito público. Esse patrimônio de excelência só será fortalecido e ampliado se o Itamaraty souber, cada vez mais, dialogar com todos os setores, dentro e fora do Governo.

Em todas as dimensões desse processo de transparência e articulação com a sociedade, o Itamaraty busca dar cumprimento às diretrizes estabelecidas pela Presidenta Dilma Rousseff. São orientações muito claras que recebi da Presidenta ao assumir a pasta das Relações Exteriores.

Afirmo desde o primeiro dia no cargo meu propósito de tornar o Ministério das Relações Exteriores mais útil ao Governo e à sociedade. Essa reafirmação do compromisso do Itamaraty de bem servir ao interesse público passa necessariamente pelo reforço de sua capacidade de compreender os interesses da sociedade como um todo e de melhor representá-los no mundo. A legitimidade e a eficiência da política externa são diretamente proporcionais à sua capacidade de refletir as necessidades e os anseios da população.

Foi com esse espírito que tomei a decisão de organizar os “Diálogos sobre Política Externa”.

Esta sessão destina-se à apresentação de um balanço dos quatorze painéis temáticos realizados ao longo do mês de março. As principais questões que constam da agenda de nossa política externa foram tratadas. Incluem os interesses do País em cada região do mundo e em cada tema importante da agenda internacional.

Não quero antecipar-me aos Relatores da Sociedade Civil e aos Subsecretários-Gerais do Itamaraty, que farão a síntese dos trabalhos. Permitam-me apenas fazer algumas breves considerações de ordem geral sobre essa iniciativa.

Os Diálogos devem ser compreendidos a partir de três perspectivas principais.

São parte de um processo de fortalecimento da transparência do Itamaraty e dos canais de interação com o Governo e a sociedade.

São parte de um processo acelerado de ampliação do debate interno sobre a política externa, dado o crescente interesse no Brasil pelos temas internacionais.

São parte de um processo de reforço, pelo Itamaraty, das instâncias de pensamento e planejamento estratégico sobre o lugar do Brasil no mundo.

De modo específico, os Diálogos servirão como subsídio para a elaboração de um Livro Branco da Política Externa Brasileira. Como já tive a oportunidade de destacar, o Livro Branco será um documento de caráter público, que registrará e divulgará os princípios, as prioridades e as principais linhas de ação externa do Brasil.

Senhoras e senhores,

O aprofundamento da transparência e do diálogo é um imperativo de nossa democracia. Uma tarefa a que todos os órgãos envolvidos na formulação e execução de políticas públicas devemos nos dedicar em caráter permanente.

É também uma exigência dos tempos atuais, em que os vários segmentos do poder público e da sociedade se envolvem cada vez mais com os temas de política externa, em um contexto de aumento da presença do Brasil no mundo.

Os Diálogos procuram, portanto, responder a essas exigências da democracia e do novo relevo assumido pela dimensão dos assuntos internacionais em nossa sociedade. Refletem um esforço de aprimoramento e reforço da inserção internacional do Brasil.

Eu queria fazer essa breve contextualização antes de passar a palavra ao senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos, que apresentará um

quadro mais pormenorizado sobre a jornada que percorremos até aqui.

Dirijo-lhe meu especial agradecimento por sua ativa e prestimosa colaboração em todas as etapas dos Diálogos.

Ao encerrar esta sessão, eu gostaria de dizer que a avaliação que faço do exercício dos Diálogos é muito positiva. Pelo que pude ouvir hoje e de outros interlocutores, a participação foi ampla e plural. O clima dos trabalhos foi construtivo, com pleno engajamento dos debatedores.

Houve troca livre de opiniões, percepções e propostas sobre os principais temas da política externa brasileira. As discussões foram enriquecidas pelas diferentes perspectivas e pontos de vista dos participantes.

Em todos eles foi notável a preocupação em buscar o melhor para o Brasil e os brasileiros.

Do meu ponto de vista, os Diálogos sobre Política Externa são um marco no que eu espero que seja um novo caminho das relações do Itamaraty com os demais órgãos e poderes da República e com a sociedade brasileira.

O Itamaraty sai, sem dúvida, enriquecido desse exercício, e estou certo de que este é o sentimento daqueles que dele participaram.

Os Diálogos ofereceram um rico manancial de informação, conhecimento e perspectivas, que constituirá valioso aporte para o processo de formulação e execução da política externa brasileira, em particular para a elaboração do Livro Branco. Foram apresentadas também contribuições por escrito, que quero aqui agradecer.

Como eu já disse e repito, os Diálogos sobre Política Externa não são um evento isolado. São parte de um processo de interlocução entre o Itamaraty e a sociedade que tem de continuar.

Os Diálogos não se esgotam em si mesmos, e estarei diretamente envolvido no acompanhamento das ações de seguimento. Já

instruí os Subsecretários-Gerais do Itamaraty a que continuem esse processo de interação e debate, com ativa participação de todas as unidades deste Ministério.

Antes de dar por concluída a sessão, quero expressar novamente meu agradecimento pela presença de todos, inclusive daqueles que se inscreveram pela internet. Uma palavra especial dedico à Fundação Alexandre de Gusmão e à Secretaria de Planejamento Diplomático, responsáveis pela organização dos Diálogos. Também reitero minha gratidão ao Secretário-Geral, aos Subsecretários-Gerais e aos Relatores, pelo valioso papel que desempenharam na concretização desta iniciativa.

Muito obrigado.

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR EDUARDO DOS SANTOS, NO ENCONTRO BRASIL-ALEMANHA 2014: VISÕES E REVISÕES

Foi com grande satisfação que aceitei o convite do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa para abrir este Encontro Brasil-Alemanha 2014, e o fiz por dois motivos. Em primeiro lugar, por tratar-se de convite do Embaixador Seixas Corrêa, meu antecessor na Secretaria-Geral das Relações Exteriores e um dos diplomatas brasileiros mais destacados, há quase meio século servindo ao Brasil com seu saber, sua inteligência e seu espírito público. E, em segundo lugar, por vivermos momento de particular dinamismo nas relações entre Brasil e Alemanha.

Esse bom momento das relações bilaterais ficou mais uma vez evidenciado no último dia 21 de março, quando o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado realizou sua primeira visita de trabalho a Berlim. Na ocasião, o Ministro Figueiredo e o Ministro do Exterior da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, tiveram a oportunidade de repassar a amplíssima agenda bilateral em todos os seus quadrantes – econômico, político, educacional, cultural, ambiental, energético, etc. – além de explorar novas possibilidades de cooperação em áreas como defesa e segurança cibernética, aprofundando a Parceria Estratégica que une os dois países.

A relação bilateral que temos hoje tem suas origens nos laços antigos e densos que Brasil e Alemanha construíram ao longo do tempo. Foi significativa a projeção que o mundo alemão teve entre nós desde que, com a Independência, passamos a ter no trono brasileiro uma Imperatriz Habsburgo, Dona Maria Leopoldina de Áustria. É notável o fato de que, com ela, chegada ao Brasil em fins de 1817, veio uma plêiade de cientistas, entre os quais os naturalistas von Spix e von Martius, cuja expedição épica pelos sertões teve o mérito de despertar nos círculos intelectuais alemães grande interesse pelo Brasil.

Permito-me destacar, ainda, que não foi menor o papel desempenhado por militares alemães, arregimentados pelo Major Anton von Schaeffer, na formação do Exército brasileiro. Dois deles, tenentes engenheiros Halfeld e Koeler, foram fundadores de Juiz de Fora e Petrópolis.

Recordo que as primeiras famílias de língua alemã vieram estabelecer-se no Brasil antes mesmo da Independência: primeiro, os colonos suíços, que fundaram Nova Friburgo, em 1818; depois, famílias propriamente alemãs, que se estabelecem em Ilhéus e São Jorge, na Bahia, ainda no reinado de Dom

João VI. Em 1824, com a promulgação da primeira Constituição brasileira, foram eliminados os óbices legais à imigração de pessoas que professassem outra fé que não a católica romana. A nova Carta abriu as portas para a imigração de colonos da Alemanha setentrional, que se concentraram, sobretudo, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Estima-se que, hoje, quase 10 milhões de brasileiros tenham ascendência alemã.

Foi inestimável a contribuição desses primeiros alemães e de seus descendentes ao desenvolvimento do Brasil. Pelos conhecimentos que traziam consigo, pelo engenho que lhes era inato, exerceram papel fundamental na diversificação de nossa agricultura — de que é exemplo a introdução do cultivo do trigo —, bem como nos processos de urbanização e industrialização do Brasil. Se a instalação da siderúrgica Mannesmann (1954) e a inauguração da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo (1959) constituem, por um lado, marcos essenciais de desenvolvimento industrial brasileiro, constituem também, por outro, capítulo central da reinserção internacional da indústria alemã no pós-guerra.

Parece-me natural que, em virtude dos laços humanos e econômicos criados pela via da imigração e dos investimentos, Brasil e Alemanha estivessem destinados à construção de uma parceria estreita entre si. Dois grandes marcos desse processo ocorreram ao longo da década de 70, com a então Alemanha Ocidental já plenamente reconstruída e o Brasil vivendo o chamado “Milagre Econômico”.

Em primeiro lugar, Brasil e Alemanha desejavam criar mecanismos para gerir os muitos interesses convergentes e fazer frente às demandas decorrentes da presença do capital alemão no Brasil. Fizeram-no com a criação da Comissão Mista Brasil-Alemanha, em 1974, pela qual o empresariado dos dois

países pôde apresentar suas percepções e pleitos diretamente a seus governos, os quais passaram a trabalhar coordenadamente para estabelecer um ambiente de negócios cada vez mais favorável.

Em segundo lugar, também em meados dos anos 70, o Brasil buscou na Alemanha o parceiro de que necessitava para um projeto verdadeiramente estratégico, qual seja a exploração pacífica da energia nuclear. Parcerias sólidas entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e entre empresas dos dois países nasceram com o Acordo Nuclear de 1975.

Aos dois marcos referidos, agregaria um terceiro marco, que se revelou elemento potencializador da relação bilateral a partir de então. Refiro-me à criação do G4, em setembro de 2004, instância promotora do pleito de Brasil, Alemanha, Japão e Índia por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A criação do G4 dá-se em momento de auspiciosa convergência entre Brasil e Alemanha no campo da política exterior. Ao mesmo tempo em que o Brasil, com a economia em ordem, retoma uma política externa mais ativa e autônoma, também a Alemanha modifica a política exterior relativamente discreta que praticou desde a Segunda Guerra Mundial.

Este é, em linhas gerais, o alicerce sobre o qual se desenvolvem hoje as relações entre o Brasil e a Alemanha. Esse relacionamento singulariza-se por três características principais: (1) nossas relações econômicas são marcadas por diversidade e vigor excepcionais; (2) nosso diálogo político sobre temas de interesse mútuo e sobre os grandes assuntos da governança, paz, segurança e prosperidade globais é intenso e maduro; (3) nossa cooperação nos campos científico, tecnológico, educacional e cultural é significativa.

O reconhecimento, por ambos os países, da importância, variedade e intensidade de nossas relações bilaterais consubstanciou-se, em 2002, na sua elevação ao grau de Parceria Estratégica.

No plano político, nossas relações bilaterais são marcadas por ampla convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuação conjunta em diversas questões globais, como o combate à fome, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a defesa do direito à privacidade na era digital.

Tal convergência reflete-se na elevada frequência de encontros de alto nível entre os mandatários do Brasil e da Alemanha nas últimas décadas. Recordo que a primeira visita realizada pelo Chanceler Federal da Alemanha a um país não europeu depois da reunificação, em 1991, teve o Brasil como destino. Desde aquela visita do então Chanceler Kohl, os contatos entre o Presidente do Brasil e o Chanceler Federal ou o Presidente da Alemanha têm-se dado, praticamente, em bases anuais — seja no Brasil, seja na Alemanha, seja à margem de encontros multilaterais.

A Presidenta Dilma Rousseff e a Chanceler Angela Merkel mantiveram, nos últimos três anos, quatro encontros bilaterais. Há a perspectiva de uma visita oficial da Chanceler alemã em meados do ano, e de elevação do diálogo bilateral ao status de Consultas Políticas de Alto Nível.

No plano econômico, recordemos que nossas trocas comerciais mais do que triplicaram ao longo da década passada, sendo a Alemanha, hoje, o quarto maior parceiro comercial do Brasil (depois da China, dos EUA e da Argentina) e nosso maior parceiro na União Europeia. Também é verdade, no entanto, que as cifras recentes, de 2012 para cá, registram uma perda de dinamismo em

nossas trocas, que precisamos saber superar com alternativas inovadoras. Voltarei a este tema mais adiante.

É preciso que se diga que as relações econômicas Brasil-Alemanha vão muito além do comércio. As cerca de 1.600 empresas alemãs presentes, hoje, no Brasil, respondem por cerca de 8 a 10% do PIB industrial brasileiro. Somente no Estado de São Paulo, são mais de 800 empresas, que geram aproximadamente 250 mil empregos diretos. Pela eloquência desses números, faz sentido afirmar que São Paulo é a maior cidade industrial alemã fora da Alemanha.

Esse relacionamento intenso, no âmbito econômico, beneficia-se de um arcabouço institucional há muito consolidado. A Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica existe desde 1974, reunindo-se todos os anos, alternadamente, em um e outro país. Normalmente, cabe ao Secretário-Geral do Itamaraty e ao Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) chefiarem a delegação brasileira, ao passo que a delegação alemã é chefiada pelo Vice-Ministro da Economia e pelo Presidente da Federação das Indústrias Alemãs. Em 2013, tive a grande satisfação de presidir, em São Paulo, a quadragésima edição da reunião da Comissão.

O segundo foro de cooperação econômica é o Encontro Econômico Brasil-Alemanha, que reúne, anualmente, expoentes do setor privado dos dois países. Os Encontros, com duração de dois ou três dias, reúnem, em média, 600 participantes. A edição de 2013 contou com a presença da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Federal Joachim Gauck.

Há pouco mencionei o menor dinamismo de nossas trocas a partir de 2012. O Governo brasileiro tem a percepção de que uma maior participação de pequenas e médias empresas nas relações econômicas bilaterais contribuiria

não apenas para aumentar as cifras de comércio e investimento, mas também para diversificar as exportações brasileiras para a Alemanha e intensificar a transferência de tecnologia alemã ao Brasil. As vendas brasileiras estão limitadas a número relativamente pequeno de grandes firmas, ao passo que, no sentido inverso, as exportações alemãs englobam grande número de empresas, muitas das quais médias e pequenas, que produzem bens de alto valor agregado. Nesse contexto, é fundamental estreitar os laços entre as pequenas e médias empresas brasileiras e alemãs por meio da criação de joint ventures e iniciativas conjuntas de pesquisa.

Tais joint ventures devem ser construídas em torno de projetos orientados para a inovação e que envolvam articulação com parques tecnológicos do Brasil. A cooperação no âmbito das pequenas e médias empresas brasileiras e alemãs deve conjugar a parceria empresarial com os recursos de pesquisa e desenvolvimento dos dois países. Isso requer, sem dúvida, visão e investimento por parte da iniciativa privada, mas demanda, igualmente, o empenho e o apoio dos governos e das suas instituições.

Devemos ser ambiciosos. Nossa cooperação bilateral em pequenas e médias empresas deve contemplar setores de ponta, como a biotecnologia, a indústria aeroespacial, a nanotecnologia, as tecnologias ambientais e a microeletrônica, entre outros. O motor “flex-fuel”, que foi desenvolvido no Brasil por subsidiárias da Volkswagen e da Bosch, é um bom exemplo do patamar de cooperação a que devemos almejar.

Gostaria, igualmente, de salientar o avanço, nos últimos anos, da cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação — um esforço antigo e bem sucedido: celebramos, este ano, 45 anos da assinatura do primeiro Acordo Geral de Cooperação

sobre Ciência e Tecnologia. Ao longo dos anos, a cooperação estabelecida nessa área tem dedicado a ênfase necessária à formação e intercâmbio de pesquisadores. A realização do Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2010/2011, bem como a visita da Presidenta Dilma Rousseff à Alemanha, em 2012, no contexto da feira tecnológica CeBIT — a maior feira mundial no setor de tecnologias da informação, que em 2012 teve o Brasil como país-tema —, ofereceram oportunidade singular para a atualização da agenda científica e tecnológica entre nossos países.

No tocante ao Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e inovação, ressalto, como seguimento particularmente importante, o acordo celebrado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Sociedade Fraunhofer, em junho de 2012. A Sociedade Fraunhofer é a maior organização de pesquisa aplicada da Europa e exemplo de instituição de excelência na promoção da pesquisa e da inovação.

O acordo entre o SENAI e a Fraunhofer permitiu a criação, no Brasil, dos Institutos SENAI de Inovação, que proverão soluções tecnológicas e de gestão a empresas interessadas em agregar conhecimento a suas linhas de produção. Trata-se, portanto, de valioso instrumento para o aprimoramento da competitividade das empresas de nosso País.

Ainda na área de inovação, temos conseguido bons resultados ao fomentar parcerias com foco na pesquisa aplicada. A cooperação entre a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e a Sociedade Fraunhofer é exemplo de êxito nesse sentido — mas podemos avançar ainda mais, com a intensificação da colaboração entre Governos, institutos de pesquisa e setor privado visando a unir pesquisa, inovação e produção.

No campo educacional, temos alcançado avanços dignos de nota em nossa cooperação. O Programa Ciência sem Fronteiras tem na Alemanha um de seus parceiros mais importantes. Universidades alemãs já receberam mais de 4 mil alunos brasileiros sob os auspícios desse programa. Os estudantes brasileiros na Alemanha, além da experiência propriamente acadêmica, também aprimoram sua formação por meio de estágios em empresas alemãs. Estou seguro de que esse esforço será proveitoso não só para a sociedade brasileira, mas para o próprio relacionamento bilateral, na medida em que esses alunos tornam-se agentes disseminadores da cultura alemã e, ao mesmo tempo, capacitam-se para trabalhar nas mesmas empresas que constituem a espinha dorsal de nossa parceria.

A cooperação em energia constitui outro eixo importante das relações bilaterais entre o Brasil e a Alemanha. Os dois países ocupam posição de liderança no desenvolvimento de tecnologias no âmbito das energias renováveis e atribuem grande importância à dimensão da sustentabilidade na implementação de suas políticas energéticas. Vejo como especialmente promissora a intensificação da cooperação bilateral nos campos da energia solar e da energia eólica, pelos investimentos já feitos por empresas alemãs neste campo e pelas condições únicas — climáticas, mas também pelo potencial ainda inexplorado de seu mercado — que o Brasil oferece para o desenvolvimento do setor.

Quero ressaltar, ainda, a cooperação na área cultural. Sabemos do vivo e crescente interesse do público alemão pela cultura brasileira. Sublinho, particularmente, a participação do Brasil na última Feira do Livro de Frankfurt, maior encontro mundial do setor editorial. O Brasil foi, em 2013, pela segunda vez, país-tema da feira. Foram quase 300 mil visitantes, que tiveram a oportunidade de travar contato

com as obras de nomes expressivos de nossa literatura.

Refiro-me, por último, ao diálogo político. Há vários níveis de convergência entre o Brasil e a Alemanha sobre os grandes temas da agenda internacional. Essa convergência manifesta-se, sobretudo, nas posições comuns sobre temas como reforma do Conselho de Segurança da ONU, meio ambiente e direitos humanos.

Recentemente, tivemos uma ilustração das potencialidades desse diálogo com a aprovação, por unanimidade, na Assembleia Geral das Nações Unidas, do projeto de resolução teuto-brasileiro sobre a defesa do direito à privacidade na era digital. Recorde-se que as recentes revelações sobre o uso indiscriminado do monitoramento de informações afetaram de maneira muito particular Brasil e Alemanha. A aprovação da resolução por unanimidade demonstrou de forma eloqüente a capacidade que têm os dois países, juntos — pelos valores que professam, pela credibilidade diplomática de que souberam dotar-se, ao longo das décadas —, de arregimentar apoios entre os interlocutores mais diversos, na defesa de valores universais.

Em essência, por tudo o que acabo de expor — pelo patrimônio construído ao longo dos anos, pelos laços humanos e materiais que nos unem à Alemanha, pela excelência de nosso diálogo político e pela variedade e profundidade de nossa cooperação —, torna-se inescapável a conclusão de que a Alemanha é, hoje, um dos parceiros centrais do Brasil em sua política exterior. Trabalhamos nesse sentido na convicção de que os progressos alcançados pelo Brasil, as dimensões de seu mercado, o dinamismo de sua economia e seu crescente peso internacional o tornam, igualmente, um sócio privilegiado aos olhos alemães.

Os Governos de Brasil e Alemanha querem

intensificar ainda mais esse diálogo e essa cooperação por meio do engajamento das próprias Chefes de Governo em consultas políticas regulares, de que participará número expressivo de Ministros dos dois lados. Esperamos, por esse mecanismo, promover novas avenidas de cooperação em domínios estratégicos, como energia ou produtos de defesa, ciência e tecnologia e cybersegurança, e aprofundar o diálogo sobre as grandes questões relacionadas à paz, segurança e prosperidade globais. Estamos certos, no Itamaraty, de que esse mecanismo contribuirá para solidificar o lugar das relações Brasil-Alemanha nas políticas exteriores dos dois países. É esta, em essência, a aposta que fazem a Presidenta Dilma Rousseff e a Chanceler Angela Merkel ao comprometerem-se formalmente a manter esse diálogo periódico. Estou certo de que, no futuro, a parceria Brasil-Alemanha será cada vez mais importante e estratégica para a própria projeção internacional de nossos países.

Obrigado.

**DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO
MACHADO, NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA
NELSON MANDELA” (2012-2014) DO INSTITUTO RIO BRANCO
(PALÁCIO ITAMARATY, 30 DE ABRIL DE 2014)**

02/05/2014

É uma grande honra para o Itamaraty receber a Senhora Presidenta da República para presidir a cerimônia de formatura de nova turma do Instituto Rio Branco.

Esta cerimônia – com a presença de autoridades do Governo, das chefias do Itamaraty e dos familiares dos alunos – representa um rito de passagem. Marca não apenas o fim de um período de formação, mas, sobretudo, o ingresso definitivo nesta Casa como agentes de política externa e servidores de carreira do Estado brasileiro. É com esse espírito de satisfação e orgulho que o Itamaraty os acolhe hoje.

Faço aqui meu reconhecimento aos familiares dos formandos, fonte essencial de apoio nessa árdua jornada que costuma ser o ingresso na carreira diplomática. As senhoras e os senhores têm todos os motivos para estarem orgulhosos.

Ao se integrarem agora plenamente ao Itamaraty, adianto aos formandos que os aguarda uma profissão das mais desafiadoras e complexas.

Ser diplomata é ser incumbido da grande responsabilidade de compreender o seu país e de bem representá-lo no exterior. Vocês serão a voz do Estado brasileiro no mundo e, por

isso, precisam ter uma consciência profunda do que o Brasil é e deseja ser no cenário internacional.

Ao lado das muitas responsabilidades, terão o privilégio de representar um país solidamente democrático, cada vez mais próspero, cada vez menos desigual e a cada dia mais relevante no mundo. Nem todas as gerações anteriores de diplomatas tiveram essa honra.

A força da sociedade brasileira é a unidade na diversidade. Apesar dos grandes desafios econômicos e sociais que ainda enfrentamos, o Brasil é uno no orgulho de sua pátria e em seu desejo de desenvolvimento. Aqui convivem brasileiros de todas as etnias e de todas as origens. Somos a maior nação afrodescendente fora do continente africano. Temos uma importante herança europeia e asiática. Árabes e judeus vivem lado a lado em nossas cidades. É esta experiência de unidade em meio à diversidade que fundamenta a diplomacia brasileira e lhe dá força no exterior.

O Brasil é um dos 11 países do mundo que se relacionam com todos os Estados-membros das Nações Unidas. Dialogamos com todos porque respeitamos as diferenças. Mas também porque sabemos que é por meio do

diálogo que melhor promovemos nossas visões e nossos valores. O compromisso genuíno do Brasil com a paz e a convivência harmoniosa entre os povos é, ao mesmo tempo, o reflexo de sua sociedade e a sua fonte principal de influência no mundo.

Nos últimos anos, emergiu uma nova faceta da imagem internacional do Brasil, também solidamente assentada na realidade interna do País. Passamos a ser reconhecidos como um país que, graças à execução de um corajoso e eficiente conjunto de políticas públicas, logrou êxitos expressivos no combate à fome e à pobreza e na inclusão social.

De receptor, passamos a ser um país prestador de cooperação. A cooperação praticada pelo Brasil beneficiou, nos últimos anos, 98 países do mundo em desenvolvimento, com efeitos positivos que se irradiam para outros campos de nossa ação internacional. Compartilhamos, sem qualquer imposição ou condicionalidade, a experiência brasileira na formulação e execução de políticas com impacto social.

O Brasil também tem sido decisivo nos debates globais sobre a erradicação da pobreza e sobre a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável que concilia crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. Somos um dos responsáveis pela prioridade atribuída a estes temas na agenda internacional. O papel da liderança brasileira está claramente lastreado nos avanços que registramos nesses campos dentro do Brasil.

O Brasil projeta-se neste início de século XXI como um país cada vez mais inclusivo e apegado aos valores da sustentabilidade. Um de nossos principais desafios será o de maximizar as possibilidades diplomáticas decorrentes dessa nova realidade interna, em benefício da realização plena de nossos valores e interesses externos.

Caros colegas,

Vocês serão representantes do Brasil num mundo em constante transformação.

O poder internacional atravessa um processo de desconcentração. Vão-se desenhando os contornos de uma configuração multipolar da geopolítica e da geoeconomia globais. O mundo testemunha um acirramento da competição econômica, em que o hiato de conhecimento tecnológico constitui um dos principais fatores a separar países. A agenda internacional tem ganhado em amplitude e complexidade. As causas da paz e do desenvolvimento sustentável permanecem no topo dos desafios prementes.

O objetivo central e prioritário de nossa política externa, conforme diretriz expressa de Vossa Excelência, Presidenta, tem sido o de contribuir para o desenvolvimento do País por meio de sua projeção no quadro global. Na busca do desenvolvimento, o Brasil vem seguindo uma política externa ativa e diversificada. A diversidade é, mais do que nunca, a palavra de ordem. No mundo multipolar em formação, não há espaços para opções ou parcerias excludentes. O desafio reside em operar simultaneamente em múltiplos planos, sem alinhamentos automáticos.

O reforço das relações e da integração na América do Sul, em particular no MERCOSUL, é elemento fundamental dessa estratégia diversificada. Com um entorno estável e próspero asseguramos melhores condições para nosso desenvolvimento e para nossa inserção internacional. A América do Sul tem logrado dar respostas próprias aos desafios enfrentados pela região nos mais variados campos. A recente atuação da UNASUL como garante do diálogo na Venezuela é mais um exemplo da unidade sul-americana em torno dos valores democráticos e da não-violência.

Senhoras e senhores,

Ao mesmo tempo em que o Brasil ganha mais projeção e espaço no mundo, aumenta o interesse pelos temas de política externa no País. Trata-se de desenvolvimento muito positivo de nossa democracia.

O Itamaraty tem estado atento a esse desenvolvimento. Tenho buscado assegurar que o Ministério se aproxime cada vez mais da Esplanada e da sociedade como um todo. Como bem disse em seu discurso o Secretário Pedro Ivo Ferraz da Silva, o Itamaraty tem procurado cada vez mais “ouvir e ser ouvido por seus mais diversos interlocutores.”

Ao longo dos meses de fevereiro, março e abril, determinei que o Itamaraty abrisse suas portas para um ciclo de debates intitulado “Diálogos sobre Política Externa”. Participaram mais de 300 debatedores, representando os três poderes e os diversos segmentos da sociedade civil: academia, imprensa, movimentos sociais, empresariado, sindicatos e organizações não-governamentais.

A série de eventos incluiu quatorze painéis temáticos, que trataram, em quase sessenta horas, de questões centrais da política externa brasileira.

No momento, o Itamaraty está dedicado à elaboração de um Livro Branco da Política Externa, um documento de reflexão que procurará registrar e divulgar os princípios, as prioridades e as principais linhas de ação da política externa brasileira. É uma forma de o Itamaraty contribuir para aprofundar o debate público e o conhecimento da sociedade sobre os diversos aspectos da política externa.

O orador da turma se referiu às turmas que se formaram em silêncio. Eu fiz parte de uma delas. E o Itamaraty que eu quero não é o do silêncio. É o da participação, do diálogo, do engajamento e da paixão na defesa do interesse nacional.

Estou também comprometido com um

processo de modernização interna dos procedimentos e métodos de trabalho do Itamaraty. Realizamos há pouco uma consulta ampla dentro do Ministério sobre as condições e necessidades de carreira, trabalho e vida dos nossos funcionários e de suas famílias. Buscamos ideias sobre como aprimorar e aperfeiçoar nosso serviço exterior. Tivemos um grau de participação extraordinário, com mais de 1.000 contribuições recebidas.

Os funcionários do serviço exterior brasileiro são o corpo e a alma do Itamaraty. Suas opiniões e sugestões são insumos indispensáveis para o aperfeiçoamento das atividades do Ministério e da ação externa do Brasil.

As iniciativas dos Diálogos, do Livro Branco e da consulta interna refletem um propósito comum de ouvir e de engajar. Refletem uma política de maior abertura para dentro e para fora do Ministério, com o objetivo de reforçar uma diplomacia apta a enfrentar os desafios do século XXI.

Nesse esforço de modernização, o Itamaraty está comprometido com a formação contínua dos diplomatas. O aprendizado permanente, a capacidade de combinar a formação generalista com a especialização e de entender a fundo os temas novos e emergentes serão cada vez mais determinantes para uma atuação externa eficaz.

A modernização passa, igualmente, pela valorização do papel das divisões do Itamaraty como unidades fundamentais de trabalho, de pensamento e de formulação. As divisões precisam estar bem lotadas e devem ser chefiadas por diplomatas experientes, que saibam formar, orientar e incentivar as novas gerações.

No dia de minha posse nesta função, Senhora Presidenta, Vossa Excelência me orientou expressamente sobre sua visão do papel do Itamaraty. Nessa orientação, ficou

claro seu desejo de que o Itamaraty reforçasse sua capacidade de planejamento estratégico e pensamento de política externa de longo prazo.

Nesse sentido, acho fundamental estimular e aprofundar a capacidade de reflexão crítica e estratégica dos quadros do Ministério. Daí a decisão que tomei, logo que assumi minhas funções, de reformular a Secretaria de Planejamento Diplomático do meu Gabinete. Sem pensamento estratégico e planejamento, como claramente ressaltou Vossa Excelência, perde-se a visão de conjunto e a política externa torna-se apenas reativa.

Reitero que a Casa inteira, todas as unidades, em especial as divisões, precisam ser fontes de formulação e de pensamento estratégico sobre a política externa.

O tema da ascensão funcional é central. Estou empenhado em assegurar um grau maior de previsibilidade na perspectiva de carreira, sempre tendo como preocupação fundamental recompensar o mérito.

O Itamaraty precisa modernizar-se para estar à altura dos grandes desafios que tem diante de si. É amplamente reconhecida a qualificação de nossos quadros, o que confirmo diariamente. Nosso desafio está em continuar a aperfeiçoar essas competências e em estimular da melhor maneira possível as energias e capacidades deste Ministério.

Senhora Presidenta,

Senhoras e senhores,

Na Turma 2012-14, temos 7 formandos de Minas Gerais, 6 de São Paulo, 5 do Rio de Janeiro, 2 da Bahia, 2 do Distrito Federal, 2 do Paraná, 1 do Ceará, 1 de Goiás, 1 do Mato Grosso do Sul, 1 de Pernambuco e 1 de Santa Catarina. Suas formações são variadas: Relações Internacionais, Direito, Engenharia, Letras e Comunicação Social. São 9 mulheres, 21 homens.

No passado, as turmas de diplomatas eram

compostas majoritariamente por bacharéis em Direito do eixo Rio-São Paulo. Somos hoje um Itamaraty mais parecido com o Brasil. Mas precisamos fazer mais. Temos buscado divulgar a carreira e o concurso nos mais diversos cantos do País. E nosso programa de ação afirmativa vem beneficiando a formação de candidatos afrodescendentes.

Gostaria, nesse sentido, de registrar meu reconhecimento ao Embaixador Gonçalo Mourão, Diretor do Instituto Rio Branco, que tem sido incansável no aprimoramento da formação dos nossos diplomatas.

Caros formandos,

A escolha que fizeram do patrono e do paraninfo da turma é rica e simbólica em muitos aspectos. O patrono, Nelson Mandela, dispensa predicados. Da força com que lutou contra o “apartheid” ao espírito de conciliação com que exerceu a presidência da África do Sul, a vida de Mandela ensina muito. A determinação não é sinônimo de inflexibilidade, e a capacidade de conciliar os opostos pelo diálogo não é sinal de fraqueza ou de inação, mas de visão de longo prazo e de sabedoria política.

Mandela dizia que a arma mais poderosa não é a violência, mas, sim, a conversa entre as pessoas. Preconizava a elevação do tema da erradicação da pobreza ao topo das prioridades globais. Valorizava, antes de tudo, a diversidade no mundo.

Não é necessário ressaltar a enorme afinidade que essa visão guarda com aspectos essenciais das posições tradicionais da diplomacia brasileira.

A paraninfa, Luiza Helena de Bairros, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, tem lutado incansavelmente, no Brasil e no exterior, contra o racismo. Lidando com questões raciais e de gênero, e enfrentando o racismo ostensivo ou disfarçado, a trajetória

da Ministra tem inspirado o reconhecimento do Brasil que somos e do Brasil que desejamos ser. Parabéns à turma pela escolha mais do que merecida.

Caros colegas,

Vocês apenas começam a descobrir as implicações da vida que escolheram. É uma vida marcada pela mudança permanente. Aspecto que, por um lado, a torna dinâmica, rica e fascinante, mas, por outro, é fonte de desafios para o diplomata e seus familiares.

Espero que guardem sempre consigo a vocação original que os inspirou a prestar o exame do Instituto Rio Branco. Mantenham sempre o profissionalismo, a excelência, o respeito ao outro, o espírito público, o desejo, acima de tudo, de servir ao Brasil que esta Casa ensina e inspira. Tenham sempre presente que, nesta Casa, já não há lugar para discriminações de qualquer espécie e assédios contra quem quer que seja.

Nisso tem de residir a força do Itamaraty, que hoje vocês passam a integrar plenamente.

Representar o Brasil no mundo é uma honra e um privilégio. E são melhores diplomatas aqueles que trazem o Brasil dentro de si.

Dizia Nelson Rodrigues: “Já descobrimos o Brasil e não todo o Brasil. Ainda há muito Brasil para descobrir. Não há de ser num relance, num vago e distraído olhar, que vamos sentir todo o Brasil. Este país é uma descoberta contínua e deslumbrante.”

Para melhor servir ao nosso País, precisamos estar plenamente comprometidos com seu destino, com seu futuro. Sigamos juntos neste caminho que nos levará a uma permanente e fascinante descoberta, de tudo o que é o Brasil e do potencial que tem por realizar.

Muito obrigado.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SECRETÁRIO PEDRO IVO FERRAZ DA
SILVA NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA NELSON MANDELA
(2012-2014) DO INSTITUTO RIO BRANCO
PALÁCIO ITAMARATY, 30 DE ABRIL DE 2014.
02/05/2014**

Este discurso é uma obra coletiva.

Há 5 décadas, em 1964, iniciava-se um período de 21 anos em que as turmas egressas do Instituto Rio Branco não podiam se pronunciar durante a cerimônia de formatura. Ao retomar a palavra, na metade da década de 80, os jovens diplomatas se referiram a esse período passado como o das “turmas que se formavam em silêncio”. Hoje, felizmente, temos o direito de nos expressar, de compartilhar com aqueles que definem a atuação internacional do Brasil nossas opiniões e nossos valores. Tanto para nós, diplomatas em início de carreira, como para o Itamaraty, isso é fundamental. Nossa formatura simboliza o momento em que o Itamaraty celebra sua renovação, o momento em que a tradição desta Casa se abre para novas ideias e novas reflexões.

Ao fazer uso do direito de nos expressar, queremos chamar a atenção para uma das principais características do que é ser brasileiro. Uma noção que nos identifica e que, paradoxalmente, nos impõe um de nossos maiores desafios. Queremos falar de uma noção que também é um ideal, pois não logramos, ainda, realizá-la por completo. Queremos falar do conceito e do valor da

inclusão, da importância de se relacionar, de dialogar e de conviver com o outro, em plenas condições de igualdade.

Hoje resolvemos homenagear duas pessoas que fizeram da inclusão sua principal bandeira de luta. Dois combatentes, que, apesar de trajetórias distintas, convergiram no princípio de que não pode haver paz e democracia, não pode haver prosperidade e riqueza, se estas conquistas forem privilégios de alguns; se não forem compartilhadas por todos.

Senhora Presidenta,

Nesta semana, completam-se 20 anos das eleições que levaram ao poder o primeiro Presidente negro da África do Sul. Pode-se questionar a relevância desse fato para o Brasil, país com língua e história diferentes, situado do outro lado do Atlântico. Mas a resposta é simples: a eleição de Nelson Mandela representou a vitória da liberdade e da democracia – ideais pelos quais nós também lutamos e cuja fragilidade duramente se recorda, também neste mês de abril, quando se completam 50 anos do golpe que implantou a ditadura militar em nosso País.

Foi com esse espírito que nossa turma escolheu Nelson Mandela como Patrono. Optamos por homenagear um estrangeiro, uma

exceção à tradição da Casa de Rio Branco. A história de Mandela justifica, contudo, essa exceção. Os desafios de Mandela são nossos desafios, seus princípios devem ser nossos princípios. Embora cativo do “apartheid”, Mandela nunca foi seu prisioneiro. Libertou seu país de um dos regimes mais desiguais do mundo em nome da reconciliação, da igualdade e dos direitos humanos. Ao ascender ao poder, não buscou o revanchismo; estendeu a mão a seus opressores e procurou reconstruir uma nação sobre as bases do pluralismo.

O legado de Mandela sobrevive à sua morte e ultrapassa as fronteiras da África do Sul. Faz ecoar pelo mundo a busca incessante pela verdadeira democracia – a democracia na qual todos os indivíduos são livres para participar, em pé de igualdade, da construção diária de suas sociedades.

Senhora Presidenta,

A história de Mandela é um convite para olharmos para nós mesmos. Frente aos conflitos sociais que afligem diversas nações, tendemos a pensar que nossas próprias questões estão equacionadas em uma democracia racial. No entanto, o racismo recria-se e encontra formas sutis e perversas. Em palestra no Instituto Rio Branco, a Ministra Luiza Bairros chamou nossa atenção para aspectos que ultrapassam o entendimento comum sobre o racismo. Chamou nossa atenção para o preconceito e para a discriminação institucionalizadas em nossa sociedade. Chamou nossa atenção para o fato de que a redução de desigualdades sociais não significa, necessariamente, a redução de desigualdades raciais. Tendo em conta sua trajetória pessoal de luta contra a discriminação, decidimos homenagear, com extrema felicidade, a Ministra Luiza Bairros como nossa Parainfã.

A diversidade existente na sociedade brasileira - de etnias, de credos, de culturas - e a histórica propensão de nosso povo a sincretizar

essa pluralidade, constitui traço marcante da identidade do Brasil. Hoje, sabemos que nossa diversidade representa um importante ativo de política externa. O reconhecimento da necessidade de maior inclusão por meios democráticos nos fortalece internamente e aos olhos do mundo. A Ministra Luiza Bairros representa a luta dos brasileiros para a construção de uma sociedade que abraça sua diversidade, o que habilita a diplomacia brasileira a defender esforços de inclusão social e racial internacionalmente.

Senhora Presidenta,

Em momento em que vemos ressurgir antigas rivalidades, em momento em que países experimentam grande agitação interna; e em momento em que avanços tecnológicos são usados para ferir soberanias e gerar desconfiças, a essência conciliadora e inclusiva de nossa diplomacia se revela mais necessária do que nunca. Devemos reforçar essa identidade, encontrando modos pacíficos de resolução de conflitos e insistindo no poder revolucionário da empatia, da persuasão e da perseverança.

Não podemos subestimar a capacidade de influência do nosso País nas mais recônditas regiões: da Patagônia às estepes russas; do Levante ao sudeste asiático. Nossa voz não é uma intrusa, ela é esperada. A insistente ação da nossa diplomacia fez do Brasil, na última década, ator respeitado e ouvido em amplo espectro de temas da agenda internacional. Nos foros multilaterais, no relacionamento interregional, nas relações bilaterais. Investimos no universalismo e, hoje, vemos seus frutos amadurecerem.

A ampliação do comércio internacional em 4 vezes nos últimos dez anos, com crescente diversificação de parceiros, a despeito da crise internacional; as eleições de José Graziano, Paulo Vanucchi e Roberto Azevêdo em importantes posições do multilateralismo;

a realização de megaeventos com forte projeção exterior, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Todas essas conquistas são exemplos da crescente influência brasileira, são resultados obtidos por nossa diplomacia.

Senhora Presidenta,

Atualmente, a política externa reveste-se de grande complexidade. É complexa porque deve estar preparada para lidar com temas que ultrapassam a perspectiva de paz e segurança. É complexa porque deve ser um exercício de conciliação de valores e princípios. E é complexa, principalmente, porque deve ser democrática e plural. E o exercício democrático exige que se ouçam as mais diversas vozes no plano interno para refleti-las no plano externo. Essas vozes querem se fazer ouvir, a exemplo das manifestações que ocorreram em junho e em julho de 2013.

Diante dessa realidade, o Itamaraty tem buscado se aproximar cada vez mais da sociedade brasileira. Dentre as iniciativas adotadas por este Ministério, destacam-se o Blog Diplomacia Pública, os Diálogos de Política Externa e as Conferências Brasileiros no Mundo, exemplos da abertura e da disposição desta Casa em ouvir e ser ouvida por seus mais diversos interlocutores.

O trabalho diplomático é, também, um exercício de ponderação e análise dos interesses dos demais órgãos da Esplanada. Intenso tem sido o diálogo com os demais Ministérios. Diálogo que nos enriquece e que fortalece as posições brasileiras nos foros internacionais. Nos mais diversos temas, compartilhamos o conhecimento técnico dos Órgãos especializados da Esplanada e a ele acrescentamos nossa capacidade negociadora e a perspectiva do interesse nacional, elementos imprescindíveis para a condução de uma política externa consistente e coerente, a serviço do Estado brasileiro.

Senhora Presidenta,

Escolhemos a diplomacia como profissão e como modo de vida. E felizes estamos de ingressar nesta Casa em momento de significativas mudanças administrativas, que, entre outros objetivos, buscam promover a equidade de gênero, combater as situações de assédio moral e garantir a sustentabilidade da nossa gestão. Felicitamos o Senhor Ministro de Estado por esses importantes avanços e pelos canais de diálogo interno que foram fortalecidos.

Desafios, contudo, ainda persistem. Nossa estrutura hierárquica é essencial para assegurar a unidade de ação deste Ministério. Mas deve estar ajustada às necessidades de maior eficiência dos processos decisórios. Nossa extensa rede de Postos no exterior é fundamental para a manutenção da presença do País no mundo. Carece, porém, de uma distribuição adequada de recursos pessoais e materiais para prestação de um serviço à altura do Estado e da sociedade brasileira. As saúdes física e psicológica de nossos colegas, tanto aqui como no exterior, devem ser objeto de constante preocupação. Nomes como Milena Oliveira de Medeiros e Berenice Ferreira de Araújo não podem e não serão esquecidos. São exemplos das condições de risco a que muitas vezes nos submetemos no exercício das nossas funções.

Senhora Presidenta,

Senhoras e Senhores,

Gostaríamos de dedicar também algumas palavras àqueles que mais contribuíram para nossa trajetória. Transmitimos sinceros agradecimentos ao Embaixador Gonçalo Mourão e a seu antecessor na Direção do Instituto Rio Branco, Embaixador Georges Lamazière, sempre dispostos a nos ouvir e empenhados em nos preparar para o trabalho no Ministério. Aos professores, que homenageamos na pessoa do Prof. Jean-Jacques Chatelard, somos gratos pela

dedicação em impulsionar nossa formação. Por meio do Oficial de Chancelaria Túlio de Almeida Costa e da Assistente de Chancelaria Elisa Martinazzo Bottin, que nos acompanharam no dia-a-dia do Instituto, queremos estender nossa homenagem aos colegas de outras carreiras do Ministério, que têm papel fundamental no bom funcionamento desta Casa.

Enviamos nossa carinhosa lembrança aos colegas estrangeiros, vindos de Angola, Argentina, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Suriname e Timor Leste. Suas presenças enriqueceram o convívio no Instituto Rio Branco e resultaram em concreta aproximação do Brasil com esses países amigos.

Preparados para servir aos interesses do nosso país, homenageamos, sobretudo, aqueles que acompanharam, bem de perto, nossa preparação e nos ajudaram a chegar até aqui. Às nossas mães, pais, cônjuges e demais familiares e amigos: nosso muito obrigado! Agradecemos a compreensão pelo convívio muitas vezes sacrificado, pelo encorajamento nos momentos de fraqueza, pelas palavras de incentivo. A todos vocês, queremos dizer que tudo isso foi essencial para a realização de um sonho, que se concretiza no dia de hoje.

Senhora Presidenta,

Somos afortunados por poder iniciar nossas carreiras sob o amparo da liberdade de expressão, dos direitos humanos e do respeito às individualidades. Mas também somos cientes de que ainda estamos longe do ideal. Em nosso País, assim como na África do Sul de Nelson Mandela, e em outros rincões desse mundo, o pleno exercício da cidadania não se faz apenas pela letra da lei, mas carece de realizações concretas que promovam a igualdade econômica, social e racial. Sem nos descuidar das conquistas democráticas do

passado, nossa diplomacia se preocupa com os desafios do presente, em busca de resultados palpáveis no futuro. Que a nossa turma e aquelas que ocuparão este lugar nos próximos anos sejam lembradas como “as turmas que se formaram em alta voz e com grande vontade de mudança!”

Muito obrigado!

**DISCURSO PROFERIDO PELA MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL,
LUIZA BARROS, NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA NELSON
MANDELA (2012-2014) DO INSTITUTO RIO BRANCO
PALÁCIO ITAMARATY, 30 DE ABRIL DE 2014
08/05/2014**

Senhoras e Senhores,

Neste ato de formatura, vimos compartilhar com o Ministério das Relações Exteriores a alegria de entregar ao Estado e à sociedade brasileira mais um valoroso grupo de diplomatas, do qual também fazem parte jovens oriundos de outros países como Angola, Argentina, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Suriname e Timor Leste.

Ao mesmo tempo, hoje celebramos conjuntamente o legado do sul-africano Nelson Mandela, referência mundial da luta contra o racismo e todas as formas de discriminação. Sua escolha como patrono desta Turma põe em evidência o longo caminho de mudanças que o Brasil tem percorrido, desde a fundação do Instituto Rio Branco, em 1945.

Nelson Mandela, em pronunciamento realizado na 50ª Conferência do Congresso Nacional Africano, no dia 16 de dezembro de 1977, após três anos de exercício da Presidência, disse o seguinte:

“Talvez uma das lições mais dramáticas e importantes que aprendemos nos últimos três anos é a de que todos os elementos de nossa sociedade refletem e se caracterizam

por 300 anos de dominação colonial e pelo “apartheid”.

Nosso movimento, a liderança que está reunida aqui, em cujas mãos está o futuro de nosso país ainda por muitos anos, tem de entender esse fato de maneira profunda e abrangente, que o país que herdamos é essencialmente estruturado de forma a nos negar a possibilidade de atingir a meta de uma nova sociedade centrada no povo”.

Muitas aproximações podem ser feitas entre a África do Sul e o Brasil. Uma delas é que também nós, há quase doze anos atrás, herdamos um país que, ao longo de muitos séculos, foi estruturalmente organizado com base na hierarquização do humano. Apoiados em traços de pertencimento étnico-racial, social e regional estabelecemos que uns brasileiros são mais humanos do que outros, com todas as consequências que a desumanização provoca na vida das pessoas.

Perdemos muito tempo negando, tergiversando, ocultando, mas hoje o Estado brasileiro, sem rodeios, reconhece o papel das discriminações na estruturação das desigualdades, e se dispõe a enfrentá-las, como condição essencial para o nosso processo democrático.

Os jovens diplomatas desta Turma, ao escolher Mandela como patrono compreenderam essas novas disposições do Estado brasileiro de modo profundo e abrangente, comprometendo-se, portanto, a acelerar as transformações do país que herdamos.

As Senhoras e Senhores formandos renovam em nós a certeza de que cada vez mais distante está o tempo em que o Brasil, incapaz de olhar-se por inteiro, não se compreendia e, conseqüentemente, também não se resolvia. Algum dia, talvez possamos determinar todos os efeitos das distorções sociais causadas por debates políticos e ações governamentais que insistiam em pensar a realidade brasileira, negando a diversidade como uma das nossas principais riquezas.

As ações em curso no país ilustram o fato de que o Estado brasileiro vem crescentemente incorporando uma ideia mais nítida e profunda do que somos, derrubando as barreiras que dificultam a participação social e política, alargando as noções de democracia e de desenvolvimento.

O Itamaraty, alinhado a este novo tempo, tem buscado ampliar o diálogo com a sociedade brasileira, de modo a permitir que diversas representações da vida social, institucional e política sirvam de base para um desenho institucional capaz de atender as demandas da governança global de hoje e do futuro. Isso inclui a projeção dos quadros do Itamaraty, através da ocupação de postos estratégicos, nos organismos multilaterais, reforçando assim o reconhecimento do Brasil no cenário internacional.

Em Mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, em fevereiro deste ano, a Presidenta Dilma Rousseff afirmou que estamos no “começo de um novo Brasil muito mais justo e muito mais forte. Ao liberar a força antes contida do povo brasileiro, criamos

um horizonte de novas fronteiras, de novas possibilidades a serem exploradas. O Brasil nunca será maior ou menor que o seu povo. Ao engrandecer e libertar nosso povo engrandecemos e libertamos a Nação.”

É neste Brasil anunciado pela nossa Presidenta que as Senhoras e os Senhores conquistam o pleno reconhecimento como integrantes do corpo diplomático brasileiro.

As Senhoras e os Senhores serão os formuladores, os gestores e os representantes da Política Externa num tempo em que o desenvolvimento do país, também demograficamente modificado, vai requerer mais avanços de escolaridade dos trabalhadores e de inovação por parte das empresas. Num tempo em que o país deverá incorporar milhares de novos servidores públicos, que ingressarão nas Carreiras de Estado, inclusive a diplomática, através da Política de Cotas nos Concursos Públicos, que esperamos seja aprovada pelo Senado Federal ainda este mês.

Num tempo em que a dinâmica das relações internacionais estarão ainda mais marcadas pela multipolaridade e pelo esforço de construção do desenvolvimento sustentável, o que requer a inclusão social e econômica, o equilíbrio ambiental, o uso responsável da tecnologia, a promoção da igualdade de gênero e da diversidade étnico-racial e a afirmação da participação social, sem discriminações.

É um tempo, cujo sentido pode ser sintetizado pela escolha de Nelson Mandela como patrono desta Turma. Por extensão, isso implica na adoção dos princípios que marcam o legado de Madiba, como compromissos norteadores de suas vidas e de suas trajetórias profissionais no Ministério das Relações Exteriores.

Boa sorte a todos e todas!

Muito obrigada.

**DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR EDUARDO DOS SANTOS, DURANTE A XLIV ASSEMBLEIA
GERAL DA OEA ASSUNÇÃO, 4 DE JUNHO DE 2014**

04/06/2014

Senhor Chanceler Eladio Loizaga, caro amigo,

Secretário-Geral José Miguel Inzulza,
Senhores Ministros,
Senhores Embaixadores,
Senhoras e Senhores,

Em nome do Governo brasileiro, desejo expressar nossos agradecimentos ao povo e ao Governo da República do Paraguai pela calorosa acolhida e pelo empenho na organização desta Assembleia Geral da OEA.

O Paraguai tem crescido com um dinamismo que não se via há muitos anos, um crescimento vigoroso que tem aliado aumento na qualidade de vida a um ambiente seguro para os investimentos. A percepção que se tem no Brasil sobre o Paraguai mudou rapidamente, graças às medidas adotadas por este Governo desde que o Presidente Horacio Cartes assumiu.

Felicito o Governo paraguaio pela escolha do tema central da Assembleia Geral, “Desenvolvimento com Inclusão Social”. Reflete a preocupação e o compromisso de todos nós com a cooperação para o desenvolvimento com justiça social nas Américas.

A inclusão social é condição essencial

para a promoção da cidadania plena, para a consolidação do Estado democrático de Direito e para o desenvolvimento com justiça e equidade. Não há alternativa à busca da paz, estabilidade e prosperidade dos nossos povos que não passe pelo exercício de uma cidadania digna, traduzida por acesso a emprego decente, por uma melhor distribuição de renda, por liberdade política e justiça social.

Em várias partes de nossa região, imperou, durante muito tempo, a falsa crença na dicotomia entre desenvolvimento econômico e políticas de inclusão. Na última década, nossa experiência demonstrou que é possível crescer mantendo estabilidade econômica, distribuindo renda e promovendo a inclusão social.

Entre 2003 e 2013, 36 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta. Em 2013, a taxa de desemprego registrou sua mínima histórica, 4,3%, acompanhada por aumento expressivo das taxas de formalidade do trabalho. A desigualdade de renda brasileira também atingiu o menor nível da série histórica, iniciada em 1960.

A estratégia brasileira de desenvolvimento social incluiu a apreciação do salário mínimo, a geração de empregos formais, a

universalização dos serviços públicos básicos e os programas de transferência de renda condicionada. O Programa Bolsa Família, reconhecido internacionalmente por seu impacto sobre a pobreza e segurança alimentar, tem efeito considerável sobre o crescimento econômico: o PIB aumenta R\$ 1,78 a cada R\$ 1 adicionado ao programa, com impactos ainda maiores sobre o consumo das famílias.

O exemplo brasileiro, assim como de muitos outros países aqui representados, fortalece o argumento de que é possível, com as políticas públicas adequadas, combater a pobreza e diminuir as desigualdades também em contextos de menor crescimento econômico.

A OEA enfrenta hoje o desafio de se reinventar e encontrar seu espaço em uma nova realidade regional, caracterizada por maior simetria na relação entre os Estados. Foram criados ou consolidados mecanismos regionais e sub-regionais de integração e concertação política, inexistentes quando da criação da OEA, em 1948. Nesses novos foros, trabalhamos para encontrar soluções para desafios comuns e encontrar meios para usar melhor as oportunidades que se apresentam.

É preciso, portanto, haver maior coordenação entre nossa Organização e os novos mecanismos existentes na região, para evitarmos a duplicação de esforços e otimizarmos o trabalho comum, de desenvolvimento político e socioeconômico de todos os povos das Américas.

Necessitamos de uma OEA mais voltada para ações que promovam e acelerem o desenvolvimento socioeconômico de nossas populações. Para preservar sua relevância, a Organização precisa estar em sintonia com as novas realidades e demandas das sociedades dos Estados-membros.

Nesse contexto, é extremamente oportuno o processo de reflexão sobre uma nova “Visão

Estratégica” para a OEA. Congratulo-me com a prioridade conferida ao tema pelo Secretário-Geral José Miguel Insulza e com os esforços empreendidos pelo Grupo de Trabalho do Conselho Permanente e por seu Presidente, o Representante Permanente do México junto à OEA.

Temos diante de nós uma tarefa desafiadora, que é a transformação da OEA em uma organização mais eficiente, mais eficaz e mais relevante para o conjunto de seus membros. É este o sentido que orienta a participação do Brasil nas discussões sobre a reforma da OEA. O Brasil está pronto a colaborar de maneira ativa e construtiva, com espírito aberto e animado pelo desejo de alcançar resultados positivos que atendam aos interesses de todos e garantam uma gestão financeira apropriada à Organização.

Destaco a importância atribuída pelo Brasil à Carta Social das Américas e à futura conclusão de seu Plano de Ação, com vistas a dar concretude à justa aspiração dos povos da região ao desenvolvimento socioeconômico e à justiça social.

Nesses últimos dois anos, o Brasil participou ativamente das discussões e deliberações para o aperfeiçoamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Os resultados alcançados até aqui foram positivos.

Os direitos humanos são universais, assim como deveriam ser os instrumentos internacionais criados para fortalecer sua proteção. A universalidade imperfeita do SIDH não o torna menos importante para Estados que, como o Brasil, ratificaram a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e reconheceram a competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Essa universalidade imperfeita pode, no entanto, afetar a percepção de um sentido de equidade que deve ser inerente ao funcionamento de qualquer Sistema, e com

maior razão em um Sistema que tenha na proteção do indivíduo seu valor fundamental. Queremos, para todos os cidadãos das Américas, o mesmo que queremos para todas as brasileiras e todos os brasileiros. Nem mais, nem menos.

O Brasil quer que a Comissão e a Corte Interamericanas incidam eficazmente sobre os problemas que todos os países da região enfrentam no campo dos direitos humanos. Quer também assinalar a importância de que todos os nossos países assumam as mesmas obrigações perante um Sistema que zele por sua aplicação de forma equitativa. Esperamos que se conclua nos próximos meses a negociação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos do Idoso.

Celebramos no corrente ano os vinte anos da aprovação da Convenção de Belém do Pará para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Iremos comemorar esse aniversário com o “Fórum Hemisférico 2014: 20 anos de combate à violência contra a mulher”, a ser sediado em Brasília, em novembro próximo.

O Brasil se orgulha de acolher o XXI Congresso Panamericano da Criança e do Adolescente. Queremos mostrar com esse Congresso a renovada importância que nossa região atribui ao pleno exercício dos direitos das crianças. Foi por essa mesma razão que o Governo brasileiro propôs a esta Assembleia Geral a elevação do status deste Congresso ao de Conferência Especializada. Esperamos recebê-los em Brasília, em dezembro próximo.

Não poderia concluir sem antes expressar, uma vez mais, em nome do Governo brasileiro, o nosso reconhecimento, respeito e apreço pelo Embaixador João Clemente Baena Soares, que foi hoje muito justamente homenageado por sua valiosa contribuição ao sistema interamericano. Em sua exitosa

carreira no serviço diplomático brasileiro, o Embaixador Baena Soares ocupou vários cargos de relevância, culminando com a Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, cargo que ocupo atualmente, de 1979 a 1984. Tornou-se, então, o único brasileiro até hoje a exercer o cargo máximo da OEA.

Como Secretário-Geral da OEA, o Embaixador Baena Soares teve papel de relevo no processo de pacificação na América Central e na redemocratização do Haiti. Baena Soares adotou a diplomacia como ferramenta para a construção da paz e da prosperidade das Américas, missão que continua desempenhando até hoje e esperamos que continue a desempenhar ainda por muitos anos. Ele é um patrimônio da diplomacia brasileira, da diplomacia americana e da diplomacia latino-americana e caribenha.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO

Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações aos Direitos Humanos

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações aos Direitos Humanos

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Côte D'Ivoire Sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Côte D'Ivoire para a Reativação da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Técnica, Cultural, Comercial, Científica e Tecnológica

Memorando de Entendimento entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC e o Instituto Nacional de Estatística da Costa do Marfim

Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica

Acordo - Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação em Matéria de Defesa

Acordo - Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação em Matéria de Defesa

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária

Troca de Notas assinadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Ampliação do Prazo de Vistos de Múltipla Entrada

Protocolo alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega destinada a evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica sobre a Isenção Parcial de Vistos

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha em Relação à Concessão de Contribuições Financeiras não Reembolsáveis, bem como de Empréstimos Alemães, no marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas

Acordo - Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda sobre Cooperação em Matéria de Defesa

Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça

Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada

Acordo - Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos Referente à Cooperação no Campo da Defesa

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Côte D'Ivoire para Implementação do Projeto "Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura em Côte D'Ivoire"

Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa para o Estabelecimento de Regime de Circulação Transfronteiriça entre Brasil e Guiana

Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha em 17 de setembro de 1996, para implementação do "Projeto para o Setor de Serviços".

Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) Aprimorar a Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e seus usos Múltiplos no Brasil

Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), para Fortalecer os Instrumentos de Governança Fundiária Voltados à Redução da Pobreza Rural, Inclusão Social e Produtiva, e Desenvolvimento Econômico e Ambiental Sustentável.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa

Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de Ambos os Países

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações aos Direitos Humanos

Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre a Facilitação de Vistos

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

ATENTADOS NO LÍBANO

02/01/2014

O Governo brasileiro condena a série recente de atentados terroristas no Líbano.

Ao expressar suas condolências às vítimas desses atos de violência e suas famílias, o Governo brasileiro reitera, ao Governo e ao povo do Líbano, seu irrestrito apoio aos esforços pela manutenção da estabilidade política do país.

NOTA DE ESCLARECIMENTO Nº 1

14/01/2014

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) refere-se à matéria veiculada no último dia 12 sobre o serviço consular brasileiro, em que figuram erros e imprecisões sobre a atuação do Ministério. O MRE reconhece que faz parte do exercício da imprensa livre apurar e fazer denúncias. Essa importante função da imprensa ajuda o setor público a se aperfeiçoar e a oferecer serviços públicos mais eficientes e de melhor qualidade.

Cabe ao Itamaraty, portanto, elucidar os casos mencionados.

1) É necessário esclarecer inicialmente que o Brasil não tem Consulado em Florença, diferentemente do que é afirmado na matéria. Como a revista não consultou o Itamaraty sobre o que teria ocorrido naquela cidade italiana, pode-se deduzir que os brasileiros tenham tentado recorrer ao Cônsul Honorário em Florença. Cônsules Honorários não são funcionários do Governo brasileiro. Não recebem remuneração ou ressarcimento de despesas. Trata-se de serviço voluntário para auxiliar em emergências, em lugares onde inexista repartição consular brasileira.

2) Sobre o caso dos doze cidadãos brasileiros detidos em Oruro, na Bolívia, que foram libertados em 2 de agosto de 2013 (sete já haviam sido soltos em 6 de junho): o MRE prestou-lhes, desde o primeiro momento, todo apoio consular e jurídico, com empenho em assegurar o respeito aos direitos dos brasileiros detidos, inclusive no que se refere à garantia de condições dignas de detenção e ao adequado seguimento dos trâmites legais pertinentes.

Até o momento da libertação, a Embaixada manteve contato contínuo com as autoridades bolivianas envolvidas (Poder Judiciário, Ministério Público, Autoridades Penitenciárias,

Chancelaria e outros Ministérios). O Embaixador e diplomatas da Embaixada do Brasil em La Paz fizeram visitas regulares aos detidos, algumas das quais acompanhando missões de parlamentares brasileiros. Por meio das constantes visitas, os representantes brasileiros puderam, igualmente, verificar a necessidade de auxílios específicos (colchões, agasalhos, alimentos, material de higiene, medicação) e de encaminhamento de detentos com problemas de saúde para assistência médica.

3) Sobre o desaparecimento do nacional Artur Paschoali, em 21 de dezembro de 2012: no dia 2 de janeiro de 2013, dia em que o MRE foi notificado do desaparecimento, a Embaixada do Brasil em Lima foi imediatamente acionada. O Embaixador entrou em contato com o Ministério do Interior peruano, com vistas a solicitar as providências necessárias de autoridades policiais locais, e tratou pessoalmente do assunto com o então Presidente do Conselho de Ministros e com a autoridade máxima do Ministério Público peruano.

A Polícia Nacional peruana enviou equipe multitécnica de resgate à região do desaparecimento.

Funcionários da Embaixada também foram deslocados àquela região para acompanhar os trabalhos de busca, onde permaneceram vários dias, para manter-se informados dos resultados, em coordenação com as autoridades locais. A pedido da Embaixada houve amplo apoio das unidades policiais para prestação de auxílio e proteção aos familiares do Sr. Artur Paschoali em seus deslocamentos em áreas do interior do Peru.

4) Sobre o caso da Senhora Jacy Raduan Berger: houve plena assistência consular e jurídica do Ministério das Relações Exteriores, tanto em Brasília como em Berlim (Embaixada, Consulado-Geral em Munique e mesmo do Cônsul Honorário em Stuttgart)

nos procedimentos jurídicos necessários para ganho de sua causa.

Foram feitas manifestações de apoio com relação ao pleito judicial da cidadã pelo Itamaraty junto ao Governo alemão. Entretanto, as autoridades alemãs sempre ressaltaram a impossibilidade de autoridades do Poder Executivo interferirem em decisões do Poder Judiciário, à luz do princípio da separação dos poderes.

5) Sobre o caso do acidente fatal envolvendo a psicóloga amazonense Jaqueline Lopes Marques, em 4 de janeiro último: o Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles esteve em contato com a família desde o primeiro momento. A liberação do corpo é de exclusiva responsabilidade das autoridades norte-americanas, e o prazo pode estender-se além do desejável. O Consulado-Geral esclareceu devidamente à família da cidadã falecida os procedimentos para o retorno do corpo da senhora Marques ao Brasil. A família também fez solicitações de custeio, pelo MRE, do traslado do corpo ao Brasil, ao que lhes foi respondido não haver rubrica orçamentária para esse tipo de despesa; à luz da legislação vigente, não é permitido ao MRE custear transporte de corpo do exterior ao Brasil.

6) Em relação ao atendimento que presta o Setor Comercial (SECOM) da Embaixada em Roma, vale esclarecer que foram recebidas, em 2013, 1.005 consultas (em média, quatro por dia útil). Para encontros e reuniões com o Embaixador do Brasil e outros funcionários diplomáticos da Embaixada, é aconselhável pedir agendamento prévio por meio de procedimentos costumeiros a qualquer repartição pública. O SECOM está aberto a todos os brasileiros e italianos interessados em estreitar os laços econômicos bilaterais.

7) Acerca dos vencimentos de funcionários do MRE que estariam acima do teto constitucional, o Itamaraty esclarece que

houve, no passado, casos isolados, causados em grande parte pela flutuação cambial, que foram devidamente equacionados junto ao TCU. Não há hoje vencimento acima do teto constitucional no MRE. O salário dos servidores do MRE no exterior obedece à legislação vigente e respeita os limites constitucionais, em consonância ao estabelecido pelos órgãos competentes de fiscalização e controle.

No caso de pagamentos no exterior, feitos em moeda norte-americana, será sempre necessário observar a variável que é a flutuação da taxa de câmbio. O valor está informado, para cada servidor, no Portal da Transparência.

8) A exemplo de todos os Embaixadores e Cônsules-Gerais que moram em imóveis alugados, a moradia do Embaixador Alterno em Nova York é uma residência oficial e, portanto, não é custeada por verba indenizatória. A definição de valores baseia-se em estudos fornecidos pela “Mercer Consulting” (<http://www.mercer.com>), empresa norte-americana especializada em cálculos de custo de vida para governos de vários países e agências americanas de governo, e responsável pelas publicações “World Quality of Living” e “World Cost of Living”.

Com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento consular, o MRE colocou, desde 2009, à disposição de qualquer cidadão brasileiro o serviço de Ouvidoria Consular, responsável pelo processamento de críticas e sugestões referentes a toda a atividade consular das repartições brasileiras no exterior, para a tomada das providências cabíveis. Esse serviço público é um importante instrumento de aperfeiçoamento de serviços, não citado pela reportagem.

Há que se registrar que, em muitos casos, a assistência consular não é suficiente para resolver uma questão, pois há limites jurídicos nos países onde os Consulados estão sediados

que devem ser respeitados. De acordo com o artigo 41 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto n.º 56.435, de 8 de junho de 1965, o Brasil compromete-se a não se imiscuir nos assuntos internos de outros Estados.

Vale, no entanto, registrar inúmeros casos bem-sucedidos, dentre os quais: em 2011, a libertação do jornalista Andrei Netto na Líbia, a assistência médica e jurídica para o traslado ao Brasil do Sr. Rondon Rodrigues Maia (que se encontrava em coma no Vietnã) e o retorno de jogadores de futebol brasileiros em situação de desvalimento no Irã; o caso do jornalista Klester Cavalcanti, detido na Síria, em 2012, cuja libertação resultou de gestão pessoal de diplomata brasileiro naquele país junto às autoridades locais; em 2013, a repatriação de menor brasileira sequestrada nas Filipinas e o apoio prestado à ativista brasileira Ana Paula Maciel, detida na Rússia, além de inúmeros casos diários de prestação de assistência consular que não receberam atenção da imprensa.

Cabe mencionar, ainda, que além das atribuições burocráticas consulares, os funcionários do Itamaraty, na prestação de serviços ao público, também atuam fora de seus escritórios, deslocando-se para regiões remotas para dar assistência pessoal, visitando brasileiros em prisões e hospitais, e prestando apoio a nacionais em portos, aeroportos e delegacias de polícia, muitas vezes em condições difíceis e fora do horário de expediente.

DESIGNAÇÃO PARA A CHEFIA DO
SECRETARIADO DA CONVENÇÃO-
QUADRO PARA O CONTROLE DO
TABACO
16/01/2014

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação a indicação, pela Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde, da Doutora Vera Luiza da Costa e Silva como a próxima Chefe do Secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, pelo período de junho de 2014 a junho de 2018.

O Governo brasileiro atribui grande importância à implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e está comprometido em apoiar o êxito da sua gestão.

SÍRIA: CONTRIBUIÇÃO
HUMANITÁRIA DO BRASIL
17/01/2014

O Governo brasileiro anunciou, por ocasião da II Conferência Internacional de Alto Nível para Contribuições Humanitárias à Síria, no Kuaite, contribuição de US\$ 300 mil para apoiar iniciativa conjunta entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no âmbito de estratégia lançada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para evitar “geração perdida na Síria”.

Os recursos deverão ser direcionados a programas de educação e proteção que contribuam para tirar mais de um milhão de crianças sírias da miséria, do isolamento e de situações traumáticas. Esse é o número estimado de crianças que hoje se encontram refugiadas como consequência do conflito na Síria, segundo as agências da ONU.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
SOBRE A SÍRIA (GENEBRA II) -
MONTREUX, SUÍÇA, 22 DE JANEIRO DE
2014 - INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-

GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR EDUARDO DOS SANTOS
INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-
GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
NA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
SOBRE A SÍRIA.
22/01/2014

“Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral,
Permita-me transmitir a Vossa Excelência o apreço do meu Governo pela convocação desta reunião tão aguardada sobre a Síria. Estendo meus cumprimentos ao Representante Especial Conjunto Lakhdar Brahimi. Sempre apoiamos e continuamos a apoiar seu valioso trabalho. Também saúdo a presença do Secretário-Geral da Liga Árabe, Nabil al-Araby.

Estamos reunidos aqui hoje para tratar de uma das tragédias mais sangrentas do século XXI – o conflito que irrompeu na Síria três anos atrás e continua a assolar o país e ameaça envolver toda a região. Por um longo tempo a resolução desse conflito esteve comprometida pelo silêncio e a paralisia do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Como membro do Conselho no mandato 2010-2011, o Brasil buscou minimizar essa percepção de fracasso que apenas reforçou o chamado para uma reforma urgente e abrangente do Conselho de Segurança.

Na qualidade de representantes de um país que valoriza sua diversidade cultural e abriga milhões de brasileiros descendentes do Oriente Médio, saúdo calorosamente a abertura desse diálogo entre o governo sírio e grupos de oposição, facilitado pelas Nações Unidas.

O diálogo é urgente e indispensável para fazer avançar esforços de reconciliação nacional, atingir a paz sustentável e colocar um fim tanto na violência quanto nos abusos de direitos humanos. Também é essencial

para assegurar um processo político liderado pelos sírios que respeite as aspirações legítimas do povo sírio de determinar seu próprio futuro ao mesmo tempo em que se preserva a independência, soberania, unidade e integridade territorial da Síria.

Senhor Secretário-Geral,

Acredito que todos nós presentes nessa Conferência afirmamos em um momento ou outro que não há solução militar para o conflito sírio. Somente a negociação pode nos levar a um acordo aceitável que nos conduza à paz sustentável. No entanto, a guerra ainda devasta e coloca em perigo o futuro da Síria.

Não haverá solução para o conflito na Síria enquanto ambos os lados continuarem a receber recursos financeiros e armas do exterior. Não desejo repassar os números trágicos de mortos, pessoas deslocadas e refugiados que foram assinalados durante a Conferência de Doadores sobre Síria no Kuwait alguns dias atrás. Mas nunca deveríamos perder de vista o fato de que atrás das estatísticas existem pessoas de verdade, milhões delas. Suas vidas têm sido profundamente afetadas - e, no caso de dezenas de milhares, destruídas - pelo conflito na Síria.

Os países e organizações reunidos aqui hoje deveriam apoiar fortemente o diálogo político liderado pelos sírios. Esta Conferência deveria mostrar seu apoio não tentando determinar as decisões que as partes sírias deveriam tomar, nem aceitando a militarização do conflito. O melhor cenário para essa Conferência é formar um compromisso amplo e sólido para ajudar os sírios a superar pacificamente suas diferenças mediante negociações. Essa Conferência precisa encorajar um processo sírio com o apoio da comunidade internacional e não um processo internacional com participação síria.

Senhor Secretário-Geral,

O Brasil entende plenamente as dificuldades que enfrentamos a frente. Ao mesmo tempo,

devemos nos sentir encorajados pelo fato de que estarmos todos reunidos aqui é em si mesmo um grande logro da diplomacia. A diplomacia permitiu a adoção do Comunicado do Grupo de Ação de Genebra em 2012, rompendo um impasse longo e destrutivo. A diplomacia também tornou possível alcançar um acordo para eliminar estoques de armas químicas na Síria, conforme determinado pela Resolução 2118 do Conselho de Segurança. Hoje, é nosso dever ajudar a encontrar pontos de convergência e estimular um acordo entre as partes sírias que levará a uma transição politicamente negociada.

O conflito sírio não é somente nacional, mas também uma crise regional com impacto mundial. O Brasil continua extremamente preocupado com os efeitos do conflito nos países vizinhos, que estão recebendo centenas de milhares de refugiados, tais como Líbano, Jordânia, Iraque e Turquia.

Renovamos nosso compromisso de apoiar esforços internacionais por meio das agências das Nações Unidas. Desde setembro de 2013, o Brasil decidiu facilitar vistos de entrada para todos aqueles nacionais sírios que buscam asilo. Meu país acredita que os princípios da solidariedade internacional e da divisão de responsabilidades deveriam nos guiar no que se refere aos nacionais sírios que buscam asilo em áreas fora das fronteiras imediatas da Síria.

Além disso, fizemos importantes contribuições financeiras a esforços de assistência humanitária das Nações Unidas na Síria e na região. Acreditamos que a recuperação política precisará ser construída com base na ajuda humanitária sustentada e na assistência de longo prazo ao desenvolvimento.

Senhor Secretário-Geral,

Precisamos agir oportuna e efetivamente. Medidas concretas são necessárias neste momento. Permita-me listar alguns passos que, na opinião do Brasil, são essenciais para

alcançar uma solução política:

- Implementação imediata do Comunicado Final do Grupo de Ação, em particular o estabelecimento de um órgão de transição neutro com plenos poderes executivos e de um diálogo nacional abrangente e significativo;

- Acesso seguro, pleno e desimpedido a agentes humanitários e à assistência a pessoas em necessidade;

- Compromisso de todas as partes sírias de assegurar o retorno seguro daquelas pessoas deslocadas e refugiadas que querem voltar para as suas casas na Síria;

- Implementação imediata de medidas contra a violência baseada no gênero e daquelas medidas destinadas a proteger mulheres e crianças da violência sexual e do tráfico humano;

- Assegurar que todos os responsáveis por violações de direitos humanos sejam trazidos à justiça;

- Suspensão de todas as sanções econômicas unilaterais regionais conforme ressaltado pela Comissão Independente de Inquérito do Conselho de Direitos Humanos;

- Compromisso de todas as partes sírias com o cessar-fogo, que poderia ser estabelecido de forma progressiva em diferentes áreas do país, a ser monitorado por um mecanismo acordado mutuamente pelas partes envolvidas e pelas Nações Unidas;

- Estabelecer um embargo de armas abrangente e efetivo;

- Apoio continuado a esforços em andamento para remover armas químicas da Síria e destruí-las com segurança, processo este que já começou a dar resultados. Os prazos estipulados na Resolução 2118 do Conselho de Segurança devem ser estritamente observados.

Senhor Secretário-Geral,

O Brasil assinala firmemente seu renovado compromisso com os esforços internacionais

visando a uma solução política para o conflito sírio. Estamos prontos a considerar possíveis mecanismos de seguimento a esta Conferência que possam facilitar o diálogo político e o entendimento entre os próprios sírios.

Devemos às milhões de pessoas afetadas pelo conflito um esforço sustentado para ajudar as partes a superar suas diferenças. Vamos trazer paz finalmente e colocar um fim ao sofrimento suportado por tantos por tanto tempo.

Muito obrigado.”

DISCURSO PROFERIDO PELA PRESIDENTA
DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF,
DURANTE SESSÃO PLENÁRIA DO FÓRUM
ECONÔMICO MUNDIAL 2014 - DAVOS,
SUÍÇA, 24 DE JANEIRO DE 2014
ÍNTEGRA DO DISCURSO DA SENHORA
PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA
ROUSSEFF, NO FÓRUM ECONÔMICO
MUNDIAL 2014, EM DAVOS, SUÍÇA.
24/01/2014

“São passados mais de cinco anos do início da crise financeira global, a mais profunda e mais complexa desde 1929. Aos governantes, empresários e trabalhadores colocou-se o difícil desafio de evitar o pior e, ao mesmo tempo, reconstituir o caminho da prosperidade, da retomada do crescimento, da produção, dos investimentos e, em especial, dos empregos.

Impôs-se a todas as economias a recuperação da confiança nos negócios, confiança que é indispensável para um bom desempenho econômico. A saída definitiva da crise requer um enfoque que privilegie não apenas o curto prazo. Ele é muito importante, mas é natural que, em um ambiente de crise e contaminado pelos seus efeitos adversos, muitas avaliações

acabem privilegiando apenas essa dimensão temporal.

É imprescindível, entretanto, resgatar o horizonte de médio e longo prazos em nossas avaliações para dar suporte aos diagnósticos e às ações necessárias ao crescimento das diferentes economias. Nessa perspectiva, ainda que as economias desenvolvidas mostrem claros indícios de recuperação, as economias emergentes continuarão a desempenhar um papel estratégico. Estamos falando dos países com as maiores oportunidades de investimento e de ampliação do consumo.

Somos países que demandam infraestrutura logística diversificada, infraestrutura social, urbana, energia, petróleo, gás, minérios, investimentos industriais e agrícolas. Somos sociedades em processo de forte mobilidade social, nas quais se constituem novos e dinâmicos mercados. Mercados internos integrados por centenas de milhões, em alguns casos, por bilhões de consumidores.

Assim, é apressada a tese segundo a qual, depois da crise, as economias emergentes serão menos dinâmicas. Serão muito dinâmicas porque lá estão grandes oportunidades. Até porque os fluxos atuais de investimento e comércio e as elevadas taxas de emprego e o horizonte de oportunidades dessas economias apontam em outra direção, na direção – eu repito – das oportunidades. Como as economias desenvolvidas, aliás, foram as mais afetadas pela crise, ao dela saírem criarão um ambiente econômico global mais favorável para todo o mundo.

O Brasil, por sua vez, vem experimentando uma profunda transformação social nos últimos anos. Estamos nos tornando, por meio de um processo acelerado de ascensão social, uma nação predominantemente de classe média. Alguns números ilustram essa realidade: os 36 milhões de homens e mulheres que foram tirados da extrema pobreza recentemente; os

42 milhões que ascenderam à classe média, que passou de 37% da população para 55% da população, apenas entre os anos a partir de 2003 até hoje. A renda per capita mediana das famílias brasileiras cresceu 78% no mesmo período. Nos últimos três anos, nós geramos 4,5 milhões de novos empregos.

Criamos um grande mercado interno de consumo de massas. Somos hoje um dos maiores mercados para automóveis, computadores, celulares, refrigeradores, fármacos e cosméticos. Mas apenas 47% dos domicílios têm computador; 55% apenas possuem máquinas de lavar roupa automática; 17%, freezer; 8% TV plana, evidenciando o tamanho da demanda ainda a ser atendida e as oportunidades de negócios a ela associadas.

Criamos um imenso contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos. Um cidadão com novas esperanças, novos desejos e novas demandas. Esses cidadãos, uma parte deles, estiveram nas manifestações de junho do ano passado, e essas manifestações são partes indissociáveis do nosso processo de construção da democracia e do processo de mudança social.

O meu governo não reprimiu, pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas. Os manifestantes não pediram a vida do passado, não pediram uma volta atrás. Pediram, sim, o avanço para um futuro de mais direitos, mais participação e mais conquistas sociais. Nós sabemos que democracia gera desejo de mais democracia. Inclusão social provoca expectativa de mais inclusão social. Qualidade de vida desperta anseio por mais qualidade de vida, por mais e melhores serviços.

Para nós, todos os avanços que conquistamos, e os já conquistados, são sempre, sempre só um começo. É necessário transformar essa extraordinária energia que o povo brasileiro manifesta nas ruas em

realizações para todos.

Este novo Brasil, mesmo desigual, e mesmo ainda menos desigual, está sendo construído sem abdicar dos nossos compromissos com a solidez dos fundamentos macroeconômicos. O controle da inflação e o equilíbrio das contas públicas são requisitos essenciais para assegurar a estabilidade, base sólida para a expansão econômica e para o progresso social.

A inflação no Brasil permanece sob controle e, desde 1999, o Brasil segue o regime de metas. Nos últimos anos, perseguimos o centro da meta e, a cada ano, trabalhamos para lograr esse objetivo. Os resultados obtidos até aqui estão dentro do intervalo admitido por esse regime monetário. Reitero a vocês que buscamos, com determinação, a convergência para o centro da meta inflacionária.

A experiência que tivemos das elevadíssimas taxas de inflação dos anos de 80 e 90 nos ensinou o poder destrutivo do descontrole de preços sobre as rendas, os salários, os lucros das empresas e, obviamente, sobre o cálculo econômico. A estabilidade da moeda é, hoje, um valor central do nosso país, da nossa nação.

Quero enfatizar que nós não transigimos com a inflação. A responsabilidade fiscal, por sua vez, é um princípio basilar da nossa visão de desenvolvimento econômico e social. No Brasil, as despesas correntes do governo federal estão sob controle e houve uma melhora qualitativa das contas públicas nos últimos anos. Conseguimos acentuada redução da dívida líquida do setor público, que caiu de 42,1%, em 2009, no início da crise, para 34% do PIB, em 2013. Mesmo a dívida bruta declinou neste mesmo período, passando de 60,9% para 58,5% do PIB.

Em breve, meu governo definirá a meta de superávit primário para o ano, consistente com essa tendência de redução do endividamento público. Creio que temos um dos menores

endividamentos públicos do mundo.

Olhando o futuro, duas outras iniciativas são estratégicas: a primeira é aprimorar o controle das contas dos entes federados, estaduais e municipais; fortalecer o preceito da responsabilidade fiscal, para tornar mais efetiva e transparente a geração de superávit primário de todos os entes federados, da União, dos estados e municípios.

A segunda alternativa é o reposicionamento dos bancos públicos na expansão do crédito ao investimento, possível, agora, graças ao aumento da participação do financiamento privado, do mercado de capitais e de outros novos instrumentos financeiros. Nós, no Brasil, possuímos um sistema financeiro sólido, com elevados níveis de capital, liquidez e de provisões, o que contribui para a expansão sustentável do crédito ao longo dos últimos anos. Esse sistema é também eficiente, com a participação harmônica de bancos privados e de instituições públicas, bancos privados nacionais e estrangeiros. Essas instituições desempenharam um papel importante nos últimos anos, em especial o sistema financeiro público nos períodos de turbulência dos mercados financeiros internacionais. Com a normalização dos mercados globais, a orientação estratégica do governo é para que essas instituições públicas retornem às suas vocações naturais.

A crise financeira global ganha novos contornos, neste momento, com a retirada dos estímulos monetários pelos países desenvolvidos. Mesmo reconhecendo que este movimento expressa uma tendência de recuperação da economia e do comércio mundiais, persistem desafios que geram volatilidade nos mercados financeiros.

Nossas reservas internacionais, hoje na casa dos US\$ 376 bilhões, proporcionam um colchão seguro de absorção dessa volatilidade. Além disso, o programa de swap

construído pelo Banco Central tem sido capaz de dar previsibilidade e estabilidade ao nosso mercado de câmbio.

O Brasil tem na flutuação cambial sua primeira linha de defesa. Ao lado disso, o amplo fluxo de investimento estrangeiro direto – Em 2003 [2013] de US\$ 64 bilhões – que se mantém direcionado para o Brasil, reforça nossa resiliência ao quadro de transição das condições financeiras e monetárias.

Desde o início do governo, estamos conscientes da necessidade de avançarmos para uma nova etapa. Reiteramos nosso compromisso com a qualidade institucional, em especial com o respeito aos contratos existentes, juntamente com um ambiente econômico estável e atrativo aos investidores. O nosso objetivo é melhorar estruturalmente a economia brasileira, tornando-a cada vez mais competitiva. É imprescindível, para tanto, a gestão cada vez melhor dos recursos públicos, reformando o Estado e reduzindo a burocracia. Nesse sentido, medidas para a diminuição das exigências burocráticas são essenciais para o aumento da produtividade no Brasil. Cito um exemplo, que é o Portal Empresa Simples, a ser implantado este ano, com a meta de baixar o prazo de abertura de empresas para, no máximo, cinco dias.

Sobretudo, é necessário – e estamos determinados a promover – forte aumento de investimento em infraestrutura, em educação e inovação. Com isso, aumentaremos a taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto, fundamental para sustentar o crescimento de longo prazo.

Esse é o sentido do nosso programa de infraestrutura. E este sentido é enfrentarmos os gargalos gerados por décadas de subinvestimento, agravados pelo forte aumento, o forte crescimento da demanda nos últimos anos.

Temos, em parceria com o setor privado,

um programa de concessões em infraestrutura logística integrada, infraestrutura energética, social, infraestrutura urbana, que envolve centenas de bilhões de dólares. O objetivo é somar recursos, mas é também aumentar a eficiência e aperfeiçoar a gestão dos serviços associados a essas obras. Os consórcios privados, que vêm participando desse processo de concessões e licitações, são integrados por grandes empresas nacionais e internacionais.

Realizamos cinco leilões de rodovias, transferindo, já, mais de quatro mil quilômetros para a gestão privada. Fizemos concessões de seis grandes aeroportos para consórcios liderados por grandes operadoras internacionais, e obtivemos outorgas de US\$ 20 bilhões, desses aeroportos, e obteremos, ao longo dos contratos.

Adotamos um novo marco regulatório para o sistema portuário, permitindo a ampliação da participação privada na oferta dos serviços portuários, com critérios de eficiência e aumento do volume de carga. Foram autorizados, já, oito portos privados, com investimentos de mais de US\$ 1,5 bilhão. Em 2014, autorizaremos novos terminais privados e iniciaremos os arrendamentos em portos públicos.

O novo modelo de concessão de ferrovias está em andamento. O Brasil é um país continental e necessita de um sistema ferroviário, principalmente quando se trata de minérios e grãos, e também quando se trata de contêineres. Em 2014, faremos o primeiro leilão de um trecho no centro-oeste brasileiro. Os demais trechos serão implementados também a partir deste ano, com a redefinição de alguns projetos, devido ao diálogo estabelecido com os investidores.

Um dos maiores desafios do país é construir essa malha ferroviária, uma malha moderna, uma malha compatível, como eu disse, com o tamanho continental do país.

Fizemos três licitações de petróleo e gás neste ano que passou. O grande marco, nessa área, foi o leilão do mega campo de Libra, vencido por um consórcio entre a Petrobras e quatro grandes empresas petrolíferas que aliam competência técnica a recursos financeiros. O campo de Libra tem reservas estimadas entre oito a doze bilhões de barris de petróleo. Sua exploração deve mobilizar investimentos diretos de cerca US\$ 80 bilhões nos próximos 35 anos. Seu efeito multiplicador incidirá sobre toda a cadeia produtiva de petróleo e gás. Com a exploração dos demais campos de potencial similar ao de Libra, o Brasil se tornará um significativo exportador de petróleo.

Na área de energia elétrica realizamos, também, muitos leilões, em torno de sete leilões, acrescentando, na área de geração, mais de nove mil MW à capacidade instalada. Priorizamos, sempre, fontes de energia alternativa, renováveis, aliás, na nossa matriz, uma das mais limpas do mundo. Na transmissão, foram em torno de dez leilões, agregando mais de 20 mil quilômetros à rede do país. Um dos nossos objetivos é a segurança energética. Os empresários sabem a importância de planejar, com antecedência, a expansão do sistema e que a certeza da oferta regular é fundamental para a decisão de investir.

A questão urbana está no centro das nossas preocupações. As cidades brasileiras demandam investimentos em transporte público, saneamento e habitação, mesmo porque nós estamos no período da Copa do Mundo e das Olimpíadas, e a infraestrutura urbana é, para isso, muito importante. Estamos investindo US\$ 62 bilhões em metrô, VLTs (Veículos Leves sobre Trilhos) e monotrilhos, por meio de parcerias público-privadas. São 600 quilômetros de sistemas de trilho para enfrentar o maior problema da vida urbana

do meu país: transporte de massa, seguro e rápido.

Outro desafio importantíssimo para nós é o saneamento, tanto para a qualidade de vida quanto, também, do ponto de vista dos recursos que ele implica, principalmente para a construção dos sistemas tanto de esgoto quanto de água. Estamos investindo US\$ 36 bilhões para ampliar os serviços de saneamento básico.

Possuímos, como os senhores sabem, a maior reserva de água doce do mundo, mas nós temos, também, regiões extremamente secas, como é o caso de regiões do Nordeste brasileiro. Para expandir a oferta de água, nós estamos investindo US\$ 14 bilhões em barragens, adutoras, canais, sistemas de abastecimento e cisternas. São milhões de uns e milhares de outros.

Encerrando esse ponto, eu gostaria de falar aos senhores sobre um programa que eu tenho muito orgulho de ter sido feito no Brasil, que é o “Minha Casa, Minha Vida”, nosso programa de construção habitacional. Desde 2011, nós contratamos a construção de 2,24 milhões moradias; 1,5 milhão nós já entregamos. Com esse programa nós garantimos o acesso à moradia para as parcelas mais pobres da população, combinando recursos públicos e financiamento, no total de US\$ 87 bilhões, e estabelecemos o que é importantíssimo: uma equação financeira que, considerando a renda da população, viabiliza o programa sem criar riscos para o sistema imobiliário.

Outro desafio de infraestrutura é a extensão – e este é, a partir deste ano – é a extensão para todo o território brasileiro, de uma rede de banda larga de alta capacidade. Essa rede servirá de alicerce, também, para a política educacional que desenvolvemos e que prioriza a inclusão e a qualidade.

A educação, cada vez mais, cumprirá no Brasil uma dupla função. Por um lado,

moldar uma nação democrática, garantindo a perenidade da erradicação da miséria e da pobreza, garantindo que o Brasil não volte atrás em relação à desigualdade. Por outro, alicerçar o crescimento, na tecnologia e na inovação, forjando a economia do conhecimento. Esses dois papéis são estratégicos para o país.

Nosso objetivo é criar uma geração de jovens técnicos, pesquisadores e cientistas. Estamos promovendo a maior expansão da rede federal de educação superior e tecnológica de nossa história, da rede pública e, por isso, democratizamos o acesso a essas universidades públicas. Mas também ampliamos o programa de bolsas e o financiamento para os estudantes terem acesso à universidade privada. Beneficiamos, com isso, 2,4 milhões de jovens de famílias de baixa renda que não teriam como entrar em universidades privadas. Implantamos o concurso nacional de acesso ao ensino superior, adotando um modelo justo, eficiente e meritocrático.

Nosso programa Ciência sem Fronteiras está oferecendo aos jovens a oportunidade de estudar nas melhores universidades do mundo. O único critério é uma boa nota nesse concurso nacional que, aliás, é condição para entrar em todos os nossos programas. São, no Ciência sem Fronteiras, 101 mil bolsas em universidades, hoje, de 39 países, nas áreas de engenharia, nas ciências exatas e nas áreas tecnológicas. Em parceria com o setor privado, envolvendo todas as confederações empresariais, nós implantamos um amplo programa de ensino técnico. Em pouco mais de dois anos, para se ter uma ideia, nos ultrapassamos a marca de cinco milhões de matrículas.

Finalmente, eu queria dizer para os senhores que a decisão histórica de destinar 75% dos royalties do petróleo, no pré e no pós-sal, e 50% do fundo social do pré-sal,

que é o excedente em óleo, para a educação, vai nos permitir fazer ainda mais. Nós vamos transformar a riqueza finita do petróleo em um patrimônio perene para a nossa população, a educação. Essa alquimia, que é transformar petróleo em conhecimento, beneficiará nossa estrutura produtiva. Trabalhadores bem formados, gerando maior produtividade na economia, conseguem aplicar conhecimento e inovação. E, repito, gera maior produtividade.

Além disso, nosso programa Inova-Empresa mobiliza US\$ 14 bilhões de recursos públicos em pesquisa e desenvolvimento. Nossa agricultura é um exemplo de sucesso de uma parceria entre o setor privado e o setor público na questão da inovação e da absorção de conhecimento científico e tecnológico.

Foi graças à tecnologia desenvolvida pela Embrapa e pelo agronegócio do Brasil que nós pudemos aumentar a nossa produção de grãos em 221% nas últimas duas décadas, com incremento de apenas 41% na área plantada. Portanto, um crescimento de 180% na produtividade da agricultura e que permitiu safras de grãos recordes. Nesta safra atual, nós vamos colher mais de 195 milhões de toneladas de grãos, ao mesmo tempo diminuindo o desmatamento e disseminando práticas sustentáveis de cultivo.

Na Conferência de Copenhague, nós assumimos a redução voluntária, em 36%, no mínimo, da emissão de gás de efeito estufa. Nós quebramos um tabu. Mostramos que é possível produzir de forma sustentável e, ao mesmo tempo, eficiente.

Quero fazer uma observação final. É hora de superarmos posturas defensivas e reconhecer o papel do comércio mundial na recuperação das economias. O histórico acordo global alcançado na Organização Mundial do Comércio (OMC) renova as esperanças de uma conclusão equilibrada na Rodada de Doha. O Brasil está pronto, está

empenhado, também, nas negociações do MERCOSUL com a União Europeia para um acordo comercial.

Volto a dizer: um novo ciclo de crescimento econômico mundial está em fase de gestação. À medida que a crise vai se dissipando, um olhar mais atento sobre os países emergentes ganhará fôlego. Com uma estratégia de longo prazo focada na promoção dos investimentos, na educação e no aumento da produtividade, esperamos sair ainda melhor dessa crise internacional.

O Brasil é, hoje, uma das mais amplas fronteiras de oportunidades de negócios. Nosso sucesso nos próximos anos estará associado à parceria com os investidores do Brasil e de todo o mundo. Sempre recebemos bem um investimento externo. Meu governo adotou medidas para facilitar ainda mais essa relação. Aspectos da conjuntura recente não devem obscurecer essa realidade.

Como eu disse até aqui, o Brasil mais que precisa e mais que quer a parceria com o investimento privado nacional e externo. O Brasil convida todos a ela. E, antes de terminar, quero aproveitar e convidar todos vocês para a Copa do Mundo, a Copa das Copas, que nós realizaremos agora em junho no Brasil. E também aproveito e convido para as Olimpíadas em 2016. O Brasil é o país do futebol. Nós amamos futebol e temos certeza que junto com outros países do mundo – eu não ousarei dizer com todos, mas eu quero dizer com a ampla maioria dos países do mundo – nós temos no futebol uma das formas mais importantes de afirmação da paz, mais importantes de afirmação, também, da luta contra os preconceitos, sejam eles quais forem.

Quero dizer aos senhores que nós estamos preparados para essa Copa. Os investimentos que eu relatei aqui são também investimentos para essa Copa, para esse evento, mas são,

sobretudo, investimentos, originados da necessidade do país. E quero dizer que estamos de braços abertos pra receber todos os visitantes, de norte a sul e de leste a oeste do meu país.

Muito obrigada.”

CESSAR-FOGO NO SUDÃO DO SUL

24/01/2014

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a assinatura de acordo, no dia 23 de janeiro, sobre cessar-fogo e estatuto dos prisioneiros políticos, entre o Governo do Sudão do Sul e forças de oposição.

O Governo brasileiro considera que a implementação do cessar-fogo constituirá passo fundamental para o processo de reconciliação no Sudão do Sul.

ASSINATURA DE TRATADO ENTRE

O BRASIL E O JAPÃO SOBRE

TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS

CONDENADAS

24/01/2014

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Fumio Kishida, e o Embaixador do Brasil em Tóquio, André Aranha Corrêa do Lago, assinaram hoje, em Tóquio, tratado bilateral de transferência de pessoas condenadas.

Ao oferecer a oportunidade para que nacionais japoneses condenados no Brasil e nacionais brasileiros condenados no Japão possam cumprir pena em seus países de origem, o tratado, uma vez em vigor, contribuirá para facilitar a reabilitação e reintegração social de pessoas condenadas. O acordo também constitui avanço da cooperação bilateral no domínio do direito penal.

ELEIÇÃO DO BRASIL PARA A
PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE
CONSTRUÇÃO DA PAZ DA ONU
29/01/2014

O Brasil foi eleito nesta quarta-feira, 29 de janeiro, por aclamação, para a presidência da Comissão de Construção da Paz (CCP) das Nações Unidas em 2014. Além da presidência, o Brasil dirige os trabalhos da Comissão relativos à Guiné-Bissau.

Criada em 2005, e inspirada em alguns dos princípios promovidos pelo Brasil ainda no final da década de noventa, a Comissão de Construção da Paz tem como principal objetivo auxiliar os países recém-egressos de conflitos armados a consolidarem a segurança, bem como alcançarem estabilidade política e desenvolvimento sustentável com inclusão social. Além da Guiné-Bissau, estão na agenda da Comissão: Burundi, República da Guiné, Libéria, República Centro-Africana e Serra Leoa.

Durante seu mandato em 2014, o Brasil deverá promover maior participação de países em desenvolvimento, organizações regionais e sub-regionais africanas e da sociedade civil nas atividades da Comissão, bem como manter engajamento produtivo com o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Buscará promover ainda reflexão sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento nas atividades de construção da paz e sobre a importância da apropriação nacional e da capacitação de quadros locais para o êxito das políticas de ajuda a países egressos de conflito.

ASSINATURA DE MEMORANDOS DE
ENTENDIMENTO BILATERAIS PARA O
INTERCÂMBIO DE DOCUMENTAÇÃO

PARA O ESCLARECIMENTO DE
GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS
HUMANOS
29/01/2014

Os ministros de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, avaliam como extremamente positiva assinatura pelo Brasil, Argentina e Uruguai dos Memorandos de Entendimento bilaterais para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações aos Direitos Humanos assinados nesta quarta-feira (29), em Havana (Cuba), durante a reunião de cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC.

Os Memorandos estabelecem um marco jurídico e institucional para a cooperação do Brasil com Argentina e Uruguai, com vistas ao resgate da memória e da verdade sobre Direitos Humanos. No Brasil, o acordo deverá auxiliar as atividades da Comissão Nacional da Verdade. Toda informação contida em qualquer meio ou tipo documental, produzida, recebida e conservada por qualquer organização estará à disposição.

Na avaliação do Governo brasileiro, esse acordo representa um fundamental avanço para elucidação de períodos históricos recentes desses três países, que permitirá o esclarecimento de fatos, contribuindo decisivamente para o fortalecimento da democracia.

Seguem os textos dos acordos.

1) Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações aos Direitos Humanos

2) Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações aos Direitos Humanos

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações aos Direitos Humanos

A República Federativa do Brasil e a República Argentina (doravante denominadas “as Partes”),

Com o desejo de criar um marco para a cooperação e o intercâmbio de documentação para pesquisas que permitam o esclarecimento de graves violações aos direitos humanos, ocorridas durante as ditaduras que assolaram ambos os países no passado recente.

Considerando:

A importância que ambas as Partes atribuem à obtenção de documentos que permitam o esclarecimento de atos de violação de direitos humanos no passado recente, bem como a cooperação histórica em matéria de esclarecimento de casos de desaparecimento forçado de pessoas e outras violações graves dos direitos humanos;

Que o presente Memorando de Entendimento se articula com os trabalhos que ambos os países desenvolvem no âmbito da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL, especificamente nos trabalhos que já estão sendo realizados no marco do Grupo Técnico para a obtenção de dados e pesquisa de arquivos das coordenações repressivas do Cone Sul;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1

Definições gerais

1. No marco do presente Memorando de Entendimento:

a) Por “Autoridade Competente” entende-se:

- No caso da República Federativa do Brasil, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em coordenação com o Ministério da Justiça e com o Ministério das Relações Exteriores;

- No caso da República Argentina, o Ministério das Relações Exteriores e Culto da Nação, em coordenação com a Secretaria de Direitos Humanos da Nação.

b) Por “documentação” entende-se toda informação contida em qualquer meio ou tipo documental, produzida, recebida e conservada por qualquer organização ou pessoa no exercício de suas competências ou no desempenho de sua atividade;

c) Por “Parte Requerida” entende-se a Parte do presente Memorando de Entendimento à qual se solicitará a documentação;

d) Por “Parte Requerente” entende-se a Parte do presente Memorando de Entendimento que enviará um pedido de informação.

2. No que se refere à aplicação do presente Memorando de Entendimento, qualquer termo não definido no mesmo terá, a menos que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe atribuir a legislação vigente do Estado Parte.

3. As Autoridades Competentes poderão delegar a outros organismos do Estado a gestão de ações vinculadas à implementação do presente Memorando de Entendimento.

Artigo 2

Objeto

1. As Partes, por intermédio das Autoridades Competentes, prestarão assistência e cooperação mútua mediante o intercâmbio de documentação relevante para a investigação e esclarecimento das graves violações às quais se refere o presente Memorando de Entendimento, promovendo e fomentando a cooperação entre as instituições

de ambos os países que conservem arquivos relativos ao objeto do presente Memorando de Entendimento, com o propósito de contribuir para o processo de reconstrução histórica da memória, verdade e justiça.

2. Exclui-se do presente Memorando de Entendimento toda informação que as Partes puderem solicitar dentro dos parâmetros estabelecidos pelos Convênios entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil sobre assistência penal.

Artigo 3

Formalização dos pedidos

1. A formulação dos pedidos deve obedecer aos requisitos estabelecidos de comum acordo pela Comissão Técnica Mista a que se refere o artigo 6 do presente Memorando de Entendimento.

2. A Autoridade Competente da Parte Requerida será a única responsável em determinar os meios para reunir a informação e coordenar a atividade administrativa necessária a esse fim, sendo necessário pedido prévio, por escrito, da Autoridade Competente da Parte Requerente.

3. O pedido transmitido por fax, correio eletrônico ou similar deverá ser confirmado por documento original assinado pela Autoridade Competente da Parte Requerente no decorrer dos quinze dias seguintes a sua formulação, de acordo com o estabelecido por este Memorando de Entendimento.

4. Se a Autoridade Competente da Parte Requerida não puder obter ou tiver impedimento formal para fornecer a documentação solicitada, informará imediatamente à Parte Requerente, explicitando as razões dessa impossibilidade.

Artigo 4

Exceção para a tramitação de pedidos

1. A Parte Requerida estará isenta de sua obrigação de fornecer documentação quando:

a) A documentação não estiver em poder

de suas autoridades;

b) O pedido não se realizar conforme o estipulado no Artigo 3 do presente Memorando de Entendimento;

c) A entrega da documentação for contrária à legislação interna da Parte Requerida, em particular por razões de segurança, ordem pública ou interesse nacional, conforme determine o Estado requerido.

2. Sem prejuízo do estipulado no inciso anterior, as autoridades competentes comprometem-se pelo presente Memorando de Entendimento a realizar todas as ações possíveis com vistas a prover informação útil para o esclarecimento de graves violações aos direitos humanos, por intermédio das vias administrativas, judiciais e/ou legislativas disponíveis.

Artigo 5

Sigilo

A Autoridade Competente da Parte Requerida poderá solicitar que a documentação que se produza e/ou se troque em virtude do cumprimento do presente Memorando de Entendimento tenha caráter sigiloso, pelo prazo determinado de comum acordo entre as Partes para cada caso, observada a legislação de cada uma das Partes.

Artigo 6

Comissão Técnica Mista

1. Com o objetivo de estabelecer um canal permanente e fluido de comunicação que facilite o intercâmbio da documentação objeto do presente Memorando de Entendimento, será formada uma Comissão Técnica Mista, que ficará encarregada da interpretação, do acompanhamento, da avaliação e da administração de todas as gestões efetuadas entre as Partes.

2. A referida Comissão Técnica Mista será integrada por representantes designados pelas Autoridades Competentes e seu funcionamento será regulado de comum

acordo pelos procedimentos definidos pelas autoridades competentes para tal fim.

Artigo 7

Custos administrativos

1. A Parte requerida assumirá os gastos de execução do pedido. A Parte requerente pagará os gastos extraordinários que venham a decorrer da assistência prestada. Este Memorando de Entendimento não ocasionará qualquer transferência de fundos de uma das Partes à outra nem qualquer atividade que possa representar encargo para além das atividades regularmente desenvolvidas pelas autoridades competentes.

2. As Partes deverão estabelecer um procedimento prévio de consulta referente aos custos operacionais para o cumprimento de cada pedido, com o objetivo de acordar antecipadamente a forma de cobertura dos gastos demandados.

Artigo 8

Memorandos complementares

Quando for necessário, as Partes poderão aprofundar e ampliar os compromissos assumidos no presente Memorando de Entendimento por meio de memorandos complementares.

Artigo 9

Solução de controvérsias

As controvérsias que surgirem entre as Partes em razão da aplicação ou interpretação das disposições contidas no presente Memorando de Entendimento serão resolvidas mediante negociações diplomáticas diretas, podendo requerer-se, para tanto, a colaboração da Comissão Técnica Mista estabelecida no marco do presente Memorando de Entendimento.

Artigo 10

Entrada em Vigor

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura.

Este Memorando de Entendimento poderá

ser denunciado por qualquer das Partes por meio de uma notificação escrita dirigida à outra Parte por via diplomática em que se manifeste a intenção de denunciá-lo. A denúncia terá efeito 90 dias após o recebimento da referida notificação.

Não obstante, a denúncia do presente Memorando de Entendimento não implicará na interrupção das atividades que se encontram em andamento em virtude do mesmo, salvo se as Partes assim decidirem expressamente por escrito de comum acordo.

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações aos Direitos Humanos

A República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai (doravante denominadas “as Partes”),

Com o desejo de criar um marco para a cooperação e o intercâmbio de documentação para pesquisas que permitam o esclarecimento de graves violações aos direitos humanos, ocorridas durante as ditaduras que assolaram ambos os países no passado recente.

Considerando:

A importância que ambas as Partes atribuem à obtenção de documentos que permitam o esclarecimento de atos de violação de direitos humanos no passado recente, bem como a cooperação histórica em matéria de esclarecimento de casos de desaparecimento forçado de pessoas e outras violações graves dos direitos humanos;

Que o presente Memorando de Entendimento se articula com os trabalhos que ambos os países desenvolvem no âmbito da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL, especificamente nos trabalhos que já estão sendo realizados no marco do Grupo Técnico para a obtenção de dados e pesquisa de

arquivos das coordenações repressivas do Cone Sul;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1

Definições gerais

1. No marco do presente Memorando de Entendimento:

a) Por “Autoridade Competente” entende-se:

- No caso da República Federativa do Brasil, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em coordenação com o Ministério da Justiça e com o Ministério das Relações Exteriores;

- No caso da República Oriental do Uruguai, o Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com a Secretaria de Direitos Humanos para o Passado Recente da Presidência da República.

b) Por “documentação” entende-se toda informação contida em qualquer meio ou tipo documental, produzida, recebida e conservada por qualquer organização ou pessoa no exercício de suas competências ou no desempenho de sua atividade;

c) Por “Parte Requerida” entende-se a Parte do presente Memorando de Entendimento à qual se solicitará a documentação;

d) Por “Parte Requerente” entende-se a Parte do presente Memorando de Entendimento que enviará um pedido de informação.

2. No que se refere à aplicação do presente Memorando de Entendimento, qualquer termo não definido no mesmo terá, a menos que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe atribuir a legislação vigente do país Parte.

3. As Autoridades Competentes poderão delegar a outros organismos do Estado a gestão de ações vinculadas à implementação do presente Memorando de Entendimento.

Artigo 2

Objeto

1. As Partes, por intermédio das

Autoridades Competentes, prestarão assistência e cooperação mútua mediante o intercâmbio de documentação relevante para a investigação e esclarecimento das graves violações às quais se refere o presente Memorando de Entendimento, promovendo e fomentando a cooperação entre as instituições de ambos os países que conservem arquivos relativos ao objeto do presente Memorando de Entendimento, com o propósito de contribuir para o processo de reconstrução histórica da memória, verdade e justiça.

2. Exclui-se do presente Memorando de Entendimento toda informação que as Partes puderem solicitar dentro dos parâmetros estabelecidos pelos Convênios entre a República Oriental do Uruguai e a República Federativa do Brasil sobre assistência penal.

Artigo 3

Formalização dos pedidos

1. A formulação dos pedidos deve obedecer aos requisitos estabelecidos de comum acordo pela Comissão Técnica Mista a que se refere o artigo 6 do presente Memorando de Entendimento.

2. A Autoridade Competente da Parte Requerida será a única responsável em determinar os meios para reunir a informação e coordenar a atividade administrativa necessária a esse fim, sendo necessário pedido prévio, por escrito, da Autoridade Competente da Parte Requerente.

3. O pedido transmitido por fax, correio eletrônico ou similar deverá ser confirmado por documento original assinado pela Autoridade Competente da Parte Requerente no decorrer dos quinze dias seguintes a sua formulação, de acordo com o estabelecido por este Memorando de Entendimento.

4. Se a Autoridade Competente da Parte Requerida não puder obter ou tiver impedimento formal para fornecer a documentação solicitada, informará imediatamente à Parte

Requerente, explicitando as razões dessa impossibilidade.

Artigo 4

Exceção para a tramitação de pedidos

1. A Parte Requerida estará isenta de sua obrigação de fornecer documentação quando:

a) A documentação não estiver em poder de suas autoridades;

b) O pedido não se realizar conforme o estipulado no Artigo 3 do presente Memorando de Entendimento;

c) A entrega da documentação for contrária à legislação interna da Parte Requerida, em particular por razões de segurança, ordem pública ou interesse nacional, conforme determine o Estado requerido.

2. Sem prejuízo do estipulado no inciso anterior, as autoridades competentes comprometem-se pelo presente Memorando de Entendimento a realizar todas as ações possíveis com vistas a prover informação útil para o esclarecimento de graves violações aos direitos humanos, por intermédio das vias administrativas, judiciais e/ou legislativas disponíveis.

Artigo 5

Sigilo

A Autoridade Competente da Parte Requerida poderá solicitar que a documentação que se produza e/ou se troque em virtude do cumprimento do presente Memorando de Entendimento tenha caráter sigiloso, pelo prazo determinado de comum acordo entre as Partes para cada caso, observada a legislação de cada uma das Partes.

Artigo 6

Comissão Técnica Mista

1. Com o objetivo de estabelecer um canal permanente e fluido de comunicação que facilite o intercâmbio da documentação objeto do presente Memorando de Entendimento, será formada uma Comissão Técnica Mista, que ficará encarregada da interpretação,

do acompanhamento, da avaliação e da administração de todas as gestões efetuadas entre as Partes.

2. A referida Comissão Técnica Mista será integrada por representantes designados pelas Autoridades Competentes e seu funcionamento será regulado de comum acordo pelos procedimentos definidos pelas autoridades competentes para tal fim.

Artigo 7

Custos administrativos

1. A Parte requerida assumirá os gastos de execução do pedido. A Parte requerente pagará os gastos extraordinários que venham a decorrer da assistência prestada. Este Memorando de Entendimento não ocasionará qualquer transferência de fundos de uma das Partes à outra nem qualquer atividade que possa representar encargo para além das atividades regularmente desenvolvidas pelas autoridades competentes.

2. As Partes deverão estabelecer um procedimento prévio de consulta referente aos custos operacionais para o cumprimento de cada pedido, com o objetivo de acordar antecipadamente a forma de cobertura dos gastos demandados.

Artigo 8

Memorandos complementares

Quando for necessário, as Partes poderão aprofundar e ampliar os compromissos assumidos no presente Memorando de Entendimento por meio de memorandos complementares.

Artigo 9

Solução de controvérsias

As controvérsias que surgirem entre as Partes em razão da aplicação ou interpretação das disposições contidas no presente Memorando de Entendimento serão resolvidas mediante negociações diplomáticas diretas, podendo requerer-se, para tanto, a colaboração da Comissão Técnica Mista estabelecida

no marco do presente Memorando de Entendimento.

Artigo 10

Entrada em Vigor

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura.

Este Memorando de Entendimento poderá ser denunciado por qualquer das Partes por meio de uma notificação escrita dirigida à outra Parte por via diplomática em que se manifeste a intenção de denunciá-lo. A denúncia terá efeito 90 dias após o recebimento da referida notificação.

Não obstante, a denúncia do presente Memorando de Entendimento não implicará na interrupção das atividades que se encontram em andamento em virtude do mesmo, salvo se as Partes assim decidirem expressamente por escrito de comum acordo.

II CÚPULA DA CELAC – DECLARAÇÃO DE HAVANA 30/01/2014

Leia a íntegra da declaração política final da II Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

II Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – 28 e 29 de janeiro de 2014 – Declaração de Havana

Las Jefas y los Jefes de Estado y de Gobierno de América Latina y el Caribe, reunidos en La Habana, Cuba, en ocasión de la II Cumbre de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), celebrada los días 28 y 29 de enero de 2014,

Reafirmando la vigencia del acervo histórico de la Comunidad, integrado, a su vez, por el acervo histórico del Grupo de Río y la Cumbre de América Latina y el Caribe sobre desarrollo e integración y por

las Declaraciones, Comunicados Especiales y decisiones aprobados en la I Cumbre de la CELAC, celebrada en Santiago de Chile, los días 27 y 28 de enero de 2013; en la Cumbre Fundacional de Caracas, el 3 de diciembre de 2011; en la Cumbre de la Unidad de América Latina y el Caribe, realizada en la Riviera Maya, Cancún, México, el 23 de febrero de 2010; en las Cumbres de América Latina y el Caribe sobre Integración y Desarrollo, iniciadas en Salvador de Bahía, Brasil, los días 16 y 17 de diciembre de 2008; y en el proceso de convergencia que dio paso a la CELAC.

Destacando que a dos años de la puesta en funcionamiento de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños hemos logrado construir un espacio de diálogo y concertación política que nos une y hace posible la aspiración de trabajar juntos por el bienestar de nuestros pueblos; que permite, a su vez, una mejor inserción y la proyección de nuestra región en el ámbito internacional.

Ratificando hoy nuestra voluntad irrevocable de fortalecer este espacio de diálogo político efectivo. Hemos sido, somos y seremos diversos, y a partir de esta diversidad es que tenemos que identificar los desafíos y objetivos comunes y los pisos de convergencia que nos permitirán avanzar en el proceso de integración de nuestra región. Fortalezcamos nuestras democracias y todos los derechos humanos para todos; demos mayores oportunidades a nuestra gente; construyamos sociedades más inclusivas; mejoremos nuestra productividad; estrechemos nuestro comercio; mejoremos nuestra infraestructura y conectividad y las redes necesarias que unan cada vez más a nuestros pueblos; trabajemos por el desarrollo sostenible, por superar las desigualdades y por una más equitativa distribución de la riqueza, para que todas y todos sientan que la democracia les da sentido a sus vidas. Esa es la misión de la CELAC, esa

es la tarea a la que hemos sido convocados y esa es la responsabilidad política que tenemos por delante y de la cual deberemos dar cuenta a nuestros pueblos.

1. Reiteramos que la unidad y la integración de nuestra región debe construirse gradualmente, con flexibilidad, con respeto al pluralismo, a la diversidad y al derecho soberano de cada uno de nuestros pueblos para escoger su forma de organización política y económica. Reiteramos que nuestra Comunidad se asienta en el respeto irrestricto a los Propósitos y Principios de la Carta de las Naciones Unidas y el Derecho Internacional, la solución pacífica de controversias, la prohibición del uso y de la amenaza del uso de la fuerza, el respeto a la autodeterminación, a la soberanía, la integridad territorial, la no injerencia en los asuntos internos de cada país, la protección y promoción de todos los derechos humanos, el Estado de Derecho en los planos nacional e internacional, el fomento de la participación ciudadana y la democracia. Asimismo, nos comprometemos a trabajar conjuntamente en aras de la prosperidad para todos, de forma tal que se erradiquen la discriminación, las desigualdades y la marginación, las violaciones de los derechos humanos y las transgresiones al Estado de Derecho.

2. Reafirmamos como principio general, que el fortalecimiento de la CELAC como foro y actor político internacional es una de nuestras prioridades. En ese contexto, consideramos fundamental buscar el perfeccionamiento de la coordinación y la cooperación entre los miembros de la CELAC, en el marco de los organismos internacionales, siempre que eso sea posible y viable.

3. Expresamos nuestro más profundo pesar por el fallecimiento del Comandante Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías,

ocurrida el 5 de marzo de 2013, uno de los principales fundadores e impulsores de la CELAC, humanista incansable e impulsor de la unión latinoamericana y caribeña, que luchó contra la exclusión social, la pobreza e impulsó el desarrollo integral de la región.

4. Subrayamos nuestro propósito de continuar avanzando unidos en la concertación y la integración latinoamericana y caribeña, y la consolidación de nuestra Comunidad, conforme los ideales y sueños de nuestros libertadores y próceres. Ratificamos nuestra decisión de establecer acciones que nos permitan prevenir, y en su caso, afrontar coordinadamente, los efectos de la actual crisis internacional de múltiples interrelaciones, que sigue impactando negativamente en los esfuerzos de nuestros países para fomentar el crecimiento y el desarrollo sostenible e integral de la región.

5. Promovemos una visión de desarrollo integral e inclusivo, que garantice el desarrollo sostenible y productivo, en armonía con la naturaleza, en aquellos ámbitos en los que podemos construir sinergias, particularmente en áreas como la energía, infraestructura, el comercio intrarregional, la producción de alimentos, las industrias intermedias, las inversiones y el financiamiento, con el propósito de alcanzar el mayor desarrollo social para nuestros pueblos.

6. Asumimos nuestro compromiso con el desarrollo regional integrado, no excluyente y equitativo, tomando en cuenta la importancia de asegurar un tratamiento favorable a las economías pequeñas y vulnerables, a los países en desarrollo sin litoral y Estados insulares.

7. Saludamos los importantes resultados alcanzados en las Reuniones de Coordinadores Nacionales y de Ministros de Relaciones Exteriores celebradas hasta el momento, y llamamos a la aplicación de las decisiones

y mandatos contenidos en los acuerdos alcanzados, sobre la base de los principios de flexibilidad y participación voluntaria.

8. Reconocemos que la experiencia de los dos años de existencia de la CELAC, demuestra la importancia del diálogo permanente para fortalecer el consenso en temas de interés regional, sobre la base de los principios de la solidaridad, complementariedad con otras experiencias o instituciones regionales y subregionales, y cooperación, y orientado a alcanzar resultados efectivos para lograr el desarrollo sostenible, solidario e inclusivo de los Estados latinoamericanos y caribeños. Destacamos los avances en el diálogo con los Mecanismos regionales y subregionales de integración.

9. Llamamos a la comunidad internacional a tomar medidas urgentes para hacer frente a las fragilidades y desequilibrios sistémicos. Expresamos nuestro deseo de trabajar conjuntamente para superar los desafíos que nos presenta el actual escenario internacional, y a realizar esfuerzos para impulsar ritmos de crecimiento económico sostenido, dinámico y de largo plazo para la región, que propicien una equidad e inclusión social crecientes y la integración de la América Latina y el Caribe, tomando en cuenta el valor del emprendimiento y las PYMES como instrumentos para fortalecer las economías nacionales.

10. Reafirmamos que para la erradicación de la pobreza y el hambre es necesario impulsar políticas económicas que favorezcan la productividad y el desarrollo sostenible de nuestras naciones, trabajar para fortalecer el orden económico mundial en beneficio de nuestros países, fomentar la complementariedad, la solidaridad y la cooperación, y exigir el cumplimiento de los compromisos de ayuda al desarrollo, por parte de los países desarrollados.

11. Ratificamos nuestra voluntad de

promover el crecimiento, el progreso, la inclusión social y el desarrollo sostenible de nuestros Estados, formulando y desarrollando planes, políticas y programas nacionales con metas cuantificables y calendarios, dirigidos a la universalización del disfrute y ejercicio de los derechos económicos, sociales y culturales, con atención prioritaria a las personas en condición de pobreza extrema y sectores en situación de vulnerabilidad como las poblaciones indígenas, afrodescendientes, mujeres, niños, personas con discapacidad, adultos mayores, jóvenes y migrantes.

12. Saludamos el éxito de la III Conferencia Global sobre el Trabajo Infantil, y reiteramos nuestro compromiso con la eliminación de las peores formas del trabajo infantil antes de 2016, así como con la erradicación del trabajo infantil en el más corto plazo posible.

13. Saludamos la adopción de la Declaración y Plan de Acción de Caracas de las autoridades de Desarrollo Social para la Erradicación del Hambre y la Pobreza. Seguiremos trabajando en planes, políticas y programas nacionales para reducir progresivamente las desigualdades de ingreso que están en la base misma del hambre, la pobreza y la exclusión social mediante, entre otras, políticas fiscales progresivas, de creación de empleos formales permanentes, de protección, de asistencia y seguridad social, de establecimiento de salarios mínimos y su elevación progresiva, las cuales se concretarían según las capacidades de cada miembro de la CELAC, aumentando gradualmente la inversión social.

14. Otorgamos la más alta prioridad a fortalecer la seguridad alimentaria y nutricional, la alfabetización y post-alfabetización, la educación general pública gratuita, la educación técnica, profesional y superior de calidad y pertinencia social, la tenencia de la tierra, el desarrollo de la agricultura, incluyendo la familiar y campesina

y del trabajo decente y duradero, del apoyo a los pequeños productores agrícolas, el seguro al desempleo, la salud pública universal, el derecho a la vivienda adecuada para todos y todas, y el desarrollo productivo e industrial como factores decisivos para la erradicación del hambre, la pobreza, y la exclusión social.

15. Reiteramos nuestro compromiso para trabajar mancomunadamente en el fortalecimiento de los mecanismos nacionales, regionales y multilaterales en la lucha contra el tráfico ilícito de bienes culturales y asegurar la integración cultural de nuestros pueblos a través de la promoción del intercambio de saberes culturales, tradicionales y modernos.

16. Reconocemos que los pueblos indígenas y comunidades locales desempeñan un papel importante en el desarrollo económico, social y ambiental, así como la importancia de las prácticas agrícolas tradicionales sostenibles, asociadas a la biodiversidad y el aprovechamiento de sus recursos, su derecho de acceso al agua adecuada para el riego, de conformidad con la legislación de cada país, y los sistemas comunales de tenencia de la tierra, y los tradicionales de suministro de semillas, y el acceso al financiamiento y los mercados.

17. Decidimos fortalecer, de manera integral, la base productiva con énfasis en las prácticas locales y culturales sostenibles de las pueblos indígenas y comunidades locales, para una gestión integral que optimice el uso y acceso al agua para riego, desde una visión de manejo de cuencas, la recuperación de la fertilidad del suelo mediante la reposición de cobertura vegetal, abonos orgánicos, terrazas y la conservación e incremento de la biodiversidad, a través de la recuperación y crianza de semillas nativas y producción de semillas mejoradas.

18. Subrayamos el papel fundamental de las políticas públicas y reconocemos la

valiosa contribución del sector privado, de la sociedad civil, de los movimientos sociales y la sociedad en su conjunto. Tomamos nota de los progresos logrados y nos comprometemos a continuar impulsándolas activamente, con apego a las prioridades y estrategias nacionales de desarrollo de cada Estado para alcanzar las metas de erradicación del hambre, la pobreza y la exclusión social. Reconocemos la importancia de la cooperación internacional, regional y bilateral para tal fin.

19. Reconocemos las iniciativas nacionales, subregionales y regionales dirigidas a garantizar el derecho humano a la alimentación y promover la seguridad alimentaria y nutricional, reducir los niveles de pobreza e impulsar la inclusión plena, y saludamos los progresos logrados en esos empeños, a la par que subrayamos que para garantizar éxitos ulteriores deben privilegiarse la complementariedad y la solidaridad entre nuestras naciones.

20. Reiteramos el compromiso de fortalecer los mecanismos de seguimiento en cada país para los programas y proyectos sociales que se implementen en distintos sectores, con especial atención a los grupos poblacionales en situación de mayor vulnerabilidad, a fin de evaluar con una perspectiva multidimensional su impacto y compartir las mejores prácticas con el resto de los países de la región.

21. Apoyamos la Iniciativa América Latina y el Caribe Sin Hambre 2025.

22. Reafirmamos nuestra voluntad de impulsar programas regionales, subregionales bilaterales y triangulares de cooperación para el desarrollo, así como una política regional de Cooperación Sur-Sur y Triangular, que tengan en cuenta las características y necesidades específicas de las diversas áreas y subregiones, así como de cada uno de los países que las conforman.

23. Reconocemos, en ese sentido, al Caribe

insular y Centroamérica, así como los países en la costa norte de América del Sur con áreas costeras bajas, como las subregiones de mayor vulnerabilidad desde el punto de vista económico, social y medioambiental, y abogamos por promover el comercio solidario y complementario, las inversiones y proyectos, y las acciones de cooperación encaminadas a superar los disímiles retos y dificultades asociados a su vulnerabilidad.

24. Nos comprometemos a continuar contribuyendo al esfuerzo de reconstrucción y desarrollo de Haití, de conformidad con los ámbitos prioritarios definidos por su gobierno, y con pleno respeto a su autoridad y soberanía, así como al principio de no intervención en los asuntos internos, en conformidad con la resolución sobre cooperación especial con Haití aprobada por las Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores, y ratificada por las Jefas y Jefes de Estado y/o de Gobierno en la I Cumbre de la CELAC. Instamos a los Gobiernos, a los donantes tradicionales y a las instituciones financieras internacionales para que apoyen con mayor amplitud y rapidez, la ejecución del Plan de Desarrollo Estratégico Nacional (NSDH) del Gobierno de Haití, en especial en el ámbito de la agricultura. Los instamos, asimismo, a apoyar el Plan Nacional para la Eliminación del Cólera, que requiere de medidas urgentes de prevención y control, así como de inversiones en infraestructura de agua, saneamiento, y fortalecimiento de la capacidad de las instituciones del país.

25. Afirmamos, que para la elaboración de una Agenda Estratégica Regional sobre la Gestión Integral del Riesgo de Desastres, es necesario que la temática sea reconocida como un proceso integrado por acciones relativas a la estimación y reducción del riesgo, la preparación, la asistencia humanitaria y la reconstrucción, las que deberán ser parte de un Plan de Acción coordinado y articulado entre

los entes locales, nacionales, subregionales y regionales.

26. Nos comprometemos a continuar consolidando sólidos principios regionales en materia de reconocimiento de los derechos de los migrantes, así como a profundizar la coordinación de políticas migratorias regionales y de posiciones comunes en las negociaciones globales e interregionales sobre migraciones, y en especial, en la promoción del debate internacional sobre el nexo entre la migración, el desarrollo y los derechos humanos.

27. Reafirmamos nuestra voluntad y compromiso para seguir avanzando en la consecución de los Objetivos de Desarrollo del Milenio.

28. Ratificamos la importancia crucial del proceso intergubernamental de formulación de la Agenda de Desarrollo Post 2015, que deberá ser abierto, transparente e inclusivo. Subrayamos que la nueva agenda de desarrollo deberá formularse sobre la base del respeto irrestricto de los principios consagrados en la Carta de las Naciones Unidas, y a la luz de los principios consagrados en el Documento Final de Rio+20, “El Futuro que Queremos”; así como los diferentes enfoques, visiones, modelos e instrumentos que los países han determinado para alcanzar el desarrollo sostenible, en función de sus circunstancias y prioridades nacionales. Debiendo cuidar que el proceso sea universal y lo suficientemente flexible para responder a las prioridades, condiciones y necesidades de los países en desarrollo y tomando en cuenta las necesidades especiales de los diferentes países, incluyendo los países menos desarrollados, los países sin litoral, los pequeños Estados insulares en desarrollo y los llamados países de renta media.

29. Reconocemos la urgente necesidad de que la nueva Agenda de Desarrollo

incluya explícitamente como un objetivo, con indicadores y plazos de cumplimiento específicos, los medios de implementación que garanticen su cumplimiento, entre los que figuran recursos financieros nuevos, adicionales y previsibles, el desarrollo y la transferencia de tecnología, la creación de capacidades en los países en desarrollo.

30. La nueva Agenda debe partir de la experiencia en la consecución de los Objetivos de Desarrollo del Milenio, para definir armónicamente los Objetivos de Desarrollo Sostenible; excluir cualquier condicionalidad; y eliminar las brechas al interior de las sociedades, entre regiones y a escala global. Asimismo, deberá reforzar el compromiso de la comunidad internacional, de que las personas sean el centro de sus preocupaciones, que promueva el crecimiento económico sostenido e inclusivo, el desarrollo social participativo y la protección del medio ambiente.

31. Reafirmamos la Resolución de la Asamblea General de las Naciones Unidas A/RES/64/292, de 28 de julio de 2010, en la que la Asamblea General reconoce el derecho al agua potable y el saneamiento como un derecho humano esencial para el pleno disfrute de la vida y de todos los derechos humanos.

32. Convencidos que el cambio climático es uno de los más graves problemas de nuestro tiempo, expresamos profunda preocupación por su creciente impacto negativo en los países en desarrollo y los pequeños Estados insulares en particular, que compromete los esfuerzos por la erradicación de la pobreza y alcanzar el desarrollo sostenible. En ese contexto, y en el marco del principio de las responsabilidades comunes pero diferenciadas y las respectivas capacidades, reconocemos que la naturaleza global del cambio climático requiere de la cooperación de todos los países y su participación en una respuesta internacional

efectiva y apropiada, en conformidad con la responsabilidad histórica de cada cual por este fenómeno, para acelerar la reducción global de las emisiones mundiales de gases de efecto invernadero y la adopción de medidas de adaptación, de conformidad con las disposiciones y principios de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático y las decisiones adoptadas en las Conferencias de las Partes.

33. Recibimos con beneplácito la realización del Diálogo Interactivo de la Asamblea General sobre Armonía con la Naturaleza, que se celebró en Nueva York, el 22 de abril de 2013, en el marco de la conmemoración del Día Internacional de la Madre Tierra, evento que discutió los diferentes enfoques económicos, en el contexto del desarrollo sostenible, para promover de manera más ética la relación entre la humanidad y la Tierra.

34. Celebramos la reciente suscripción de la nueva Convención de Minamata sobre Mercurio, como el primer instrumento vinculante negociado en el ámbito de Naciones Unidas en los últimos doce años, y el primero de la agenda post Río+20 sobre desarrollo sostenible, destacando que la misma supone un gran paso en el desarrollo del derecho ambiental internacional, al tener como objetivo la protección de la salud humana y el medio ambiente ante los riesgos del mercurio, instando muy especialmente a los países miembros a tomar medidas que hagan posible la pronta entrada en vigor y su efectiva implementación. Asimismo, instamos a la participación en la reunión regional de GRULAC, preparatoria de la Sexta sesión del Comité Negociador Intergubernamental de Mercurio (INC-6).

35. Los países de América Latina y el Caribe expresamos nuestro apoyo a la Presidencia peruana de la 20 Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las

Naciones Unidas sobre Cambio Climático y de la 10 Reunión de las Partes del “Protocolo de Kyoto”, que tendrán lugar en Lima, Perú, del 1ro. al 12 de diciembre de 2014 y nos sentimos comprometidos con procurar su éxito y el de su fase preparatoria, pasos que resultan esenciales en el proceso de desarrollo de un instrumento legal fortalecido bajo la Convención que debe presentarse el 2015. Subrayamos la importancia de que dicho instrumento, para ser efectivo y facilitar la participación de todos los países, debe respetar los principios y disposiciones de la Convención.

36. Animamos la participación de representantes de los países de la Comunidad en la primera Pre-COP Social de Cambio Climático que tendrá lugar entre los días 13 al 16 de octubre de 2014, en Caracas, Venezuela, que representa una iniciativa importante en el proceso de negociaciones en el marco de la Convención de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático para afianzar la alianza pueblos-gobiernos en la construcción del futuro régimen que se requiere para hacer frente al cambio climático.

37. Nos comprometemos, de conformidad con nuestras capacidades y legislaciones internas, a apoyar la investigación científica sobre la drogadicción en los países de CELAC, en aras de avanzar en el desarrollo de tratamientos, incluidas vacunas y antídotos.

38. Reiteramos el carácter latinoamericano y caribeño de Puerto Rico y, al tomar nota de las resoluciones sobre Puerto Rico adoptadas por el Comité Especial de Descolonización de las Naciones Unidas, reiteramos que es asunto de interés de CELAC.

39. Los países miembros de la CELAC nos comprometemos a seguir trabajando en el marco del Derecho Internacional, y en particular, de la Resolución 1514 (XV) de la Asamblea General de las Naciones Unidas,

del 14 de diciembre de 1960, para lograr que la región de América Latina y el Caribe sea un territorio libre de colonialismo y colonias.

40. Encomendamos al Cuarteto de la CELAC para que, con la participación de otros Estados miembros que deseen sumarse a este mandato, presenten propuestas para avanzar en lo señalado en el párrafo 38 de esta Declaración.

41. Reiteramos nuestro rechazo a las listas y certificaciones unilaterales por parte de países desarrollados que afectan a países de la América Latina y el Caribe, en particular las referidas a terrorismo, narcotráfico, trata de personas y otras de similar carácter, y ratificamos el Comunicado Especial aprobado por las CELAC el pasado 5 de junio, que rechaza la inclusión de Cuba en la denominada Lista de Estados que promueven el terrorismo Internacional del Departamento de Estado de los Estados Unidos.

42. Reafirmamos la Declaración de Santa Cruz, denominada “Ama Qhilla, Ama Llulla y Ama Suwa” (no robar, no mentir y no ser flojo), de la Primera Reunión Especializada de las Ministras, Ministros y Altas Autoridades de Prevención y Lucha contra la Corrupción de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), adoptada en Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, el 8 de noviembre de 2013, en la cual se establece, entre otros temas, que los delitos de corrupción deben combatirse de forma rigurosa y sin impedimentos para su investigación, enjuiciamiento y sanción con respecto a las legislaciones nacionales y a los acuerdos internacionales vigentes; asimismo, celebramos la creación de un Grupo de Trabajo especializado en la Prevención y Lucha contra la Corrupción, que elaborará un Plan de Trabajo con el fin de promover e impulsar las líneas de acción según las bases y prioridades establecidas en la Declaración y en el Plan de Acción de CELAC para 2014,

optimizando recursos, complementando los trabajos desarrollados en otros mecanismos y foros multilaterales y evitando la duplicación de esfuerzos.

43. Subrayamos la importancia de que nuestros países fortalezcan su preparación en materia de atención a controversias internacionales, y consideramos que se debe evaluar la posibilidad de que nuestra región se dote de mecanismos apropiados para la solución de controversias con inversionistas extranjeros. Manifestamos nuestra solidaridad con los países de la América Latina y el Caribe que están siendo afectados por reclamaciones ilegítimas y campañas de desprestigio en su contra, que ponen en riesgo el desarrollo de sus pueblos, y solicitamos a las empresas y grupos transnacionales que mantengan una conducta responsable y consistente con las políticas públicas adoptadas por los Estados receptores de la inversión.

44. Reafirmamos la importancia de desarrollar herramientas que permitan fortalecer el sistema financiero internacional, lo cual debería contemplar una regulación más estricta y efectiva de las grandes entidades financieras, y la adopción de medidas concretas para lograr mejores prácticas internacionales en flujos financieros internacionales. En línea con esto, resulta de gran relevancia la reducción de la dependencia excesiva de las evaluaciones de las agencias calificadoras de riesgo crediticio.

45. Consideramos indispensable para la estabilidad y predictibilidad de la arquitectura financiera internacional, garantizar que los acuerdos alcanzados entre deudores y acreedores en el marco de los procesos de reestructuración de las deudas soberanas sean respetados, permitiendo que los flujos de pago sean distribuidos a los acreedores cooperativos según acordado con los mismos en el proceso de readecuación consensual de la deuda.

Es necesario contar con instrumentos que posibiliten acuerdos razonables y definitivos entre acreedores y deudores soberanos, permitiendo hacer frente a problemas de sustentabilidad de deuda de forma ordenada.

46. Expresamos nuestra convicción acerca de la importancia que han adquirido los flujos de inversión extranjera directa en nuestra región y la necesidad que los mismos contribuyan efectivamente a los procesos de desarrollo de nuestros países, y redunden en un aumento de los niveles de bienestar de nuestras sociedades, sin imposición de condicionalidades, con respeto de su soberanía y en concordancia con sus planes y programas nacionales de desarrollo.

47. Consideramos necesario contar con una herramienta de planificación latinoamericana y caribeña ante los nuevos desafíos que enfrenta la CELAC, razón por la que resultan imperativos los esfuerzos colectivos de integración, solidaridad y cooperación, mutuamente ventajosa en particular con aquellos países vulnerables y de menor desarrollo relativo que servirán para la obtención de objetivos claros, medibles y adaptables a las distintas realidades nacionales, con vistas a la erradicación de la pobreza y a la promoción del desarrollo sostenible.

48. Ratificamos la importancia de la cooperación e integración financiera regional. En ese sentido, respaldamos las resoluciones adoptadas por los Ministros y Ministras de la CELAC en sus reuniones del año 2013.

49. Saludamos con beneplácito al Gobierno del Estado Plurinacional de Bolivia y al pueblo boliviano, por el lanzamiento exitoso al espacio ultraterrestre del primer satélite boliviano de comunicaciones denominado “Túpac Katari” (TKSAT-1), realizado el 20 de diciembre de 2013 en el centro espacial Xichang, de la República Popular China, reconociendo que los beneficios del Satélite llegarán a

millones de bolivianos, facilitando el acceso a la educación e información y garantizará el ejercicio de los derechos humanos y facilitará el intercambio de conocimientos científicos entre los diferentes pueblos de América Latina y el Caribe.

50. Reiteramos nuestro más firme respaldo a los legítimos derechos de la República Argentina en la disputa de soberanía por las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur y los espacios marítimos circundantes, así como el permanente interés en que dicha disputa se resuelva por la vía pacífica y de la negociación, conforme lo dispuesto por la Resolución 31/49 de la Asamblea General de las Naciones Unidas.

51. Reiteramos nuestro compromiso con el principio del derecho soberano de los Estados de disponer de sus recursos naturales y de gestionarlos y regularlos. Manifestamos, asimismo, el derecho de nuestros pueblos de aprovechar, de manera sustentable, los recursos naturales, los cuales cuentan con el potencial de ser utilizados como una importante fuente para financiar el desarrollo económico, la justicia social y el bienestar de nuestros pueblos.

52. Reiteramos nuestro más profundo rechazo a la aplicación de medidas coercitivas unilaterales y reiteramos, una vez más, nuestra solidaridad con la República de Cuba a la par que reafirmamos nuestro llamado al gobierno de los Estados Unidos de América a que ponga fin al bloqueo económico, comercial y financiero que impone a dicha nación hermana desde hace más de cinco décadas.

53. Nos comprometemos a seguir trabajando para consolidar a América Latina y el Caribe como Zona de Paz, en la cual las diferencias entre las naciones se resuelvan a través del diálogo y la negociación u otras formas de solución pacífica establecidas en el Derecho Internacional.

54. Tomando en cuenta los objetivos esbozados en la Declaración de Surinam, aprobados en la Primera Reunión de Ministros de Cultura de la CELAC celebrada los días 14 y 15 de marzo en Paramaribo, Surinam, enfatizamos la importancia de la cultura en Latinoamérica y el Caribe como el fundamento de la identidad de cada país y como catalizador de los procesos de integración regional. Subrayamos la importancia de la cultura y de las industrias culturales para las economías nacionales y asumimos el compromiso de promover el emprendimiento cultural, como una herramienta de conservación de nuestro patrimonio cultural y la generación de oportunidades de empleo y riqueza para nuestros pueblos, de tal forma que contribuya al bienestar de nuestros ciudadanos y al progreso de la sociedad en su conjunto.

55. Expresamos nuestra satisfacción por la realización de la VI Cumbre Mundial de las Artes y la Cultura, realizada en Santiago de Chile entre el 13 y 16 de enero pasados, lo que ha contribuido a proyectar a la región como un escenario privilegiado para viabilizar encuentros y diálogos de vocación universal en el ámbito de la cultura.

56. Reiteramos nuestro apoyo al proceso de diálogo que se lleva a cabo en La Habana, Cuba, entre el Gobierno de Colombia y las FARC, y saludamos los avances logrados mediante la consecución de acuerdos en dos importantes puntos de la agenda. Instamos a las partes a continuar el proceso dirigido a poner fin a un conflicto interno que por más de 50 años ha afectado el desarrollo político, social y económico de esa nación hermana. Saludamos y agradecemos el papel de los países garantes, Cuba y Noruega, y de los países acompañantes, Chile y Venezuela, en los logros alcanzados.

57. Reiteramos nuestro apoyo a la proclamación por la Asamblea General de las Naciones Unidas

en diciembre de 2013 del Decenio Internacional de los Afrodescendientes, que se iniciará el 1º de enero de 2015, bajo el tema “Afrodescendientes justicia y desarrollo”; así como al Comunicado aprobado por los Ministros de Relaciones Exteriores de la CELAC, en su tercera reunión, que proclama el Decenio de los Afrodescendientes Latinoamericanos y Caribeños, iniciado el 1º de enero del presente año.

58. Reconocemos la importancia de considerar el rol esencial de la acción colectiva de los pueblos indígenas y de las poblaciones locales en la conservación y uso sustentable de la diversidad biológica, como un aporte significativo al Planeta. Apoyamos las acciones que están desarrollándose para impulsar su reconocimiento oficial.

59. Reiteramos la necesidad de tomar medidas para proteger los derechos sobre los conocimientos tradicionales y ancestrales de los pueblos indígenas y tribales y comunidades locales, evitando su vulneración por parte de terceros a través de registros que no reconozcan su titularidad, así como de promover la participación justa y equitativa en los beneficios que se deriven de su utilización. Apoyamos la negociación que se está llevando a cabo al respecto en los foros multilaterales competentes.

60. Destacamos que las negociaciones del Documento Final conciso y orientado a la acción de la Conferencia Mundial sobre los Pueblos Indígenas, de la Reunión Plenaria de Alto Nivel del sexagésimo noveno período de sesiones de la Asamblea, que se conocerá como la Conferencia Mundial sobre los Pueblos Indígenas, a celebrarse el 22 y 23 de septiembre de 2014 en Nueva York, estarán dirigidas a compartir puntos de vista y las mejores prácticas sobre la realización de los derechos de los pueblos indígenas, incluyendo la realización de los objetivos de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de

los Pueblos Indígenas, y tomamos nota de las recomendaciones de los principales temas de la Conferencia Preparatoria Mundial de los Pueblos Indígenas para la Conferencia Mundial sobre los Pueblos Indígenas, celebrada del 10 a 12 de junio de 2013, en Alta, Noruega. Tomamos nota de la iniciativa del Gobierno de México de llevar a cabo una reunión preparatoria de la Conferencia Mundial en abril del 2014.

61. Apoyamos el Año Internacional de la Agricultura Familiar declarado por la Asamblea General de Naciones Unidas.

62. Saludamos la elección del Estado Plurinacional de Bolivia a la Presidencia del Grupo de los 77 y China durante el año 2014, y nos comprometemos a brindarle todo nuestro apoyo en el ejercicio de dicha responsabilidad a fin de que redunde a favor de los intereses de la América Latina y el Caribe. Asimismo, celebramos la organización de una Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de los 77 más China, a llevarse a cabo en Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, los días 14 y 15 de junio de 2014, en conmemoración del 50º aniversario de fundación del G77.

63. Consideramos la necesidad de una distribución geográfica equitativa en el sistema de Naciones Unidas y enfatizamos la necesidad de que América Latina y el Caribe incremente cuantitativa y cualitativamente su presencia en puestos clave de las Naciones Unidas y otros organismos internacionales, objetivo al cual dedicaremos nuestros mejores esfuerzos.

64. Reiteramos nuestras posiciones en torno a una reforma integral del sistema de las Naciones Unidas, muy particularmente, a la democratización de las instancias decisorias internacionales, en particular el Consejo de Seguridad. La democratización que se requiere debe incluir la representatividad, la transparencia, la eficiencia la democracia, el

respeto por los mandatos de otros órganos de las Naciones Unidas y rendir debidamente cuenta a toda la membresía de la ONU.

65. Considerando que la migración internacional es un fenómeno global que involucra a más de 220 millones de personas entre los que se encuentran mujeres, niños, niñas, adolescentes e indígenas, reconocemos el valor del contenido de resolución adoptada durante el II Diálogo de Alto Nivel de Naciones Unidas sobre Migración y Desarrollo (DAN2013), la cual privilegia el enfoque de derechos humanos, destaca la urgencia de proteger a los grupos más vulnerables en los flujos migratorios e insiste en la necesidad de un mayor involucramiento de las Naciones Unidas, sus agencias, fondos y programas en la materia, así como el interés de incluir el tema de la migración internacional en la Agenda de Desarrollo Post 2015, entre otros asuntos, y nos comprometemos en fortalecer las acciones de cooperación en el marco de la responsabilidad compartida, para avanzar en la atención de los múltiples retos que la migración internacional nos plantea.

66. Ratificamos, el compromiso para fortalecer la lucha contra la delincuencia organizada transnacional, de conformidad con el Derecho Internacional. En ese contexto, estamos conscientes de que el delito y la violencia constituyen un obstáculo para el desarrollo pleno de la América Latina y el Caribe, y enfatizamos la necesidad de contar con una visión de consenso regional de seguridad ciudadana con un enfoque de desarrollo humano, y respeto a los derechos humanos y a los principios de soberanía nacional y no injerencia en los asuntos internos. Con esta perspectiva, debemos reforzar los mecanismos de diálogo y coordinación, según proceda, para mejorar las estrategias regionales sobre seguridad ciudadana y desarrollo sostenible.

67. Expresamos nuestra más seria preocupación por la grave situación humanitaria y de seguridad en la República Árabe Siria, y por la amenaza que representa para el Oriente Medio y para la paz y la seguridad internacionales. Encomiamos a las partes sirias por haber aceptado sostener negociaciones directas en la Conferencia Internacional sobre la situación en Siria (Ginebra II), bajo los auspicios del Enviado Especial Conjunto de las Naciones Unidas y la Liga de Estados Árabes. Felicitamos al Secretario General de las Naciones Unidas por la organización de dicha Conferencia. El diálogo y la negociación son urgentes y esenciales para avanzar en los esfuerzos de reconciliación nacional y para garantizar la plena aplicación de los Convenios de Ginebra en Siria. Reiteramos que sólo un proceso político inclusivo liderado por los sirios podrá conducir a la paz y a la realización de las legítimas aspiraciones del pueblo sirio, sobre la base de la estricta aplicación de los principios de soberanía, independencia, autodeterminación, integridad territorial y no injerencia en los asuntos internos.

68. Destacamos la celebración, por primera vez en las Naciones Unidas, de una Reunión de Alto Nivel sobre Desarme Nuclear, el 26 de septiembre del 2013, en la que la CELAC reafirmó la necesidad urgente de avanzar hacia el desarme nuclear y lograr la eliminación total y general de las armas nucleares de forma transparente, irreversible y verificable, e instó a trabajar para avanzar hacia la negociación de un instrumento universal jurídicamente vinculante, que prohíba las armas nucleares con un cronograma multilateralmente acordado. Nos comprometemos a darle continuidad a dichas posiciones.

69. Expresamos nuestra más alta preocupación por las consecuencias humanitarias de enormes proporciones y

los efectos globales de cualquier detonación nuclear accidental o intencional. Exhortamos a la comunidad internacional a reiterar su preocupación sobre las consecuencias humanitarias de las armas nucleares, donde sea que se lleve a cabo el debate sobre este tipo de armas. Damos la bienvenida a los resultados de la Conferencia de Oslo sobre el Impacto Humanitario de las Armas Nucleares, celebrada en marzo de 2013 y, en este sentido, hacemos un llamado a todos los Estados a participar en la segunda Conferencia Internacional sobre el Impacto Humanitario de las Armas Nucleares, que se celebrará en México, los días 13 y 14 de febrero de 2014.

70. Tomamos nota con satisfacción, del acuerdo preliminar entre la República Islámica de Irán y el Grupo 5+1 en Ginebra sobre el programa nuclear iraní, lo cual demuestra que el diálogo y la negociación son la vía para dirimir las diferencias entre los Estados, y manifestamos nuestra expectativa de que pronto se alcance una solución amplia y duradera para la cuestión. Ratificamos el derecho inalienable de todos los Estados, de conformidad con lo dispuesto en el TNP, de desarrollar la investigación, la producción y la utilización de la energía nuclear con fines pacíficos sin discriminación, que, junto con el desarme y la no proliferación, constituyen los pilares del Tratado sobre la No Proliferación de las Armas Nucleares, del que todos los miembros de la CELAC somos parte.

71. Reiteramos nuestro llamado para que la Conferencia para el establecimiento de una zona libre de armas nucleares y otras armas de destrucción en masa en Medio Oriente, se celebre lo más pronto posible, de conformidad con lo acordado por las Partes del Tratado sobre la No Proliferación de las Armas Nucleares en 1995, 2000 y 2010, ya que contribuiría de forma valiosa al fortalecimiento de la paz y la seguridad internacionales.

72. Destacamos el valor y contribución a la paz y la seguridad internacionales del Tratado para la Proscripción de las Armas Nucleares en América Latina y el Caribe y sus Protocolos (Tratado de Tlatelolco), el cual estableció la primera zona más densamente poblada, libre de armas nucleares en el planeta. Subrayamos nuestro pleno apoyo a los trabajos del Organismo para la Proscripción de las Armas Nucleares en la América Latina y el Caribe y en este sentido, reafirmamos la importancia de la colaboración y cooperación entre la CELAC y la OPANAL, órgano especializado de la región, para articular posiciones comunes y trabajos conjuntos en materia de desarme nuclear.

73. Tomamos nota de la adopción del Tratado sobre Comercio de Armas por la Asamblea General de Naciones Unidas, en abril de 2013.

74. Tomamos nota de las actividades internacionales de la CELAC, especialmente la visita de la Troika Ministerial ampliada a la Federación de Rusia, las reuniones de la Troika Ministerial abierta de la CELAC con los Ministros de Relaciones Exteriores de la República de Corea, la República Popular China, el Consejo de Cooperación para los Estados Árabes del Golfo, Turquía y Japón realizadas en Nueva York con motivo del inicio del 68° Período de Sesiones de la Asamblea General de Naciones Unidas, así como la labor para concertar, con cada uno de estos interlocutores, una Hoja de Ruta para el diálogo y la cooperación.

75. Nos congratulamos del establecimiento del Foro CELAC-China y del Mecanismo de Diálogo con la Federación de Rusia, elementos que pueden redundar positivamente en las actividades de la Comunidad.

76. Estamos convencidos de que es necesario proseguir la búsqueda de nuevas sinergias de la CELAC a nivel internacional,

para lo cual es preciso retomar aquellos que ya se iniciaron en 2012 y establecer modalidades adicionales de convergencia y relacionamientos.

77. Saludamos la coordinación entre los Estados miembros de la CELAC en las Naciones Unidas, y expresamos nuestra disposición a seguir trabajando en forma gradual en la materia, y a ampliar el trabajo a otras sedes en los casos que resulte posible y necesario.

78. Expresamos además nuestro apoyo al proceso preparatorio de la II Cumbre CELAC-UE, a celebrarse en Bruselas en el año 2015. Encargamos a los Coordinadores Nacionales y los Altos Funcionarios del Diálogo CELAC-UE, según corresponda que finalicen la negociación del acuerdo internacional para el establecimiento de la Fundación EULAC, con vistas a la II Cumbre CELAC-UE.

79. Agradecemos al Presidente de la República de Chile, Excelentísimo Señor Sebastián Piñera Echenique, quien este año finaliza su mandato, por la excelente labor y liderazgo desarrollado durante el proceso de convergencia y puesta en funcionamiento de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños, que culminó con la realización de la exitosa I Cumbre de la CELAC, celebrada en Santiago, Chile, los días 27 y 28 de enero de 2013.

80. Agradecemos a la República de Costa Rica por acoger la Presidencia Pro Tempore de CELAC en el año 2014 y la III Cumbre de la CELAC en el 2015. Reconocemos a la Excelentísima Señora Laura Chinchilla Miranda, Presidenta de la República de Costa Rica, quién culminará su mandato en mayo 2014, su firme y valioso apoyo a la CELAC desde su origen.

81. Agradecemos a la República del Ecuador por acoger la Presidencia Pro Tempore de CELAC en el año 2015 y la

celebración de la IV Cumbre de CELAC.

82. Tomamos nota del ofrecimiento reiterado por la República Dominicana para ser sede de la CELAC en el 2016, presentado en febrero de 2013.

83. Expresamos nuestro agradecimiento al Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de la República de Cuba por el liderazgo y trabajo realizado durante el ejercicio de la Presidencia Pro Tempore del foro y el reconocimiento al pueblo y Gobierno de Cuba por la organización de la II Cumbre de la CELAC en La Habana, los días 28 y 29 de enero de 2014.

La Habana, 29 de enero del 2014

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO CHANCELER DA CÔTE
D'IVOIRE, CHARLES KOFFI DIBY -
BRASÍLIA, 4 DE FEVEREIRO DE 2014

04/02/2014

1–MEMORANDODEENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA CÔTE D'IVOIRE
SOBRE O ESTABELECIMENTO DE
UM MECANISMO DE CONSULTAS
POLÍTICAS

2–MEMORANDODEENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA CÔTE D'IVOIRE PARA A
REATIVAÇÃO DA COMISSÃO MISTA DE
COOPERAÇÃO ECONÔMICA, TÉCNICA,
CULTURAL, COMERCIAL, CIENTÍFICA
E TECNOLÓGICA

3 – MEMORANDO DE
ENTENDIMENTOS ENTRE A
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –
IBGE, A AGÊNCIA BRASILEIRA DE

COOPERAÇÃO – ABC E O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA COSTA DO MARFIM – INS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA CÔTE D’IVOIRE SOBRE O ESTABELECIMENTO DE UM MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Côte d’Ivoire (doravante denominados “Partes”),

Desejando intensificar relações bilaterais amistosas e promover o entendimento e a cooperação entre ambos os países em diversos domínios, em conformidade com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas; e

Convencidos da necessidade de unir esforços e ações, com vistas a, de um lado, manter a paz e a segurança regional e internacional e, de outro, favorecer o desenvolvimento econômico e social de seus povos, para esses fins, harmonizar seus pontos de vista em fóruns internacionais,

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1

1. As Partes comprometem-se a atuar eficazmente, no âmbito de suas respectivas competências, com vistas ao fortalecimento das relações bilaterais e à promoção da cooperação entre ambos os países.

2. A esse respeito, o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério de Estado, Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Côte d’Ivoire realizarão consultas periódicas sobre o desenvolvimento das relações bilaterais e sobre questões regionais e internacionais de interesse comum.

Artigo 2

1. As consultas serão realizadas periodicamente entre as Partes, em nível a ser determinado de comum acordo.

2. A data, o local e os temas das consultas serão determinados pelas Partes, por via diplomática.

Artigo 3

As Partes encorajarão e facilitarão o intercâmbio de visitas e consultas sobre questões de interesse mútuo entre os respectivos responsáveis do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e do Ministério de Estado, Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Côte d’Ivoire.

Artigo 4

Os representantes das Partes junto à Organização das Nações Unidas e a outros organismos internacionais realizarão contatos e consultas sobre temas de interesse comum, com vistas ao fortalecimento das relações bilaterais e à harmonização de suas posições.

Artigo 5

1. O presente Memorando de Entendimento terá efeito a partir da data de sua assinatura por período indeterminado.

2. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Memorando de Entendimento, mediante notificação escrita, por via diplomática. Nesse caso, a denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a recepção da referida notificação pela outra Parte.

Assinado em Brasília, em 4 de fevereiro de 2014, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA CÔTE D’IVOIRE PARA A REATIVAÇÃO DA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, TÉCNICA, CULTURAL, COMERCIAL, CIENTÍFICA

E TECNOLÓGICA

O Governo da República Federativa do Brasil, de um lado,

e

O Governo da República da Côte d'Ivoire, por outro lado,

(doravante denominados “Partes”)

DESEJOSOS de fortalecer e de desenvolver, para benefício mútuo, relações de amizade existentes entre os dois países e para a promoção da Cooperação Econômica, Técnica, Cultural, Comercial, Científica e Tecnológica sobre a base dos princípios da igualdade de direitos, da independência e soberania nacional, e da não ingerência nos assuntos internos de outro Estado;

ENGAJADOS a promover a cooperação Sul-Sul;

RECONHECENDO a necessidade de adotar medidas mais favoráveis ao desenvolvimento da cooperação entre os dois países;

TENDO EM MENTE as disposições do artigo VI do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Côte d'Ivoire assinado em 14 de setembro de 1979, em Brasília;

CONSIDERANDO, ademais, os laços históricos e culturais entre os dois países;

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes, ao abrigo do artigo VI do Tratado de Amizade e Cooperação de 1979 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Côte d'Ivoire, concordam pelo presente Memorando de Entendimento em reativar a realização das reuniões regulares da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Técnica, Cultural, Comercial, Científica e Tecnológica, doravante denominada “Comissão Mista”.

Artigo II

A Comissão Mista será encarregada da identificação dos setores de cooperação, da elaboração de acordos de cooperação entre os dois países, da implementação, do seguimento e da avaliação desses acordos, da formulação e da elaboração de programas e projetos de cooperação entre os dois países, bem como terá qualquer mandato que lhe seja conferida, de comum acordo, pelas autoridades competentes dos dois países.

Artigo III

A Comissão Mista será presidida pelos Ministros das Relações Exteriores das Partes ou qualquer outra autoridade designada para esse fim.

Artigo IV

A Comissão Mista reunir-se-á em sessão ordinária ao menos uma vez a cada dois anos, em data previamente estabelecida de comum acordo, por via diplomática, em sessão ordinária, alternativamente em cada país. Sessões extraordinárias da Comissão Mista poderão ser realizadas mediante solicitação de qualquer das Partes.

Artigo V

A agenda tentativa será proposta pelo Governo do país anfitrião, ao menos um mês antes da data da reunião, e compreenderá questões habituais da cooperação bilateral e, eventualmente, novas questões. A sessão extraordinária tratará da questão que motivou sua convocação. A agenda será adotada na sessão de abertura dos trabalhos da Comissão.

Artigo VI

Ao final dos trabalhos, a Comissão Mista adotará Ata Final que resumirá suas conclusões e recomendações. Esse documento será assinado pelos dois Chefes de delegação.

Artigo VII

1. A Comissão Mista poderá criar em seu âmbito, se necessário, comitês ad hoc especializados.

2. As recomendações desses comitês ad hoc

serão submetidas à aprovação da Comissão Mista ou das autoridades competentes dos dois países.

3. As reuniões desses comitês ad hoc ocorrerão durante as reuniões da Comissão Mista ou em outras ocasiões.

Artigo VIII

A Comissão Mista poderá criar um comitê de seguimento encarregado da implementação, do monitoramento e da avaliação dos programas e dos projetos adotados por ela ou por consentimento mútuo das autoridades competentes dos dois países.

Artigo IX

Cada Parte poderá integrar a suas delegações representantes de instituições governamentais e do setor privado nas sessões da Comissão Mista, nos trabalhos do comitê de seguimento ou nos comitês ad hoc.

Artigo X

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura.

O presente Memorando de Entendimento poderá ser modificado ou emendado, a qualquer momento, de comum acordo, por via diplomática.

Artigo XI

Qualquer controvérsia relativa à interpretação do presente Memorando de Entendimento será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo XII

O presente Memorando de Entendimento poderá ser denunciado por qualquer das Partes, a qualquer momento, por via diplomática.

Assinado em Brasília, em 4 de fevereiro de 2014, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS ENTRE A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, A AGÊNCIA

BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC E O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA COSTA DO MARFIM – INS

O Instituto Nacional de Estatística da Costa do Marfim (INS), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acima referidas;

CONSIDERANDO QUE

a) O Instituto Nacional de Estatística da Costa do Marfim (INS) é o órgão executivo central de produção e difusão das estatísticas oficiais do Sistema Estatístico Nacional (SSN), e o campo das suas responsabilidades consiste em exercer as funções de concepção, coleta, tratamento, exploração, análise, difusão e coordenação das estatísticas oficiais de relevância para o país;

b) A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a instituição responsável pela coordenação do Sistema Estatístico Nacional e também pela realização do censo demográfico brasileiro, ficando encarregada do apoio logístico e implementação da assistência técnica com vistas a promover a utilização da tecnologia de coleta dos dados com computadores de bolso (designados PDA) e a avaliação da inovação e dos conhecimentos;

c) A atividade estatística oficial, realizada através das pesquisas estatísticas clássicas e, sobretudo, o Censo 2014 exige importantes recursos logísticos e técnicos de que precisa o INS para levar a cabo esta última operação;

d) A tecnologia de coleta de dados com a utilização dos PDAs permite assegurar uma maior confiabilidade das informações e mais rapidez na produção e difusão dos resultados do Censo;

e) O IBGE contou com o apoio técnico de empresas líderes no campo de hardware e software, como Microsoft e LG, que foram de grande apoio em matéria de desenvolvimento

dos aplicativos. Com esse apoio, sob o ponto de vista da implementação da assistência técnica e da logística, o IBGE pode aconselhar o INS, pois acumulou uma grande experiência (2006 e 2010) na gestão de 220.000 usuários e na distribuição de um número similar de equipamentos;

f) Para garantir a segurança dos equipamentos em campo, o IBGE, com apoio da LG, implementou um procedimento de bloqueio dos equipamentos, que permite, em caso de furto de um PDA, bloquear o seu uso para outros fins. Esta segurança reforçada, acompanhada de uma campanha publicitária adequada é essencial para desestimular o furto de equipamentos. Paralelamente, é muito importante capacitar o pessoal técnico na implementação do bloqueio por software para assegurar a impossibilidade de executar outros aplicativos que não sejam os autorizados no quadro do Censo;

g) o Estado da Costa do Marfim implementou uma rede na intranet governamental que oferece, além de um acesso seguro à internet, serviços de telefonia fixa e móvel, vídeo conferência, hospedagem, compartilhamento de recursos e aplicativos. O Censo da Costa do Marfim poderá tirar um grande proveito dessa estrutura;

h) a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores é responsável pela coordenação, negociação e supervisão das iniciativas de cooperação técnica prestadas pelas instituições do Governo brasileiro aos países em desenvolvimento.

CLÁUSULA 1 : OBJETIVO

1. Este Memorando de Entendimentos tem como objetivo definir as modalidades e condições de empréstimo ao INS, a título gratuito, pelo IBGE, de vinte mil e duzentos (20.200) PDAs MIO, modelo P550, 800 baterias externas Navicity PM85-44, bem como a disponibilização do software do IBGE

Mobile GIS. Inclui-se :

a) O PDA (Personal Digital Assistant), chamado também organizador, é um computador de bolso composto de um processador, memória, tela “touch-screen” e de funcionalidades de rede, em uma caixa compacta e geralmente de pequeno tamanho. É acompanhado por seus respectivos acessórios (cabo fonte, carregador de bateria, cabo para a transferência dos dados, capa de proteção contra choques e, eventualmente, bateria suplementar);

b) O software IBGE Mobile GIS facilita a localização das zonas de recenseamento, o acesso a informações especiais, tais como os cartões de formato “shapefile” e imagens orbitais de formato IPG, uma solução de georeferenciação simples e dinâmica e a identificação dos limites de distritos de recenseamento ou de qualquer outra entidade geográfica, entre outros;

c) A bateria externa Navicity PM85-44 é de lítio e se caracteriza como uma fonte extra de energia para dispositivos digitais, tais como PDAs e câmeras fotográficas, nas situações em que não é possível efetuar a recarga da bateria interna do equipamento;

d) As condições para o empréstimo dos PDAs são apresentadas no Termo de Cessão, em conformidade com o anexo I do presente Memorando de Entendimentos;

e) Não faz parte deste acordo o fornecimento, pelo IBGE, de outros materiais e suprimentos, além dos mencionados nos pontos precedentes;

2. O INS utilizará o IBGE Mobile GIS e os PDAs no seu projeto de Censo, levando em consideração as experiências bem sucedidas do IBGE no que se refere ao desenvolvimento de aplicativos para PDAs, à segurança dos PDAs, à utilização do GPS e de cartões eletrônicos integrados ao PDA, à utilização e segurança de servidores virtuais e à utilização

da VoIP (voz sobre IP) e videoconferência;

CLÁUSULA 2 : OBRIGAÇÕES DO IBGE

As obrigações do IBGE são:

a) Emprestar ao INS, gratuitamente, 20.200 (vinte mil e duzentos) PDAs da marca MIO, modelo P550, e 800 baterias externas Navicity PM85-44, em lugar e data a definir, para envio à Costa do Marfim;

b) Colocar à disposição do INS o software IBGE Mobile GIS;

c) Examinar e assegurar o bom funcionamento dos PDAs e baterias externas entregues ao INS e o apoio logístico relacionado aos trâmites junto às autoridades brasileiras para o envio dos equipamentos à Costa do Marfim;

d) Examinar e assegurar o bom funcionamento dos PDAs entregues ao INS, bem como fornecer a capacitação e o apoio logístico necessário.

CLÁUSULA 3 : OBRIGAÇÕES DO INS

As obrigações do INS são:

a) Receber do IBGE, gratuitamente, 20.200 (vinte mil e duzentos) PDAs e 800 baterias externas, para o seu projeto de Censo;

b) Receber do IBGE, para uso, o software IBGE Mobile GIS;

c) Organizar o transporte e o seguro dos PDAs e baterias externas, do lugar do armazenamento, no Senegal, ao seu destino de uso na Costa do Marfim e, do mesmo modo, a sua volta ao lugar de origem, no Brasil, garantindo, a qualquer momento, que os equipamentos estejam sob a sua responsabilidade, em toda segurança, com os cuidados relativos às condições exigidas de transporte, bem como o apoio técnico necessário;

d) Registrar e controlar todos os movimentos dos PDAs e baterias externas no território marfinês na base da identificação de cada equipamento;

e) Dar ciência acerca deste Memorando de

Entendimentos ao seu pessoal e ao pessoal externo que são designados ou recrutados para realizar tarefas implicando no uso de PDAs;

f) Traduzir e/ou adaptar e instalar o software dos PDAs;

g) Utilizar os PDAs em conformidade com as normas definidas, em colaboração com os técnicos do IBGE;

h) Duplicar os sistemas integrados de informação em nível das regiões, departamentos ou qualquer outra subdivisão geográfica pertinente para a boa conduta das operações, a fim de garantir o acompanhamento da qualidade da informação coletada;

i) Ministrando capacitação ao pessoal de campo na utilização dos PDAs;

j) Elaborar manuais de procedimento para a utilização dos PDAs;

k) Contratar seguro para os PDAs e baterias externas emprestados;

l) Indenizar o IBGE pelos eventuais danos ocasionados aos PDAs e baterias externas, resultado das ações ou omissões dos seus representantes, e que não estejam cobertos pelo contrato de seguros;

m) Devolver ao IBGE todos os PDAs e baterias externas emprestados, em lugar e data a definir;

n) Colaborar com o IBGE nas questões relacionadas à execução do presente Memorando de Entendimentos.

CLÁUSULA 4 : OBRIGAÇÕES DA ABC

As obrigações da ABC são:

a) Facilitar a interlocução entre as instituições e os técnicos envolvidos na presente iniciativa;

b) Apoiar, no que lhe couber, os esforços de organização e coordenação das iniciativas definidas pelos partícipes em comum acordo;

c) Supervisionar a execução das atividades organizadas no âmbito do presente Memorando.

CLÁUSULA 5 : PROIBIÇÕES

1. Os componentes dos PDAs fornecidos não poderão ser utilizados para a manutenção de outros PDAs danificados.

2. A bateria interna não deve ser substituída sem autorização prévia do IBGE.

CLÁUSULA 6 : RESPONSABILIDADES

O INS é responsável pela correta utilização dos PDAs no território marfinês. O IBGE fica eximido de qualquer obrigação decorrente dos casos não abrangidos pelo presente Memorando de Entendimentos ou não acordados pelos partícipes.

CLÁUSULA 7 : FINANCIAMENTO

O INS e o IBGE contribuirão, em conjunto ou separadamente, para implementar as atividades aprovadas de comum acordo, bem como buscarão o financiamento necessário de organizações e fundos internacionais, programas internacionais e regionais e outros doadores, em conformidade com suas legislações nacionais, não havendo transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA 8 : COORDENAÇÃO

A coordenação da execução das atividades previstas no marco do presente Memorando de Entendimentos será assegurada:

1. Pelo IBGE, a Coordenadora Operacional do Censo, a Sra. Maria Vilma Salles.

2. Pelo INS, o Diretor Geral, o Sr. Ibrahima Ba.

CLÁUSULA 9 : DIREITOS E TAXAS

Os PDAs emprestados pelo IBGE ao INS estarão isentos de qualquer imposto e taxas de importação. O INS tomará as providências que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA 10 : SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As divergências que surgirem por motivo da implementação e/ou interpretação deste Memorando de Entendimentos deverão ser resolvidos por via de negociação direta entre os partícipes.

CLÁUSULA 11 : VIGÊNCIA E TÉRMINO

1. Este Memorando de Entendimentos entrará em vigor a partir de sua assinatura e terá uma validade de 1 (um) ano, podendo ser renovado se os partícipes julgarem necessário.

2. Os partícipes poderão prorrogar o prazo de vigência deste Memorando de Entendimentos por mútuo consentimento escrito, a pedido de qualquer um dos partícipes.

3. O presente Memorando de Entendimentos poderá ser denunciado por qualquer um dos partícipes mediante notificação por escrito dirigido ao outro partícipe. A denúncia produzirá efeitos legais 30 (trinta) dias após recebida a notificação. Contudo, as obrigações irrevogáveis contraídas pelos partícipes, anteriores à referida notificação, deverão ser respeitadas e cumpridas.

CLÁUSULA 12 : PUBLICAÇÃO

O IBGE providenciará como condição de eficácia, a publicação deste Memorando de Entendimentos, em extrato, no Diário Oficial da União.

Feito em Brasília, aos 4 dias do mês de fevereiro de 2014, em três exemplares originais em língua portuguesa e francesa.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-
JAMAICA POR OCASIÃO DA VISITA
DO MINISTRO LUIZ ALBERTO
FIGUEIREDO MACHADO E DA
REUNIÃO INAUGURAL DA COMISSÃO
MISTA BILATERAL - KINGSTON, 13 DE
FEVEREIRO DE 2014
14/04/2014

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, realizou visita de trabalho à Jamaica, em 13 de fevereiro de 2014, ocasião em que os Governos da Jamaica e da

República Federativa do Brasil se reuniram em Kingston para a Reunião Inaugural da Comissão Mista Brasil-Jamaica. A visita de trabalho do Ministro Figueiredo serviu para promover a discussão sobre temas de interesse mútuo para ambos os países e para fortalecer ainda mais os fortes laços de amizade entre Brasil e Jamaica.

A delegação do Governo da República Federativa do Brasil foi chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores, Sua Excelência Luiz Alberto Figueiredo Machado.

A delegação do Governo da Jamaica foi chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, o Honorável Senador Arnold Joseph Nicholson, Q.C.

A lista completa das delegações consta do Anexo I, e a agenda temática do Anexo II.

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Luiz Alberto Figueiredo Machado, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior da Jamaica, o Honorável Senador Arnold Joseph Nicholson, manifestaram satisfação com a realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Jamaica, criada em 2010, com o objetivo de dar maior densidade ao relacionamento bilateral, por meio do diálogo político, da cooperação e do incremento dos fluxos comerciais e de turismo.

Visita de trabalho de Sua Excelência Luiz Alberto Figueiredo Machado

Durante sua visita de trabalho, Sua Excelência Luiz Alberto Figueiredo Machado realizou visita de cortesia à Mais Honorável Portia Simpson Miller, Primeira-Ministra da Jamaica; firmou três acordos bilaterais relativos a Serviços Aéreos, Intercâmbio de Informações Tributárias e Cooperação em Defesa; concluiu Troca de Notas sobre a concessão de vistos de cinco anos para nacionais jamaicanos; co-presidiu

Conferência de Imprensa com o Ministro Nicholson, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior; participou de almoço oficial oferecido pelo Ministro Nicholson; descerrou placa de inauguração no Centro HEART de Ciências da Construção e percorreu as instalações localizadas na Academia HEART em Portmore; e fez visita de cortesia ao Secretário-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA).

I. DIÁLOGO POLÍTICO

A discussão de temas políticos foi co-presidida pelo Ministro Nicholson e pelo Ministro Figueiredo. As delegações também incluíram altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior da Jamaica e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Haiti

Os Ministros manifestaram satisfação com a retomada do diálogo político no Haiti e a expectativa de que todos os atores continuem a buscar a reconciliação e a estabilidade política. Concordaram em que a definição de um calendário eleitoral seria mais um passo positivo nessa direção.

Os Ministros manifestaram preocupação com o ritmo lento em curso da recuperação do terremoto devastador de 2010 e notaram, em particular, o impacto negativo que a falta de recursos está tendo sobre a liderança e as capacidades do Governo do Haiti na situação pós-desastre.

Os Ministros instaram a comunidade internacional e os parceiros regionais a continuar a apoiar a recuperação de longo prazo e estabilidade no Haiti.

Os Ministros manifestaram apoio ao processo de mediação entre o Haiti e a República Dominicana para encontrar uma solução amigável em relação às preocupações decorrentes da decisão do Tribunal Constitucional dominicano sobre

nacionalidade.

Brasil-CARICOM

Os Ministros reforçaram a importância do diálogo Brasil-CARICOM e reconheceram a importância dos resultados da I Cúpula Brasil-CARICOM em abril de 2010, que lançou as bases para a intensificação das discussões.

Os Ministros reconheceram a necessidade de continuação do diálogo e concordaram em consultar os Membros da CARICOM sobre a possibilidade de realizar reunião de Chanceleres Brasil-CARICOM à margem da próxima reunião do COFCOR (Council for Foreign and Community Relations), a ter lugar em Georgetown, na primeira quinzena de maio.

Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC)

Os Ministros afirmaram que a II Cúpula da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), realizada em Havana, Cuba, em 28 e 29 de Janeiro de 2014, marcou uma etapa de consolidação do mecanismo regional, após dois anos de atividades. Reconheceram que a Cúpula também representou um importante avanço no processo de retorno progressivo de Cuba ao sistema de integração regional, destacando a importante contribuição da Presidência Pró-Tempore cubana para fazer avançar o regionalismo.

Os Ministros reconheceram a CELAC como valioso mecanismo para a promoção do diálogo permanente entre as nações da América Latina e do Caribe e se comprometeram a contribuir para a realização de seus fins e objetivos, notando as oportunidades para que Estados membros cooperem em comércio, investimentos, turismo e outras áreas.

MERCOSUL-CARICOM

Os Ministros concordaram sobre a importância de fortalecer o relacionamento econômico-comercial e político entre o

MERCOSUL e os países caribenhos. Apoiaram a retomada do diálogo entre o MERCOSUL e a CARICOM, com vistas à possibilidade de um futuro acordo comercial entre as partes.

ASSUNTOS MULTILATERAIS

Mudança do clima

Os Ministros recordaram suas posições compartilhadas sobre temas de mudança do clima, incluindo a necessidade de reduções de emissões mais ambiciosas; igual atenção a adaptação e mitigação; responsabilidades comuns porém diferenciadas; e maior compromisso por parte dos emissores históricos.

Reconheceram os avanços logrados no regime internacional da mudança do clima durante a 19ª Conferência das Partes (COP-19) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a 9ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (CMP-9), realizadas em novembro passado, em Varsóvia. Entre eles, destacaram o progresso nas áreas de adaptação e de “perdas e danos”. Saudaram e reiteraram seu apoio à criação do “Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre Perdas e Danos”, tendo sublinhado a importância da vontade política de todas as Partes, em particular dos países desenvolvidos, para iniciar o processo de implementação.

Os Ministros também reconheceram que 2014 será um ano decisivo para a mudança de clima, com a realização da Cúpula sobre Mudança do Clima do Secretário-Geral das Nações Unidas, em setembro, que será crucial para incrementar financiamento e ambição, e a continuação das negociações sobre o acordo de 2015 e aceleração do processo para aumentar a ambição pré-2020 sob o Grupo de Trabalho “Ad Hoc” sobre a Plataforma de Durban para Ação Fortalecida.

Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)

Os Ministros reafirmaram as especiais circunstâncias e os desafios particulares dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Small Island Developing States – SIDS) e recordaram, a esse respeito, a Terceira Conferência Internacional sobre SIDS, que será realizada em Samoa, entre 1 e 4 de setembro, com o tema: “o desenvolvimento sustentável dos SIDS através de parcerias genuínas e duráveis”, como importante resultado da Conferência Rio+20 e contribuição para as discussões sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Reconheceram que a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 deverá incluir mecanismo institucional efetivo para o desenvolvimento sustentável dos SIDS.

Os Ministros sublinharam que a Conferência configura oportunidade ideal para revigorar o compromisso da comunidade internacional no sentido de uma parceria global que possibilite aos SIDS erradicar a pobreza, construir resiliência e aumentar a qualidade de vida.

Os Ministros expressaram sua intenção em cooperar e expandir o diálogo sobre os preparativos para a Terceira Conferência Internacional sobre SIDS, assim como promover coordenação nos âmbitos do GRULAC e da CELAC.

Os Ministros salientaram que a união do mundo em desenvolvimento é condição essencial para que os países desenvolvidos cumpram, de forma efetiva, as obrigações assumidas em cooperação internacional. Também sublinharam a necessidade de defesa contínua pelo apoio dos países desenvolvidos em áreas como transferência de tecnologia, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos, para contribuir por uma maior resiliência dos SIDS.

Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

Os Ministros enfatizaram a necessidade

de uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 voltada para a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e equilibrada entre as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Concordaram em que a Agenda Pós-2015 deverá contar com meios de implementação efetivos e previsíveis para apoiar os países em desenvolvimento, inclusive por meio do cumprimento dos compromissos assumidos pelos países desenvolvidos em termos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

Os Ministros manifestaram seu apoio à ideia de que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem envolver as três dimensões do desenvolvimento sustentável de forma equilibrada e sinérgica, com base na Agenda 21 e no Plano de Implementação de Johannesburgo (2002), serem universais e limitado em número. Também concordaram em que o trabalho nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deve ser coordenado e coerente com o processo de revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sem desviar esforços do prazo de 2015 para os ODM.

Seguimento da IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

Os Ministros manifestaram a sua satisfação com os resultados alcançados na IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Bali, Indonésia, entre 3 e 7 de dezembro de 2013, e observaram a importância da aprovação, durante a Conferência, dos primeiros acordos multilaterais negociados na OMC desde sua criação. Os Ministros também registraram a contribuição dos acordos para a revitalização da dimensão normativa da OMC e para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

Os Ministros saudaram o mandato para desenvolver um programa de trabalho para

a retomada das negociações da Rodada Doha, enfatizando os temas centrais de seu mandato original, especialmente agricultura e desenvolvimento. Concordaram sobre a necessidade de desempenhar um papel ativo e construtivo nas discussões da OMC acerca do programa de trabalho pós- Bali e sobre a necessidade procurar fazer avançar uma agenda significativa e benéfica aos Membros, em particular, aos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos (LDCs).

Tratado sobre Comércio de Armas

Os Ministros expressaram satisfação pela adoção do Tratado sobre Comércio de Armas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2 de abril de 2013, e elogiaram o fato de que 116 países, até agora, assinaram o Tratado e de que 9 o ratificaram. Ao reafirmar seu compromisso de adotar as medidas necessárias para garantir que a ATT entre em vigor o mais depressa possível, instaram os países a ratificar o Tratado.

Os Ministros também sublinharam a importância do Tratado sobre Comércio de Armas, dado seu potencial de reduzir o comércio ilegal de armas de pequeno calibre e de armas ligeiras e de permitir continuada colaboração nos níveis regional e internacional para combater o problema.

Os Ministros recordaram o Quinto Encontro Bienal dos Estados para Analisar a Implementação do Programa de Ação para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilegal de Armas Pequenas e Ligeiras em Todos os Seus Aspectos (BMS5), que terá lugar em Nova York, de 16 a 20 de junho de 2014, e se comprometeram a participar ativamente nesse processo.

II. COMÉRCIO BILATERAL, OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO E TURISMO

Os Ministros concordaram em organizar evento para promover oportunidades de

investimento na Jamaica, voltado a empresas brasileiras, que deverá ocorrer por ocasião da visita ao Brasil do Ministro da Indústria, Investimento e Comércio da Jamaica, prevista para o primeiro trimestre de 2014.

III. ENERGIA E MINERAÇÃO

Ambos os Ministros salientaram o potencial de ampliação da cooperação entre os países na área de energia. Saudaram o papel da energia renovável na ampliação do acesso a fontes de energia modernas e em promover o desenvolvimento sustentável local. Enfatizaram, em particular, o papel dos biocombustíveis como instrumento-chave para o desenvolvimento sustentável, uma vez que eles combinam geração de lucros em áreas rurais, redução da dependência de combustíveis fósseis importados, e incorporação de novas tecnologias agrícolas e mitigação da emissão de gases de efeito estufa, bem como cogeração.

IV. COOPERAÇÃO TÉCNICA

Os Ministros recordaram a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e o Programa de Cooperação Técnica voltados a promover cooperação técnica nas áreas de agroindústria, saúde, transporte, turismo e meio ambiente. Os Ministros também aludiram aos termos da Comissão Mista como descritos no Acordo.

Os Ministros recordaram o incremento da cooperação técnica entre os dois países nos anos que se seguiram à adoção do Acordo. Os Ministros notaram, em particular, a conclusão bem-sucedida do projeto “Programa de Capacitação de Técnicos da Jamaica em Produção e Processamento de Frutas Tropicais”.

Ao referir-se à cerimônia de inauguração na Academia HEART em Portmore, realizada pelo Ministro Luiz Alberto Figueiredo, o Ministro Nicholson expressou a gratidão do Governo da Jamaica pela contribuição

brasileira, por meio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC – e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, e a cooperação dessas instituições com o HEART – Trust National Training Agency, amparada pelo Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil-Jamaica”, que resultou no estabelecimento da Faculdade de Ciências de Construção na Academia do HEART, em Portmore.

O Ministro Nicholson destacou a contribuição brasileira específica nas áreas de capacitação, renovação de 4 laboratórios, 5 oficinas, 11 salas de aula, mobília e equipamento, bem como treinamento técnico para instrutores e pessoal administrativo. O Centro irá atender a demanda por pessoal qualificado no setor industrial de apoio à cadeia de valor do setor turístico, promovendo treinamento em telecomunicações, eletrônicos, tecnologia da informação, manutenção de instalações, carpintaria, soldagem e refrigeração.

Os Ministros ressaltaram o fato de que a inauguração da Comissão Mista será complementada pela visita à Jamaica de delegação técnica para iniciar discussões nas áreas de ação conjunta. Os Ministros tomaram nota das propostas de cooperação feitas pela Jamaica e das ofertas da Jamaica e do Brasil para cooperação futura.

Os Ministros concordaram em que a visita da delegação técnica brasileira deveria ocorrer com a brevidade possível, em data mutuamente acordada, possivelmente no final do segundo trimestre de 2014.

Os Ministros concordaram em tomar todas as medidas necessárias para assegurar que as providências administrativas para os projetos “Fortalecimento e Apoio ao Programa de Saúde Jamaicano para a Doença Falciforme” e “Visão 2030 Jamaica – Proposta de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Nacional”

sejam cumpridas com a brevidade possível.

Os Ministros se referiram à oferta brasileira, por meio da Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA), de promover apoio à Jamaica em gestão de recursos hídricos, e saudaram a inclusão, na delegação brasileira, de alto funcionário da ANA para iniciar as discussões sobre o texto de um ajuste de cooperação técnica nessa área.

Acordos bilaterais de cooperação

Os Ministros saudaram a assinatura dos acordos listados abaixo, que traduzem o compromisso de ambos os Governos em fortalecer as relações e contatos bilaterais, inclusive em áreas de comércio e investimento:

(i) Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da Jamaica e o Governo da República Federativa do Brasil;

(ii) Acordo entre o Governo da Jamaica e o Governo da República Federativa do Brasil para o Intercâmbio de Informações em Matéria Tributária; e

(iii) Acordo-Quadro entre o Governo da Jamaica e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Cooperação em Matéria de Defesa.

Os Ministros também saudaram a Troca de Notas para a extensão da validade dos vistos concedidos pelo Governo do Brasil a nacionais jamaicanos.

Os Ministros expressaram satisfação com o estágio avançado das negociações dos Acordos listados abaixo e manifestaram seu compromisso em assiná-los até o final do primeiro de trimestre de 2014:

(i) Acordo entre o Governo da Jamaica e o Governo da República Federativa do Brasil de Cooperação em Esportes; e

(ii) Acordo entre o Governo da Jamaica e o Governo da República Federativa do Brasil de Isenção de Vistos para seus Respective Nacionais.

Os Ministros concordaram que, em

seguimento à reunião das delegações técnicas na Jamaica, que deverá ocorrer até o final do segundo trimestre de 2014, a próxima Reunião da Comissão Mista deverá ter lugar em Brasília, em 2015/2016.

Feito em Kingston, Jamaica, em 13 de fevereiro de 2014.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA À JAMAICA DO MINISTRO LUIZ
ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO -
KINGSTON, 13 DE FEVEREIRO DE 2014
14/04/2014

1 – ACORDO-QUADRO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA JAMAICA SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

2 – ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA JAMAICA PARA O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIA TRIBUTÁRIA

3 – ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA JAMAICA

ACORDO-QUADRO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA JAMAICA SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Jamaica
(doravante denominados “Partes”),

Compartilhando o entendimento de que a cooperação mútua no campo da defesa contribuirá para melhorar os vínculos de relacionamento entre as Partes;

Buscando contribuir para a paz, a segurança e a prosperidade internacional;

Aspirando desenvolver e fortalecer várias formas de colaboração entre as Partes;

Desejando fortalecer a cooperação entre a Força de Defesa da Jamaica (doravante denominada “JDF”) e o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil (doravante denominado “MD”),

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Objetivo

A cooperação entre as Partes será baseada nos princípios da igualdade, da reciprocidade e do interesse comum, respeitando as respectivas legislações nacionais e as obrigações de direito internacional, com o objetivo de:

a) promover a cooperação entre as Partes em assuntos relativos à defesa, com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, de apoio logístico e de aquisição de produtos e serviços de defesa;

b) compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas em operações das Forças Armadas, incluindo operações internacionais de manutenção da paz, bem como em uso de equipamento militar nacional e estrangeiro;

c) compartilhar conhecimentos nas áreas da ciência e tecnologia;

d) promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, em exercícios militares conjuntos, bem como o intercâmbio de informações relacionadas a esses assuntos;

e) colaborar em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos no campo da defesa;

e

f) cooperar em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse comum para ambas as Partes.

Artigo 2

Formas de Cooperação

A cooperação entre as Partes, em assuntos

relativos à defesa, poderá incluir, entre outras áreas, as seguintes:

a) visitas mútuas de delegações de alto nível e reuniões de representantes de instituições de defesa equivalentes;

b) intercâmbio de instrutores, bem como de alunos de instituições militares de ensino;

c) participação em cursos teóricos e práticos, seminários, conferências, debates e simpósios em instituições das Partes;

d) eventos culturais e desportivos;

e) cooperação relacionada com materiais e serviços relativos à área de defesa, em consonância com a legislação nacional das Partes;

f) assistência humanitária; e

g) outras formas de cooperação que possam ser de interesse mútuo das Partes.

Artigo 3

Garantias

Na execução das atividades de cooperação realizadas no âmbito deste Acordo, as Partes comprometem-se a respeitar os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, incluindo os de igualdade soberana dos Estados, integridade e inviolabilidade territoriais e não intervenção em assuntos internos de outros Estados.

Artigo 4

Responsabilidades Financeiras

1. A não ser que seja acordada de outra forma, cada Parte será responsável por todas as despesas contraídas por seu pessoal no cumprimento das atividades oficiais no âmbito do presente Acordo.

2. Todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo estarão sujeitas à disponibilidade de recursos financeiros das Partes.

Artigo 5

Segurança da Informação Classificada

1. Os procedimentos para o intercâmbio, bem como as condições e as medidas para

proteger a informação classificada das Partes na execução e após a denúncia do presente Acordo, serão determinados por um acordo entre o Governo da Jamaica e o Governo da República Federativa do Brasil.

2. As Partes notificarão uma à outra com antecedência da necessidade de preservar o sigilo da informação e de outros dados relacionados a essa cooperação e/ou especificados em contratos (acordos) assinados no âmbito deste Acordo, em conformidade com as respectivas legislações nacionais das Partes.

Artigo 6

Implementação

1. A JDF será a Agente Executora responsável pela implementação deste Acordo-Quadro, pelo Governo da Jamaica, e o MD será o Agente Executor responsável pela implementação deste Acordo, pelo Governo da República Federativa do Brasil.

2. As Partes estabelecerão um grupo de trabalho conjunto, com a finalidade de coordenar as atividades de cooperação no âmbito deste Acordo.

3. O grupo de trabalho conjunto será constituído por representantes da JDF e do MD, bem como de outras instituições que podem ser envolvidas pelas Partes, quando apropriado.

4. As modalidades das reuniões do grupo de trabalho conjunto serão definidas por um entendimento entre as Partes.

Artigo 7

Protocolos Complementares, Mecanismos de Implementação

1. Protocolos Complementares a este Acordo poderão ser celebrados por escrito pelas Partes e farão parte integrante do presente Acordo.

2. Mecanismos de Implementação para a execução de programas e/ou atividades específicas, ao amparo do presente Acordo,

poderão ser desenvolvidos e implementados pela Força de Defesa da Jamaica e pelo Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil. Esses Mecanismos de Implementação deverão estar restritos aos temas do presente Acordo e deverão ser consistentes com as respectivas leis das Partes.

Artigo 8

Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia relacionada a uma atividade específica de cooperação no âmbito do presente Acordo será resolvida, em primeira instância, exclusivamente por meio de consultas e negociações entre os participantes apropriados envolvidos na atividade de cooperação em questão.

2. Se, no entanto, os participantes mencionados no Parágrafo 1 falharem em resolver a questão, a controvérsia será submetida às Partes para resolução por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 9

Entrada em vigor, Emenda e Duração

1. O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo (30º) dia após a data de recebimento da última notificação pela qual uma Parte informa a outra, por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos legais internos necessários para a entrada em vigor deste Acordo.

2. Este Acordo poderá ser emendado, por consentimento mútuo e por escrito, e deverá entrar em vigor trigésimo (30) dia após a última notificação, por escrito, por intermédio da qual uma Parte informa a outra, por via diplomática, do cumprimento dos respectivos requisitos domésticos necessários para a entrada em vigor dessa Emenda.

3. Este Acordo terá duração indefinida.

Artigo 10

Denúncia

Qualquer Parte pode, a qualquer momento,

notificar a outra, por escrito e por via diplomática, de sua intenção de denunciar o presente Acordo. A denúncia produzirá efeito noventa (90) dias após o recebimento da respectiva notificação e não afetará programas e atividades em curso ao amparo do presente Acordo, a menos que as Partes decidam de outro modo.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram este Acordo em dois (2) originais nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito em Kingston, aos 13 dias do mês de fevereiro de 2014.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA JAMAICA PARA O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIA TRIBUTÁRIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Jamaica,

Desejando estabelecer os termos e condições que regulem o intercâmbio de informações sobre matéria tributária,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1

Objeto e Escopo do Acordo

As autoridades competentes das Partes Contratantes assistir-se-ão mediante o intercâmbio de informações que sejam previsivelmente relevantes para a administração e o cumprimento de suas leis internas relativas aos tributos visados por este Acordo. Tais informações incluirão aquelas previsivelmente relevantes para a determinação, lançamento e cobrança de tais tributos, a recuperação e execução de créditos tributários, ou a investigação ou

instauração de processo judicial relativo a matérias tributárias. As informações serão intercambiadas em conformidade com as disposições deste Acordo e serão tratadas como sigilosas na forma prevista no Artigo 8. Os direitos e salvaguardas assegurados às pessoas pelas leis ou pela prática administrativa da Parte requerida permanecem aplicáveis na medida em que não impeçam ou atrasem indevidamente o efetivo intercâmbio de informações.

Artigo 2

Jurisdição

1. A Parte requerida não está obrigada a fornecer informações que não sejam detidas por suas autoridades nem estejam na posse ou controle de pessoas sob sua jurisdição territorial.

2. As informações serão intercambiadas em conformidade com este Acordo pela autoridade competente da Parte requerida sem levar em conta se a pessoa a quem as informações se referem, ou que as detém, é um residente ou nacional de uma Parte Contratante.

Artigo 3

Tributos Visados

1. Os tributos visados por este Acordo são:

a) no Brasil, os tributos de qualquer espécie e descrição administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) na Jamaica, os tributos de qualquer espécie e descrição.

2. Este Acordo aplicar-se-á também a quaisquer tributos idênticos instituídos após a data de assinatura do Acordo em adição, ou substituição, aos tributos existentes. Este Acordo aplicar-se-á igualmente a quaisquer tributos substancialmente similares instituídos após a data de assinatura do Acordo em adição, ou substituição, aos tributos existentes se as autoridades competentes das Partes Contratantes assim acordarem. Além disso, os tributos visados podem ser ampliados

ou modificados por acordo mútuo das Partes Contratantes na forma de troca de cartas. As autoridades competentes das Partes Contratantes notificar-se-ão de quaisquer alterações substanciais na tributação e nas medidas relacionadas de coleta de informações abrangidas pelo Acordo.

Artigo 4

Definições

1. Para os fins deste Acordo, a não ser que definidos de outra forma:

a) o termo “Brasil” significa a República Federativa do Brasil;

b) o termo “Jamaica” significa a ilha da Jamaica, os Recifes de Morant, os Recifes de Pedro, e suas dependências, e inclui as águas do arquipélago e o mar territorial da Jamaica e qualquer área externa a tais águas territoriais que, de acordo com o Direito Internacional, tenha sido ou possa futuramente ser designada, sob a Lei Jamaicana, como uma área na qual a Jamaica possa exercer direitos soberanos para o fim de explorar os recursos naturais do leito marinho ou de seu subsolo e as águas sobrejacentes e com relação a outras atividades para a exploração econômica da área;

c) a expressão “Parte Contratante” significa o Brasil ou a Jamaica, de acordo com o contexto;

d) a expressão “Partes Contratantes” significa o Brasil e a Jamaica;

e) a expressão “autoridade competente” significa:

(i) no caso do Brasil, o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

(ii) no caso da Jamaica, o Ministro das Finanças ou seu representante autorizado;

f) o termo “pessoa” inclui uma pessoa física, uma sociedade e qualquer outro conjunto de pessoas;

g) o termo “sociedade” significa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade

considerada uma pessoa jurídica para fins tributários;

h) a expressão “sociedade com ações negociadas publicamente” significa qualquer sociedade cuja principal classe de ações esteja listada em uma bolsa de valores reconhecida, desde que suas ações listadas possam ser prontamente adquiridas ou vendidas pelo público. Ações podem ser adquiridas ou vendidas “pelo público” se a aquisição ou venda das ações não está, implícita ou explicitamente, restrita a um grupo limitado de investidores;

i) a expressão “classe principal de ações” significa a classe ou classes de ações que representem a maioria do poder de voto e valor da sociedade;

j) a expressão “bolsa de valores reconhecida” significa qualquer bolsa de valores acordada pelas autoridades competentes das Partes Contratantes;

k) a expressão “fundo ou esquema de investimento coletivo” significa qualquer veículo de investimento coletivo, independentemente da forma legal. A expressão “fundo ou esquema público de investimento coletivo” significa qualquer fundo ou esquema de investimento coletivo cujas quotas, ações ou outras formas de participação no fundo ou esquema possam ser prontamente adquiridas, vendidas ou resgatadas pelo público. Quotas, ações ou outras formas de participação no fundo ou esquema podem ser prontamente adquiridas, vendidas ou resgatadas “pelo público” se a aquisição, venda ou resgate não é, implícita ou explicitamente, restrita a um grupo limitado de investidores;

l) o termo “tributo” significa qualquer tributo ao qual o Acordo se aplique;

m) a expressão “Parte requerente” significa a Parte Contratante que solicita informações;

n) a expressão “Parte requerida” significa a Parte Contratante solicitada a fornecer

informações;

o) a expressão “medidas para coletar informações” significa leis e procedimentos administrativos ou judiciais que possibilitem a uma Parte Contratante obter e fornecer as informações solicitadas;

p) o termo “informações” significa qualquer fato, declaração ou registro, sob qualquer forma;

q) a expressão “matérias tributárias de natureza criminal” significa matérias tributárias envolvendo conduta intencional, anterior ou posterior à entrada em vigor deste Acordo, penalmente imputável sob as leis penais da Parte requerente;

r) a expressão “leis penais” significa todas as leis penais definidas como tais na legislação interna, independentemente de estarem contidas em leis tributárias, no Código Penal ou em outros diplomas legais;

s) a expressão “residente de uma Parte Contratante” significa qualquer pessoa que, sob as leis desse Estado, aí estiver sujeita a tributação em razão de seu domicílio, residência, sede legal (local de incorporação), sede de direção ou qualquer outro critério de natureza similar, e também inclui esse Estado e qualquer subdivisão política ou autoridade local dessa Parte Contratante;

t) a expressão “nacional de uma Parte Contratante” significa:

(i) no Brasil, qualquer pessoa física que possua a nacionalidade brasileira e qualquer entidade legal ou qualquer outra entidade coletiva cuja condição como tal decorra das leis em vigor no Brasil;

(ii) na Jamaica, qualquer pessoa física que seja um cidadão da Jamaica e quaisquer pessoas jurídicas, entidade, sociedade de pessoas ou associação cuja condição como tal decorra das Leis da Jamaica.

2. Com relação à aplicação deste Acordo a qualquer tempo por uma Parte Contratante,

qualquer termo ou expressão não definido no Acordo terá, a menos que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído a esse tempo pela legislação dessa Parte, prevalecendo o significado atribuído ao termo ou expressão pela legislação tributária dessa Parte sobre o significado que lhe atribuem outras leis dessa Parte.

Artigo 5

Intercâmbio de Informações a Pedido

1. A autoridade competente da Parte requerida fornecerá, diante de pedido por escrito, informações para os fins mencionados no Artigo 1. Tais informações serão intercambiadas independentemente de a conduta sob investigação constituir crime sob as leis da Parte requerida, caso aí ocorrida.

2. Se as informações em poder da autoridade competente da Parte requerida não forem suficientes para permitir-lhe o atendimento do pedido de informações, essa Parte usará todas as medidas relevantes de coleta de informações para fornecer à Parte requerente as informações solicitadas, não obstante a Parte requerida não necessitar de tais informações para seus próprios fins tributários.

3. Caso solicitado especificamente pela autoridade competente da Parte requerente, a autoridade competente da Parte requerida fornecerá informações com fundamento neste Artigo, na extensão permitida por suas leis internas, na forma de depoimento de testemunhas e cópias autenticadas de registros originais.

4. Cada Parte Contratante deverá assegurar que suas autoridades competentes para os fins especificados no Artigo 1 deste Acordo tenham a autoridade para obter e fornecer, mediante solicitação:

a) informações detidas por bancos, outras instituições financeiras e qualquer pessoa, inclusive agentes (“nominees”) e

fiduciários (“trustees”), agindo na condição de representante ou fiduciário;

b) informações referentes à propriedade de sociedades, sociedades de pessoas (“partnerships”), “trusts”, fundações, “Anstalten” e outras pessoas, inclusive, observadas as limitações do Artigo 2, informações sobre propriedade relativas a todas essas pessoas em uma cadeia de propriedade; no caso de “trusts”, informações relativas aos instituidores, fiduciários (“trustees”), beneficiários e protetores (“protectors”); e, no caso das fundações, informações sobre os fundadores, membros do conselho da fundação e beneficiários. Além disso, este Acordo não cria uma obrigação para as Partes Contratantes de obter ou fornecer informações sobre propriedade com relação a sociedades negociadas publicamente ou a fundos ou esquemas públicos de investimento coletivo, a menos que essas informações possam ser obtidas sem ocasionar dificuldades desproporcionais.

5. A autoridade competente da Parte requerente fornecerá, por escrito, as seguintes informações à autoridade competente da Parte requerida, quando fizer um pedido de informações em conformidade com o Acordo, para demonstrar a previsível relevância das informações para o pedido:

a) a identidade da pessoa sob fiscalização ou investigação;

b) o período a que se referem as informações solicitadas;

c) uma relação das informações desejadas, inclusive sua natureza e a forma na qual a Parte requerente deseja recebê-las da Parte requerida;

d) a finalidade tributária para a qual as informações são buscadas;

e) motivos para acreditar que as informações solicitadas sejam mantidas na Parte requerida ou estejam na posse ou controle de uma pessoa

sob a jurisdição da Parte requerida;

f) na medida do que for conhecido, o nome e o endereço de qualquer pessoa que se acredite ter a posse das informações solicitadas;

g) uma declaração de que o pedido está em conformidade com as leis e práticas administrativas da Parte requerente; de que, se as informações solicitadas se encontrassem sob a jurisdição da Parte requerente, a autoridade competente da Parte requerente poderia obter as informações sob suas leis ou no curso normal da prática administrativa; e de que o pedido está em conformidade com este Acordo;

h) uma declaração de que a Parte requerente recorreu a todos os meios disponíveis em seu próprio território para obter as informações, exceto àqueles que dariam origem a dificuldades desproporcionais.

6. A autoridade competente da Parte requerida encaminhará as informações solicitadas tão prontamente quanto possível à Parte requerente. Para assegurar uma pronta resposta, a autoridade competente da Parte requerida deverá:

a) confirmar por escrito o recebimento de um pedido à autoridade competente da Parte requerente e notificá-la de deficiências no pedido, se for o caso, dentro de 60 dias do recebimento do pedido;

b) se a autoridade competente da Parte requerida não puder obter e fornecer as informações dentro de 90 dias do recebimento do pedido, inclusive se encontrar obstáculos no fornecimento das informações, ou caso se recuse a fornecer as informações, informará imediatamente a Parte requerente, explicando a razão de sua incapacidade, a natureza dos obstáculos ou as razões para sua recusa.

Artigo 6

Fiscalizações Tributárias no Exterior

1. A Parte requerida poderá permitir que representantes da autoridade competente da

Parte requerente entrem no território da Parte requerida para entrevistar pessoas e examinar registros com o consentimento por escrito das pessoas envolvidas. A autoridade competente da Parte requerente notificará a autoridade competente da Parte requerida da hora e local da pretendida reunião com as pessoas envolvidas.

2. A pedido da autoridade competente da Parte requerente, a autoridade competente da Parte requerida poderá permitir que representantes da autoridade competente da Parte requerente estejam presentes na fase apropriada de uma fiscalização tributária na Parte requerida.

3. Se o pedido mencionado no parágrafo 2 for atendido, a autoridade competente da Parte requerida que conduz a fiscalização notificará, o quanto antes, a autoridade competente da Parte requerente da hora e local da fiscalização, da autoridade ou servidor designado para conduzir a fiscalização e dos procedimentos e condições exigidos pela Parte requerida para a condução da fiscalização. Todas as decisões relativas à condução da fiscalização tributária serão tomadas pela Parte requerida que conduz a fiscalização.

Artigo 7

Possibilidade de Recusa de um Pedido

1. A Parte requerida não estará obrigada a obter ou fornecer informações que a Parte requerente não poderia obter sob suas próprias leis para fins de administração ou cumprimento de suas próprias leis tributárias. A autoridade competente da Parte requerida poderá recusar-se a prestar assistência quando o pedido não for feito em conformidade com este Acordo.

2. As disposições deste Acordo não imporão a uma Parte Contratante a obrigação de fornecer informações que revelariam qualquer segredo de negócios, empresarial, industrial, comercial ou profissional, ou processo comercial. Não obstante o precedente, as

informações do tipo referido no Artigo 5, parágrafo 4 não serão tratadas como um tal segredo ou processo comercial meramente porque se enquadram nos critérios daquele parágrafo.

3. As disposições deste Acordo não imporão a uma Parte Contratante a obrigação de obter ou fornecer informações que revelariam comunicações confidenciais entre um cliente e um procurador, advogado ou outro representante legal reconhecido, quando tais comunicações forem:

a) produzidas para os fins de buscar ou fornecer aconselhamento legal; ou

b) produzidas para os fins de uso em procedimentos legais existentes ou contemplados.

4. A Parte requerida poderá recusar um pedido de informações se a revelação das informações for contrária à ordem pública (“order public”).

5. Um pedido de informações não será recusado sob a justificativa de que a obrigação tributária que fundamenta o pedido é questionada.

6. A Parte requerida poderá recusar um pedido de informações se as informações forem solicitadas pela Parte requerente para administrar ou dar cumprimento a um dispositivo de sua legislação tributária, ou a qualquer exigência a ela conexas, que discrimine um nacional da Parte requerida em comparação com um nacional da Parte requerente nas mesmas circunstâncias.

Artigo 8

Sigilo

Quaisquer informações recebidas por uma Parte Contratante sob este Acordo serão tratadas como sigilosas e poderão ser reveladas somente a pessoas ou autoridades (inclusive tribunais e órgãos administrativos) na jurisdição da Parte Contratante relacionadas com o lançamento ou cobrança, execução

ou instauração de processo judicial, ou determinação de recursos relacionados com os tributos visados por este Acordo. Tais pessoas ou autoridades usarão essas informações apenas para tais fins. Elas poderão revelar as informações em procedimentos públicos dos tribunais ou em decisões judiciais. As informações não poderão ser reveladas a qualquer outra pessoa ou entidade ou autoridade ou qualquer outra jurisdição sem o expresse consentimento por escrito da autoridade competente da Parte requerida.

Artigo 9

Custos

A menos que as autoridades competentes das Partes Contratantes acordem de modo diverso, os custos ordinários, tais como despesas administrativas e gerais ordinárias, incorridos na prestação de assistência serão arcados pela Parte requerida, e os custos extraordinários incorridos na prestação de assistência serão arcados pela Parte requerente.

Artigo 10

Legislação de Implementação

As Partes Contratantes implementarão a legislação necessária para dar cumprimento e eficácia aos termos do Acordo.

Artigo 11

Idioma

Os pedidos de assistência e as respostas correspondentes serão redigidos em inglês, português ou em qualquer outro idioma acordado bilateralmente entre as autoridades competentes das Partes Contratantes em conformidade com o Artigo 13.

Artigo 12

Outros Acordos ou Arranjos Internacionais

As possibilidades de assistência proporcionadas por este Acordo não limitam nem são limitadas por outras possibilidades contidas em acordos ou outros arranjos internacionais existentes entre as Partes Contratantes que estejam relacionados com a

cooperação em matérias tributárias.

Artigo 13

Procedimento Amigável

1. Quando surgirem dificuldades ou dúvidas entre as Partes Contratantes relativamente à implementação ou interpretação do Acordo, as autoridades competentes esforçar-se-ão por resolver o problema mediante entendimento mútuo.

2. Além dos entendimentos referidos no parágrafo 1, as autoridades competentes das Partes Contratantes poderão acordar mutuamente os procedimentos a serem usados nos Artigos 5, 6, 9 e 11.

3. As autoridades competentes das Partes Contratantes poderão comunicar-se diretamente para os fins de alcançarem um entendimento em conformidade com este Artigo.

4. As autoridades competentes das Partes Contratantes poderão também acordar outras formas de resolução de controvérsias.

5. As autoridades competentes das Partes Contratantes poderão também acordar outras formas de intercâmbio de informações que promovam o uso mais efetivo destas.

Artigo 14

Entrada em Vigor

1. Cada Parte Contratante notificará a outra, por escrito, pela via diplomática, da conclusão dos procedimentos exigidos por sua legislação para a entrada em vigor deste Acordo.

2. Este Acordo entrará em vigor na data em que a última daquelas notificações tiver sido recebida.

3. As disposições deste Acordo produzirão efeitos para os pedidos feitos na data de sua entrada em vigor ou após:

a) com respeito a matérias tributárias de natureza criminal, naquela data, independentemente do período fiscal a que a matéria tributária de natureza criminal corresponda; e

b) com respeito a todas as demais matérias descritas no Artigo 1, para todos os períodos fiscais que comecem naquela data ou após, ou, quando não houver período fiscal, para todas as obrigações tributárias constituídas naquela data ou após.

Artigo 15

Denúncia

1. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciar o Acordo por meio de notificação por escrito, pela via diplomática, à outra Parte Contratante.

2. Tal denúncia tornar-se-á eficaz no primeiro dia do mês seguinte ao término do período de seis meses após a data de recebimento da notificação de denúncia pela outra Parte Contratante. Todos os pedidos recebidos até a data efetiva da denúncia serão tratados conforme os termos deste Acordo.

3. Se este Acordo for denunciado, as Partes Contratantes permanecerão obrigadas ao disposto no Artigo 8 com respeito a quaisquer informações obtidas sob o Acordo.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para tanto, assinaram o Acordo.

Feito em duplicata em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA JAMAICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Jamaica, doravante denominados “Partes”;

Sendo Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944;

Desejando contribuir para o

desenvolvimento da aviação civil internacional;

Desejando concluir um Acordo com o propósito de estabelecer e explorar serviços aéreos entre seus respectivos territórios, acordam o que se segue:

ARTIGO 1

Definições

Para aplicação do presente Acordo, salvo disposição em contrário, o termo:

a) “autoridade aeronáutica” significa, no caso da República Federativa do Brasil, a Autoridade de Aviação Civil, representada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e no caso da Jamaica, o Ministério responsável pela aviação civil e a Autoridade de Aviação Civil da Jamaica, ou em ambos os casos, qualquer outra autoridade ou pessoa autorizada a executar as funções exercidas pelas autoridades acima mencionadas;

b) “acordo” significa este Acordo, seus Anexos, e quaisquer emendas decorrentes;

c) “serviços acordados” significam os serviços aéreos nas rotas especificadas para o transporte de passageiros, carga e mala postal, separadamente ou em combinação;

d) “serviço aéreo”, “serviço aéreo internacional”, “empresa aérea” e “escala para fins não comerciais”, têm os significados a eles atribuídos no Artigo 96 da Convenção;

e) “Convenção” significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui os Anexos adotados de acordo com o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de acordo com os Artigos 90 e 94, desde que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes;

f) “empresa aérea designada” significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada em conformidade com o Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo;

g) “OACI” significa Organização de Aviação Civil Internacional;

h) “Rota específica” significa uma das rotas especificadas em Anexo a este Acordo;

i) “preço” significa qualquer preço, tarifa ou encargo para o transporte de passageiros, bagagem e/ou carga, excluindo mala postal, no transporte aéreo, incluindo qualquer outro modo de transporte em conexão com aquele, cobrados pelas empresas aéreas, incluindo seus agentes, e as condições segundo as quais se aplicam estes preços, tarifas e encargos;

j) “território” em relação a um Estado tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção;

k) “tarifa aeronáutica” significa o valor cobrado às empresas aéreas, pelas autoridades competentes, ou autorizadas por estas a ser cobrada, pelo uso do aeroporto, ou de suas instalações e serviços, ou de instalações de navegação aérea, ou de instalações de segurança da aviação, incluindo as instalações e os serviços relacionados, por aeronaves, suas tripulações, passageiros e carga.

ARTIGO 2

Concessão de Direitos

1. Cada Parte concede à outra Parte os direitos especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas no Quadro de Rotas especificado no Anexo a este Acordo.

2. Sujeito às disposições deste Acordo, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes gozarão dos seguintes direitos, enquanto operar serviços internacionais:

a) sobrevoar o território da outra Parte sem pousar;

b) fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais;

c) embarcar e desembarcar passageiros, bagagem, carga e mala postal, separadamente ou em conjunto, no território de uma Parte nos

pontos das rotas específicas destinadas a ou provenientes de pontos no Território da outra Parte; e

d) embarcar e desembarcar passageiros, bagagem, carga e mala postal, separadamente ou em conjunto, no território de um terceiro país nos pontos das rotas específicas destinadas a ou provenientes de pontos no Território da outra Parte.

3. As empresas aéreas de cada Parte, que não tenham sido designadas com base no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo, também gozarão dos direitos especificados nas letras a) e b) do parágrafo 2 deste Artigo.

4. Nada neste artigo deverá ser considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte do direito de embarcar, no território da outra Parte, passageiros, bagagem, carga e mala postal, mediante remuneração e destinados a outro ponto no território dessa outra Parte.

ARTIGO 3

Designação e Autorização

Cada Parte terá o direito de designar por escrito à outra Parte uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados e de revogar ou alterar tal designação por meio de canais diplomáticos. Ao receber tal designação e o pedido de autorização de operação da empresa aérea designada, na forma e no modo prescritos, cada Parte concederá a autorização de operação apropriada com a mínima demora de trâmites, desde que:

a) a empresa aérea seja estabelecida no território da Parte que a designa;

b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada seja exercido e mantido pela Parte que a designa, e a empresa aérea tenha o principal lugar de negócios no território da referida Parte;

c) a Parte que designa a empresa aérea cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8

(Segurança da Aviação); e

d) a empresa aérea designada esteja qualificada para satisfazer as condições prescritas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

2. Ao receber a autorização de operação constante do Parágrafo 1, uma empresa aérea designada pode, a qualquer tempo, começar a operar os serviços acordados para os quais tenha sido designada, desde que ela cumpra as disposições aplicáveis deste Acordo.

ARTIGO 4

Negação, Revogação e Limitação de Autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte terão o direito de negar as autorizações mencionadas no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo à empresa aérea designada pela outra Parte e de revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente nos casos em que:

a) elas não estejam convencidas de que a empresa aérea seja estabelecida no território da Parte que a designou; ou

b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada não seja exercido e mantido pela Parte que a designa, e que a empresa aérea não tenha o principal lugar de negócios no território da referida Parte; ou

c) a Parte que designa a empresa aérea não cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação); ou

d) a empresa aérea designada não esteja qualificada para atender outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

2. Esse direito somente será exercido após a

realização de reunião de consulta com a outra Parte, a menos que a imediata revogação, suspensão ou imposição das condições previstas no parágrafo 1 do presente Artigo seja essencial para impedir novas infrações a leis e regulamentos.

ARTIGO 5

Aplicação de Leis

1. As leis e os regulamentos de uma Parte que regem a entrada e saída de seu território de aeronaves engajadas em serviços aéreos internacionais, ou a operação e navegação de tais aeronaves enquanto em seu território, serão aplicados às aeronaves das empresas aéreas da outra Parte.

2. As leis e os regulamentos de uma Parte, relativos à entrada, permanência e saída de seu território, de passageiros, tripulantes e carga, incluindo mala postal, tais como os relativos a imigração, alfândega, moeda, saúde e quarentena serão aplicados aos passageiros, tripulantes, carga e mala postal transportados por aeronaves das empresas aéreas da outra Parte enquanto permanecerem no referido território.

3. Nenhuma Parte dará preferência às suas próprias empresas aéreas ou a qualquer outra empresa aérea em relação às empresas aéreas da outra Parte engajadas em transporte aéreo internacional similar, na aplicação de seus regulamentos de imigração, alfândega, quarentena e regulamentos similares.

ARTIGO 6

Reconhecimento de Certificados e Licenças

1. Certificados de aeronavegabilidade e de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte para o objetivo de operar os serviços acordados, desde que os requisitos sob os quais tais certificados e licenças foram emitidos ou convalidados sejam iguais ou superiores aos requisitos mínimos estabelecidos segundo a

Convenção.

2. Se os privilégios ou as condições das licenças ou certificados mencionados no parágrafo 1 anterior, emitidos pelas autoridades aeronáuticas de uma Parte para qualquer pessoa ou empresa aérea designada, ou relativos a uma aeronave utilizada na operação dos serviços acordados, permitirem uma diferença dos requisitos mínimos estabelecidos pela Convenção, e que tal diferença tenha sido notificada à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a outra Parte pode pedir que se realizem consultas entre as autoridades aeronáuticas a fim de esclarecer a prática em questão.

3. Cada Parte, todavia, reserva-se o direito de recusar-se a reconhecer, para o objetivo de sobrevoos ou pouso em seu próprio território, certificados de habilitação e licenças concedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte.

ARTIGO 7

Segurança Operacional

1. Cada Parte poderá solicitar a qualquer momento a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional aplicadas pela outra Parte nas áreas relacionadas com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. Tais consultas serão realizadas dentro dos 30 (trinta) dias após a apresentação da referida solicitação.

2. Se, depois de realizadas tais consultas, uma Parte chega à conclusão de que a outra não mantém e administra de maneira efetiva os requisitos de segurança, nas áreas mencionadas no parágrafo 1, que satisfaçam as normas estabelecidas à época em conformidade com a Convenção, a outra Parte será informada de tais conclusões e das medidas que se considerem necessárias para cumprir as normas da OACI. A outra Parte deverá, então, tomar as medidas corretivas

para o caso, dentro de um prazo acordado.

3. De acordo com o Artigo 16 da Convenção, fica também acordado que qualquer aeronave operada por ou em nome de uma empresa aérea de uma Parte, que preste serviço para ou do território da outra Parte poderá, quando se encontrar no território desta última, ser objeto de uma inspeção pelos representantes autorizados da outra Parte, desde que isto não cause demoras desnecessárias à operação da aeronave. Não obstante as obrigações mencionadas no Artigo 33 da Convenção, o objetivo desta inspeção é verificar a validade da documentação pertinente da aeronave, as licenças de sua tripulação e se o equipamento da aeronave e a condição desta estão conformes com as normas estabelecidas à época em conformidade com a Convenção.

4. Quando uma ação urgente for essencial para assegurar a segurança da operação de uma empresa aérea, cada Parte reserva-se o direito de suspender ou modificar imediatamente a autorização de operação de uma ou mais empresas aéreas da outra Parte.

5. Qualquer medida tomada por uma Parte de acordo com o parágrafo 4 acima será suspensa assim que deixem de existir os motivos que levaram à adoção de tal medida.

6. Com referência ao parágrafo 2, se for constatado que uma Parte continua a não cumprir as normas da OACI, depois de transcorrido o prazo acordado, o Secretário Geral da OACI será disto notificado. Ele também será notificado da solução satisfatória de tal situação.

ARTIGO 8

Segurança da Aviação

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes reafirmam que sua obrigação mútua de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar

a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963, da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada em Haia em 16 de dezembro de 1970 e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971, e seu Protocolo Suplementar para Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos Utilizados pela Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal em 24 de fevereiro de 1988, da Convenção para a Marcação de Explosivos Plásticos para o Propósito de Detecção, assinada em Montreal em 1 de março de 1991, bem como qualquer outra convenção ou protocolo sobre segurança da aviação civil, aos quais ambas as Partes venham a aderir.

2. As Partes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3. As Partes agirão, em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela OACI e designadas como Anexos à Convenção; exigirão que operadores de aeronaves por elas registradas, ou operadores de aeronaves estabelecidos em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação. Cada Parte notificará a outra Parte de toda diferença entre seus regulamentos e métodos nacionais e as

normas de segurança da aviação dos Anexos. Qualquer das Partes poderá solicitar a qualquer momento a imediata realização de consultas com a outra Parte sobre tais diferenças.

4. Cada Parte concorda que de tais operadores de aeronaves pode ser exigido que observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo 3 deste Artigo e exigidas pela outra Parte para a entrada, saída, ou permanência no território da outra Parte. Cada Parte assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger as aeronaves e para inspecionar passageiros, tripulações, bagagens de mão, bagagens, carga e provisões de bordo, antes e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte, também, considerará de modo favorável toda solicitação da outra Parte, com vistas a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica.

5. Quando ocorrer um incidente, ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronave civil, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tal aeronave, de seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

6. Cada Parte terá o direito, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes à notificação, de que suas autoridades aeronáuticas efetuem uma avaliação no território da outra Parte das medidas de segurança sendo ou a serem aplicadas, pelos operadores de aeronaves, com respeito aos voos que chegam procedentes do território da primeira Parte ou que sigam para ele. Os entendimentos administrativos para a realização de tais avaliações serão feitos entre as autoridades aeronáuticas e implementados sem demora a fim de se assegurar que as

avaliações se realizem de maneira expedita. Todas as avaliações estarão cobertas por um acordo específico sobre a proteção de informação entre as autoridades aeronáuticas das Partes.

7. Quando uma Parte tiver motivos razoáveis para acreditar que a outra Parte não cumpre as disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá solicitar a realização de consultas. Tais consultas começarão dentro dos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento de tal solicitação de qualquer das Partes. No caso de não se chegar a um acordo satisfatório dentro dos 15 (quinze) dias a partir do começo das consultas, isto constituirá motivo para negar, revogar, suspender ou impor condições sobre as autorizações da empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte. Quando justificada por uma emergência ou para impedir que continue o descumprimento das disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá adotar medidas temporárias a qualquer momento.

ARTIGO 9

Direitos Alfandegários

1. Cada Parte, com base na reciprocidade, isentará uma empresa aérea designada da outra Parte, no maior grau possível em conformidade com sua legislação nacional, de restrições sobre importações, direitos alfandegários, impostos indiretos, taxas de inspeção e outras taxas e gravames nacionais que não se baseiem no custo dos serviços proporcionados na chegada, sobre aeronaves, combustíveis, lubrificantes, suprimentos técnicos de consumo, peças sobressalentes incluindo motores, equipamento de uso normal dessas aeronaves, provisões de bordo e outros itens, tais como bilhetes, conhecimentos aéreos, qualquer material impresso com o símbolo da empresa aérea designada e material publicitário comum distribuído gratuitamente pela empresa aérea designada, destinados

ou usados exclusivamente na operação ou manutenção das aeronaves da empresa aérea designada da Parte que esteja operando os serviços acordados.

2. As isenções previstas neste Artigo serão aplicadas aos produtos referidos no parágrafo 1:

a) introduzidos no território de uma Parte por ou sob a responsabilidade da empresa aérea designada pela outra Parte;

b) mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte, na chegada ou na saída do território da outra Parte; ou

c) levados a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte ao território da outra Parte e com o objetivo de serem usados na operação dos serviços acordados,

sejam ou não tais produtos utilizados ou consumidos totalmente dentro do território da Parte que outorga a isenção, sob a condição de que sua propriedade não seja transferida no território de tal Parte.

3. O equipamento de bordo de uso regular, bem como os materiais e suprimentos normalmente mantidos a bordo das aeronaves de uma empresa aérea designada de qualquer das Partes, somente poderão ser descarregados no território da outra Parte com a autorização das autoridades alfandegárias de tal território. Nesse caso, tais itens poderão ser colocados sob a supervisão das mencionadas autoridades até que sejam reexportados ou se lhes dê outro destino, conforme os regulamentos alfandegários.

4. As isenções previstas no presente artigo deverão estar também disponíveis em situações em que uma empresa aérea designada por uma Parte tenha celebrado acordos com outra empresa aérea ou empresas aéreas para o empréstimo ou a transferência, na área da outra parte, do equipamento normal e dos outros itens referidos no parágrafo 1 deste

artigo, desde que outra companhia aérea (ou companhias aéreas) desfrute dessas isenções junto dessa outra Parte.

5. Exceto no que se refere às medidas relativas à segurança, passageiros, bagagem, carga e mala postal em trânsito direto não estarão sujeitos a mais do que a um controle simplificado. A bagagem e a carga em trânsito direto estarão isentas de direitos aduaneiros e outros impostos semelhantes, sujeitos às leis nacionais de cada Parte, e com base na reciprocidade.

6. A isenção de direitos aduaneiros, impostos especiais de consumo, taxas de inspeção e outros direitos nacionais e encargos não deverão ser estendidas às taxas sobre o custo dos serviços prestados à(s) empresa(s) designada(s) de uma das Partes no território da outra Parte.

ARTIGO 10

Taxação

1. O capital representado por aeronaves operadas em serviços aéreos internacionais por uma empresa aérea designada só pode ser tributado no território da Parte em que esteja a sede de direção efetiva da empresa aérea designada.

2. Os lucros provenientes da operação da aeronave de uma empresa aérea designada em serviços aéreos internacionais, bem como os bens e serviços fornecidos a ela poderão ser tributados de acordo com a legislação de cada Parte, que se esforçará por concluir um acordo especial para evitar a dupla tributação.

ARTIGO 11

Capacidade

1. Cada Parte permitirá que cada empresa aérea designada determine a frequência e a capacidade dos serviços de transporte aéreo internacional a ser ofertada, baseando-se em considerações comerciais próprias do mercado.

2. Nenhuma Parte limitará unilateralmente o

volume de tráfego, frequência ou regularidade dos serviços, ou o tipo ou tipos de aeronaves operadas pelas empresas aéreas designadas da outra Parte, exceto por exigências de natureza alfandegária, técnica, operacional ou razões ambientais sob condições uniformes consistentes com o Artigo 15 da Convenção.

3. Cada Parte deverá tomar medidas para eliminar todas as formas de discriminação ou de práticas concorrenciais desleais que afetam negativamente a posição competitiva de uma empresa aérea designada da outra Parte.

ARTIGO 12

Preços

1. Os preços cobrados pelos serviços operados com base neste Acordo poderão ser estabelecidos livremente pelas empresas aéreas, sem estarem sujeitos à aprovação.

2. Cada Parte pode requerer notificação ou registro junto às autoridades, pelas empresas aéreas designadas, dos preços do transporte originados em seu território.

3. As autoridades aeronáuticas de cada Parte poderão solicitar consultas com as autoridades aeronáuticas da outra Parte sobre qualquer preço cobrado por uma empresa aérea da outra Parte para os serviços aéreos internacionais de ou para o território da primeira Parte, incluindo os preços para o qual uma notificação de insatisfação foi apresentada. Essas consultas devem ser realizadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento do pedido. As autoridades aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes devem cooperar para assegurar a informação necessária para a solução fundamentada da questão. Se for alcançado um acordo em relação a um preço pelo qual foi apresentada uma notificação de insatisfação, as autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante devem usar seus melhores esforços para pôr este acordo em vigor. Se não se chegar a acordo mútuo, o preço deve entrar em vigor ou continuar em

vigor.

ARTIGO 13

Concorrência

1. As Partes deverão informar-se mutuamente, quando solicitadas, sobre suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência e/ou modificações das mesmas, bem como quaisquer objetivos concretos a elas relacionados, que poderiam afetar a operação de serviços de transporte aéreo cobertos por este Acordo e deverão identificar as autoridades responsáveis por sua aplicação.

2. As Partes deverão notificar-se mutuamente sempre que considerarem que pode haver incompatibilidade entre a aplicação de suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência, e as matérias relacionadas à aplicação deste Acordo.

3. Não obstante quaisquer outras disposições em contrário, nada do disposto neste Acordo deverá (i) requerer ou favorecer a adoção de acordos entre empresas, decisões de associações de empresas ou práticas combinadas que impeçam ou distorçam a concorrência; (ii) reforçar os efeitos de tais acordos, decisões ou práticas combinadas; ou (iii) delegar a operadores econômicos privados a responsabilidade da tomada de medidas que impeçam, distorçam ou restrinjam a concorrência.

ARTIGO 14

Atividades Comerciais

1. Cada Parte concederá às empresas aéreas da outra Parte o direito de vender e comercializar em seu território serviços aéreos internacionais, diretamente ou por meio de agentes ou outros intermediários à escolha da empresa aérea, incluindo o direito de estabelecer seus próprios escritórios, tanto on-line como off-line.

2. Cada empresa aérea terá o direito de vender serviços de transporte na moeda desse território ou, sujeito às leis e regulamentos

nacionais, em moedas livremente conversíveis de outros países, e qualquer pessoa poderá adquirir tais serviços de transporte em moedas aceitas por essa empresa aérea.

3. As empresas aéreas designadas de uma Parte poderão, com base em reciprocidade, trazer e manter no território da outra Parte seus representantes e o pessoal comercial, operacional e técnico necessário à operação dos serviços acordados.

4. As necessidades de pessoal mencionadas no parágrafo 3 supracitado podem, a critério das empresas aéreas designadas de uma Parte, ser satisfeitas por pessoal próprio ou pelos serviços de qualquer outra organização, companhia ou empresa aérea que opere no território da outra Parte, autorizada a prestar esses serviços para outras empresas aéreas.

5. Os representantes e os auxiliares estarão sujeitos às leis e regulamentos em vigor da outra Parte e de acordo com tais leis e regulamentos:

a) cada Parte concederá, com base na reciprocidade e com o mínimo de demora, as autorizações de emprego, os vistos de visitantes ou outros documentos similares necessários para os representantes e os auxiliares mencionados no parágrafo 3 deste Artigo; e

b) ambas as Partes facilitarão e acelerarão as autorizações de emprego necessárias ao pessoal que desempenhe certos serviços temporários que não excedam 90 (noventa) dias.

ARTIGO 15

Código Compartilhado

1. Na exploração dos serviços acordados nas rotas especificadas, qualquer empresa aérea designada de uma Parte poderá celebrar acordos comerciais de código compartilhado com:

a) uma empresa ou empresas aéreas da mesma das Parte;

b) uma empresa aérea ou empresas aéreas de outra Parte;

c) uma empresa ou empresas aéreas de um terceiro país;

d) um provedor de transporte de superfície de qualquer país,

desde que todas as empresas aéreas em tais acordos:

i) tenham os direitos apropriados;

ii) cumpram os requisitos normalmente aplicados a esses acordos.

2. As companhias aéreas estão obrigadas a apresentar às autoridades aeronáuticas de ambas as Partes, para aprovação, qualquer acordo de cooperação proposto, antes de sua introdução proposta.

3. Não obstante qualquer outra disposição do presente Acordo, as transportadoras aéreas e os prestadores indiretos de serviços de transporte de carga das Partes estão autorizados, sem restrição quanto ao meio de transporte, a utilizar, no âmbito dos serviços aéreos internacionais para carga de ou para quaisquer pontos no território das Partes ou de países terceiros, e incluindo o transporte com destino ou proveniente de qualquer aeroporto que disponha de instalações aduaneiras, e têm o direito, caso aplicável, de transportar carga sob controle aduaneiro, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis. Essa carga, independentemente de ser transportada por superfície ou por via aérea, terá acesso aos serviços de processamento e instalações aduaneiros dos aeroportos. As empresas aéreas poderão optar por realizar o seu próprio transporte de superfície ou confiá-lo a outras transportadoras de superfície, incluindo as operadas por outras empresas aéreas e prestadores indiretos de transporte de carga. Esses serviços de carga intermodal poderão ser oferecidos a um preço único, combinando o transporte aéreo e o transporte de superfície, desde que os expedidores não sejam induzidos

em erro quanto à natureza e às modalidades destes transportes.

ARTIGO 16

Arrendamento de Aeronaves

Cada empresa aérea poderá utilizar, nas operações de serviços autorizados por este instrumento, aeronaves próprias ou aeronaves arrendadas (“dry lease”), subarrendadas, arrendadas por hora (“interchange” ou “lease for hours”), ou arrendadas com seguro, tripulação e manutenção (“wet lease”), por meio de um contrato entre as empresas aéreas de cada Parte ou de terceiros países, observando-se as leis e os regulamentos de cada Parte e o Protocolo sobre Emenda à Convenção de Chicago (Artigo 83 bis). As autoridades aeronáuticas das Partes avaliarão a necessidade de celebrarem um acordo específico estabelecendo as condições de transferência de responsabilidade para a segurança operacional, conforme previsto pela Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO 17

Conversão de Divisas e Remessa de Receitas

1. Cada Parte permitirá às empresas aéreas da outra Parte converter e remeter para o exterior, a pedido, todas as receitas locais provenientes da venda de serviços de transporte aéreo e de atividades conexas diretamente vinculadas ao transporte aéreo que excedam as somas localmente desembolsadas, permitindo-se sua rápida conversão e remessa, à taxa de câmbio do dia do pedido para a conversão e remessa.

2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e não estarão sujeitas a quaisquer encargos administrativos ou cambiais, exceto aqueles normalmente cobrados pelos bancos para a execução de tais conversão e remessa.

3. O disposto neste Artigo não desobriga as empresas aéreas de ambas as Partes do

pagamento dos impostos, taxas e contribuições a que estejam sujeitas.

ARTIGO 18

Tarifas Aeronáuticas

1. Nenhuma Parte cobrará ou permitirá que sejam cobradas das empresas aéreas designadas da outra Parte tarifas aeronáuticas superiores às cobradas às suas próprias empresas aéreas que operem serviços aéreos internacionais semelhantes.

2. Cada Parte encorajará a realização de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre suas autoridades competentes e as empresas aéreas que utilizem as instalações e os serviços proporcionados, quando for factível por meio das organizações representativas de tais empresas aéreas.

ARTIGO 19

Estatísticas

As autoridades aeronáuticas de cada Parte proporcionarão ou farão com que suas empresas aéreas designadas proporcionem às autoridades aeronáuticas da outra Parte, a pedido, as estatísticas periódicas ou eventuais, que possam ser razoavelmente requeridas com a finalidade de rever a capacidade fornecida nos serviços acordados operados pelas empresas aéreas designadas da primeira Parte.

ARTIGO 20

Aprovação de Horários

1. As empresas aéreas designadas de cada Parte submeterão sua previsão de horários de voos à aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte pelo menos 30 (trinta) dias antes do início de operação dos serviços acordados. O mesmo procedimento será aplicado para qualquer modificação dos horários.

2. Para os voos de reforço que a empresa aérea designada de uma Parte deseje operar nos serviços acordados, fora do quadro de horários aprovado, essa empresa aérea solicitará autorização prévia das autoridades aeronáuticas da outra Parte. Tais solicitações

serão submetidas pelo menos 5 (cinco) dias úteis antes da operação de tais voos.

ARTIGO 21

Serviços de Apoio no Solo

Sem prejuízo das disposições de segurança aplicáveis e das leis e regulamentos aplicáveis pelas Partes, incluindo as Normas e Práticas Recomendadas (SARPs) da OACI contidas no Anexo 6 da Convenção, uma empresa aérea designada pode escolher entre os provedores de serviço de apoio no solo concorrentes.

ARTIGO 22

Consultas

1. Em um espírito de estreita cooperação, as autoridades aeronáuticas de ambas as Partes devem realizar consultas de tempos em tempos com vista a assegurar a implementação e o cumprimento satisfatório das disposições do presente Acordo, ou discutir qualquer problema relacionado.

2. Essas consultas devem ter início no prazo de quarenta e cinco (45) dias a contar da data de recebimento do pedido, salvo acordo em contrário das Partes.

ARTIGO 23

Emendas

Qualquer emenda ou modificação deste Acordo ou de seus Anexos, acordada entre as Partes, entrará em vigor em data a ser determinada por troca de notas diplomáticas, indicando que todos os procedimentos internos necessários foram completados pelas Partes.

ARTIGO 24

Acordos Multilaterais

Se um acordo multilateral relativo ao transporte aéreo entrar em vigor em relação a ambas as Partes, o presente Acordo será emendado para conformar-se às disposições de tal acordo multilateral.

ARTIGO 25

Solução de Controvérsias

1. Em caso de controvérsia entre as Partes, relativa à interpretação ou aplicação deste

Acordo, as Partes buscarão, em primeiro lugar, resolvê-las por meio de consultas e negociações.

2. Caso as Partes não cheguem a um acordo por meio de negociação, a controvérsia será solucionada pela via diplomática.

3. Se o diferendo não puder ser resolvido por meio dos canais diplomáticos, a disputa deverá, a pedido de qualquer das Partes, ser submetida a uma pessoa ou a um organismo para decisão por acordo entre as partes (mediação ou arbitragem).

ARTIGO 26

Denúncia

Qualquer das Partes pode, a qualquer tempo, notificar à outra Parte por escrito, por via diplomática, sua decisão de denunciar este Acordo. Tal notificação será feita simultaneamente à OACI. O presente Acordo terminará um ano após a data de recebimento da notificação pela outra Parte, a menos que a notificação seja retirada por acordo antes do final deste período. Se a outra Parte não acusar recebimento, será considerado que a notificação foi recebida 14 (quatorze) dias depois de seu recebimento pela OACI.

ARTIGO 27

Registro na OACI

Este Acordo e quaisquer de suas emendas serão registrados na OACI.

ARTIGO 28

Entrada em Vigor

Este Acordo entrará em vigor na data determinada em troca de notas diplomáticas, indicando que todos os procedimentos internos necessários foram completados pelas Partes.

Em testemunho do que os abaixo assinados, estando devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Kingston, no dia 13 do mês de fevereiro, do ano de 2014, em português e em inglês, sendo ambos os textos autênticos.

SECRETÁRIO DE ESTADO PARA NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DO REINO UNIDO,
WILLIAM HAGUE, VISITA O BRASIL
17/02/2014

Em Brasília, o Chanceler britânico foi recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, ocasião em que foi realizada a terceira edição do Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido.

O Secretário de Estado para Negócios Estrangeiros do Reino Unido, William Hague, realiza visita ao Brasil entre os dias 17 e 19 de fevereiro. O Chanceler britânico cumpre agenda em Manaus, Brasília e São Paulo.

Em Brasília, dia 18, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado. Nessa ocasião, será realizada a terceira edição do Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido, na qual serão examinados temas como governança, paz, segurança e prosperidade globais. Brasil e Reino Unido cooperam, também, em áreas como comércio e investimentos (especialmente no setor de gás e petróleo), defesa, ciência e tecnologia e educação.

Será assinado memorando de entendimento entre a Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, e o Wilton Park, vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido. O instrumento estabelecerá parcerias entre as instituições para a realização de eventos conjuntos e publicação de material sobre assuntos de interesse mútuo, relacionados à política exterior dos dois países.

No âmbito do “Ciência sem Fronteiras”, foram concedidas cerca de 6500 bolsas para que brasileiros estudem em universidades britânicas – o que torna o Reino Unido o segundo principal destino de inscritos no

programa.

O Reino Unido foi o 15º principal parceiro comercial brasileiro em 2013. A corrente de comércio bilateral cresceu mais de 120% entre 2004 e 2013, passando de US\$ 3,47 bilhões a US\$ 7,68 bilhões no período. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 453 milhões em 2013.

COMUNICADO DA CELAC SOBRE A
SITUAÇÃO NA VENEZUELA
19/02/2014

A CELAC observa com preocupação os atos de violência que tiveram lugar na Venezuela em 12 de fevereiro de 2014 e nos dias subsequentes e lamenta profundamente a perda de vidas humanas.

Comunicado da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos sobre a situação na República Bolivariana da Venezuela

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) observa com preocupação os atos de violência que tiveram lugar na República Bolivariana da Venezuela em 12 de fevereiro de 2014 e nos dias subsequentes e lamenta profundamente a perda de vidas humanas.

Nossa Comunidade rejeita a violência e promove a segurança cidadã, a paz, a estabilidade e o desenvolvimento; considera que em todos os momentos deve-se garantir a institucionalidade democrática, o respeito à Lei e à informação fidedigna e veraz, bem como o pleno respeito a todos os direitos humanos.

Os países-membros da CELAC expressam sua solidariedade com o povo irmão da República Bolivariana da Venezuela e estimulam seu governo a continuar os esforços para propiciar diálogo entre todas as

forças políticas do país, sob a paz e a unidade nacional de que o povo venezuelano precisa para continuar sua marcha rumo ao progresso e ao bem-estar.

São José, Costa Rica, 17 de fevereiro de 2014

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
NORUEGA, BØRGE BRENDE - RIO
DE JANEIRO E BRASÍLIA, 19 E 20 DE
FEVEREIRO DE 2014

19/02/2014

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Børge Brende, visitará o Brasil nos dias 19 e 20 de fevereiro. O Chanceler norueguês cumprirá programação em Brasília e no Rio de Janeiro. Em Brasília, no dia 20, manterá encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, e com a Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes.

Os Chanceleres tratarão da ampliação dos fluxos bilaterais de comércio e de investimentos, bem como examinarão os principais temas da agenda bilateral, inclusive cooperação em energia, inovação, educação e pesca e aquicultura.

Também serão discutidas a reforma das instituições de governança global e temas da agenda de paz e segurança internacionais, entre as quais a situação na Síria e no Oriente Médio. Os Chanceleres examinarão, ademais, questões relacionadas ao meio ambiente e ao direito à privacidade na era digital.

Em 2013, o intercâmbio comercial entre os dois países atingiu US\$ 1,7 bilhões. Os investimentos noruegueses no Brasil são particularmente significativos no setor de petróleo e gás. A empresa Statoil é a segunda

maior produtora de petróleo e gás no Brasil, atrás apenas da Petrobras.

SITUAÇÃO NA UCRÂNIA

19/02/2014

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a deterioração do quadro político e institucional na Ucrânia e lamenta profundamente as mortes ocorridas em Kiev. O Governo brasileiro conclama todas as partes envolvidas a dialogar. A crise política na Ucrânia deve ser equacionada pelos próprios ucranianos, de forma pacífica e com base no respeito às instituições e aos direitos humanos.

DOCUMENTOS ASSINADOS POR
OCASIÃO DA VII CÚPULA BRASIL-
UNIÃO EUROPEIA — BRUXELAS, 24 DE
FEVEREIRO DE 2014

24/02/2014

1 - TERMOS DE REFERÊNCIA DO GRUPO DE TRABALHO AD HOC SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, COM ÊNFASE EM INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE, ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA

2 - DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A REUNIÃO INAUGURAL DO GRUPO DE TRABALHO AD HOC BRASIL-UNIÃO EUROPEIA SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, COM ÊNFASE EM INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE

TERMOS DE REFERÊNCIA DO GRUPO DE TRABALHO AD HOC SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, COM ÊNFASE EM INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE, ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA

O Ministro das Relações Exteriores

(MRE), Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado;

O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Mauro Borges; e

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Marco Antonio Raupp; e ainda

O Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pela Indústria e Empreendedorismo, Antonio Tajani, em concertação com:

O Comissário Europeu para o Comércio, Karel De Gucht;

A Comissária Europeia para a Pesquisa, Inovação e Ciência, Máire Geoghegan-Quinn;

A Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Catherine Ashton;

À luz da proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, à Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, na VI Cúpula Brasil-União Europeia (Brasília, 24 de janeiro de 2013);

Considerando a importância de promover um ambiente sem entraves e previsível para o comércio e o investimento internacionais relativos a bens e serviços;

Reiterando a vontade expressa pelos dois Presidentes de continuar a reforçar os contactos entre as duas comunidades empresariais, com vistas a facilitar o comércio e o investimento bilateral, bem como o intercâmbio nos domínios da investigação, do desenvolvimento e da inovação;

Reconhecendo o interesse mútuo das empresas europeias e brasileiras em estabelecer ou expandir a sua presença no Brasil e na União Europeia, respectivamente;

Considerando a importância dos investimentos europeus no Brasil e a crescente competitividade das empresas brasileiras no mercado europeu;

Reafirmando o empenho em promover o diálogo bilateral nos domínios da ciência, da tecnologia e da inovação;

Realçando o papel crucial das micro, pequenas e médias empresas para o crescimento econômico e o emprego no Brasil e na União Europeia;

Expressam a sua intenção de constituir um Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre temas econômicos, com ênfase em investimentos e competitividade (a seguir, designado por «GT Ad Hoc»), nos seguintes termos:

I. Objetivo

1. O objetivo do GT Ad Hoc é desenvolver a cooperação econômica entre as Partes, dando ênfase aos investimentos e à competitividade, e proporcionar um fórum temporário para o diálogo econômico e comercial entre o Brasil e a União Europeia.

2. O fórum econômico deve abordar questões econômicas e comerciais de interesse comum, em especial os seguintes aspectos:

Promover o intercâmbio de informações sobre o comércio de mercadorias e serviços — explorando oportunidades de desenvolvimento das trocas comerciais —, bem como sobre os investimentos;

Identificar oportunidades para reforçar a competitividade das empresas, em particular as micro, pequenas e médias empresas;

Promover a ciência, a tecnologia, a inovação, a investigação e o desenvolvimento;

Considerar as perspectivas do setor privado;

Identificar oportunidades para a obtenção de apoio do setor privado para o desenvolvimento de capacidades e de projetos na área da educação.

II. Reuniões

1. O GT Ad Hoc procurará organizar uma reunião de alto nível, com a participação, em representação do Brasil, do Ministro de Estado das Relações Exteriores (MRE), do Ministro

de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e, em representação da União Europeia, do Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pela Indústria e pelo Empreendedorismo, em concertação com a Vice-Presidente da Comissão Europeia e Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, do Comissário Europeu para o Comércio e da Comissária Europeia para a Pesquisa, Inovação e Ciência.

2. A reunião de alto nível do GT Ad Hoc deve realizar-se uma vez por ano — de preferência no âmbito da Cúpula Brasil-União Europeia ou sempre que considerado adequado pelas Partes —, alternadamente, na União Europeia e no Brasil.

3. Um Comitê-Gestor sobre Investimentos e Competitividade deverá reunir-se, alternadamente em Brasília e em Bruxelas, entre as Cúpulas, para monitorar a implementação do Plano de Ação e discutir, em nível técnico, a adoção de novos programas e iniciativas do GT Ad Hoc. O Comitê-Gestor deverá manter o GT Ad Hoc regularmente informado.

III. Parcerias

As atividades do GT Ad Hoc devem ser realizadas em coordenação com outros mecanismos bilaterais vigentes e em concertação com os organismos governamentais e privados, agências, instituições e associações das Partes.

Quaisquer controvérsias relacionadas com a interpretação ou a aplicação dos presentes Termos de Referência devem ser resolvidas entre as Partes por via diplomática.

Os presentes Termos de Referência podem ser alterados em qualquer momento, por mútuo acordo, por via diplomática.

Os presentes Termos de Referência não têm incidência financeira no orçamento da UE,

além das dotações já previstas na programação financeira oficial da Comissão.

Os presentes Termos de Referência não pretendem estabelecer direitos e obrigações no âmbito do direito internacional.

Feito em Bruxelas, em 24 de fevereiro de 2014, em dois exemplares originais.

DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A REUNIÃO INAUGURAL DO GRUPO DE TRABALHO AD HOC BRASIL-UNIÃO EUROPEIA SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, COM ÊNFASE EM INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE

Bruxelas, 24 de fevereiro de 2014

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado;

O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges;

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp;

O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade;

Pelo lado do Brasil;

e

O Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pela Indústria e Empreendedorismo, Antonio Tajani;

O Comissário Europeu para o Comércio, Karel de Gucht;

A Comissária Europeia para a Pesquisa, Inovação e Ciência, Máire Geoghegan-Quinn;

A Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pela Agenda Digital, Neelie Kroes;

A Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Catherine Ashton;

O Presidente da EUROCHAMBRES, Richard Weber;

A Presidente da BUSINESSEUROPE, Emma Marcegaglia;

Pelo lado da União Europeia;

Tendo se reunido em Bruxelas, em 24

de fevereiro de 2014, na Cúpula Brasil-União Europeia, para a reunião inaugural do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Temas Econômicos, com ênfase em Investimentos e Competitividade;

Reconhecem a história comum e os valores fundamentais que formam a base do relacionamento entre o Brasil e a União Europeia;

Reiteram a relevância e a solidez da Parceria Estratégica, lançada em 2007, sob a qual ambas as partes têm mantido um diálogo cada vez mais frutífero, uma cooperação dinâmica e trocas de visitas intensas e frequentes, em todos os níveis;

Recordam as negociações em curso do Acordo Associativo entre o MERCOSUL e a União Europeia, assim como o compromisso mútuo em obter um resultado ambicioso, abrangente e equilibrado;

Reafirmam a decisão estratégica da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente José Manuel Durão Barroso de criar o Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Temas Econômicos, como um novo mecanismo voltado para promover uma agenda positiva e cooperativa nas áreas de investimentos e competitividade, aproximando as respectivas agências governamentais e entidades empresariais das duas partes;

Reconhecem que as empresas europeias são reconhecidamente as mais tradicionais e as maiores investidoras no Brasil, assim como o desejo de ampliar os investimentos brasileiros no mercado europeu, no qual as empresas brasileiras, em conjunto, já ocupam a quinta posição entre os principais investidores;

Recordam a importância da pesquisa e da inovação no fortalecimento da competitividade e na criação de empregos e as oportunidades oferecidas pelo Horizonte 2020 (H2020) – o novo Programa-Quadro para Pesquisa e Inovação – aberto à participação de entidades

públicas e privadas do Brasil, alinhado com as novas diretrizes estratégicas para a cooperação internacional em pesquisa e inovação;

Registram a importância de desenvolver as complementariedades existentes, aproveitando os pontos fortes nas áreas de excelência em ambas as economias, assim como a necessidade de promover ainda mais a integração das cadeias produtivas.

À luz do que precede, EXPRESSAM A INTENÇÃO de estabelecer o Plano de Ação sobre Investimentos e Competitividade, conforme anexo à presente Declaração Conjunta.

Anexo
PLANO DE AÇÃO SOBRE
INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE
Brasil-União Europeia

1) Aumentando os Investimentos Bilaterais

Os setores de infraestrutura e logística, petróleo & gás e indústria offshore, energias renováveis, agronegócio e inovação são de alta prioridade, uma vez que oferecem significativas oportunidades para intensificar os investimentos bilaterais e fluxos tecnológicos, estimulando a cooperação empresarial, promovendo a integração de cadeias produtivas, fortalecendo a presença de empresas europeias no Brasil e estimulando a internacionalização de empresas brasileiras nos Estados-membros da UE.

Nesse sentido, Brasil e União Europeia manifestam o interesse em promover e disseminar, em conjunto, oportunidades de negócios e discutir políticas de investimentos em geral, nos dois sentidos. O trabalho começará com a organização de Workshop sobre Oportunidades para Investidores Europeus no Brasil e vice-versa, com ênfase nas cinco áreas prioritárias acima mencionadas, em 2014, com o apoio do Banco de Investimentos Europeu, APEX-Brasil, CNI, EUROCHAMBRES e BUSINESSEUROPE.

2) Cooperação em Regulação/Padronização

A União Europeia e o Brasil objetivam fortalecer seus diálogos sobre cooperação na área regulatória, particularmente nas áreas de padronização, certificação e avaliação de conformidade.

Nesse contexto, a União Europeia tem a intenção de manter um especialista em padronização no Brasil para auxiliar as empresas, principalmente PMEs, a operarem eficientemente no mercado brasileiro e fornecer informações sobre padrões europeus às empresas brasileiras.

Além disso, ambos os lados, com base em um exercício de mapeamento conjunto, buscarão estreitar a cooperação entre reguladores, com o objetivo de obter, quando possível, acordos mútuos de reconhecimento sobre requisitos técnicos, avaliações de conformidade e padronização.

3) Cooperação para a Competitividade INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

O Brasil e a União Europeia concordam quanto à importância do desenvolvimento desses setores. Sua expansão e melhoria devem ter um efeito positivo sobre a competitividade das suas economias e contribuir para o bem-estar e mobilidade dos cidadãos.

Ambos os lados estão interessados em um diálogo específico com enfoque nos diferentes aspectos desse tópico, incluindo estradas e redes de rodovias, sistema ferroviário e mobilidade urbana.

Em particular, o Brasil e a União Europeia declararam a intenção de elaborar um Memorando de Entendimento com o objetivo de promover o compartilhamento de informações e cooperação sobre padrões e regras de sinalização, comunicação segurança e interoperabilidade ferroviária, antes da próxima Cúpula Brasil-UE, e de lançar um diálogo regular sobre ferrovias, no curso de 2014, do qual indústria participaria.

Os tópicos da sinalização e dos sistemas de comunicação merecem prioridade na agenda, em particular o Sistema de Gestão do Tráfego Ferroviário Europeu (ERTMS), que se tornou um padrão de referência para alguns países para a otimização da capacidade e da segurança ferroviária. Além disso, a segurança e a interoperabilidade também serão temas centrais da cooperação, no contexto atual de expansão da rede ferroviária brasileira. O modelo europeu de separação vertical entre as operações de gestão de infraestrutura e operações ferroviárias permitiu a abertura do mercado à concorrência. O compartilhamento de informações e capacitação sobre os sistemas e padrões seriam instrumentos úteis para as autoridades brasileiras, para que o Brasil desenvolva seu próprio sistema ferroviário, incluindo tecnologia de alta velocidade, e para que consiga implantar a interoperabilidade da rede ferroviária nacional.

Nesse sentido, a Comissão Europeia convidou as autoridades brasileiras a visitar algumas das instalações ferroviárias localizadas no território da UE, em 2014. A Empresa de Planejamento Logística e (EPL) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estão especialmente convidadas a integrar a delegação brasileira. O objetivo dessas reuniões será encontrar áreas de interesse comum para a cooperação no campo do desenvolvimento da infraestrutura e sistemas de gestão ferroviários. Essas visitas serão organizadas em colaboração com a Associação da Indústria Ferroviária Europeia (UNIFE).

Além disso, um workshop sobre padrões e normas de sinalização e de segurança poderia ser organizado no Brasil, para promover os padrões da UE, com representantes da Associação da Indústria Ferroviária Europeia (UNIFE), e em cooperação com a Agência Ferroviária Europeia (ERA).

PETÓLEO & GÁS E INDÚSTRIA OFFSHORE

O Brasil e a União Europeia confirmam o interesse comum no aprofundamento do diálogo sobre petróleo & gás e indústria offshore e na promoção e disseminação conjunta de oportunidades de negócios para empresas de ambos os lados. O trabalho começará com a organização de um workshop que será realizado no Brasil, em 2014, com o objetivo de estimular a competitividade nesse setor estratégico, de promover encontros e o intercâmbio das melhores práticas em clusters e de desenvolvimento setorial da indústria de petróleo & gás. A Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), do Brasil e outras associações industriais devem ser convidadas a participar da iniciativa.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

O Brasil e a União Europeia reconhecem a importância estratégica do acesso a fontes de energia renováveis, limpas e sustentáveis, incluindo biocombustíveis para transporte e outros combustíveis derivados de biomassa (para aquecimento e resfriamento industrial/comercial e geração de eletricidade), geração de energia solar e eólica, e, neste contexto, ressaltam o interesse comum em promover uma parceria mutuamente benéfica com o objetivo de promover investimentos e impulsionar a competitividade de empresas brasileiras e europeias no setor.

O Brasil e a União Europeia também se empenharão em avançar em consultas técnicas entre o Governo e especialistas do setor privado, com o objetivo de elaborar um projeto-piloto sobre energia eólica. Esse projeto-piloto focará no fortalecimento dos estágios da cadeia produtiva de energia eólica do Brasil e da União Europeia. A CNI, do Brasil, por meio da rede de centros de pesquisa do SENAI, será parte da iniciativa.

INTERCÂMBIO DE EMPRESÁRIOS

O Brasil e a União Europeia desenvolverão, em conjunto, um programa de mobilidade para o intercâmbio de jovens empresários nas áreas de tecnologia e inovação, o Empreendedores sem Fronteiras, que dará aos empresários a possibilidade de adquirir conhecimento e experiência prática e de ampliar seus mercados, trabalhando com empresários em outro país.

TURISMO

O Brasil e a União Europeia pretendem lançar um diálogo de turismo para a terceira-idade. Esse diálogo deverá conduzir ao incremento do fluxo de viagens de cidadãos idosos, durante as baixas e médias estações, e deverá adicionar valor à competitividade de ambas as economias, fornecendo benefícios para a indústria e as partes interessadas.

Este diálogo pode incluir um intercâmbio de boas práticas nos campos do ecoturismo e agroturismo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

O Brasil e a União Europeia pretendem promover a conscientização sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e sustentabilidade na América Latina, envolvendo grandes empresas que enfrentam novos desafios e PMEs conectadas a suas cadeias produtivas.

4) Cooperação em Inovação Industrial e Pesquisa

O Brasil e a União Europeia confirmaram o compromisso, atingido durante a última Cúpula Brasil-UE, em janeiro de 2013, no 6º Comitê-Gestor, de aumentar a cooperação em uma série de áreas estratégicas, como pesquisa marinha, bioeconomia, agricultura sustentável e energia.

A cooperação técnica e científica desenvolvida no âmbito do Acordo de Cooperação, assinado em janeiro de 2013, entre o Centro Conjunto de Pesquisa (JRC)

da Comissão Europeia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (MCTI), bem como a colaboração do JRC com outros parceiros no Brasil, apoiará, futuramente, a cooperação científica entre os dois lados, em áreas como gestão de desastres, gestão sustentável de recursos naturais, em especial florestas e recursos hídricos, energia com foco em “smart grids”, agricultura sustentável, bioeconomia, tecnologias da informação e comunicação (TIC), incluindo geoinformação e aplicações espaciais, bem como nanotecnologias.

BIOECONOMIA E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Um grupo de trabalho específico deverá ser formado para aproveitar as iniciativas que já existem, levando em consideração acordos internacionais sobre desenvolvimento sustentável, em especial os resultados da Conferência Rio+20, bem como para identificar ações conjuntas e informar sobre a implementação de projetos nas duas principais áreas identificadas.

Além disso, o Brasil e a União Europeia reiteram a importância de promover o compartilhamento de conhecimento mútuo em bioeconomia, um assunto ao qual ambas as partes atribuem relevância estratégica. As partes pretendem intensificar o diálogo bilateral sobre o tema, em um workshop sobre bioeconomia a ser realizado no Brasil, em 2014, com o apoio da CNI e com base na sua agenda de bioeconomia para 2014. O evento deverá ter a finalidade de facilitar encontros de negócios e a troca de informações entre o Governo e especialistas do setor privado nessa área, bem como discutir interações com o Brasil no contexto do Observatório de Bioeconomia da Europa.

PESQUISA MARINHA

O 6º Comitê-Gestor concordou em formar um grupo de trabalho conjunto para aumentar a

cooperação na abordagem ecossistêmica para um Oceano Atlântico sustentável (observação e previsão oceânica); produção sustentável de alimentos marinhos (incluindo aquicultura), uso inovador e conservação da biodiversidade do Atlântico (biotecnologia) e matéria-prima essencial (blue mining).

CAPACITANDO EMPRESAS E LABORATÓRIOS NA ÁREA DE PADRONIZAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS

A União Europeia acolhe o interesse do Brasil em fortalecer a capacidade das empresas, principalmente as PMEs, bem como de laboratórios na área de padronização e normas técnicas. Os dois lados consideram desenvolver iniciativas bilaterais nessa área, incluindo videoconferências, eventos para compartilhamento de informações, intercâmbio de especialistas em normas técnicas e padronização, de forma a permitir que produtos e serviços brasileiros, principalmente das PMEs, tenham acesso ao mercado europeu e a permitir que produtos e serviços europeus, mormente das PMEs, tenham acesso ao mercado brasileiro.

Grupos de trabalho específicos deverão realizar ações diferentes, incluindo, posteriormente, aquelas originárias deste plano de ação, para explorar as possibilidades fornecidas pelo H2020, que está aberto à participação de entidades brasileiras públicas e privadas.

INOVAÇÃO—APROXIMANDO EMPRESAS E CENTROS DE PESQUISA

Com enfoque em empresas de networking e centros de pesquisa das duas partes, o Brasil e a União Europeia planejam executar as seguintes iniciativas: (i) promover a participação da CNI na plataforma Enterprise Europe Network (EEN); (ii) convidar, especialmente por meio da plataforma EEN, startups europeias para participarem das chamadas do programa “Startup Brazil”; (iii) estimular a cooperação

entre “Startup Brazil” e “Startup Europe”; (iv) estimular a elaboração e a apresentação de projetos conjuntos de inovação no âmbito do Plano Inova Empresa do Brasil; (v) basear-se no sucesso das atuais Convocatórias Coordenadas (e.g. em TICs) para assegurar posteriormente uma cooperação direcionada, eficaz e estratégica.

Além disso, será dada uma ênfase especial na promoção do H2020 – que está aberto à participação de empresas de qualquer lugar do mundo – no Brasil, como o único novo programa que conjuga pesquisa em todas as formas de inovação, cobrindo toda a cadeia de geração de valor.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Brasil e a União Europeia estão comprometidos em reforçar o valor estratégico, a eficiência e o impacto da cooperação no âmbito das TICs.

A cooperação em computação em nuvem (“cloud computing”), padrões de endereçamento, mecanismos de certificação, contratos justos e seguros, bem como arcabouços legislativos será reforçada por meio da instituição de um Grupo de Trabalho de Computação em Nuvem Brasil-União Europeia (no contexto do Diálogo Brasil-UE sobre Sociedade da Informação), com o objetivo de facilitar o surgimento de soluções em nuvem mutuamente reconhecidas e confiáveis.

Duas convocatórias de pesquisa e inovação sobre TICs foram implantadas com êxito, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dando provas de ser um mecanismo eficiente de cooperação entre o Brasil e a União Europeia, levando a resultados com alto impacto social e industrial. Acordou-se lançar uma terceira Convocatória Coordenada em 2015, com ênfase no desenvolvimento

de uma Infraestrutura Cibernética Avançada, incluindo tópicos como Computação Avançada e de Alto Desempenho, experimentações da Internet do Futuro e Computação em Nuvem, o que será o primeiro exemplo de uma cooperação internacional consistente e focada no âmbito do H2020. Além disso, os cientistas brasileiros podem participar de projetos da UE em determinadas áreas, por meio do programa Ciência sem Fronteiras, o que oferecerá novas oportunidades em pesquisa industrial e inovação.

A importância do empreendedorismo em TICs para o crescimento e empregos está refletida em uma cooperação reforçada entre “Startup Europe” e “Startup Brazil”, explorando benefícios mútuos do desenvolvimento de aplicativos (apps) por jovens empresários da internet e PMEs, utilizando plataformas abertas e comuns da Internet do Futuro.

O Brasil e a União Europeia, com a colaboração da indústria privada dos dois lados do Atlântico, reconhecem a importância estratégica e estimulam as partes interessadas relevantes a trabalhar na instalação de um cabo de fibra ótica transatlântico, de alta capacidade, direto, ligando a América do Sul e a Europa. Esse novo cabo irá aumentar e fortalecer as comunicações entre os dois continentes, facilitando as transações comerciais e as operações de investimentos. Especificamente, será um veículo para a integração das redes nacionais e regionais de educação e pesquisa, permitindo dedicar alta capacidade para experimentos científicos, pesquisa colaborativa, educação e inovação inter-regional, e sustentando a ambiciosa agenda da competitividade. Essa ligação direta estimulará a distribuição de banda larga na América do Sul, diminuindo os preços para os usuários finais e também contribuirá para aumentar a segurança cibernética, a confiança

e a privacidade dos consumidores nos fluxos de informação na internet e em nuvem (“cloud computing”).

Esse projeto irá aprofundar a concepção já existente de cooperação em assuntos regulatórios entre a União Europeia e os países da América Latina.

ESPAÇO

Com base no mandato recebido, em 2011, do Conselho da União Europeia para participar da negociação com o Brasil para estabelecer um acordo formal internacional sobre Cooperação em Sistemas de Navegação Global por Satélite (GNSS), Brasil e a União Europeia empenhar-se-ão em desenvolver diálogo sobre espaço, incluindo o campo de navegação de satélite, observação de satélite, ciência e exploração espaciais.

CONECTANDO ESTUDANTES A EMPREGADORES

EUROCHAMBRES, BUSINESS EUROPE e a CNI comprometem-se a estimular as empresas europeias e as subsidiárias brasileiras na Europa a oferecerem oportunidades de estágio para os alunos do “Ciência sem Fronteiras”, como uma forma de complementar-lhes os estudos, colocando-os mais próximos da prática em sua área acadêmica.

Ademais, o Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia ofereceu a possibilidade de receber pesquisadores brasileiros, para que adquiram experiência nas várias áreas prioritárias do “Ciência sem Fronteiras”.

O Brasil e a União Europeia têm como objetivo desenvolver iniciativas para conectar o portal EURAXESS e as plataformas digitais do “Ciência sem Fronteiras” e do LATTES CNPq, com vistas a estimular o compartilhamento de currículos e o anúncio de oportunidades de empregos nos dois mercados.

O Brasil convidou pesquisadores europeus

para participarem do programa “Ciência sem Fronteiras” nas modalidades “Jovens Talentos” e “Pesquisador Visitante Especial”.

5) Pequenas, Micro e Médias Empresas (PMEs)

O Brasil e a União Europeia expressam sua intenção conjunta de apoiar pequenas, micro e médias empresas, que desempenham um papel estratégico como geradoras de renda e de empregos nas duas economias. Os dois lados reforçam a importância estratégica de promover a internacionalização dessas empresas, incorporando uma cultura de inovação nas PMEs e promovendo sua inclusão nas cadeias globais de valor.

Para alcançar esses objetivos, os dois lados pretendem reforçar a cooperação bilateral entre as PMEs, usando os programas disponíveis que apoiam a competitividade de empresas e das PMEs, particularmente o programa europeu COSME para a Competitividade de Empresas e PMEs e o Instrumento de Parceria.

A União Europeia está empenhada em integrar completamente a “Rede Europeia de Empresas Brasil” com seus parceiros europeus e outras redes importantes.

Reconhecendo a importância do diálogo bilateral sobre as políticas das PMEs e da rede de representantes das PMEs, os dois lados terão como objetivo reforçar os contatos entre os respectivos representantes das PMEs e farão o possível para compartilhar suas melhores práticas.

Transparência, previsibilidade e simplificação do ambiente administrativo também são prioridades compartilhadas e constituem um assunto de interesse para muitas PMEs no Brasil e na União Europeia. Os dois lados devem, então, eliminar a burocracia e reduzir a carga administrativa em áreas estratégicas, a fim de aumentar a eficácia e a promoção do diálogo político das PMEs. Para tanto, a União Europeia e o Brasil

empenhar-se-ão para lançar pesquisa sobre os dez procedimentos administrativos mais onerosos entre os dois lados.

O Brasil e a União Europeia expressam a intenção conjunta de desenvolver um mecanismo de resolução de problemas online para ajudar no tratamento das queixas de empresas que, ao exportar para a União Europeia ou para o Brasil, enfrentam exigências desproporcionais ou atrasos nos procedimentos administrativos.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

O Brasil e a União Europeia pretendem apoiar as PMEs no melhor uso e na proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual no mercado. Nesse sentido, o serviço EU IPR Helpdesk deve explorar sinergias com o trabalho já desenvolvido pela CNI nesse campo. Isso deve ajudar a compartilhar boas práticas de empresas sobre Direitos de Propriedade Intelectual que encorajem criatividade e inovação.

VII CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA

APROVA COMUNICADO CONJUNTO

24 DE FEVEREIRO DE 2014

24/02/2014

(versão em português a ser disponibilizada oportunamente)

1. We, the leaders of the European Union and the Federative Republic of Brazil, met today in Brussels to reaffirm our close partnership. As we both face global challenges, our partnership represents a valuable opportunity for greater prosperity and security to our 700 million citizens.

2. Today, we focused our discussions on how to use and develop the full potential of our strategic partnership in three key areas of co-operation that are of vital interest to our citizens: first, how to ensure strong, balanced

and sustainable economic growth and job creation, including in new emerging fields; second, how to cooperate more effectively on key foreign policy issues, as well as humanitarian cooperation; and third, how to further our partnership on addressing global challenges we face in areas such as sustainable development, climate change, environment, energy, human rights and international cyber policy.

Leveraging our Strategic Partnership

3. We reaffirmed our shared commitment to the values and principles of democracy and the rule of law, respect for human rights and fundamental freedoms, the promotion of sustainable development with social inclusion, and the promotion of international peace and security, on which the EU-Brazil Strategic Partnership is based.

4. We reviewed the existing bilateral dialogues and reflected on key areas for the partnership in the next years, namely to promote international peace and security; the inclusive growth of our respective economies; to promote science, technology and innovation; and to overcome the challenges in the areas of sustainable development, climate change, environment, energy security and international cyber policy. These aims should be translated into concrete initiatives by the next EU-Brazil Joint Action Plan 2015-2017.

5. We also agreed to strengthen our bilateral political dialogue in order to converge further on the global agenda and on our positions in international fora. In that context, we reiterated the importance of a strong and effective multilateral UN system, based upon international law.

6 The promotion and protection of all human rights of all persons lie at the core of our Strategic Partnership. We reiterated our commitment to defend the universality and indivisibility of human rights, including in the

fight against discriminations based on sexual orientation or gender identity. We agreed to streamline our co-operation in Geneva and New York and to strengthen cooperation on issues of mutual concern such as death penalty, torture, civil and political and economic, social and cultural rights for all, access to food, education and health care, rights of women and children, non-discrimination, racism and xenophobia, gender equality, lesbian gay bisexual transgender and intersex (LGBTI) persons, indigenous peoples, human rights defenders, freedom of expression and freedom of religion or belief. We also expressed our strong support for the International Criminal Court in its endeavour against impunity for the worst human rights violations. In this context, we look forward to the organisation of the IV Human Rights Dialogue and the III Civil Society Seminar in the first semester of 2014.

Boosting Competitiveness, Growth and Jobs

7. We underlined the potential of our economic ties to boost our growth and generate jobs on both sides in the coming years, and to strengthen our economies for the competitive challenges of the future. We agreed to promote trade, investment and innovation, and streamline regulation, including on competition, thus bringing benefits to business, workers, and consumers. We stressed, in particular, the need to foster the internationalisation of EU and Brazilian SMEs to make them more competitive and resilient to adverse domestic market conditions.

8. In this context, we welcomed the progress made by the Ad-Hoc Working-Group on Economic Themes, focused on Investment and Competitiveness, an initiative launched at the last Summit, and we reaffirmed the importance of building upon the existing complementarities of our

economies, taking advantage of the strengths and areas of excellence. We agreed to work more closely to further promote the supply and value chains that have been developed between our economies. We also welcomed the good progress made towards the adoption of the joint Action Plan that should serve as a roadmap for the next year. A progress report should be submitted to the next Summit.

9. We also stressed the importance of further strengthening contacts between our business communities, and in particular between SMEs, with a view to promoting bilateral trade and investment and exchanges in innovation, research and development and thus to increasing the competitiveness of our companies on global markets. In that regard, we look forward to the recommendations of the VII EU-Brazil Business Summit, to be held in Brussels today.

10. We agreed to reinforce our commitment to strengthen our longstanding bilateral relations and to raise the level of communication, cooperation and engagement to solve sanitary and phytosanitary issues in line with the principles, regulations, rights and obligations set forth in the Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures of the World Trade Organization.

11. Regarding technical co-operation, we welcomed the decision to create a technical working group on audits and inspections and acknowledged progress in implementing the Memorandum of Understanding on animal welfare signed in 2013.

12. On the EU-MERCOSUR Bi-regional Association Agreement, we underlined our determination to achieve an ambitious, comprehensive and balanced Association Agreement between MERCOSUR and the European Union. We took stock of the progress achieved on both sides in the implementation of the Santiago Ministerial

mandate and agreed that we are on track to exchange market access offers, as a necessary step in the negotiating process, in due course.

13. We welcomed the outcome of the 9th WTO Ministerial Conference in December 2013 and emphasised the importance of building on this success to provide for a new impulse to multilateral negotiations. We confirmed our commitment to a timely and ambitious implementation of the Conference results, including the Trade Facilitation Agreement, and to the establishment of a work programmer on the remaining Doha Development Agenda issues in accordance with the Bali Ministerial Declaration aiming at a successful conclusion of the World Trade Organization's Doha Development Round.

14. On global economic matters, we reasserted the importance of pursuing further our work in the G20, to stimulate growth and job creation and to maintain momentum on financial regulation, on the IMF reform and on the implementation of the other existing international commitments subscribed in the framework of the G20 and the Financial Stability Board. We also reaffirmed our commitment to resist protectionism and refrain from raising trade and investment barriers or trade distorting subsidies.

15. Competitiveness, innovation and economic growth cannot be achieved without a strong co-operation on Science and Technology. We welcomed the progress achieved at the last Joint Steering Committee meeting (Brussels, 26 and 27 June 2013), especially with regard to stepping up research co-operation in key areas such as, inter alia, marine sciences, food security, nutrition, sustainable agriculture and bio-economy, energy, nanotechnologies and information and communication technologies (ICT). We reaffirmed our commitment to make progress in these areas within the agreed

working groups and with regard to the planned coordinated call on bio-fuels. We also recognized the progress achieved in the ongoing cooperation under the Euratom-Brazil Cooperation Agreement in the field of Fusion Energy Research, in particular related to the Joint European Torus (JET), to be formally endorsed at the coming constitutive meeting of the Coordinating Committee. This well-functioning cooperation should be encouraged by developing a joint understanding and joint objectives for improving the framework conditions for Science and Technology. We also welcomed the dynamic direct scientific cooperation involving research entities on both sides: the continuous exchange of know-how in the area of disaster management with Brazil's CEMADEN (National Centre for Natural Disasters Monitoring and Alerts) as well as the recently published Atlas of Soils of Latin America and the Caribbean feature among highlights in this context.

16. In the domain of ICT cooperation we welcomed the enlarged policy cooperation in Cloud Computing. On ICT infrastructure, we welcomed the plans for the future installation of a fibre-optic submarine cable linking Brazil and Europe, which will improve communications between the two continents, facilitate the take-up of broadband, stimulate ICT investments, reduce the interconnectivity costs for our businesses and researchers, enhance the protection of communications and provide better functional characteristics.

17. On educational co-operation, we noted the importance all EU Member States attach to the Science without Borders Programme ("Ciência Sem Fronteiras") and their interest in broadening their participation in the future. We also expressed our optimism about the enhancement of bilateral academic mobility under EU flagship programmes such as Erasmus+ and Marie Skłodowska-

Curie, starting in 2014. We look forward to the exchanges to be held this week in Brussels during an EU-Brazil Rectors Forum on internationalisation, innovation and entrepreneurship in higher education, when rectors and government officials discussed mobility programmes and innovation in higher education. Taking into consideration all these programmes, exchanges, decisions and good practices on academic mobility, we will continue working on the recognition of academic qualifications and degrees between the EU Member States and Brazil. We are also aware of the important contribution of mobility and migration to the economic and social development of our societies.

18. Transport and infrastructure are important enablers of growth. We highlighted our openness to international investment in and co-operation on infrastructure enhancements both within the EU and Brazil. In this context, we support the ongoing negotiations on the EU-Brazil Air Transport Agreement. We will work together in order to achieve the conclusion of the negotiations as soon as possible.

19. We also welcomed the dialogue on maritime transport policy, which has enabled a fruitful exchange of views and information. The increased co-operation in this area helps to generate benefits for the maritime industry and for trade flows between the EU and Brazil in general.

20. Finally, we reaffirmed our intention to start a structured dialogue on space cooperation, as laid down in the letter of intent signed in 2011, acknowledging the potential mutual benefits for economic and industrial competitiveness in Brazil and the EU.

Co-operating closer on Foreign Policy

21. We agreed on the importance of promoting the bi-regional strategic partnership between the EU and Latin America and the

Caribbean in order to address priority areas identified in the EU-CELAC Action Plan. The EU and Brazil will continue supporting its implementation and possible future expansion into new areas of activity. In this regard, we reaffirmed the importance of the EU-LAC Foundation and acknowledged the role it can play in deepening and strengthening the bioregional partnership and reiterated our determination to conclude as soon as possible the negotiations for an international agreement to upgrade the Foundation.

22. We reiterated our firm commitment to the stability, security and development of Haiti, the only country in the Americas where there is a UN peacekeeping Mission (MINUSTAH). We called for stronger support of the international community to Haitian efforts towards sustainable development with social inclusion and the strengthening of State institutions, including the Haitian National Police.

23. We agreed on the importance of an effective multilateral system, centred on a strong United Nations, as a key factor in the tackling of global challenges. We reaffirmed the need for a comprehensive reform of the UN, including its Security Council, with a view to making it more representative and effective, while preserving its executive nature, so that it can be more responsive to current global challenges. In this regard, we underscored that, almost 70 years after the creation of the Organization and 10 years after the adoption of the Outcome Document of the 2005 World Summit, time has come for achieving concrete outcomes.

24. On international peace and security matters, we welcomed the first meeting of the bilateral high-level dialogue in 2013 that included peacekeeping and peacebuilding, and instructed the dialogue to explore further complementarities and possible areas of co-

operation on security and defence matters including in the context of the United Nations by drawing on each other's vast experiences and best practices.

25. We also reaffirmed our commitment to working together to support and strengthen the multilateral treaties, agreements and legal regimes in the area of disarmament and non-proliferation and to fully implement our international obligations and commitments. We agreed to further pursue our dialogue on disarmament and non-proliferation, including on issues such as support to the Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT) review process, to the Conference on Disarmament, to the International Atomic Energy Agency (IAEA) and to the entry into force of the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty (CTBT), and of the Arms Trade Treaty (ATT). Finally, we agreed to continue our discussion on other issues of the international agenda, such as the process towards an International Code of Conduct on Outer Space Activities.

26. We are gravely concerned with the continuing and indiscriminate bloodshed among the civilian population in Syria and we call for full respect of International Humanitarian Law, the cessation of all violence, the immediate unhindered access by humanitarian staff and assistance to people in need in particular in besieged areas. We believe that the only solution to the conflict is a Syrian-led political transition that meets the legitimate aspirations of the Syrian people, based on the full implementation of the 30 June 2012 Geneva Communiqué. In this regard, we welcome the efforts conducted by the UN-Arab League Joint Special Representative to Syria, Lakhdar Brahimi, in bringing government and opposition together to negotiate a peaceful settlement to the conflict. All parties must demonstrate their full commitment to the obligations under UNSC

Resolution 2118 (2013). Especially, we urge the speedy implementation of the agreement on the elimination of chemical weapons.

27. We also reviewed our joint efforts to support direct Israeli-Palestinian negotiations leading to a two-state solution, based on the 1967 borders, in which both sides live in peace and security. In this regard we would welcome an agreement on all final status issues, fulfilling the legitimate rights of both parties to self-determination. We commended current US efforts to facilitate a deal that ends the conflict once and for all. We also agreed that both parties should avoid actions that jeopardize the negotiations, including Israeli settlements, which are illegal under international law.

28. On Iran, we expressed our support for a thorough implementation of the Geneva Joint Plan of Action of 24 November 2013 and agreed to continue our diplomatic efforts with Iran with a view to finding a comprehensive and long-lasting solution to the nuclear issue.

29. We congratulate the authorities and the people of Tunisia on the adoption, in late January 2014, of the new Tunisian constitution, which was the result of a broad consensus, achieved through open and democratic negotiations. We reaffirmed our support to the Tunisian transition process.

30. On Africa, we expressed our full support to the efforts of the African Union and African sub-regional organizations to provide African solutions to regional problems and to tackle security challenges in that Continent. We recognized that socioeconomic development, poverty eradication, accelerated growth, enhanced state capacity, rule of law and regional coordination are crucial elements to fight the root causes of conflicts and achieve a sustainable peace. We agreed to continue our dialogue on policies for the Sahel and West Africa, in order to support countries of that

region tackling socioeconomic and security challenges 31. On Mali, we recognised the efforts made by the Malian leadership to return to full constitutional rule, restore unity, peace and order throughout the territory. We reiterated our support to the national reconciliation process and encouraged efforts to achieve durable peace in the north of Mali with the help of the United Nations. We underline the importance of progress in the negotiations which should be based on political inclusiveness. We support the efforts of the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali (MINUSMA) in its task to fully stabilize the country, protect civilians, monitor the human rights situation, create conditions for the provision of humanitarian assistance and the return of displaced persons, and extend the State authority in the whole country. We also acknowledge the achievements and progress of the EU Training Mission. We emphasised the importance of security and economic and social development, especially in the north, to achieve sustainable peace and stability not only in Mali but for the whole sub-region.

32. We underlined the importance that Guinea Bissau restores its constitutional order through free, fair and credible elections as soon as possible in order to enable a legitimate government to create the foundations of a stable and peaceful democracy in Guinea Bissau, which must also encompass a reform of the security sector, the combat of impunity and the promotion of human rights and socio economic development. We underlined the efforts made by the United Nations, the African Union, ECOWAS, the European Union and the CPLP in support of a return to constitutional democracy and long-term stability in Guinea Bissau. We recognize the importance to strengthen democratic institutions, to promote security sector reform

and ensure food security in the post-electoral period and to have a greater co-ordination between international actors, especially through the Guinea Bissau Configuration of the UN's Peacebuilding Commission.

33. On the Central African Republic, we expressed our support to the Central African people and transitional authorities in their efforts to restore peace, promote reconciliation, political transition and future state building, and to organize free, fair and transparent elections before February 2015. We furthermore expressed our deep concern for the grave humanitarian situation and reports on widespread abuse of human rights. We fully support the efforts of MISCA and we look forward to consider the UN Secretary General's report on the steps that would be necessary to deploy a UN Peacekeeping Operation, bearing in mind the views of all relevant parties and organizations.

34. On South Sudan, we welcomed the signature of the agreement on cessation of hostilities and the agreement on the status of detainees between the Government of the Republic of South Sudan and the Sudan People's Liberation Movement/Army in opposition. We welcomed the launch of the political talks in Addis Ababa, Ethiopia, on 11 February, under the auspices of the IGAD, intending to lead to a sustainable peace. We underlined the importance that all the involved parties respect both agreements and engage in a peaceful reconciliation process, characterized by moderation, inclusiveness and the prevalence of dialogue. We welcomed the African Union's intention to establish a Commission of Inquiry into violations of human rights, with a view to making recommendations on accountability, reconciliation and hearing.

Tackling Global Challenges Together

35. Concerned by the conclusions of the

assessment reports by the Intergovernmental Panel on Climate Change, we reiterated our determination to meet the global objective of holding the increase in global average temperature below 2 °C above preindustrial levels. In this context, we re-affirmed our commitment to reach an ambitious, fair, balanced and legally binding outcome of the negotiations leading to the adoption of a protocol, another international legal instrument, or an agreed outcome with legal force under the UN Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), applicable to all Parties, to be agreed by 2015 and to be implemented from 2020. We also highlighted the importance of the urgent and sustained implementation of existing obligations under the UNFCCC and its Kyoto Protocol.

36. Warsaw was an important step forward in the international climate negotiations. We agreed to strengthen our co-operation to ensure that the 2014 Conference of the Parties to the UNFCCC in Lima will advance substantively towards a new global agreement under the Convention. We underlined the urgent need for all Parties to initiate or intensify domestic preparations for their intended nationally determined contributions and communicate them well in advance of the Paris conference in 2015 already by the first quarter of 2015 by those Parties ready to do so. Finally, we welcomed the UN Secretary General's prioritisation of climate dialogue in 2014 and acknowledged the climate summit of world leaders in September as an important event to show leaders' determination to tackle the urgent climate challenge.

37. On sustainable development, we reaffirmed our commitment to work under the High-Level Political Forum on sustainable development in order to ensure an integrated and balanced approach of the social, environmental and economic dimensions

of sustainable development. Recognising the links between poverty eradication and promotion of sustainable development, we underlined the need for a coherent approach. We also reaffirmed the need for close co-operation on issues such as biodiversity conservation, sustainable use and access to genetic resources and benefit sharing (ABS), disaster risk reduction and resilience, sustainable forest management, sustainable trade in wildlife and wildlife products, sustainable consumption and production and clean technologies, as well as, co-operation on sustainable use and water management, thus contributing to the protection and rational use of natural resources and sustainable development.

38. We agreed that the post-2015 framework should be comprehensive and universal in its aspirations and have poverty eradication and sustainable development at its core. We also agreed it should be based on a human rights approach. We reaffirmed our commitment to advancing the intergovernmental process based on the work of the Open Working Group on Sustainable Development Goals and the Intergovernmental Committee of Experts on Sustainable Development Financing for defining the Post-2015 Development Agenda and to achieving an ambitious framework on line with the Outcome Documents of Rio+20 and the Special Event of the MDGs, which underlined the need for a coherent approach which integrates in a balanced manner the three dimensions of sustainable development.

39. On energy, we welcomed Brazil's engagement with the International Energy Agency and the opportunity provided by closer engagement through multilateral fora in order to support transparency in the global energy market. We also highlighted the possibilities of expanding bilateral co-operation in research and development in

renewable energy, including joint initiatives in energy efficiency and sustainable production of biofuels. We indicated the importance of achieving progress in these fields and reiterated our decision to advance cooperation as agreed in previous EU-Brazil Summits. Renewable energy plays a crucial role in expanding access to energy, promoting local development in a sustainable manner, and helping to reduce poverty. In this regard, we stressed the importance of our support to global efforts to promote the use of renewable energy sources and further development of business relations between EU and Brazilian companies and SMEs active in this sector. Regarding the need to reduce emissions of greenhouse gases in the transportation sector, we reiterated the importance of developing viable alternatives to fossil fuels.

40. On development co-operation, we expressed our willingness to work together to strengthen the effectiveness of international development co-operation. We stressed the importance, in this context, of the major multilateral and intergovernmental meetings to take place in 2014 concerning this subject, including the ECOSOC's Development Co-operation Forum and the First High-Level Meeting of the Global Partnership for Effective Development Co-operation and looked forward to make our best efforts to support the successful implementation of the post 2015 development agenda, through an inclusive and multi-shaped global partnership. We expressed our support for Brazil's South-South development co-operation model and recognized the achievements of the trilateral co-operation initiatives developed between EU members and Brazil in benefit of developing countries.

41. With respect to co-operation in humanitarian aid, we reiterated our commitment to humanitarian principles and international humanitarian law, with a focus

on live saving activities and their relation to resilience and sustainable development. We emphasized the need to engage in humanitarian aid and to cooperate in this field, including through multilateral agencies.

42. We also welcomed our deepening partnership on a wide range of trans-national security issues that affect the citizens of the European Union and Brazil. This partnership is founded on our conviction that respect for fundamental rights and freedoms and joint efforts to strengthen security co-operation are mutually reinforcing. We agreed to work together to tackle new threats to the global networks upon which the security and prosperity of our free societies increasingly depend.

43. Recognising this, as well as the growing cyber challenges, we welcomed the establishment of an EU-Brazil Dialogue on International Cyber Policy which will address a number of specific priority areas, including the right to freedom of expression and privacy, and will report progress within a year.

44. We reaffirm our strong belief that Internet governance should be inclusive, transparent, and based on a genuine multi-stakeholder model. In that context, we agreed to cooperate towards the success of the Global Multi-stakeholder Meeting on the Future of Internet Governance to be held in São Paulo on 23-24 April 2014.

45. Finally, we highlighted the importance of a comprehensive approach to the global drug problem, within the framework of the principle of common and shared responsibility, and taking into account the dimensions of the prevention of the use of illicit substances, of social development and of promotion and protection of human rights. We welcomed the first meeting of the EU-Brazil Sector Dialogue on Drugs in Brussels in 2013 and look forward to the continuation of that exercise.

ADOÇÃO DA RESOLUÇÃO 2139 DO
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS
NAÇÕES UNIDAS SOBRE A SITUAÇÃO
HUMANITÁRIA NA SÍRIA

25/02/2014

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da Resolução 2139, sobre a situação humanitária na Síria.

O Brasil tem advogado consistentemente, em distintos foros, inclusive no marco da Conferência de Genebra II, o acesso seguro, pleno e desimpedido de assistência humanitária aos milhões de pessoas afetadas pela violência na Síria.

O Governo brasileiro também vem buscando contribuir para minimizar o sofrimento do povo sírio. Seguimos acolhendo refugiados do conflito e continuaremos a contribuir, dentro de nossas possibilidades, para as atividades de assistência humanitária a deslocados na Síria e a refugiados em países vizinhos.

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO,
NA SESSÃO DE ABERTURA DOS
“DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA” -
PALÁCIO ITAMARATY, 26 DE
FEVEREIRO DE 2014
26/02/2014

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossas Excelências nesta sessão de abertura dos “Diálogos sobre Política Externa”. Esta série de encontros que o Itamaraty inaugura hoje tem o objetivo de promover o debate entre o Governo, o Congresso, o Judiciário e a sociedade civil sobre as linhas gerais e os

principais temas da política externa brasileira.

Ao longo do próximo mês, os Diálogos sobre Política Externa reunirão, além de entidades públicas, representantes da academia, da imprensa, dos movimentos sociais, de organizações não governamentais, dos sindicatos e do empresariado.

Nesta sessão governamental de abertura, quero agradecer a presença de representantes do Parlamento, da Presidência e Vice-Presidência da República, dos diversos Ministérios e das chefias do Itamaraty.

O diálogo é instrumento próprio da diplomacia, que já foi definida como “o diálogo entre países”. Nas democracias modernas, como a brasileira, este diálogo diplomático não se restringe ao plano internacional. Os temas de política externa têm mobilizado, cada vez mais, o interesse e a atenção dentro do País, à medida que se amplia a projeção externa do Brasil e cresce a percepção no plano interno sobre a relevância dos assuntos internacionais, sua complexidade e seu impacto sobre a realidade e os destinos nacionais. O diálogo diplomático é hoje, também, um diálogo dentro do país.

O mundo tem passado por transformações significativas, e o lugar do Brasil no mundo mudou. Essas transformações incidem sobre a própria distribuição do poder mundial. Desenham-se os contornos de uma configuração multipolar da geopolítica e da geoeconomia mundial. A desconcentração do poder econômico e político no espaço internacional vem conferindo mais voz e peso aos países emergentes. E a estruturação do comércio global em cadeias globais de valor, entrelaçando produção, investimentos e comércio, assim como as grandes negociações regionais, impõem desafios à inserção econômica externa do Brasil. Acabo de retornar de Bruxelas, onde o Brasil reafirmou junto com seus parceiros europeus seu

empenho na conclusão de um acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia.

Aprofundam-se, ao mesmo tempo, as relações do Brasil com seus vizinhos na América do Sul e o interesse comum em fortalecer a estabilidade política e a prosperidade econômica regional. Consolidamos diversas iniciativas de integração entre os países latino-americanos, de que são exemplos o MERCOSUL, a UNASUL e a CELAC. Ganham relevo novas relações bilaterais entre países em desenvolvimento, às quais se somam relações bilaterais tradicionais. Criamos novas instâncias de concertação plurilateral, como o IBAS, o BRICS e o BASIC.

Na agenda internacional, ampliou-se a diversidade de temas e hoje coexistem uma agenda clássica de política externa, com questões ligadas à paz e à segurança internacionais, à integração regional, aos relacionamentos políticos bilaterais e à diplomacia econômica e uma nova agenda de política externa, associada aos temas do combate à fome e à pobreza, aos programas sociais, ao desenvolvimento sustentável, à mudança do clima, à promoção da privacidade e dos direitos humanos em geral e, ainda mais recentemente, à governança na internet.

Intensificam-se também os desafios de aperfeiçoamento das regras e instituições de governança que fundamentam a ordem internacional, como a reforma do Conselho de Segurança da ONU, que ainda reflete a configuração geopolítica de 1945; a conclusão da Rodada Doha iniciada em 2001 e o fortalecimento das regras multilaterais de comércio incorporadas na OMC; a reforma do sistema de quotas do FMI; o fortalecimento do papel do G20, em substituição ao G8, como principal instância internacional de coordenação econômico-financeira.

Crescem, ademais, as demandas internacionais de cooperação com o Brasil

nas mais diversas áreas, especialmente na área social. O Brasil tornou-se uma referência mundial em programas de inclusão social e erradicação da pobreza e é visto como exemplo a seguir de país que deu o salto de crescimento com distribuição de renda em contexto democrático. Isso se reflete nos encontros que mantenho com meus homólogos, sempre interessados em conhecer os programas sociais brasileiros.

Expandem-se igualmente a tarefa de prestar assistência cada vez mais ampla e eficiente aos brasileiros no exterior.

A confluência dessas grandes transformações no Brasil e no mundo tem efeitos significativos sobre a formulação e a execução da política externa brasileira.

Tenho enfatizado que a política externa é parte integral do projeto nacional de desenvolvimento do Brasil – econômico, político, social, cultural. Neste papel de instrumento do desenvolvimento, uma política externa sem perspectiva estratégica de longo prazo torna-se reativa, sem direção. Já uma política externa alheia às aspirações da sociedade torna-se carente de sustentação e respaldo.

O Itamaraty exerce, de maneira ativa e inclusiva, as funções que lhe cabem de coordenação da ação internacional do Governo brasileiro, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Presidenta Dilma Rousseff. No exercício dessas funções, o Itamaraty tem que estar sempre aberto ao diálogo com todos os setores da sociedade; tem que estar muito próximo do Parlamento, do Judiciário e de outras instâncias do Governo federal, estadual e municipal; e tem que saber ouvir os conselhos, as recomendações e as críticas construtivas, sempre em nome do aprimoramento do serviço exterior e da política externa brasileira.

Desde o início da minha gestão, tenho procurado reforçar a área de planejamento

estratégico de política externa do Itamaraty, com o objetivo de pensar a visão de conjunto da política externa brasileira e seus interesses, objetivos, prioridades e desafios no longo prazo. Tenho também conferido fundamental importância ao propósito de engajar os mais diversos setores do País no debate sobre a política externa.

Não tenho dúvida de que a política externa brasileira precisa ser, cada vez mais, debatida e compreendida.

O Itamaraty deseja fortalecer as bases de um processo permanente e continuado de diálogo com a sociedade brasileira.

Os Diálogos sobre Política Externa são parte desse processo. Mas o diálogo obviamente não se esgotará com esses eventos. Estou seguro de que esse exercício abrirá portas e canais para a continuação do debate. Desejo que as diversas unidades do Itamaraty estejam, de modo permanente, abertas ao diálogo com a sociedade, com todos os atores governamentais e não governamentais que precisam ser ouvidos e consultados.

Os aportes e contribuições que recolhermos ao longo dos Diálogos sobre Política Externa servirão como subsídios para a elaboração pelo Itamaraty de um Livro Branco da Política Externa Brasileira. O Livro Branco terá como objetivo registrar e divulgar os princípios, prioridades e linhas de ação da política externa, bem como estimular o conhecimento e o escrutínio público do trabalho realizado pelo Ministério das Relações Exteriores.

O Itamaraty procura, portanto, fortalecer a reflexão estratégica de longo prazo e aprofundar o diálogo com a Esplanada, o Parlamento, o Judiciário e a sociedade civil, nos processos de formulação e execução da política externa.

Quero crer que, com iniciativas como os Diálogos sobre Política Externa, o Itamaraty poderá dar sua modesta contribuição para o aprimoramento permanente do debate

democrático sobre as políticas públicas implementadas no País.

O Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores apresentará mais adiante a estrutura e o cronograma dos Diálogos sobre Política Externa, mas eu já antecipo a Vossa Excelência o convite para participarem do evento de encerramento dos Diálogos no próximo dia 2 de abril, quando será apresentado pelo governo e pela sociedade civil um balanço das discussões havidas ao longo do mês de março.

Muito obrigado.

ESCOLHA DE BRASÍLIA COMO
CIDADE-SEDE DO 8º FÓRUM MUNDIAL
DA ÁGUA, EM 2018
26/02/2014

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a escolha, em 26 de fevereiro de 2014, de Brasília pelo Conselho Mundial da Água (CMA) para sediar o 8º Fórum Mundial da Água (FMA) em 2018. O FMA é, hoje, o principal ambiente de diálogo internacional entre diferentes setores envolvidos com a temática dos recursos hídricos, contando com ampla participação da sociedade civil.

A candidatura brasiliense foi promovida pelos Governos Federal e do Distrito Federal (GDF). O Fórum é realizado a cada três anos. Em sua mais recente edição, em Marselha, em 2012, contou com a participação de 35.000 pessoas, provenientes de mais de 140 países. A próxima edição ocorrerá em 2015, na cidade de Daegu, República da Coreia. Além das discussões temáticas, o evento conta, também, com Exposição destinada ao público em geral, além de representar oportunidade de negócios para empresas do setor.

A eleição de Brasília como sede do Fórum Mundial da Água é reconhecimento

da relevância do país no que se refere ao tratamento do tema no cenário internacional. A realização do 8º FMA, em março de 2018, representará oportunidade de promover amplo debate sobre os desafios e oportunidades ligados à questão da água em âmbito nacional e internacional.

VISITA DO CHANCELER DA
VENEZUELA, ELÍAS JAUA, AO BRASIL
- BRASÍLIA, 27 DE FEVEREIRO DE 2014
28/02/2014

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, recebeu, na noite de ontem, 27 de fevereiro, visita do Chanceler da República Bolivariana da Venezuela, Elías Jaua. A visita realizou-se no marco das viagens do Ministro Jaua a países da região, com o objetivo de apresentar elementos atualizados sobre a situação interna na Venezuela. O Chanceler venezuelano ressaltou o empenho do Presidente Nicolás Maduro na promoção de um diálogo nacional.

Ao agradecer a gentileza da visita e as informações prestadas, o Ministro Figueiredo manifestou a confiança de que, pela via do diálogo e do respeito ao ordenamento institucional, a Venezuela resguardará a ordem democrática e o Estado de direito, atendendo aos anseios do povo venezuelano e de seu Governo de seguir seu desenvolvimento com estabilidade política e paz.

6 a 7/MAR – Paris, França - Sessão Plenária do Comitê Intergovernamental para a Educação Física e o Esporte (CIGEPS) e de seu Conselho Consultivo Permanente (Fonte: BRASUNESCO).

7/MAR – Paris, França - Dia Internacional da Mulher (Fonte: BRASUNESCO).

VISITA DA REPRESENTANTE ESPECIAL
DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES
UNIDAS NO HAITI, SANDRA HONORÉ
07/03/2014

No dia 10, Sandra Honoré será recebida pelos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, com os quais tratará do processo de reconfiguração da MINUSTAH.

A Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti e Chefe da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), Sandra Honoré, realizará visita a Brasília entre os dias 9 e 11 de março. No dia 10, se reunirá com o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, com o Ministro da Defesa, Celso Amorim, e com outras autoridades brasileiras.

A visita da Representante Especial oferece oportunidade para o intercâmbio de informações sobre o atual processo de reconfiguração da MINUSTAH.

O Brasil ocupa, desde 2004, a convite das Nações Unidas, o comando militar da MINUSTAH. Além da contribuição militar à missão das Nações Unidas, o Brasil tem buscado intensificar a cooperação econômica, técnica e humanitária com o Haiti.

CONSELHO DE CHANCELERES DA
UNASUL APROVA RESOLUÇÃO
SOBRE A VENEZUELA
12/03/2014

Será designada comissão de Chanceleres da UNASUL para acompanhar, apoiar e assessorar um diálogo político amplo e construtivo, orientado para recuperar a convivência pacífica na Venezuela.

Resolução aprovada na Reunião

Extraordinária do Conselho de Chanceleres da UNASUR sobre a Venezuela

(Versão em português será divulgada oportunamente)

El Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores de UNASUR, reunido en Sesión Extraordinaria en Santiago de Chile:

Reiterando el Comunicado de UNASUR del 16 de febrero de 2014, sobre la situación en la República Bolivariana de Venezuela, en el cual se manifiesta su enérgico rechazo a los recientes actos de violencia y expresa sus condolencias y solidaridad con los familiares de las víctimas, con el pueblo y el Gobierno democráticamente electo de esa nación hermana.

Ratificando el respeto a los Derechos Humanos y a las libertades fundamentales, incluyendo la libertad de expresión y reunión pacífica, circulación y libre tránsito, salud y educación, como condiciones esenciales al desarrollo del proceso de integración suramericana.

Exhortando a todas las fuerzas políticas y sociales del país a privilegiar el diálogo democrático y constitucional y la concordia, reafirmando que cualquier demanda debe ser canalizada de forma pacífica, por la vía democrática, y respetando el Estado de Derecho y sus instituciones.

Resuelve:

1. Respaldar los esfuerzos del Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela para propiciar un diálogo entre el Gobierno, todas las fuerzas políticas y actores sociales con el fin de lograr un acuerdo que contribuya al entendimiento y la paz social.

2. Designar, a solicitud del Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela, una comisión integrada por Ministros de Relaciones Exteriores de los países de UNASUR para que -en su nombre- acompañe, apoye y asesore en un diálogo político amplio y constructivo

orientado a recuperar la convivencia pacífica en Venezuela, considerando la Conferencia Nacional de Paz instalada.

3. Instruir a la Presidencia Pro Tempore de UNASUR a organizar, en coordinación con los Estados miembros, los trabajos de la Comisión de Cancilleres, cuyo primer encuentro deberá realizarse a más tardar la primera semana de abril.

4. Solicitar a la Comisión de Cancilleres que informe de sus actividades al Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores de UNASUR, a través de la Presidencia Pro Tempore, a la brevedad posible.

5. Expresar nuestra preocupación ante cualquier amenaza a la independencia y soberanía de la República Bolivariana de Venezuela.

BRASIL E ESPANHA APROVAM
DECLARAÇÃO CONJUNTA DURANTE VISITA
DO MINISTRO FIGUEIREDO A MADRI
MADRI, 18 DE MARÇO DE 2014

18/03/2014

Declaração Conjunta dos Ministros de Relações Exteriores do Reino da Espanha e da República Federativa do Brasil - Madri, 18 de março de 2014

Os Ministros de Assuntos Exteriores e de Cooperação do Reino da Espanha, José Manuel García-Margallo, e de Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, reuniram-se em 18 de março de 2014, em Madri, para um encontro de trabalho. O Ministro Figueiredo Machado também foi recebido, na tarde de ontem, pelo Presidente de Governo espanhol, Mariano Rajoy.

Nesse encontro, os Ministros acordaram a seguinte declaração conjunta:

“1. Esta é a primeira visita oficial à

Espanha do Ministro Figueiredo desde sua nomeação em setembro de 2013, e serviu para demonstrar uma vez mais as excelentes Relações existentes entre Espanha e Brasil, cimentadas sobre fortes vínculos humanos, históricos e culturais, bem como sobre valores e interesses compartilhados.

2. Este encontro supõe a abertura da Comissão Ministerial de Diálogo Político Espanha-Brasil cuja constituição foi acordada pela Declaração da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente de Governo Mariano Rajoy em 19 de novembro de 2012, por ocasião da visita oficial da Presidenta Rousseff à Espanha. A Comissão é presidida pelos Ministros de Relações Exteriores da Espanha e do Brasil e há previsão para que se reúna, de maneira alternada, uma vez em cada país, a cada dois anos.

3. Os Ministros decidiram, conforme previsto na Declaração Presidencial, que se realize no próximo ano, 2015, a Reunião de Consultas Políticas entre o Secretario de Estado de Cooperação Internacional e para Ibero-América da Espanha e o Subsecretário-General Político I do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, para dar seguimento a este encontro e para a preparação da próxima reunião da Comissão Ministerial, que deverá celebrar-se no Brasil em 2016.

4. Durante o encontro, os Ministros repassaram os principais temas da agenda bilateral e trocaram opiniões sobre diversos assuntos regionais e multilaterais.

5. Os Ministros sublinharam a importância das relações econômicas e comerciais entre Brasil e Espanha. A Espanha é o segundo maior investidor estrangeiros no Brasil, e o Brasil é o principal destino de novos investimentos espanhóis no exterior. O fluxo comercial bilateral segue crescendo e o Brasil é atualmente o mercado mais importante para a Espanha na América Latina. Os

Ministros reconhecem, no entanto, que ainda há um grande potencial de crescimento e de diversificação desse intercâmbio.

6. Ambos os Ministros felicitaram-se pelos resultados da recente reunião, celebrada em Brasília em 13 de Março, dos Grupos de Trabalho sobre Investimentos e Comércio, e sobre Infraestruturas e Transportes. Nesse sentido, reafirmaram a relevância do setor privado na relação bilateral e a colaboração entre as empresas espanholas e brasileiras no desenvolvimento das duas economias. Ambos avaliaram positivamente o início do funcionamento da Fundação Conselho Espanha-Brasil, cuja missão é a de fomentar as relações bilaterais e cuja apresentação se realizou recentemente em São Paulo. Coincidiram os dois Ministros na necessidade de apoiar uma maior participação das PMEs nos fluxos bilaterais de comércio e de investimento.

7. Os Ministros da Espanha e o Brasil avaliaram igualmente importante a cooperação estabelecida nos domínios da defesa, educação, cooperação policial, cooperação técnica em terceiros países e cooperação em emergências humanitárias.

8. Os Ministros saudaram a próxima celebração, prevista para o mês de maio, da Comissão Mista de Defesa e da concomitante reunião técnica sobre cooperação em indústrias de defesa.

9. Os Ministros salientaram igualmente programas de bolsas de estudo, como o brasileiro “Ciência sem Fronteiras”, através do qual as universidades espanholas já receberam, desde 2011, 2.900 estudantes brasileiros. O Ministro García-Margallo também expôs a seu homólogo brasileiro o interesse da Espanha em colaborar com o programa “Espanhol Sem Fronteiras”, que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Educação do Brasil.

10. Ambos os Ministros também se congratularam pelo bom andamento da cooperação em matéria consular e jurídica e concordaram em manter a periodicidade das Reuniões Consulares de Alto Nível entre os dois países.

11. Os Ministros recordaram o trabalho intenso de promoção cultural nos respectivos territórios, que inclui projetos da Fundação Cultural Hispano-brasileira, dos centros culturais brasileiros na Espanha, de diversas instituições espanholas e dos Institutos Cervantes no Brasil.

12. Foram também abordados na agenda da reunião alguns temas regionais e multilaterais. Os Ministros reafirmaram, por exemplo, o compromisso em promover as negociações entre a UE e o MERCOSUL para a consecução do acordo de associação birregional entre ambos os blocos. Felicitaram-se pelo consenso obtido para a eleição de Rebecca Grynspan como nova Secretária-Geral Ibero-Americana, confiantes de que sua formação profissional a faz candidata ideal para liderar a nova fase da Organização, aberta na Cúpula do Panamá.

13. No plano multilateral, os Ministros mostraram-se dispostos a trabalhar em estreita colaboração a fim de enfrentar os novos desafios globais. Os Ministros mencionaram, entre outros temas, a governança da Internet, e se referiram à Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, a ser realizada em São Paulo, em 23 e 24 de abril, e da próxima celebração, de 20 a 23 de março, em Madri, de

DECLARAÇÃO CONJUNTA “EM MAIOR
SEGURANÇA: UMA ABORDAGEM
ABRANGENTE DA SEGURANÇA
FÍSICA NUCLEAR” – CÚPULA SOBRE

SEGURANÇA FÍSICA NUCLEAR DE 2014

– HAIA, 24 DE MARÇO DE 2014

24/03/2014

Declaração Conjunta de África do Sul, Argélia, Argentina, Brasil, Cazaquistão, Cingapura, Chile, Egito, Filipinas, Indonésia, Malásia, México, Nova Zelândia, Ucrânia e Vietnã

Em maior segurança: uma abordagem abrangente da segurança física nuclear

Acreditamos firmemente que, para ser coerente e, em última instância, eficaz, a segurança física nuclear deve estar articulada no âmbito dos esforços mais amplos da comunidade internacional para promover os objetivos inter-relacionados do desarmamento nuclear, da não proliferação e do avanço dos usos pacíficos da energia nuclear.

Mais de 40 anos após a entrada em vigor do Tratado de Não Proliferação (TNP) e 20 anos após o fim da Guerra Fria, a continuada existência de milhares de armas nucleares ainda constitui a maior e o mais imediato perigo para a humanidade.

Na promoção da segurança nuclear, os Estados e outras partes interessadas não podem deixar de lado a questão fundamental das consequências humanitárias catastróficas de qualquer uso possível, seja por intenção ou acidente, do dispositivo mais letal já concebido.

É nossa forte convicção que a eliminação completa das armas nucleares é a única garantia absoluta contra o seu uso ou ameaça de seu uso.

Embora reconheçamos que a segurança das armas nucleares é de responsabilidade primária dos Estados que as possuem, essas armas constituem uma preocupação legítima de toda a comunidade internacional.

Defendemos o ponto de vista de que, enquanto o desarmamento nuclear não for

alcançado, as medidas destinadas a garantir a segurança de forma abrangente de materiais e instalações nucleares serão maculadas por um inegável grau de precariedade.

Os riscos adicionais decorrentes da possibilidade de atores estatais ou não estatais terem acesso a armas nucleares ou materiais nucleares só aumentam a necessidade de acelerar o desarmamento nuclear. Apesar de toda sua fundamental importância, as medidas contra o terrorismo nuclear tratam de apenas parte do problema e não substituem a maior segurança que seria obtida com a abolição verificável e irreversível das armas nucleares.

Também precisamos ter em mente as implicações financeiras de manter (quando não modernizar) arsenais nucleares, hoje estimados em mais de 17 mil ogivas. Os enormes custos envolvidos para garantir sua segurança não têm lugar em um ambiente internacional caracterizado por restrições financeiras. Na verdade, os cerca de 100 bilhões de dólares gastos anualmente para manter os arsenais nucleares poderiam ser mais bem utilizados em outros fins, incluindo a realização dos tão aguardados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a atender as necessidades dos mais pobres do mundo.

Estamos convencidos de que os esforços de segurança física nuclear devem ser orientados no sentido de proteger todos os materiais e instalações nucleares, de uma forma abrangente. Concentrar-se apenas naqueles de aplicação civil equivaleria a negligenciar a parte mais volumosa desse material.

Na realidade, de acordo com Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa sobre Desarmamento (UNIDIR) e com o Painel Internacional sobre Material Físsil (IPFM), 98% do urânio altamente enriquecido e 86% dos estoques de plutônio separado em todo o mundo são possuídos pelos Estados

nuclearmente armados. Medidas destinadas a proteger os materiais e as instalações nucleares para aplicação militar devem ser, portanto, pelo menos equivalentes àquelas adotadas para materiais ou instalações para fins civis.

Ressaltamos a necessidade de maior transparência sobre os arsenais nucleares. Sem prejuízo à proteção de informações sensíveis de segurança nacional, os Estados nuclearmente armados devem regularmente prestar contas das medidas relacionadas à segurança física de seus arsenais e materiais nucleares para fins militares.

Inspirados pelas medidas de transparência acordadas pela Conferência de Exame do TNP de 2010, consideramos o estabelecimento de um mecanismo para a troca de informações nesse campo uma importante medida de construção da confiança.

Apesar de apoiarmos medidas destinadas a reforçar a proteção física de materiais nucleares, para fins civis e militares, é nossa forte convicção de que só a eliminação completa, verificável e irreversível de todas as armas nucleares poderá oferecer à comunidade internacional uma solução duradoura e sustentável para a obtenção de maior segurança no campo nuclear.

TERREMOTOS NA NICARÁGUA

12/04/2014

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, das perdas humanas e materiais provocadas por terremoto de 6,2 graus na escala Richter e réplicas que atingiram a Nicarágua no último dia 10 de abril.

O Brasil transmite suas condolências e sua solidariedade ao povo e ao Governo da Nicarágua.

INCÊNDIO NO CHILE

14/04/2014

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia do incêndio que, desde sábado, atinge a cidade de Valparaíso, no Chile, tendo provocado ao menos 11 mortes e a evacuação de cerca de dez mil pessoas.

Ao solidarizar-se com as famílias das vítimas e com o Governo e o povo chilenos, o Governo brasileiro expressa seu profundo pesar pelas perdas humanas e materiais.

ELEIÇÕES NA GUINÉ-BISSAU

14/04/2014

O Governo e o povo brasileiros congratulam-se com o povo da Guiné-Bissau pelas eleições presidenciais e legislativas realizadas pacificamente no dia 13 de abril.

O Governo brasileiro contribuiu para a realização das eleições com a cessão de técnicos da Justiça Eleitoral e acompanha o processo eleitoral por intermédio da Missão de Observação Eleitoral da CPLP, que conta com representante brasileiro.

ATENTADO NA NIGÉRIA

14/04/2014

O Governo brasileiro deplora o atentado ocorrido na manhã desta segunda-feira, em Abuja, capital da Nigéria, no qual se registrou a explosão de duas bombas em uma das mais movimentadas estações de ônibus e táxis da cidade, que causaram, até o momento, mais de 70 mortes e deixaram cerca de 300 pessoas feridas.

Ao transmitir aos familiares das vítimas e ao povo nigeriano seus sentimentos de solidariedade e suas mais profundas condolências, o Governo brasileiro reitera

sua veemente condenação a todos os atos de terrorismo.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA DO EMIR DE DUBAI, VICE-
PRESIDENTE, PRIMEIRO-MINISTRO E
MINISTRO DA DEFESA DOS EMIRADOS
ÁRABES UNIDOS, XEQUE MOHAMMED
BIN RASHID AL-MAKTOUM -
BRASÍLIA, 22 DE ABRIL DE 2014

22/04/2014

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DOS EMIRADOS ÁRABES
UNIDOS REFERENTE À COOPERAÇÃO
NO CAMPO DA DEFESA

O Governo da República Federativa do
Brasil

e

O Governo dos Emirados Árabes Unidos
(doravante denominados conjuntamente
como “as Partes”),

Aspirando desenvolver e fortalecer as
relações bilaterais existentes entre as Partes,
por intermédio da cooperação em defesa, bem
como do incentivo a atividades entre os dois
países com base no interesse mútuo,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Finalidade

Este Acordo tem por finalidade estabelecer
as bases de cooperação das Partes no domínio da
defesa, orientada pelos princípios de igualdade
e interesse comum, em conformidade com
as normas, os regulamentos e as legislações
das Partes e com suas respectivas obrigações
internacionais.

Artigo 2

Áreas de Cooperação

A cooperação entre as Partes poderá incluir

as seguintes áreas:

- a) indústrias de defesa;
- b) transferência de tecnologia de defesa;
- c) instrução e treinamento militar;
- d) apoio logístico;
- e) armamento, produtos de defesa, equipamentos e serviços;
- f) desenvolvimento, estudos e pesquisas científicas em assuntos de defesa;
- g) missões de manutenção da paz das Nações Unidas;
- h) gerenciamento de crises e emergências;
- i) intercâmbio de informações militares;
- j) Serviços de Saúde no âmbito militar;
- k) legislação e história militar;
- l) topografia militar;
- m) assuntos de meio ambiente e poluição relacionados a instalações militares; e
- n) outras áreas a serem acordadas posteriormente.

Artigo 3

Meios de Cooperação

As Partes poderão cooperar da seguinte forma:

- a) visitas oficiais, reuniões e consultas bilaterais;
- b) implementação e desenvolvimento de programas e projetos conjuntos em tecnologia de defesa, considerando a participação de entidades civis e militares das Partes;
- c) intercâmbio de experiências, especialistas, conhecimentos e experimentos entre instituições civis e militares das Partes;
- d) intercâmbio de instrutores, bem como de alunos de instituições militares;
- e) participação em atividades oficiais e eventos a serem organizadas pelas Partes;
- f) participação ou presença em exercícios e treinamentos militares;
- g) participação em foros, comissões, encontros, conferências e feiras de exposições militares; e
- h) qualquer outra forma de cooperação a

ser acordada entre as Partes.

Artigo 4

Garantias

Na execução das atividades de cooperação no âmbito do presente Acordo, as Partes comprometem-se a respeitar os princípios e as finalidades da Carta das Nações Unidas, que incluem igualdade soberana dos Estados, integridade e inviolabilidade territorial, bem como não intervenção nos assuntos internos de outros Estados.

Artigo 5

Comitê Conjunto de Cooperação em Defesa

1. As Partes estabelecerão um comitê conjunto de cooperação em defesa composto por representantes de cada uma das Partes. O comitê deverá sugerir mecanismos para a implementação deste Acordo e observar os Memorandos de Entendimento, protocolos ou arranjos realizados ao abrigo do Acordo. O comitê deverá reunir-se regularmente, alternando cada país, ou conforme acordado pelas Partes, durante a reunião do comitê.

2. Cada Parte deverá designar um chefe de delegação para o comitê conjunto de cooperação em defesa. As decisões do comitê conjunto de cooperação em defesa serão tomadas em conjunto entre as Partes. Os dois chefes deverão dirigir conjuntamente as sessões do comitê conjunto de cooperação em defesa. A elaboração das atas das reuniões ficará a cargo da Parte recebedora e estas serão assinadas pelos chefes de delegação de ambas as Partes.

3. Subcomitês especializados poderão surgir do comitê conjunto de cooperação de defesa, os quais serão responsáveis por implementar atividades de cooperação identificadas ou discutir atividades atribuídas. Os resultados dos subcomitês deverão constar das sessões das reuniões da comissão mista de cooperação em defesa.

Artigo 6

Segurança da Informação Sigilosa

1. Os procedimentos para o intercâmbio, bem como as condições e as medidas para proteger a informação classificada das Partes na execução e após a denúncia do presente Acordo, serão determinados por acordo específico entre as Partes.

2. As Partes notificarão uma a outra com antecedência da necessidade de preservar o sigilo da informação e de outros dados relacionados a essa cooperação e/ou especificados em contratos ou acordos assinados no âmbito deste Acordo, em conformidade com as respectivas legislações nacionais das Partes.

3. As Partes protegerão direitos de propriedade intelectual relacionados à implementação deste Acordo, em conformidade com as suas respectivas legislações.

Artigo 7

Jurisdição

1. O pessoal da Parte remetente respeitará as regras, os regulamentos, os costumes e as tradições da Parte anfitriã durante sua permanência no território desta. Esse pessoal não poderá agir de forma prejudicial à segurança e à integridade desta Parte.

2. O pessoal da Parte remetente estará sujeito à jurisdição, regras e regulamentos da Parte anfitriã, por ocasião do período de estada / presença no território da Parte anfitriã.

3. No caso de violação do regulamento militar da Parte anfitriã, por um dos membros da Parte remetente, um comitê deverá ser formado pelas duas Partes com a finalidade de adotar as ações apropriadas com referência àquele membro que violou as regras de disciplina militar.

4. As autoridades competentes da Parte Remetente garantirão, sempre que necessário, a presença de qualquer dos seus

membros que estejam sujeitos a serem processados sob a jurisdição do país da Parte anfitriã, bem como, se um membro da Parte Remetente tiver deixado o país anfitrião, as autoridades competentes da Parte no país remetente comprometem-se a processá-lo, em conformidade com a sua legislação, pelos atos cometidos no país do país anfitrião.

Artigo 8

Danos e Compensações

1. Uma Parte não impetrará ação cível contra a outra Parte, por danos causados no exercício das atividades oficiais no âmbito do presente Acordo.

2. Se quaisquer danos forem causados por uma das Partes ou seu pessoal à outra Parte ou a seu pessoal, ou a uma terceira parte, a Parte que causou os danos (ou seu pessoal) deverá ser responsabilizada por tais danos.

3. Quando quaisquer danos forem causados por ambas as Partes ou seu pessoal contra uma terceira Parte, ambas as Partes assumirão a responsabilidade por tais danos, conforme a sua participação em tais danos.

4. Para os casos que não se enquadrem no âmbito da jurisdição de nenhuma das Partes, um comitê conjunto de investigação, composto por número igual de participantes das duas Partes, deverá ser formado para determinar o responsável e a participação de cada Parte em tal dano. Na eventualidade de o comitê não chegar a uma decisão final, o caso deverá ser submetido às mais altas autoridades de ambas as Partes.

5. Cada Parte arcará com as despesas decorrentes da participação de seu pessoal no comitê de investigação conjunta. Ambas as Partes serão igualmente responsáveis pelos gastos relativos aos trabalhos do comitê de investigação conjunta.

6. Terceiras partes lesadas poderão recorrer às autoridades judiciárias da Parte anfitriã, conforme desejado.

7. Normas e legislação do país anfitrião deverão ser aplicadas para a compensação de danos.

Artigo 9

Responsabilidades Financeiras

1. No cumprimento das atividades de implementação deste Acordo ou de qualquer outra atividade decorrente dele, cada Parte será responsável por suas próprias despesas, a não ser que seja acordado conjuntamente de forma contrária, em Memorandos de Entendimento (MDE), protocolos ou entendimentos subsequentes.

2. Naquilo que se refere a programas de treinamento e acadêmicos, as Partes concluirão um MDE específico ou um contrato privado, com a finalidade de clarificar os aspectos financeiros para os referidos programas. No caso da formalização de um MDE específico ou de um contrato privado, ambas as Partes incluirão as provisões orçamentárias, em conformidade com as normas e regulamentos das Partes.

Artigo 10

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia decorrente da interpretação ou implementação deste Acordo será solucionada, de forma amigável, por consultas e negociações diretas entre as Partes e, se necessário, por via diplomática.

Artigo 11

Generalidades

1. Memorandos de Entendimento, Protocolos Complementares Específicos ou outros entendimentos poderão ser celebrados entre as Partes, para programar as atividades de cooperação em qualquer área de cooperação estipulada neste Acordo ou nas que vierem a ser acordadas posteriormente pelas Partes, por via diplomática.

2. Entendimentos de implementação, programas e atividades específicas realizadas na persecução dos objetivos do presente

Acordo ou de seus protocolos complementares serão desenvolvidos e implementados, com o consentimento mútuo das Partes, por pessoal autorizado do Quartel-General das Forças Armadas dos Emirados Árabes Unidos e do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e estarão restritos aos temas deste Acordo e consistentes com as respectivas legislações das Partes.

3. A não ser que seja acordado de outra forma, todos os documentos gerados durante a cooperação no âmbito deste Acordo serão redigidos ou registrados no idioma inglês.

Artigo 12

Emendas

Qualquer Parte poderá propor emendas a este Acordo, por via diplomática. Se a outra Parte aprovar tais emendas, estas entrarão em vigor nos termos do Artigo 13, parágrafo 1, deste Acordo.

Artigo 13

Entrada em Vigor, Duração e Denúncia

1. O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data da última notificação, por escrito, trocada por via diplomática entre as Partes, informando que foram cumpridos os respectivos requisitos legais de cada Parte no que se refere à entrada em vigor deste Acordo.

2. Este Acordo permanecerá em vigor por um período de cinco (5) anos e será automaticamente renovado por períodos sucessivos de cinco (5) anos.

3. Qualquer Parte poderá denunciar o presente Acordo, a qualquer momento, por notificação escrita à outra Parte, por via diplomática. A denúncia deste Acordo surtirá efeito noventa (90) dias após o recebimento, pela outra Parte, da notificação escrita.

4. A denúncia deste Acordo não afetará a implementação de projetos e de atividades mutuamente acordadas ao abrigo do presente Acordo, salvo disposição em contrário das Partes.

Feito em Brasília, em 22 de abril de 2014, em dois originais, nos idiomas português, árabe e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

Em fé do que, os representantes das Partes, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, firmaram o presente Acordo.

PELO GOVERNO DOS
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REELEIÇÃO DE RENATO ZERBINI
RIBEIRO LEÃO AO COMITÊ DE
DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E
CULTURAIS

24/04/2014

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a reeleição, em 23 de abril corrente, do Sr. Renato Zerbini Ribeiro Leão ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) das Nações Unidas, para o mandato 2015-2018. O Comitê é composto por 18 peritos independentes que monitoram a implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais pelos Estados Partes.

Doutor em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Universidade Autônoma de Madrid, Renato Zerbini Ribeiro Leão é advogado especializado em direito internacional dos direitos humanos, com foco em direitos econômicos e sociais e em direito constitucional, áreas em que realiza importante atividade acadêmica.

A reeleição de Renato Zerbini Ribeiro Leão consagra o importante papel que tem desempenhado como Vice-Presidente do CDESC e reafirma a importância atribuída pelo Brasil ao Sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas.

ATENTADOS NO QUÊNIA

06/05/2014

O Governo brasileiro repudia os atentados ocorridos no último fim de semana, nas cidades de Mombaça e Nairóbi, no Quênia.

Ao transmitir aos familiares das vítimas e ao povo queniano seus sentimentos de solidariedade e suas mais profundas condolências em virtude dos repetidos ataques que vitimam a população inocente, o Governo brasileiro reitera sua veemente condenação a todos os atos de terrorismo.

DESLIZAMENTOS DE TERRA NO
AFEGANISTÃO

06/05/2014

O Brasil manifesta seu pesar pelas perdas humanas e materiais causadas pelos deslizamentos de terra que atingiram a região nordeste do Afeganistão.

O Governo brasileiro transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo do Afeganistão.

SITUAÇÃO DE SEGURANÇA NA NIGÉRIA

06/05/2014

Brasil acompanha com preocupação os acontecimentos na Nigéria e lamenta as mortes ocorridas nos atentados em Abuja, assim como o sequestro de mais de duzentas estudantes

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os recentes acontecimentos na Nigéria e lamenta profundamente as mortes ocorridas nos atentados em Abuja, assim como o sequestro de mais de duzentas estudantes em colégio no Estado de Borno, no norte do país.

Ao transmitir seus sentimentos de

solidariedade aos familiares das vítimas e ao povo e ao Governo da Nigéria, o Governo brasileiro reitera sua condenação, nos mais fortes termos, a todo e qualquer ato de terrorismo.

ATO DE VANDALISMO CONTRA A
EMBAIXADA DO BRASIL EM BERLIM
12/05/2014

O Governo brasileiro condena o ato de vandalismo contra o edifício da Embaixada do Brasil em Berlim, ocorrido na madrugada de 12 de maio corrente, que causou danos materiais e colocou em risco a integridade física das pessoas que trabalham e residem no prédio da Embaixada.

O incidente está sendo apurado pelas autoridades alemãs competentes, em estreita cooperação com a Embaixada do Brasil. O Governo alemão prontificou-se a manter segurança policial constante em torno do edifício.

VISITA DO SENHOR MINISTRO DE
ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
AO URUGUAI II REUNIÃO PLENÁRIA
DO GRUPO DE ALTO NÍVEL BRASIL–
URUGUAI (GAN) - MONTEVIDÉU, 16 DE
MAIO DE 2014
15/05/2014

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, realizará visita ao Uruguai, no dia 16 de maio de 2014, para copresidir, ao lado do Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro Lemes, a segunda reunião plenária do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN).

O GAN foi instituído por meio do Comunicado Conjunto Presidencial de 31 de julho de 2012, que estabeleceu modelo de integração profunda entre os dois países. O Plano de Ação do GAN contempla iniciativas nas seguintes áreas: (a) integração produtiva; (b) ciência, tecnologia e inovação; (c) comunicação e informação; (d) integração da infraestrutura de transportes; (e) livre circulação de bens e serviços; e (f) livre circulação de pessoas.

O Uruguai é membro fundador do MERCOSUL e importante parceiro político e comercial do Brasil. Em 2013, o intercâmbio comercial bilateral atingiu cerca de US\$ 3,8 bilhões. No período, o Brasil foi o principal destino das exportações uruguaias e o segundo maior exportador de produtos para o Uruguai.

ACIDENTE EM MINA
DE CARVÃO NA TURQUIA
16/05/2014

O Governo brasileiro expressa seu pesar pela perda de grande número de vidas provocada por acidente ocorrido na mina de carvão de Soma, na província de Manisa, na Turquia, em 13 de maio.

O Brasil transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo da Turquia.

II REUNIÃO PLENÁRIA DO GRUPO
DE ALTO NÍVEL BRASIL–URUGUAI –
COMUNICADO CONJUNTO
16/05/2014

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, e o Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro Lemes, se reuniram por ocasião

da II Reunião Plenária do Grupo de Alto Nível Brasil – Uruguai (GAN), na cidade de Montevideu, em 16 de maio de 2014.

Em cumprimento ao mandato do Comunicado Conjunto Presidencial de 31 de julho de 2012, que instituiu um novo paradigma para as relações bilaterais, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, e o Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro Lemes, se reuniram por ocasião da II Reunião Plenária do Grupo de Alto Nível Brasil – Uruguai (GAN), na cidade de Montevideu, em 16 de maio de 2014.

Os Ministros das Relações Exteriores aprovaram a atualização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Brasil – Uruguai nas áreas consideradas pelos Presidentes como prioritárias para o aprofundamento da integração bilateral: (a) integração produtiva; (b) ciência, tecnologia e inovação; (c) comunicação e informação; (d) integração da infraestrutura de transportes; (e) livre circulação de bens e serviços e (f) livre circulação de pessoas.

Na ocasião, foram firmados os seguintes instrumentos:

Regulamentação do Capítulo VI do 71º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2. Procedimentos Administrativos para Intercâmbio Comercial Expedido. 73º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2.

Na oportunidade, de acordo com o estabelecido no 71º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2, os Ministros das Relações Exteriores de ambos os países instalaram a Comissão de Comércio Bilateral Brasil – Uruguai, com o propósito de aprofundar a relação comercial bilateral por meio da solução de dificuldades legais, normativas e operacionais pontuais

de acesso a mercado e da elaboração de iniciativas para a expansão do intercâmbio de bens e serviços.

Acordo Naval e Offshore entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai. 74º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2.

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Previdência Social da República Federativa do Brasil e o “Banco de Previsión Social” da República Oriental do Uruguai para estudar formas de aperfeiçoar a troca de informações previdenciárias e posteriormente assegurar o processo de reconhecimento de direitos previdenciários a trabalhadores migrantes de Brasil e Uruguai.

Plano de Elaboração Conjunta de um Memorando de Entendimento e de Cooperação Técnica sobre Temas Trabalhistas.

COMUNICADO SOBRE O
DIÁLOGO NA VENEZUELA
20/05/2014

Em decorrência de visita a Caracas nos dias 18 e 19 de maio, os Chanceleres do Brasil, Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, da Colômbia, Ministra María Ángela Holguín, e do Equador, Ministro Ricardo Patiño, e o Núncio Apostólico em Caracas, Monsenhor Aldo Giordani, emitiram o seguinte comunicado:

Os Chanceleres de Brasil, Colômbia, Equador e o Núncio Apostólico reiteram sua disposição de seguir trabalhando com o Governo da República Bolivariana da Venezuela e os representantes da Mesa da Unidade Democrática (MUD) para continuar o diálogo que permita avançar na busca de soluções aos temas que se apresentaram.

O Governo da República Bolivariana da Venezuela e os representantes da Mesa da

Unidade Democrática (MUD) apresentaram ideias e deverão agora refletir sobre os próximos avanços desse diálogo.

Os Chanceleres e o Núncio Apostólico esperam que se determine a data da próxima reunião o mais brevemente possível.

Os Chanceleres da UNASUL e o Núncio Apostólico ressaltaram a vontade expressa pelo Governo da República Bolivariana da Venezuela e pelos representantes da Mesa da Unidade Democrática (MUD) de seguir trabalhando na busca de soluções que beneficiem todos os venezuelanos.

Os Chanceleres e o Núncio Apostólico manifestaram sua satisfação pela rejeição, reiterada pelo Governo e pela MUD, à violência em todas as suas formas e manifestações.

Caracas, 19 de maio de 2014.

PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

22/05/2014

O Governo brasileiro congratula-se com o povo e o Governo da Colômbia pela conclusão bem-sucedida, em 16 de maio, das negociações sobre o ponto “Solução ao problema das drogas ilícitas”, no âmbito da Mesa de Conversações de Paz em Havana, onde se negocia o fim do conflito com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Com o acordo alcançado no dia 16, somado aos acordos anteriores sobre “Desenvolvimento agrário” e “Participação política”, estão concluídos três dos seis pontos centrais da agenda de paz, o que demonstra a determinação das partes em encontrar solução definitiva para o conflito que trouxe tanto sofrimento ao povo colombiano.

O Brasil reitera seu apoio ao processo

de paz e sua confiança em que o conflito interno na Colômbia possa ser solucionado pela via do diálogo. A paz na Colômbia não é objetivo apenas do povo colombiano, mas de todo o continente, devendo contribuir para o projeto de integração regional consubstanciado em torno da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

ENCHENTES NA SÉRVIA, BÓSNIA E HERZEGOVINA E CROÁCIA

23/05/2014

O Governo brasileiro expressa seu pesar pela perda de vidas, pelos desabrigados e pelos danos provocados pelas enchentes ocorridas na Sérvia, Bósnia e Herzegovina e Croácia.

O Brasil transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, aos povos e aos Governos da Sérvia, Bósnia e Herzegovina e Croácia.

POSSE DO GOVERNO DE UNIÃO NACIONAL PALESTINO

06/06/2014

O Governo brasileiro congratula o Estado da Palestina pela posse, em 2 de junho, do Governo de união nacional, cuja formação representa passo significativo no processo de reconciliação palestina e de construção de uma Palestina próspera e democrática.

A união intrapalestina é central para o progresso das negociações de paz com Israel e para a solução de convivência de dois Estados, Israel e Palestina. Nesse sentido, o Governo brasileiro tem confiança em que o novo Governo palestino honrará os compromissos previamente assumidos pela Palestina, de modo a possibilitar a retomada das negociações de paz.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTA
DA REPÚBLICA DO CHILE, MICHELLE
BACHELET BRASÍLIA,
12 DE JUNHO DE 2014
12/06/2014

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E A REPÚBLICA DO CHILE PARA
O INTERCÂMBIO DE DOCUMENTAÇÃO
PARA O ESCLARECIMENTO DE GRAVES
VIOLAÇÕES AOS DIREITOS
HUMANOS

A República Federativa do Brasil

e

A República do Chile

(doravante denominadas “as Partes”),

Com o desejo de criar um marco para a cooperação e o intercâmbio de documentação para pesquisas que permitam o esclarecimento de graves violações aos direitos humanos, ocorridas durante as ditaduras que assolaram ambos os países no passado recente;

Considerando:

A importância que ambas as Partes atribuem à obtenção de documentos que permitam o esclarecimento de atos de violação de direitos humanos no passado recente, bem como a cooperação histórica em matéria de esclarecimento de casos de desaparecimento forçado de pessoas e outras violações graves dos direitos humanos;

Que o presente Memorando de Entendimento se articula com os trabalhos que ambas as Partes desenvolvem no âmbito da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL, especificamente nos trabalhos que já estão sendo realizados no marco do Grupo Técnico para a obtenção de dados e pesquisa de arquivos das coordenações repressivas do

Cone Sul;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1

Definições gerais

1. No marco do presente Memorando de Entendimento:

a) por “Autoridade Competente” entende-se:

i) no caso da República Federativa do Brasil, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em coordenação com o Ministério da Justiça e com o Ministério das Relações Exteriores;

ii) no caso da República do Chile, o Programa Continuação Lei nº 19.123 do Ministério do Interior e Segurança Pública, também conhecido como “Programa de Direitos Humanos”;

b) por “documentação” entende-se toda informação contida em qualquer meio ou tipo documental, produzida, recebida e conservada por qualquer organização ou pessoa no exercício de suas competências ou no desempenho de sua atividade;

c) por “Parte Requerida” entende-se a Parte do presente Memorando de Entendimento à qual se solicitará a documentação;

d) por “Parte Requerente” entende-se a Parte do presente Memorando de Entendimento que enviará um pedido de informação.

2. No que se refere à aplicação do presente Memorando de Entendimento, qualquer termo não definido nele terá, a menos que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe atribuir a legislação vigente da Parte.

3. As Autoridades Competentes poderão delegar a outros organismos do Estado a gestão de ações vinculadas à implementação do presente Memorando de Entendimento.

Artigo 2

Objeto

As Partes, por intermédio das

Autoridades Competentes, prestarão assistência e cooperação mútua mediante o intercâmbio de documentação relevante para a investigação e esclarecimento das graves violações às quais se refere o presente Memorando de Entendimento, promovendo e fomentando a cooperação entre as instituições de ambos os países que conservem arquivos relativos ao objeto do presente Memorando de Entendimento, com o propósito de contribuir para o processo de reconstrução histórica da memória, verdade e justiça.

Artigo 3

Formalização dos pedidos

1. A formulação dos pedidos deve obedecer aos requisitos estabelecidos de comum acordo pela Comissão Técnica Mista a que se refere o artigo 6 do presente Memorando de Entendimento.

2. A Autoridade Competente da Parte Requerida será a única responsável em determinar os meios para reunir a informação e coordenar a atividade administrativa necessária a esse fim, sendo necessário pedido prévio, por escrito, da Autoridade Competente da Parte Requerente.

3. O pedido transmitido por fax, correio eletrônico ou similar deverá ser confirmado por documento original assinado pela Autoridade Competente da Parte Requerente no decorrer dos quinze dias seguintes a sua formulação, de acordo com o estabelecido por este Memorando de Entendimento.

4. Se a Autoridade Competente da Parte Requerida não puder obter ou tiver impedimento formal para fornecer a documentação solicitada, informará imediatamente à Parte Requerente, explicitando as razões dessa impossibilidade.

Artigo 4

Exceção para a tramitação de pedidos

1. A Parte Requerida estará isenta de sua obrigação de fornecer documentação quando:

a) a documentação não estiver em poder de suas autoridades;

b) o pedido não se realizar conforme o estipulado no Artigo 3 do presente Memorando de Entendimento;

c) a entrega da documentação for contrária à legislação interna da Parte Requerida, em particular por razões de segurança, ordem pública ou interesse nacional, conforme determine o Estado requerido.

2. Sem prejuízo do estipulado no inciso anterior, as autoridades competentes comprometem-se pelo presente Memorando de Entendimento a realizar todas as ações possíveis com vistas a prover informação útil para o esclarecimento de graves violações aos direitos humanos, por intermédio das vias administrativas, judiciais e/ou legislativas disponíveis.

Artigo 5

Sigilo

A Autoridade Competente da Parte Requerida poderá solicitar que a documentação que se produza e/ou se troque em virtude do cumprimento do presente Memorando de Entendimento tenha caráter sigiloso, pelo prazo determinado de comum acordo entre as Partes para cada caso, observada a legislação de cada uma das Partes.

Artigo 6

Comissão Técnica Mista

1. Com o objetivo de estabelecer um canal permanente e fluido de comunicação que facilite o intercâmbio da documentação objeto do presente Memorando de Entendimento, será formada uma Comissão Técnica Mista, que ficará encarregada da interpretação, do acompanhamento, da avaliação e da administração de todas as gestões efetuadas entre as Partes.

2. A referida Comissão Técnica Mista será integrada por representantes designados

pelas Autoridades Competentes e seu funcionamento será regulado de comum acordo pelos procedimentos definidos pelas autoridades competentes para tal fim.

Artigo 7

Custos administrativos

1. A Parte Requerida assumirá os gastos de execução do pedido. A Parte Requerente pagará os gastos extraordinários que venham a decorrer da assistência prestada. Este Memorando de Entendimento não ocasionará qualquer transferência de fundos de uma das Partes à outra nem qualquer atividade que possa representar encargo para além das atividades regularmente desenvolvidas pelas autoridades competentes.

2. As Partes deverão estabelecer um procedimento prévio de consulta referente aos custos operacionais para o cumprimento de cada pedido, com o objetivo de acordar antecipadamente a forma de cobertura dos gastos demandados.

Artigo 8

Memorandos complementares

Quando for necessário, as Partes poderão aprofundar e ampliar os compromissos assumidos no presente Memorando de Entendimento por meio de memorandos complementares.

Artigo 9

Solução de controvérsias

As controvérsias que surgirem entre as Partes em razão da aplicação ou interpretação das disposições contidas no presente Memorando de Entendimento serão resolvidas mediante negociações diplomáticas diretas, podendo requerer-se, para tanto, a colaboração da Comissão Técnica Mista estabelecida no marco do presente Memorando de Entendimento.

Artigo 10

Entrada em Vigor e Denúncia

O presente Memorando de

Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura.

Este Memorando de Entendimento poderá ser denunciado por qualquer das Partes por meio de uma notificação escrita dirigida à outra Parte por via diplomática em que se manifeste a intenção de denunciá-lo. A denúncia terá efeito 90 dias após o recebimento da referida notificação.

Não obstante, a denúncia do presente Memorando de Entendimento não implicará a interrupção das atividades que se encontram em andamento ao seu amparo, salvo se as Partes assim decidirem expressamente, por escrito e de comum acordo.

Artigo 11

Execução do Memorando

Na execução do presente Memorando de Entendimento, as Partes se sujeitarão ao disposto em seus respectivos ordenamentos jurídicos internos.

Feito em Brasília, no dia 12 de junho de 2014, em duas vias originais, em português e em espanhol, sendo ambas igualmente autênticas.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
PELA REPÚBLICA DO CHILE
DO BRASIL

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DE ANGOLA, JOSÉ
EDUARDO DOS SANTOS - BRASÍLIA, 16
DE JUNHO DE 2014
16/06/2014

PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE
ANGOLA SOBRE FACILITAÇÃO DE
VISTOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Angola
(adiante designados por “Partes”),

Desejosos de desenvolver e aprofundar os laços especiais de amizade e de cooperação estratégica, reconhecidos ao mais alto nível político, que caracterizam o relacionamento entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola;

Reconhecendo a necessidade de se promover e facilitar a circulação dos respectivos nacionais nos territórios de ambos os Estados, no respeito da legislação aplicável em cada um deles;

Empenhados em promover o desenvolvimento dos laços sociais, económicos, culturais e de intercâmbio nos diversos domínios;

Animados pelo desejo de consolidar e fortalecer as relações de amizade e de cooperação em matéria de circulação de pessoas, entre os dois países;

Decididos a promover a facilitação da concessão de certos tipos de visto com o objetivo de beneficiar cidadãos e empresas dos dois países,

Por este meio acordam o seguinte:

ARTIGO 1º

Objeto

O presente Protocolo tem por objeto a criação de um mecanismo de facilitação na concessão de vistos ordinários, no caso angolano, e de negócios, no caso brasileiro.

ARTIGO 2º.

Âmbito de Aplicação

1. Nos termos do presente Protocolo e da legislação em vigor em cada um dos Estados, as autoridades competentes das Partes facilitarão a concessão de vistos ordinários, no caso angolano, e de negócios, no caso brasileiro.

2. Os vistos enunciados no Artigo 3º são válidos para múltiplas entradas num período de 24 meses, permitindo ao seu titular uma permanência de até noventa (90) dias não prorrogáveis, em cada período de doze (12) meses.

ARTIGO 3º

Categorias de Beneficiários

Nos termos do presente Protocolo são beneficiários dos vistos constantes do artigo anterior os cidadãos dos respectivos Estados que tencionem deslocar-se ao território da outra Parte, designadamente em uma das seguintes situações:

a) prospecção de mercado, participação em reuniões de negócios, assinatura de contratos e atividades financeiras, de gestão e administrativas;

b) negociação de projetos de investimento;

c) empresários e investidores, exceto aquelas situações às quais se aplicam vistos de trabalho ou permanentes, que requerem autorização específica;

d) quadros dirigentes de empresas, exceto aquelas situações às quais se aplicam vistos de trabalho ou permanentes, que requerem autorização específica.

ARTIGO 4º

Prazo para Concessão de Vistos

As Partes concederão os vistos referidos no Artigo 3º do presente Protocolo no prazo máximo de 10 dias a contar da data de recepção da solicitação.

ARTIGO 5º

Exercício de Atividade Remunerada

Os vistos concedidos nos termos do presente Protocolo não permitem o exercício de qualquer atividade remunerada.

ARTIGO 6º

Garantia de Permanência

Para efeitos dos Artigos 2º e 3º do presente Protocolo, as Partes devem garantir

as condições necessárias para assegurar a permanência dos beneficiários no respectivo território, durante o período de validade do visto, em conformidade com as suas respectivas legislações nacionais.

ARTIGO 7º

Autoridades Competentes

1. Para a implementação do presente Protocolo são autoridades competentes o Ministério das Relações Exteriores, pela República Federativa do Brasil, e os Ministérios das Relações Exteriores e do Interior, pela República de Angola.

2. O acompanhamento da aplicação do presente Protocolo será feito no âmbito do Mecanismo Bilateral Brasil-Angola sobre Questões Migratórias e Consulares, coordenado pelas autoridades competentes das Partes, sempre que estas julgarem necessário.

ARTIGO 8º

Respeito às Normas Internas e Internacionais

1. O presente Protocolo será implementado em estrita observância às respectivas legislações internas e não afetará os compromissos internacionais assumidos pelas Partes.

2. O disposto no presente Protocolo não exime os nacionais da República Federativa do Brasil e da República de Angola que ingressem no território da outra Parte da necessidade de respeitar as leis e regulamentos no que se refere à entrada, permanência, saída, bem como as demais regras aplicáveis aos estrangeiros.

ARTIGO 9º

Solução de Divergências

Qualquer divergência que emergir da interpretação e aplicação do presente Protocolo será resolvida amigavelmente através de negociações por via diplomática.

ARTIGO 10º

Emendas

1. O presente Protocolo só poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes mediante a troca de Notas, através dos canais diplomáticos.

2. As emendas enunciadas no número anterior obedecerão o disposto no artigo 13º do presente Protocolo.

ARTIGO 11º

Suspensão

A aplicação do presente Protocolo poderá ser suspensa por qualquer uma das Partes, mediante comunicação por escrito à outra Parte, por via diplomática. O efeito suspensivo ocorrerá trinta (30) dias após a recepção da referida comunicação.

ARTIGO 12º

Denúncia

1. O presente Protocolo deixará de produzir efeitos quando uma das Partes manifestar essa vontade, notificando a outra por escrito e através dos canais diplomáticos.

2. A denúncia produzirá efeitos no prazo de 60 dias após a recepção da referida notificação.

ARTIGO 13º

Entrada em Vigor

O presente Protocolo entrará em vigor 30 dias após a recepção da última notificação sobre o cumprimento das formalidades internas requeridas nos respectivos países.

Em testemunho do que, os plenipotenciários, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, assinam o presente Protocolo.

Feito em _____, aos ____do mês de _____de _____, em dois exemplares em língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DE ANGOLA

Luiz Alberto Figueiredo Machado
Georges Rebelo Pinto Chikoti
Ministro de Estado das Relações
Exteriores Ministro das Relações Exteriores

REMOÇÃO DAS ARMAS
QUÍMICAS DA SÍRIA
24/06/2014

O Governo brasileiro congratula-se com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) pela remoção do último carregamento de armas químicas declaradas pela República Árabe da Síria de seu território.

O Governo brasileiro reitera a expectativa de que a implementação exitosa das medidas relacionadas à eliminação das armas químicas sírias contribua para emprestar novo vigor à busca de uma solução negociada para o conflito naquele país e para atender às legítimas aspirações da sociedade síria.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África: 43

África do Sul: 15, 30, 92, 96 e 99

Alemanha: 31, 35, 44, 54, 58, 59, 83, 84, 85, 86, 87, 88 e 106

Algodão: 51 e 62

América do Sul: 32, 43, 66, 178 e 189

Angola: 98, 99, 107, 206, 207, 208 e 209

Argentina: 14, 33, 39, 49, 50, 85, 98, 99, 105, 121, 122, 123, 135 e 194

Armamento: 197

Ásia: 44

Assunção: 23 e 101

B

Biodiversidade: 50, 59 e 178

Biocombustíveis: 36, 149 e 176

Bolívia: 109

BRICS: 30, 66 e 189

C

Caracas: 49, 127, 129, 133, 202 e 203

Copa do Mundo: 36, 97, 118 e 120

CELAC: 66, 121, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 147, 170, 183 e 189

Chile: 15, 39, 44, 50, 107, 127, 135, 139, 191, 194, 195, 196, 203, 204 e 206

China: 15, 33, 85, 134, 136 e 138

Colômbia: 15, 39, 50, 202 e 203

Conselho de Segurança: 19, 31, 44, 46, 58, 84, 85, 87, 112, 113, 115, 121, 187 e 188

CPLP: 188 e 196

Cuba: 41, 42, 45, 54, 61, 121, 127, 133, 135, 139 e 147

D

Democracia: 34, 37, 65, 80, 91, 95, 96, 100, 115, 121, 127, 128, 136 e 188

Desarmamento: 194 e 195

Desenvolvimento sustentável: 32, 34, 48, 73, 90, 100, 106, 148, 177 e 202.

Direitos humanos: 31, 32, 33, 34, 40, 45, 66, 87, 96, 98, 102, 103, 105, 107, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 170, 171, 189, 204 e 205

E

Energia: 44, 84, 87, 88, 92, 115, 118, 143, 149, 171, 174, 176, 177 e 194

Equador: 47 e 202

Espanha: 28, 49, 60, 192, 193 e 194

Espionagem: 40

Esporte: 36, 150 e 191

Estados Unidos: 15, 28, 33, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 51, 52, 62 e 133

F

FAO: 50

França: 15, 28, 63 e 191

Fronteiras: 29, 87, 96, 100, 113, 119, 120, 170, 178, 179, 182 e 193

G

Genebra: 33, 42, 54, 112, 113 e 188

Guiana: 106

Guiné: 98, 99, 121 e 194

Guerra: 31, 84, 113 e 194

H

Haiti: 33, 40, 41, 47, 52, 53, 54, 55, 103, 146, '83 e 191

I

IBAS: 30, 66 e 189

Israel: 19, 39, 42, 184 e 203

Irã: 42, 52, 54, 60 e 111

J

Japão: 31, 44, 58, 59, 84, 105 e 120

L

La Paz: 110

Líbano: 109 e 113

M

Malvinas: 135

MERCOSUL: 28, 32, 33, 38, 39, 43, 49, 50, 62, 65, 66, 90, 120, 122, 124, 147, 174, 188, 189, 194, 201 e 204

México: 39, 43, 44, 50, 102, 127, 136, 138 e 194

Moçambique: 98 e 99

Montevidéu: 201 e 202

N

Navegação: 160, 162, 163, 164 e 179

Nuclear: 20, 33, 42, 44, 54, 59, 63, 84, 137, 38, 184, 194 e 195

O

OMC: 52, 62, 66, 119, 148, 149 e 189

Oriente Médio: 42 e 171

P

Palestina: 33, 42 e 203

Paraguai: 49 e 101

Peru: 110 e 132

Propriedade intelectual: 180

R

Rússia: 42, 46 e 111

S

Santiago 28, 127, 135, 139, 181 e 191

Segurança alimentar: 102

Síria: 33, 42, 45, 54, 111, 113, 114, 171, 187, 188 e 209

Suriname: 98 e 99

T

Terrorismo: 133, 195, 196 e 200

Timor Leste: 98 e 99

U

UNASUL: 66, 90, 189, 191, 202 e 203

UNESCO: 28 e 191

União Europeia: 28, 38, 39, 43, 49, 65, 85, 120, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180 e 188

Uruguai: 39, 41, 49, 105, 121, 122, 124, 125, 201 e 202

V

Venezuela: 90, 128, 133, 135, 170, 191, 192, 202 e 203.

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Karina Barreira

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Número de páginas

214

Endereço para correspondência

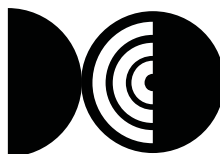
Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
(CDO)

Ministério das Relações Exteriores, Anexo II,
1º subsolo, Sala 10

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9279 / 9037

Fax: (61) 2030-6591



Departamento de Comunicações e Documentação